



Universidade de Aveiro
Ano 2023

**FELICIANO QUINTAS
DO CÉU**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
EM ZONAS COSTEIRAS: O ESTUDO DE CASO
DO MUNICÍPIO DE LAUTÉM, TIMOR-LESTE**



Universidade de Aveiro
Ano 2023

**FELICIANO QUINTAS
DO CÉU**

**TURISMO E DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO
EM ZONAS COSTEIRAS: O ESTUDO DE CASO DO
MUNICÍPIO DE LAUTÉM, TIMOR-LESTE**

Tese apresentada à Universidade de Aveiro para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Doutor em Turismo, realizada sob a orientação científica da doutora Zélia Breda, Professora Auxiliar do Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo da Universidade de Aveiro, e coorientação científica da doutora Filomena Maria Cardoso Pedrosa Ferreira Martins, Professora Associada do Departamento de Ambiente e Ordenamento da Universidade de Aveiro.



Apoio financeiro do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), Ministério do Ensino Superior, Ciência e Cultura, da República Democrática de Timor-Leste.

Ouve os conselhos e aceita a instrução, e acabarás por te tornares sábio. Há muitos projetos no coração do homem, mas é a vontade do SENHOR que prevalece. (Provérbios 19: 20-21)

Dedico esta obra científica ao meu pai Germano do Céu, à minha mãe Felicidade do Carmo Gonzaga, à Eldita Marques, aos meus filhos Felito M. Jekoly do Céu e Felicia I. Marquin do Céu, aos meus irmãos e irmãs, e a todos os familiares Uhulapa-Lay Poty em Mehara.

O júri

presidente

Prof. Doutor João Miguel Sequeira Silva Dias
Professor Catedrático da Universidade de Aveiro

vogais

Prof. Doutor Norberto Nuno Pinto dos Santos
Professor Catedrático da Universidade de Coimbra

Prof. Doutor Eduardo Manuel Machado de Moraes Sarmiento Ferreira
Professor Auxiliar com Agregação da Universidade de Lisboa

Prof. Doutora Zélia Maria de Jesus Breda
Professora Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutor Rui Augusto da Costa
Professor Auxiliar da Universidade de Aveiro

Prof. Doutora Helena Cláudia da Cruz Albuquerque
Professora Auxiliar da Universidade Portucalense Infante D. Henrique

agradecimentos

Esta tese foi feita pelas contribuições direta e indireta pelas todas, familiares, queridas orientadoras, amigos e entidades. Assim, o meu agradecimento profundo dirigido:

À Deus e Padroeira Nossa Senhora de Fátima que me dai a força, espírito, e dai bom mente que eu utilizei até finalizar essa tese.

Aos meus pais, pelo sacrifício, confiança, motivação constante e empenho na minha formação e estudo académico.

O meu agradecimento especial à minha orientadora, professora Zélia Breda, e coorientadora, professora Filomena Cardoso Martins, pela paciência, orientação e palavras sabedoria e motivação que me orientados durante período escrito de tese, sendo um papel essencial para finalizar desta tese.

Aos meus irmãos e irmãs, primos e primas que pertence do Avó Jacinto Monteiro e Ca'a-Puno, Calista do Céu, Família da Uhu-Lapa, Maáleki, Ira-Chao, Capitan, e da Amahira (Luro).

Aos queridos heróis de Timor-Leste especial, aos heróis do meu Suco Mehara que ainda vive e os que foram faleceram, pelas vossas resistências voluntariamente para libertar o nosso país de Timor-Leste, e hoje eu recebi esta provas pelos vossos sacrifícios.

Aos comunidades entrevistados do suco Tutuala, Mehara, Com, e os intervenientes dos líderes locais, da ONG, representante do governo dos postos Administrativos, Município, e ao nível governo central.

À professora e Investigadora Doutora Isabel Pinho e Doutora Cláudia Pinho pela apoia sugestões, disponibilidade e ajuda incansável nas minhas correções ortográficas de português e apoia da minha tese.

Ao governo de Timor-Leste, particularmente à Direção do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano (FDCH), por ter concedido as bolsas que me permite estudar numa prestigiada Universidade da expressão de Língua Oficial Português (CPLP), especialmente na universidade de Aveiro.

Ao departamento de cooperação e bolsa da UNTL, especial ao Professor Doutor Francisco Miguel Martins, ex-Reitor da Universidade Nacional de Timor-Lorosae (UNTL), que ter concedido de aceitar e assinar a contratação de bolso estudo.

Ao departamento da cooperação internacional da Universidade de Aveiro, e os professores Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo (DEGEIT), pela facilita e partilha as vossas inteligências durante a meu percurso estudo desta Universidade humanidade e moderna em Portugal-Aveiro.

Aos amigos de sempre, aos de perto e aos que estão longe, aos que estão presentes e aos mais ausentes, por me incentivarem todos os dias e por estarem sempre ao meu lado.

palavras-chave

Turismo, Ecoturismo, Comunidade, Desenvolvimento Comunitário, Zona Costeira, Município de Lautém, Timor-Leste

resumo

As zonas costeiras de países insulares, como é o caso de Timor-Leste, constituem um recurso turístico cuja diversidade deve ser explorada de modo sustentável. A comunidade deve ter conhecimento sobre como aproveitar o potencial das zonas costeiras para garantir o seu desenvolvimento, agregando as várias atividades que aí se desenvolvem, como a pesca, a agricultura, a pecuária, o transporte marítimo e o turismo. O desenvolvimento comunitário deve ser participativo e dotar as comunidades de conhecimentos e de competências para ação coletiva e para procurar soluções conjuntas. A abordagem de ecoturismo de base comunitária pode ser um catalisador para o turismo sustentável e o bem-estar da comunidade.

Esta tese visa compreender o turismo e o desenvolvimento comunitário através dos papéis desempenhados por vários intervenientes, adotando uma abordagem qualitativa. A informação recolhida através de entrevistas semiestruturadas e presenciais revelou-se de grande relevância. Foram contactadas pessoas pertencentes ao governo, às ONG, bem como a representantes da comunidade local do município de Lautém, em Timor-Leste. A informação recolhida utilizou as línguas Fataluku e Tétum. Estas entrevistas foram gravadas, transcritas e traduzidas para português. Toda esta informação foi analisada em profundidade, através de análise conteúdo, com o apoio do Nvivo 12 QSR.

Os resultados deste estudo podem ser descritos em cinco dimensões. A primeira dimensão ilustra o 'desenvolvimento comunitário', focado no papel dos intervenientes para encorajar e aumentar o conhecimento e o empoderamento da comunidade. A segunda dimensão, refere-se à 'construção do ecoturismo de base comunitária'. A terceira dimensão foca-se na 'sustentabilidade', nas suas várias dimensões: económica, ambiental, social e cultural. Neste caso, a comunidade constrói a sua capacidade de gerir um ambiente tendo de boa qualidade, consciência da necessidade de gestão lixo, de conservar o ambiente, de promover a saúde, a paz, a qualidade de vida e o capital social, e de desenvolver a sua herança cultural e identidade. A quarta dimensão descreve as implicações do desenvolvimento da comunidade através do 'acesso ao mercado turístico'.

A quinta dimensão trata da 'inovação social' através do acesso às tecnologias, ao conhecimento, ao desenvolvimento de competências, de capacidade de tomada de decisão e resolução de problemas.

São apresentadas algumas considerações finais que procuram reforçar a convicção de que o ecoturismo de base comunitária pode ser uma estratégia a implementar de modo a garantir o desenvolvimento comunitário num ambiente saudável e sustentável.

keywords

Tourism, Ecotourism, Community, Community Development, Coastal Area, Lautém Municipality, Timor-Leste

abstract

The coastal zones of island countries, as is the case of Timor-Leste, constitute a tourism resource whose diversity should be sustainably explored. The community must know how to take advantage of the potential of the coastal zones to guarantee its development, aggregating the various activities developed there, such as fishing, agriculture, livestock, handicraft, maritime transportation, and tourism.

Community development should be participatory and provide communities with the knowledge and skills for collective action and to seek joint solutions. The community-based ecotourism approach can be a catalyst for sustainable tourism and community well-being.

This thesis aims to understand tourism and community development through the roles played by various stakeholders, by adopting a qualitative approach. Information gathered through semi-structured face-to-face interviews proved to be of relevance. Authorities from the government, NGOs, as well as local community representatives from the municipality of Lautém in Timor-Leste were contacted. The information was collected using the Fataluku and Tetum languages. The interviews were recorded, transcribed, and translated into Portuguese. All this information was analysed in depth, through the grounded analysis, with the support of Nvivo 12 QSR.

The results of this study can be described in five dimensions. The first dimension illustrates 'community development', focusing on stakeholders' role in encouraging and increasing community knowledge and empowerment. The second dimension refers to 'building community-based ecotourism'. The third dimension focuses on 'sustainability', in its various dimensions: economic, environmental, social, and cultural. Here, the community builds its capacity to manage a green environment, being aware of waste management and environment conservation, promoting health, peace, quality of life and social capital, and developing its cultural heritage and identity. The fourth dimension also describes the implications of community development through 'access to the tourism market'. Finally, the fifth-dimension deals with 'social innovation' through access to technologies, knowledge, skills development, decision-making and problem-solving capacity. Some concluding remarks are presented, which seek to strengthen the conviction that community-based ecotourism can be a strategy to implement in order to ensure community development in a healthy and sustainable environment.

liafuan xâví

Turizmu, Ekoturizmu, Komunitade, Dezenvolvimentu Komunitáriu, Area Tasi Iibun, Municipiu Lautém, Timor-Leste

rezumu

Área tasi ibun iha país insular sira, liu-liu iha Timor-Leste, hanesan soin rekursu turizmu prinsipál oi-oin ne'ebé bele explora ho dalan sustentabilidade. Atu dezenvolve riku soin hirak ne'e, comunidade mós iha kuñsimentu klean no hatene kona-ba utilizaun poténsia tasi ibun sira hodi garante ba sira nia dezenvolvimentu, agrega ho atividade oin-oin ne'ebé comunidade sira halao iha area refere mak hanesan, peska, agrikultura, pekuária, artezanatu, transporte tasi, no turizmu.

Dezenvolvimentu komunitáriu, prefere partisipativu, hasa'e koñsimentu, no fó kompeténsia ba comunidade hodi hala'o asaun koletivu no buka solusaun hamutuk. Ho abordazen ekoturizmu baze komunitáriu sai hanesan katalizadór ba turizmu sustentabilidade no ba comunidade nia moris di'ak.

Teze ida-ne'e ho objetivu atu hatene turizmu no dezenvolvimentu komunitáriu liu husi dezempeñu papel hirak ne'ebé interveniente sira hala'o ho adopta abordazen kualitativa. Informasaun ne'ebé halibur liuhosi entrevista hasoru malu ho semiestrutura hatudu iha relevante ás.

Emar sira ne'ebé entrevista mai husi entidade Governu, ONG, no mós representante comunidade lokál sira iha munisípiu Lautém, Timor-Leste. Durante entrevista, uza dalen Fataluku no Tetúm hodi hatene informasaun klean, halo gravasaun, transkreve no traduz ba dalen portuguis. Informasaun hirak ne'e analiza ho klean liu husi analiza konteudu, prosede ho ferramenta Nvivo 12 QSR.

Rezultadu estudu ida-ne'e bele ilustra iha dimensaun lima. Dimensaun dahuluk, deskreve dezenvolvimentu komunitáriu foku liu ba papel interveniente sira hodi dudu no promove koñesimentu comunidade e empoderamentu. Dimensaun daruak, refere ba 'konstrusaun ekoturizmu baze komunitáriu'. Dimensaun datoluk, foku liu ba 'sustentabilidade' iha nia dimensaun oin-oin mak hanesan: ekonomia, ambiente, sosiál no kultura. Iha kazu ne'e comunidade hasa'e sira nia kapasidade atu jere ambiente ida ne'ebé iha kualidade di'ak, pasiénsia ba nesiedade jestaun lixu, conserva ambiente, promove saúde, iha paz, kualidade moris, kapitál sosiál, no mós dezenvolve sira nia heransa kultura no identidade. Dimensaun daha'at deskreve implikasaun dezenvolvimentu komunitáriu sira liu husi 'asesu merkadu turizmu'. Dimensaun dalima, koalia kona-ba 'inovasaun sosiál' liuhosi asesu teknolojia, koñesimentu, hasa'e abilidade, kapasidade foti desizaun no toman rezolve problema.

Aprezentaun balun iha konkluziun, koko atu buka hodi fortalese konfiánsa, katak, ekoturizmu baze komunitáriu bele sai hanesan estratéjia ne'ebé implementa ho hanoin atu garante dezenvolvimentu komunitáriu iha ambiente saudável ho sustentável.

ÍNDICE GERAL

Índice de figuras	xiv
Índice de tabelas	xvi
Lista de siglas e abreviaturas	xviii
Capítulo 1- Introdução.....	1
1.1 Tema e sua relevância	1
1.2 Objetivos	5
1.3 Metodologia	6
1.4 Estrutura da tese	7
Capítulo 2 - Desenvolvimento comunitário	10
2.1 Introdução	10
2.2 Comunidades e desenvolvimento comunitário	10
2.3 Turismo e desenvolvimento comunitário.....	14
2.4 Ecoturismo de base comunitária	18
2.5 Síntese conclusiva	20
Capítulo 3 - Zonas costeiras	22
3.1 Introdução	22
3.2 Conceito de zona costeira.....	22
3.3 Características e tipos das zonas costeiras	26
3.3.1 Características das zonas costeiras.....	26
3.4 Turismo em zonas costeiras	29
3.4.1 Tipos de turismo em zonas costeiras	29
3.4.2 Impactes do turismo nas zonas costeiras	30
3.5 Síntese conclusiva	33
Capítulo 4 - Turismo e desenvolvimento comunitário em zonas costeiras..	34

4.1	Introdução	34
4.2	Seleção e identificação da amostra documental.....	34
4.3	Métodos e abordagens utilizados	38
4.4	Análise temática	46
4.4.1	Desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras.....	46
4.4.2	Construção de ecoturismo de base comunitária nas zonas costeiras	49
4.4.3	Preocupação da comunidade para a sustentabilidade como forma de conduzir o desenvolvimento do turismo nas zonas costeiras.....	51
4.4.4	O desenvolvimento comunitário e o acesso ao mercado turístico pela comunidade nas zonas costeiras.....	52
4.4.5	O desenvolvimento comunitário e a inovação social nas zonas costeiras ...	54
4.5	Síntese conclusiva	56
Capítulo 5 - Metodologia		58
5.1	Introdução	58
5.2	Metodologia e seus fundamentos	58
5.3	FASE 1: Planeamento da investigação	60
5.3.1	Área e tema: sua justificação área de investigação	61
5.3.2	Revisão da literatura	61
5.3.3	Elaboração da proposta de investigação	63
5.4	FASE 2: Operacionalização da investigação	64
5.4.1	Determinação da questão e do objetivo geral da investigação	64
5.4.2	Amostra dos participantes e suas características	64
5.4.3	Fontes de dados.....	68
5.4.4	Técnicas de recolha de dados.....	68
5.4.5	Análise de conteúdo	93
5.5	FASE 3: Síntese conclusiva e reporte da investigação	100
Capítulo 6 - Caracterização do Município de Lautém		103
6.1	Introdução	103
6.2	Localização e divisão administrativa	104
6.3	Infraestruturas e serviços.....	106
6.3.1.	Acessibilidades	106
6.3.2.	Telecomunicações.....	108
6.3.3.	Energia elétrica	110
6.3.4.	Distribuição de água potável.....	112
6.3.5.	Serviços públicos	113

6.4	Recursos naturais	115
6.4.1	Relevo	115
6.4.2	Solo	116
6.4.3	Zona costeira.....	116
6.4.4	Hidrografia.....	117
6.4.5	Floresta.....	118
6.4.6	Clima.....	123
6.5	Características sociais	124
6.5.1	Habitação das comunidades.....	124
6.5.2	Saúde.....	128
6.5.3	Educação.....	130
6.5.4	Força de trabalho.....	131
6.6	Características económicas comunitárias.....	134
6.6.1	Setor agrícola	134
6.6.2	Setor pecuário	136
6.6.3	Setor pesqueiro.....	138
6.6.4	Capacidade empresarial	141
6.7	Turismo	142
6.7.1	Oferta turística	143
6.7.2	Procura turística	159
6.8	Síntese conclusiva	167
Capítulo 7 – Apresentação dos resultados		170
7.1	Introdução	170
7.2	Resultados da dimensão 1 – Desenvolvimento comunitário	171
7.3	Resultados da dimensão 2 – Construção do ecoturismo de base comunitária	175
7.4	Resultados da dimensão 3 – Sustentabilidade.....	177
7.5	Resultados da dimensão 4 – Acesso ao mercado turístico.....	184
7.6	Resultados da dimensão 5 – Inovação social	186
7.7	Síntese conclusiva	189
Capítulo 8 - Análise e discussão dos resultados.....		191
8.1	Introdução	191
8.2	Dimensão 1 – Desenvolvimento comunitário	194
8.2.1	Processo de envolvimento dos intervenientes (C1.1)	194
8.2.2	Construção de conhecimento (Comunitário) (C1.2).....	213
8.2.3	Empoderamento (C1.3).....	221

8.3	Dimensão 2 – Construção do ecoturismo de base comunitária.....	227
8.3.1	Observação inicial (C2.1)	228
8.3.2	Percepção da comunidade sobre os turistas (C2.2).....	229
8.3.3	Construção da infraestrutura (estrada) (C2.3).....	229
8.3.4	Desenvolver o ecoturismo de base comunitária baseada na evidência (C2.4)	231
8.3.5	Construção de alojamento e restaurantes (C2.5).....	232
8.3.6	Instalações (C2.6)	232
8.3.7	Benefícios do turismo (C2.7).....	233
8.3.8	Laboratório do turismo (C2.8)	233
8.3.9	Potencialidade do turismo (C2.9)	234
8.3.10	Qualidade do turismo (C2.10).....	235
8.3.11	Tara Bandu e o turismo (C2.11)	235
8.4	Dimensão 3 – Sustentabilidade	237
8.4.1	Economia (C3.1)	237
8.4.2	Ambiente (C3.2)	241
8.4.3	Sociedade (C3.3).....	250
8.4.4	Cultura (C3.4)	256
8.5	Dimensão 4 – Acesso ao mercado turístico pela comunidade costeira.....	261
8.5.1	Acesso ao financiamento (C4.1)	262
8.5.2	Informação e comunicação (C4.2)	263
8.5.3	Lugar de venda (C4.3)	264
8.5.4	Acesso as matérias-primas (C4.4).....	265
8.5.5	Promoção (C4.5)	266
8.5.6	Qualidade de bens e serviços (C4.6).....	267
8.5.7	Concorrência (C4.7).....	268
8.5.8	Tipos de produtos (C4.8)	269
8.5.9	Transporte (C4.9).....	271
8.6	Dimensão 5 – Inovação social.....	272
8.6.1	Acesso às tecnologias (pela comunidade) (C5.1)	274
8.6.2	Aumentar o conhecimento (C5.2).....	275
8.6.3	Capacidade de construir a casa e comprar novo barco (C5.3).....	275
8.6.4	Capacidade de resolver problemas (C5.4)	276
8.6.5	Promover a saúde (e a qualidade da vida) (C5.5)	277
8.6.6	Competência para negociar (C5.6)	278
8.6.7	Ética no serviço (C5.7)	279
8.6.8	Autonomia (C5.8)	279
8.6.9	Motivação (C5.9)	280
8.6.10	Mudança de comportamentos (C5.10).....	281
8.6.11	Poupança (C5.11).....	282
8.6.12	Profissionalismo (C5.12)	283

8.6.13	Transparência (C5.13).....	283
8.6.14	Vontade de trabalhar (C5.14).....	284
8.6.15	Capacidade de comunicar (C5.15).....	285
8.7	Síntese conclusiva.....	286
Capítulo 9 - Conclusão.....		288
9.1	Principais conclusões.....	288
9.1.1	Área de estudo.....	288
9.1.2	O desenvolvimento comunitário.....	289
9.1.3	Envolvimento dos intervenientes e da comunidade na construção do ecoturismo de base comunitária.....	290
9.1.4	Preocupações das comunidades locais sobre a sustentabilidade.....	291
9.1.5	O desenvolvimento comunitário e o acesso ao mercado turístico pela comunidade local.....	294
9.1.6	O desenvolvimento comunitário e a inovação social.....	294
9.2	Contributos.....	295
9.3	Desafios e limitações.....	297
9.4	Recomendações.....	299
Referências.....		303
Apêndices.....		320
Apêndice 0.1	Guião de entrevista.....	320
Apêndice 0.2	Declaração de investigação.....	323
Apêndice 0.3	Carta de pedido de entrevista.....	324
Apêndice 0.4	Lista de estabelecimentos de alojamento no município de Lautém.....	325
Apêndice 0.5	Lista de restaurantes no município de Lautém.....	326

Índice de figuras

Figura 0. 1 – Tipos de costa.....	28
Figura 0. 2 – Processo de investigação.....	60
Figura 0. 3 – Técnicas de recolha de dados.....	69
Figura 0. 4 – Localização da área de estudo.....	77
Figura 0. 5 – Diagrama de hierarquia dos principais temas.....	96
Figura 0. 6 – D1 – Desenvolvimento comunitário: Categorias e subcategorias.....	97
Figura 0. 7 – D2 – Construção do ecoturismo de base comunitária: Categorias.....	98
Figura 0. 8 – D3 – Sustentabilidade: categoria e subcategorias.....	98
Figura 0. 9 – D4 – Acesso ao mercado turístico: categoria.....	99
Figura 0. 10 – D5 – Inovação social: categorias.....	99
Figura 0. 11 – Caracterização do Município de Lautém.....	104
Figura 0. 12 – Mapa de Timor-Leste.....	104
Figura 0. 13 – Mapa dos postos administrativos do município de Lautém.....	105
Figura 0. 14 – Mapa de estradas de Timor-Leste.....	106
Figura 0. 15 – Uso da internet em Timor-Leste (% da população).....	109
Figura 0. 16 – Distribuição da água potável (% da população total).....	112
Figura 0. 17 – Mapa das praias do município de Lautém.....	116
Figura 0. 18 – Rede hidrográfica de Timor-Leste.....	118
Figura 0. 19 – Mapa florestal no município de Lautém.....	119
Figura 0. 20 – Parque Nacional Nino Konis Santana.....	121
Figura 0. 21 – Precipitação e temperatura em Timor-Leste (1991-2020).....	123
Figura 0. 22 – Habitação da comunidade do Suco Tutuala.....	125
Figura 0. 23 – Habitação da comunidade do Suco Com e a pousada Kati Guest House ..	125
Figura 0. 24 – Atrações turísticas no município de Lautém.....	144
Figura 0. 25 – Artesanato.....	148
Figura 0. 26 – Casa sagrado do município de Lautém.....	150
Figura 0. 27 – Mercados.....	152
Figura 0. 28 – Características do alojamento.....	156
Figura 0. 29 – Características da restauração.....	158
Figura 0. 30 – Chegadas de turistas internacionais a Timor-Leste.....	160

Figura 0. 31 – Chegadas de turistas a Timor-Leste, por país de origem	161
Figura 0. 32 – Motivação da viagem	162
Figura 0. 33 – Número de turistas na zona costeira do município de Lautém	164
Figura 0. 34 – Número de turistas na costa do município de Lautém, por país de origem	165
Figura 0. 35 – Razões da viagem para o município de Lautém.....	167
Figura 0. 36 – 5 Dimensões e suas definições	170
Figura 0. 37 – Discussão segundo as dimensões de análise	191
Figura 0. 38 – Reunião para a criação dos grupos beneficiários para o desenvolvimento Turismo em Tutuala	212
Figura 0. 39 – Formações ministradas pelos intervenientes	215
Figura 0. 40 – Construção da estrada pela comunidade	230

Índice de tabelas

Tabela 0. 1 – Conceitos associados às zonas costeiras.....	23
Tabela 0. 2 – Impactos positivos e negativos do turismo.....	31
Tabela 0. 3 – Distribuição das publicações por temas e anos.....	35
Tabela 0. 4 – Artigos focados em turismo e desenvolvimento comunitário	36
Tabela 0. 5 – Objetivos, design, resultados e abordagens	39
Tabela 0. 6 – Características dos participantes (entrevistas).....	66
Tabela 0. 7 – Técnicas de codificação.....	95
Tabela 0. 8 – Acesso à eletricidade, em 2019	111
Tabela 0. 9 – Distribuição de funcionários pelos serviços públicos.....	114
Tabela 0. 10 – Características da habitação.....	127
Tabela 0. 11 – Instalações de saúde.....	128
Tabela 0. 12 – Profissionais da saúde.....	129
Tabela 0. 13 – Número de escolas, estudantes e professores (público + privado)	130
Tabela 0. 14 – Força de trabalho por cada setor.....	132
Tabela 0. 15 – Produção de arroz e milho	134
Tabela 0. 16 – Características da plantação.....	135
Tabela 0. 17 – Características da pecuária	137
Tabela 0. 18 – Número de famílias no setor pesqueiro	139
Tabela 0. 19 – Tipos de equipamentos de pesca	140
Tabela 0. 20 – Empresas locais por setor, 2019	142
Tabela 0. 21 – Atrações turísticas naturais	145
Tabela 0. 22 – Atrações turísticas culturais.....	146
Tabela 0. 23 – C1.1 – Processo de envolvimento dos intervenientes - D1 Desenvolvimento comunitário	171
Tabela 0. 24 – C1.2 – Construção de conhecimento	173
Tabela 0. 25 – C1.3 – Empoderamento	174
Tabela 0. 26 – D2 – Construção do ecoturismo de base comunitária	176
Tabela 0. 27 – C3.1 Economia - D3 Sustentabilidade.....	178
Tabela 0. 28 – C3.2 Ambiente- D3 Sustentabilidade	179

Tabela 0. 29 – C3.3 Sociedade - D3 Sustentabilidade	181
Tabela 0. 30 – C3.4 Cultura - D3 Sustentabilidade	183
Tabela 0. 31 – D4 – Acesso ao mercado turístico	185
Tabela 0. 32 – D5 – Inovação social	187
Tabela 0. 33 – Competências e objetivos dos intervenientes (<i>Stakeholders</i>).....	196

Lista de siglas e abreviaturas

BNCTL	Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste
BIN	<i>Buka Ideia Negosiu</i>
CIDAC	Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral
CDE	Centros de Desenvolvimento Empresarial
CDV	Comitê de Desenvolvimento da Vila
CBT	<i>Community Based Tourism</i>
CCCE	Confiança da Comunidade Chobe Enclave
ETBC	Empresas de Turismo de Base Comunitária
DNDSC	Direção Nacional de Desenvolvimento do Setor Cooperativo
DNTP	Direção Nacional de Terras e Propriedades
DNPP	Direção Nacional de Política e Planeamento
ETBC	Ecoturismo de Base Comunitária
EDTL	Eletricidade de Timor-Leste
ESBT	Empresas Sociais Baseadas no Turismo
EUA	Estados Unidos da América
ENGIZC	Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira
FALINTIL	Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste
FAVS	Fundação Africana da Vida Selvagem
GNL	Gás Natural Liquefeito
GRNBC	Gestão dos Recursos Naturais Baseada na Comunitária
HIN	<i>Hadia Ita Nia Negosiu</i>
IADE	Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial
KIN	<i>Komesa Ita Nia Negosiu</i>
MAP	Ministério da Agricultura e Pesca
MTCI	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
OIT	Organização Internacional de Trabalhadores
ONG	Organização Não Governamental

PNC	Parque Nacional Chobe
PNDS	Plano Nacional de Desenvolvimento de Sucos
PNTL	Polícia Nacional de Timor-Leste
RAEOA	Região Administrativa Especial Oe-Cusse Ambeno
RIA	Repositório Institucional da Universidade de Aveiro
RCAAP	Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal
RDTL	República Democrática de Timor-Leste
RCS	Responsabilidade Corporativa Social
RGCI	Revista de Gestão Costeira Integrada
SEFOPE	Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego
SEA	Secretário Estado do Ambiente
SMASA	Serviços Municipais de Água, Saneamento e Ambiente
TIC	Tecnologias de Informação e Comunicação
TVTL	Televisão Timor-Leste
TBC	Turismo de Base Comunitária
UNWTO	<i>United Nation World Tourism Organization</i>
UNAMET	<i>United Nations Mission in East Timor</i>
UNTAET	<i>United Nations Transitional Administration in East Timor</i>

Capítulo 1- Introdução

1.1 Tema e sua relevância

Os oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), estabelecidos pelos países-membros da Organização das Nações Unidas (ONU) em 2000, pretendiam no seu conjunto a evolução do mundo rumo à eliminação da pobreza extrema e da fome no planeta. No que diz respeito aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, o turismo podia ser considerado como uma estratégia central para o desenvolvimento sustentável e a vida das comunidades (Buzinde *et al.*, 2014). Alguns Objetivos de Desenvolvimento do Milênio enfatizavam a redução da pobreza, o crescimento econômico ligado à proteção da vida terrestre e marinha nas zonas costeiras. Neste sentido, o turismo é uma forma ideal e crucial para incentivar a comunidade a obter gradualmente os benefícios de acordo com as suas competências, contribuindo para atingir os seus objetivos que devem estar alinhados com os do ODM.

Em reconhecimento dos desafios complexos de escala global, a ONU (2015) liderou o desenvolvimento da Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável, que inclui 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). Estes objetivos, definidos para serem alcançados até 2030, são muito diversos e têm agregados 169 metas e 232 indicadores.

Vários destes ODS têm ressonância particular no setor de turismo (UNWTO, 2005). Entre estes incluem-se o ODS 1 (Erradicação da pobreza), o ODS 4 (Educação de qualidade), o ODS 5 (Igualdade de gênero), o ODS 8 (Trabalho decente e crescimento econômico), o ODS 10 (Redução das desigualdades), o ODS 13 (Ação contra a mudança global do clima), o ODS 14 (Vida na água), o ODS 15 (Vida na terra), e ODS 17 (Parcerias para as metas).

Neste enquadramento dos ODS procura-se enfatizar a redução da pobreza e o crescimento econômico ligados à proteção da vida terrestre e marinha. Nesta perspetiva, o turismo responsável e o ecoturismo em particular, são encarados como um meio para atingir estes objetivos, servindo de catalisador na melhoria de qualidade de vida da comunidade, bem como pelo seu efeito multiplicador nos vários setores da economia (Mathew & Sreejesh, 2017).

A nível internacional, em 2019, o turismo na região da Ásia e Pacífico, movimentou 362 milhões de turistas, gerando um total de receitas situado nos 443 mil milhões de dólares, enquanto o continente europeu recebeu 744 milhões de turistas, gerando um total de 576 mil milhões de dólares em receitas turísticas (UNWTO, 2021).

De entre os turistas que viajaram para a região da Ásia e Pacífico, alguns visitaram Timor-Leste. Em 2018 um total de 75.000 turistas visitaram o país, gerando uma receita que rondou os 78 milhões dólares (UNWTO, 2021).

As informações sobre o crescimento de visitantes a nível mundial, especialmente na Ásia e Pacífico e na Europa, são uma boa base para refletir sobre boas práticas de turismo. Este conhecimento poderá ajudar a implementar um turismo em Timor-Leste, com os devidos ajustes ao seu particular contexto, de modo a proporcionar um desenvolvimento harmonioso, respeitando a cultura e o ambiente.

Este desafio faz apelo a todos, nomeadamente aos intervenientes no sector do turismo, especialmente ao governo de Timor-Leste, cujas políticas de turismo devem ter uma preocupação com a sustentabilidade, o respeito pela cultura, o desenvolvimento da economia e das competências de toda a população.

O turismo é um setor produtivo cujo valor se repercute a longo prazo, através da inovação e competitividade em contextos nacionais e internacionais (Brandão *et al.*, 2019).

Segundo vários autores (Hall, 2001; Zahedi, 2008), a maioria dos turistas procura as zonas costeiras para o seu lazer, férias e outras atividades.

Por outro lado, a massificação do turismo pode ter impactes negativos que afetam outros sectores, como o ambiente nas zonas costeiras (Zahedi, 2008). Assim, é preciso identificar e gerir a capacidade turística de modo a respeitar os tempos e os processos da Natureza das pessoas e das comunidades que habitam estas zonas costeiras.

O contexto da presente tese refere-se ao município de Lautém, em particular às suas zonas costeiras. Se o crescimento do número de turistas e a sua contribuição para o desempenho económico é um facto, tal fenómeno deve ser pensado, implementado e governado, de modo que tanto os direitos humanos das suas populações como o respeito pela Natureza sejam levados em conta. De notar que as comunidades que habitam estes espaços o fazem de acordo com o seu conhecimento e cultura ancestral que se baseia no equilíbrio entre a comunidade e o ambiente; tais características devem ser consideradas visto serem os vetores de um desenvolvimento sustentável.

A colaboração e participação entre as partes interessadas, pertencentes a vários setores como os ligados ao governo, à academia, à indústria e à sociedade civil, são aspetos estruturantes para uma harmonização entre a definição de políticas e sua implementação, tanto no planeamento territorial como nas políticas de Educação e Ciência, Tecnologia e Inovação. Pretende-se promover a economia de descarbonização, a economia do conhecimento e inovação que atendam às prioridades das comunidades. Assim o desenvolvimento das zonas costeiras, no município de Lautém, deve ser integrado no desenvolvimento de Timor-Leste e no contexto global.

Nestas zonas costeiras, o turismo pode ter um papel importante para a sobrevivência e desenvolvimento das comunidades costeiras, como as comunidades piscatórias, os negociantes de transporte marítimo, agricultura, pecuária, gastronomia e alojamento local, pequenos negócios, artesanato e guias de turismo. Albuquerque, Martins e Costa (2009) também se preocuparam com a zona costeira, sugerindo que o emprego, a inovação e a diversificação económica são as formas adequadas para mitigar os impactes negativos no ambiente, na sociedade e na cultura.

No contexto de Timor-Leste é preciso considerar a sua condição de recente independência, de um país em desenvolvimento, com deficientes oportunidades de emprego, mas com uma população que procura adquirir mais conhecimento.

Wollnik (2011) e Tolkach e King (2015) referenciaram que a capacitação e aquisição de competências dos timorenses é um investimento em capital humano que foi iniciada, mas que ainda é um processo em curso, para incrementar a qualidade e a quantidade dessas competências e incluir o maior número de timorenses.

O turismo e o desenvolvimento comunitário em países em desenvolvimento, como no caso de Timor-Leste, precisa realmente de contributos do conhecimento e de políticas de qualidade. Apesar de teoricamente se discutir o turismo de base comunitária (Tolkach & King, 2015), o turismo e as economias insulares emergentes (Currie, 2018), o turismo em Timor-Leste (Vong, 2014), ainda não tem consolidada uma base de conhecimento sobre o turismo no país e especificamente no município de Lautém. São diferentes tipos de turismo têm sido utilizados, como o turismo de base comunitária (CBT), ecoturismo e turismo sustentável para combater os efeitos negativos que podem ocorrer nas zonas costeiras. O que é fundamental, para que haja o desenvolvimento das comunidades e que os resultados

esperados do turismo tenham um impacto positivo, é o envolvimento da comunidade e dos intervenientes (Gohori & van der Merwe, 2020).

Por isso, o desenvolvimento comunitário é um objetivo a partilhar pelas comunidades de modo a incentivá-las a serem mais pró-ativas, tendo uma visão da importância do turismo no seu dia-a-dia, que vai para além de um potencial fator da sua sobrevivência.

É de salientar que as comunidades são conhecedoras, racionais, autónomas e devem participar ativamente em várias atividades tanto voluntárias como remuneradas, integrando o interesse pessoal e o interesse comum.

O estudo sobre uma comunidade específica é muito importante, para responder às preferências dos turistas e motivá-los a visitar um destino turístico. Este estudo poderá constituir uma ferramenta de desenvolvimento comunitário. Esta lacuna de conhecimento sobre a comunidade e o turismo já foi apontada por alguns autores: “há pouca literatura que explica o desenvolvimento do processo do turismo através das comunidades locais” (Aref 2010, p. 158).

Desenvolver a comunidade é um fator importante no contexto do paradigma do desenvolvimento sustentável, apresentando-se como uma oportunidade para mobilizar todo o potencial e dinâmica, especificamente das zonas costeiras, na criação e manutenção de diversas atividades de negócios turísticos que possam ajudar a reduzir a pobreza e a taxa de desemprego, promover competências locais, criatividade e inovação e também empoderar as comunidades (Aref *et al.*, 2010).

As potencialidades e a dinâmica da zona costeira do município de Lautém resultam num aumento promissor das visitas de turistas e na interdependência entre as comunidades e os visitantes. Especificamente, se for considerado um alinhamento entre os destinos turísticos costeiros, a gestão zona costeira integrada e o respeito pelos princípios da Agenda 21 e dos ODS, o turismo pode trazer benefícios direta e indiretamente para as comunidades e para o país. A tomada de consciência sobre a conservação, por meio do desenvolvimento e planeamento sustentáveis, pode ajudar a criar estruturas institucionais e definir estratégias de desenvolvimento apropriadas que garantam a normalização de comportamentos e atitudes na proteção dos recursos locais e na melhoria da qualidade de vida das comunidades (Malek & Costa, 2015). Uma ação coletiva ao nível comunitário pode levar à criação de novas atividades e incrementar o acesso ao mercado turístico,

através de uma tomada de consciência desenvolvida ao nível da comunidade, para promover a segurança alimentar, a qualidade da vida da comunidade e do seu rendimento (Gyau *et al.*, 2014; Markelova *et al.*, 2009).

Com os benefícios obtidos pela comunidade através do acesso ao mercado turístico, há uma relação de reciprocidade. A perceção de que um rendimento estável proporcionado pelo turismo faz com que a comunidade também se preocupe cada vez mais com a preservação do ambiente costeiro, tanto no âmbito da sua saúde, como numa visão ecologicamente correta para garantir a resiliência a longo prazo (Partanen, 2021). A comunidade toma consciência do seu produto turístico único e procura melhorar os seus serviços e produtos. Através da colaboração, aumenta a compreensão da comunidade sobre o território da zona costeira, o que pode ter impacte para o bem-estar individual e coletivo.

Neste contexto, esta tese procura dar resposta à seguinte questão de investigação: Como é que o ecoturismo de base comunitária pode contribuir para o desenvolvimento comunitário das zonas costeiras, através da intervenção de vários *stakeholders*?

Esta questão baseia-se no pressuposto que os vários intervenientes podem ter um papel importante na orientação das comunidades, mas são as próprias comunidades que devem pensar e decidir sobre o futuro da zona costeira, através de uma consciencialização sobre um território onde as pessoas possam viver em equilíbrio com a Natureza, garantindo uma qualidade de vida sustentável, desenvolvendo um sentimento de orgulho de pertença a uma comunidade local, indissociável da sua participação na comunidade global.

1.2 Objetivos

Relacionado com a questão de investigação foi identificado o objetivo geral que consiste em compreender como é que o ecoturismo de base comunitária pode ser implementado, com vista ao desenvolvimento comunitário, através do papel dos vários intervenientes nas zonas costeiras (com o caso de aplicação ao município de Lautém).

Para alcançar o objetivo geral, foram identificados os seguintes objetivos específicos:

- 1) Desenvolver um quadro conceptual do turismo e desenvolvimento comunitário em zonas costeiras, a aplicar no caso do município de Lautém.
- 2) Compreender como se poderá processar o desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras do município de Lautém.

- 3) Identificar o papel do envolvimento dos intervenientes (*stakeholders*) e da comunidade na construção do ecoturismo de base comunitária nas zonas costeiras do município de Lautém.
- 4) Analisar as preocupações das comunidades locais sobre a sustentabilidade (ambiental, cultural-social e económica), nas zonas costeiras do município de Lautém.
- 5) Compreender como se pode ligar o desenvolvimento comunitário e o acesso ao mercado turístico, pela comunidade local nas zonas costeiras do município de Lautém.
- 6) Compreender como se pode ligar o desenvolvimento comunitário e a inovação social comunitária, nas zonas costeiras do município de Lautém.

1.3 Metodologia

A metodologia é relevante para dar coerência e orientação a todo trabalho científico, através de uma definição do caminho a percorrer. Para além de ajudar a organizar o processo de investigação é uma ferramenta que garante a coerência interna de todo o trabalho, facilitando todas as atividades relacionadas com a investigação de campo levadas a cabo no litoral do município de Lautém.

O caminho percorrido pode ser apresentado como um processo dividido em três fases: F1 – Planeamento da investigação empírica, F2 – Operacionalização da investigação e F3 – Síntese conclusiva e reporte da investigação.

Na primeira fase (F1 – Planeamento da investigação) foram definidos a questão de investigação, o objetivo principal e os objetivos específicos. Foi decidido fazer uma revisão da literatura e um trabalho empírico no contexto estudado, inquirindo não só os intervenientes como os principais interessados, inseridos na comunidade. Deste conjunto de decisões resultou a proposta de investigação qualitativa a realizar.

Na segunda fase (F2 – Operacionalização da investigação empírica) procura-se compreender os ensinamentos da literatura, selecionada de acordo com a associação do tema turismo com o desenvolvimento comunitário, no contexto das zonas costeiras. A revisão da literatura é aqui encarada como parte estruturante da metodologia, especialmente na valorização da análise de conteúdo como técnica para extrair informação

sobre o estado de arte do tema em estudo (Pinho & Leite, 2014). Assim, para construir uma sólida base teórica, foi feita uma revisão da literatura, considerando o tema, a questão de investigação e os objetivos identificados. No capítulo dedicado à revisão da literatura estão desenvolvidos vários aspetos, nomeadamente a metodologia da revisão da literatura, os dados recolhidos e os resultados obtidos desta revisão da literatura, bem como os principais temas identificados.

Esta base teórica foi fundamental para prosseguir o trabalho empírico, nomeadamente na construção dos instrumentos, na seleção dos potenciais participantes, na forma de os abordar e no cuidado com a cultura das comunidades. A recolha e análise dos dados empíricos, que posteriormente foi feita, esteve ancorada numa revisão da literatura atualizada e estruturada conceptualmente (Costa *et al.*, 2019; Fornari & Pinho, 2022).

No caso presente, foram construídos os instrumentos de recolha de dados (guião de entrevista, ver Apêndice 0.1), o investigador deslocou-se a Lautém onde realizou as entrevistas, selecionando os entrevistados, fazendo a gravação das mesmas e posteriormente fazendo a transcrição e traduções. Após o tratamento dos dados, fez a sua análise e participou na sua validação, junto com outros investigadores.

De notar que nas pesquisas de campo, foram utilizadas as línguas Fataluku, Tétum e o português, de modo a facilitar a recolha de informações relevantes. Estas informações (traduzidas e transcritas) foram objeto de uma análise conteúdo, feita com o apoio do *software* Nvivo 12 QSR.

Na terceira fase (F3 – Síntese conclusiva e reporte da investigação) foi feito o reporte da investigação incluindo não só os resultados e sua discussão, mas também a identificação dos desafios encontrados e as recomendações. Reitera-se que esta tese é o resultado de um trabalho fundamental para a sua conclusão.

1.4 Estrutura da tese

Esta tese está dividida em oito capítulos. No primeiro capítulo é feita uma introdução salientando alguns aspetos, como o tema e sua relevância, os objetivos, a metodologia de investigação e a estrutura da tese.

No segundo capítulo, descreve-se o tema principal da tese que trata do desenvolvimento comunitário, abarcando alguns subtemas: comunidades e

desenvolvimento comunitário, o turismo e desenvolvimento comunitário, em especial o ecoturismo de base comunitária. Na síntese é reforçada a ideia do ecoturismo de base comunitária como um mecanismo que os intervenientes utilizaram para implementar os seus papéis através de envolvimento, do processo de capacitação e empoderamento.

No terceiro capítulo são abordados alguns temas relevantes sobre o conceito de zona costeira, suas características e tipos, tipos de turismo nas zonas costeiras e seus impactes.

O quarto capítulo trata da revisão de literatura sobre turismo e o desenvolvimento comunitário em zonas costeiras. É apresentada a metodologia usada para fazer esta revisão da literatura. São apresentados os resultados, nomeadamente a distribuição das publicações ao longo dos anos. Após a seleção de 18 artigos relevantes foi feita a sua análise identificando os temas selecionados, as palavras-chave e os métodos utilizados nesses artigos. Foi feita ainda uma análise temática, considerando cinco temas estruturantes: o desenvolvimento comunitário, a construção de turismo de base comunitária na zona costeira, a preocupação da comunidade com a sustentabilidade, como forma de implementar o turismo na zona costeira e desenvolvimento comunitário e à inovação social das comunidades costeiras, por último é feita uma síntese conclusiva.

O quinto capítulo refere-se à metodologia, nomeadamente os fundamentos metodológicos, o planeamento da investigação, a operacionalização da investigação síntese conclusiva e o reporte da investigação.

No sexto capítulo são apresentadas as características do caso estudo como por exemplo características gerais, infraestrutura, os recursos naturais, sociais, económicos e culturais turismo e síntese conclusiva.

No sétimo capítulo são apresentados os resultados do trabalho de campo, seguindo as cinco principais dimensões:

- (i) Desenvolvimento comunitário;
- (ii) Construção do ecoturismo de base comunitária;
- (iii) Sustentabilidade;
- (iv) Acesso ao mercado turístico;
- (v) Inovação social.

No oitavo capítulo é feita a discussão dos resultados, tendo em conta as dimensões, categorias e subcategorias.

Por fim, no nono capítulo, são apresentadas as considerações finais deste estudo e são feitas algumas recomendações. São ainda identificados os desafios e limitações do trabalho, bem como são propostas linhas para futuras investigações e aprimoramentos.

Capítulo 2 - Desenvolvimento comunitário

2.1 Introdução

O desenvolvimento comunitário e o turismo associam-se às realidades da vida das comunidades costeiras como uma estratégia de transformação social integrada com a gestão costeira, em termos de controlo, conhecimento e incentivo à tomada de decisões orientadas para os objetivos comuns. Neste capítulo são abordados os seguintes temas: comunidade e desenvolvimento comunitário, turismo e desenvolvimento comunitário e ecoturismo de base comunitária.

2.2 Comunidades e desenvolvimento comunitário

Em 1843, E. J. Hytche descreveu pela primeira vez a condição insatisfatória da comunidade, permitindo que os investigadores afinassem o conceito de comunidade. Inicialmente este conceito foi considerado segundo diversas perspetivas. Segundo o ponto de vista geográfico, aparece ligado a um local ou a um lugar. Outra perspetiva leva em consideração as interações as relações e o trabalho do grupo que visa atingir objetivos comuns (Stone & Nyaupane, 2014). Estas duas perspetivas, a localização geográfica e os objetivos comuns, devem ser levadas em conta, mas também é preciso considerar como as pessoas vivem em grupo, os seus hábitos, a sua cultura, o seu estilo de vida e as estruturas existentes e necessárias. Considerando a composição da comunidade, a comunidade é uma pequena unidade espacial, uma estrutura social homogénea com normas partilhadas e um interesse comum (Sherlock, 1999).

Matarrita-Cascante e Brennan (2012) definiram a comunidade como uma área geográfica onde vivem as pessoas e os recursos necessários para viver e progredir. Além disso, incluíram nesta definição os processos pelos quais os indivíduos estão envolvidos na distribuição e troca de recursos para satisfazer as necessidades e expectativas locais. A comunidade também é referida como capital social estruturado na confiança, nas redes e nos valores para alcançar um resultado coletivo (Stone & Nyaupane, 2016).

A comunidade costeira pode ser entendida como aquela que vive à beira-mar ou no litoral. Especificamente, é constituída por um grupo de povos autóctones que vivem junto

das zonas costeiras, com objetivos comuns e que interagem regularmente para satisfazer as suas necessidades quotidianas, aproveitando os recursos naturais das zonas costeiras. A comunidade tem as suas regras para viver em conjunto. A principal razão pela qual as comunidades vivem no litoral, ou junto ao mar, prende-se com a disponibilidade de recursos (económicos, sociais e culturais) existentes nestas zonas, o que leva à sua fixação ao longo de várias gerações.

No que diz respeito aos interesses comunitários, objetivos, hábitos de vida, organização estrutural e história, Scattergood (1930) apresentou a sua ideia sobre o desenvolvimento comunitário. Assumiu o projeto de uma vida comunitária como potencial para afetar o desenvolvimento comunitário de modo a proporcionar benefícios valiosos para a comunidade.

Matarrita-Cascante e Brennan (2012, p. 297) consideram o desenvolvimento comunitário como

um processo que implica organização, facilitação e ação, e que permite que as pessoas estabeleçam formas de criar a comunidade em que querem viver. É um processo que proporciona visão, planeamento, direção e ação de coordenação para os objetivos desejados, associados à promoção de esforços destinados a melhorar as condições em que os recursos locais operam. Como resultado, os intervenientes comunitários aproveitam os recursos locais económicos e físicos para garantir as necessidades diárias e responder às mudanças das necessidades e das condições.

Outra definição de desenvolvimento comunitário foi dada pelas Nações Unidas em 1955, considerando-o como “um processo concebido para criar condições de progresso económico e social para toda a comunidade com a sua participação ativa e a maior dependência possível da iniciativa comunitária” (United Nations, 1955, p. 6). Mais recentemente, o desenvolvimento comunitário é considerado um processo pelo qual os membros da comunidade colaboram na tomada de medidas coletivas, bem como no desenvolvimento de soluções para problemas comuns que enfrentam enquanto se dedicam à elaboração de políticas, planeamento, desenvolvimento de programas e avaliação (Gohori & van der Merwe, 2020).

A partir destas diversas definições é possível argumentar que os objetivos de desenvolvimento comunitário são: (i) criar autoconfiança, (ii) gerar um sentimento de orgulho, entusiasmo e paixão pelo trabalho, (iii) aumentar a dinâmica para construir, e (iv) melhorar o bem-estar da comunidade. Destes quatro pontos mencionadas pode entender-se

que uma comunidade não serve apenas para satisfazer as necessidades imediatas dos seus membros, mas também deve ter uma orientação em atividades que garantam o futuro das gerações vindouras. O desenvolvimento comunitário também pode ser uma alternativa viável para responder às limitações da comunidade e aumentar a identidade comunitária, procurando a justiça social e a defesa dos direitos humanos.

O desenvolvimento comunitário é considerado como um processo que não aparece de repente, mas que é iniciado pela comunidade ou pelas partes interessadas. As comunidades têm ativos de iniciativa e de capital (Stone & Nyaupane, 2016), a nível humano, cultural, dos recursos naturais, do artesanato ou do capital social. Contudo, as partes interessadas devem dar apoio para criar conhecimento e sensibilizar as comunidades para a criação de valor sustentável. As partes interessadas podem ser uma organização, grupos ou indivíduos, que afetam ou são afetados, num processo de procura de objetivos comuns (Ngo *et al.*, 2018).

A presença dos intervenientes é importante de modo a orientar as comunidades a serem independentes, e a permitir e construir a capacidade de progredir para uma forma equilibrada de bem-estar (Wondirad *et al.*, 2020). O envolvimento das partes interessadas no desenvolvimento da comunidade, implica a colaboração, o consenso e a confiança por parte da comunidade anfitriã, para fazer valer o interesse da comunidade. O desenvolvimento comunitário pode assumir várias formas, nomeadamente ser considerado como um processo de capacitação e de empoderamento por meio dos intervenientes.

A capacitação é uma forma de libertar as comunidades de vários problemas sociais, tais como a pobreza, a falta de competências, a saúde pública, o conhecimento empresarial, as oportunidades de acesso a financiamento, bem como lidar com as catástrofes naturais. Como afirmado por Hatton (1977), o empoderamento comunitário através da educação é um instrumento para ultrapassar os problemas psicológicos, económicos, sociais e culturais. Esta visão chamou a atenção de diferentes autores para usarem a abordagem empoderamento como um processo de apoio ao desenvolvimento e aumento das capacidades comunitárias (Ahmad & Abu Talib, 2015). O empoderamento comunitário precisa da criação de capacidades (Conger & Kanungo, 1988), e ser um processo de mudança (Lord & Hutchison, 1993) para que as pessoas possam controlar as suas vidas (Page & Czuba, 1999). A partir do problema social, o processo de capacitação comunitária

nas zonas costeiras pode ser realizado em três fases: sensibilização, reforço das capacidades e empoderamento económico.

A fase de sensibilização pode ser feita através da socialização, das atividades sociais, da criação de grupos de trabalho, formação, *workshops* ou seminários sobre a importância do turismo na vida das pessoas, por exemplo. Esta consciência é uma necessidade em Timor-Leste, onde o sector do turismo está a emergir desde 2007 e a perceção da comunidade em relação ao turismo ainda é baixa, particularmente em áreas remotas (Vong, 2014), o que tem afetado a consciência e independência da comunidade. Este processo de sensibilização destina-se a sensibilizar as pessoas para o valor do turismo através do seu potencial ambiental, económico, social e cultural.

Passando para a segunda fase, de acordo com Sail e Abu-Samah (2010), a capacitação tem a ver com a construção de capacidades, o que significa a capacidade de fazer algo. A capacitação tem um significado muito amplo, mas está relacionada tanto com o desenvolvimento comunitário como com o desenvolvimento do turismo (Ghaderi *et al.*, 2018). O capacitação é um instrumento que pode aumentar a capacidade das pessoas estarem conscientes a enfrentar desafios relacionados com a existência do turismo e proporcionar melhores condições de vida. Por outro lado, “a capacidade como nível de competência, capacidade e conhecimento são necessários para atingir os objetivos comunitários” (Balint, 2006, p. 140). As capacidades necessárias nas comunidades costeiras são:

(i) a gestão organizacional, porque as organizações das comunidades precisam melhorar as suas competências para liderar em termos de planeamento e tomada de decisão;

(ii) a qualidade dos serviços. A qualidade é um fator crítico para o sucesso de qualquer atividade na medida em que a satisfação depende muito das expectativas dos clientes. A insatisfação do cliente devido a serviços deficientes pode levar a alterações no desempenho do negócio e pode ter efeitos adversos na competitividade. Por exemplo, o turismo depende da hospitalidade e especialmente de serviços de qualidade.

(iii) a formação financeira. Saber atribuir preços e valor a cada produto no mercado é básico para qualquer negócio. Para além disso é preciso conhecimentos de contabilidade e de gestão de investimentos. As empresas precisam de ser competitivas.

(iv) a formação das empresas. Compreender as necessidades de uma comunidade é uma forma de melhorar e comprometer os indivíduos com a sua área profissional. Por vezes, quem detém empresas tem um conhecimento limitado sobre como desenvolver os seus produtos e inovar, e fracas capacidades para expandir os seus negócios. Se todas as capacidades mencionadas forem desenvolvidas, ou seja, se as comunidades tiverem essas competências, poderão comprometer-se e realizar as suas atividades, uma vez que a capacidade comunitária, como um todo, está intimamente ligada ao desenvolvimento comunitário (Aref & Gill, 2010).

A terceira fase é o empoderamento económico. Esta fase é muito importante porque, depois de observarem que as comunidades possuem capacidades quando se trata de compreensão, conhecimento e competências, podem ser capacitadas através de fundos financeiros ou materiais para que possam construir capacidade para os negócios, nomeadamente no setor do turismo. O turismo proporciona espaço para as comunidades melhorarem as suas competências, para que os resultados possam capacitá-los económica, ambiental, social e culturalmente (Butler, 2017).

2.3 Turismo e desenvolvimento comunitário

O turismo é uma atividade complexa que pode ser vista como um grande sistema, que inclui várias componentes (económica, ecológica, política, social e cultural), devendo ser promovido para o desenvolvimento e a melhoria do bem-estar das comunidades.

O turismo é um setor produtivo que é essencial para melhorar o crescimento económico através das indústrias (Brandão *et al.*, 2019). Este crescimento deve incentivar a comunidade indígena a participar ativamente neste processo, trazendo as suas competências, através da criatividade, herança e património cultural (Barbieri *et al.*, 2020), que está ligada à multidisciplinaridade (Korstanje *et al.*, 2016; Leiper *et al.*, 2008).

Em 1947, Cooper abordou o turismo no *Journal of Geography*, argumentando que o turismo faz parte de uma indústria que cria produtos de viagens (Cooper, 1947). No entanto, o conceito de turismo continua a ser debatido entre os autores.

A Organização Mundial do Turismo (OMT) definiu o turismo como “as atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes de seu entorno habitual, por um período de tempo consecutivo inferior a um ano, tendo em vista

lazer, negócios ou outros motivos” (UNWTO, 1993, p. 1). Mais recentemente a OMT evidencia que o turismo se refere à atividade dos visitantes, definindo visitante como “uma pessoa que viaja para um destino principal fora do seu ambiente habitual, por uma duração inferior a um ano, com qualquer finalidade principal (lazer, negócios ou outro motivo pessoal) que não seja de exercer uma atividade remunerada” (UNWTO, 2008, p. 10). Por outro lado, o turismo também pode ser considerado como o “estudo da procura e oferta de alojamento e serviços de apoio para aqueles que ficam longe de casa, e os padrões resultantes de despesas, criação de rendimento e emprego” (Ryan, 1991, citado por Tribe, 1999, p. 76).

As definições apresentadas anteriormente ligam o turismo a dois aspetos – visitação e atividade. Em primeiro lugar, as visitas são viagens feitas por turistas dentro e fora do país para obter experiências, motivação, melhorar a saúde, prazer e atualizar a vida, baseadas em necessidades específicas. Towner (1995) acrescentou que os turistas que percorrem milhares de quilómetros gastam muito tempo e energia para obter o que querem porque têm dinheiro, e viajar é visto como uma atividade de prestígio. Em segundo lugar, através das visitas turísticas surgem outras atividades, realizadas por empresários, anfitriões ou comunidades, que têm de preparar produtos e serviços de qualidade, apoiados em recursos naturais disponíveis.

A taxa da mobilização dos turistas (visitas), nacionais ou internacionais, depende da atração dos recursos naturais, dos elementos feitos pelo homem, dos eventos ou dos transportes (Leiper, 1990). O turismo tem impacto em outros setores e o seu crescimento é interdependente, ou seja, cria um efeito multiplicador num destino (Rusu, 2011). Do ponto de vista pragmático, podemos compreender que o turismo é um elemento com grande importância para a economia, para melhorar a oferta e a procura, e para aumentar a satisfação entre turistas e produtores (anfitrião, comunidade, empreendedores turísticos).

Observando o conceito e os benefícios do turismo, não só os turistas atualizaram os seus desejos através do lazer, as comunidades locais também podem aproveitar essa oportunidade para providenciarem os produtos turísticos que os turistas desejam e ter lucro. O que é mais importante, e deve ser examinado em mais profundidade, tal como salientam Mair e Reid (2007), é que o turismo é um mecanismo para o desenvolvimento comunitário (Oliveira & Silva, 2010).

O turismo é muitas vezes referido pelos autores como uma indústria de grande importância, mas também é um mecanismo e ferramenta de desenvolvimento comunitário com abordagens de processo, métodos, programa, e movimento ou ação (Bhattacharyya, 2020; Mair & Reid, 2007). O desenvolvimento comunitário pode usar várias abordagens:

- Processo. Mostra que o desenvolvimento comunitário é visto como um processo que passa de um estágio para outro, ou de uma condição para outra; nesta abordagem processual o desenvolvimento comunitário é um movimento progressivo, com critérios específicos para atingir objetivo comum.
- Métodos. O desenvolvimento comunitário é visto como um método. Que para atingir um objetivo comum pode passar por um processo, mas também suportado por várias ferramentas.
- Programa. O desenvolvimento comunitário é visto como um programa quando o desenvolvimento comunitário tem um conjunto de procedimentos e uma série de atividades na área do turismo ou em relação com as mudanças social.
- Movimento. O desenvolvimento comunitário é visto como um movimento quando o desenvolvimento comunitário é direcionado como uma elaboração dos valores e objetivos comuns.

Qualquer das abordagens usadas para o desenvolvimento comunitário deve ter em conta a orientação para a prática na sua implementação nas zonas costeiras, respeitando os princípios tais como “prática anti opressiva, proteção ambiental, rede, acesso e escolha, trabalhar a partir de perspectivas comunitárias, priorizando as questões das comunidades em situação de pobreza e exclusão social, promoção de mudança de longo prazo, combater as desigualdades e apoiar a ação coletiva” (Gilchrist, 2003, p. 22).

A discussão sobre o turismo e desenvolvimento comunitário tornou-se uma questão crescente nos estudos de desenvolvimento. O turismo pode ser visto como uma transformação social no âmbito do desenvolvimento comunitário, estimulando as comunidades a se preocuparem com a sustentabilidade para um futuro mais progressivo e equitativo. Além das abordagens mencionadas acima, é possível pensar em outras duas abordagens no desenvolvimento comunitário: abordagem de baixo para cima (*bottom up*) e abordagem de cima para baixo (*top down*).

A abordagem de baixo para cima (*bottom up*) geralmente é eficaz para atingir as metas de curto prazo e está na consecução da solução substantiva de problemas. Essa

abordagem de baixo para cima é considerada eficaz quando o alvo são mudanças fundamentais, como conhecimento, crenças, atitudes, intenções e iniciativas, e também baseada nos princípios de ecologia, justiça social e direitos humanos (Nikkhah & Redzuan, 2009). Nesta perspectiva é considerada como uma abordagem radical mais prática, para acelerar a solução do problema que acontece no terreno e a maior parte da atividade é desenvolvida pela comunidade, cabendo ao governo o papel de facilitar e supervisionar. As organizações não governamentais existentes no território devem ser mais ativas na resolução dos problemas que a comunidade enfrenta (Boon *et al.*, 2013). Por vezes, na implementação de soluções falta a gestão e a supervisão ao nível da própria comunidade, o que pode contribuir para a continuidade de dependência da comunidade em relação a instituições do governo, em vez de uma criação de autonomia capacitada.

A abordagem de cima para baixo tem como foco a comunidade. Essa abordagem engloba uma decisão política de nível macro que responde ao problema social em geral e segue um sistema burocrático de desenvolvimento da comunidade ao nível mais baixo, ou seja, a atividade principal de desenvolvimento é iniciada pelo governo ou autoridade (Nikkhah & Redzuan, 2009). Nesta perspectiva, a boa governação e a burocracia devem estar focadas no desenvolvimento. Mas, por vezes, na execução do programa para o desenvolvimento da comunidade existem atrasos e a tomada decisão é lenta, o que afeta a comunidade (por exemplo, demora na execução do orçamento para prevenção do risco de desastres naturais, combate a crimes ambientais, saúde e capacitação), verificando-se alguma passividade na execução da atividade por parte do interveniente do governo.

Uma terceira abordagem, a abordagem conjunta (de baixo para cima e de cima para baixo/parceria) (Nikkhah & Redzuan, 2009) é mais flexível para o desenvolvimento comunitário. Nesta perspectiva a presença do turismo na zona costeira é assumida pela própria comunidade conduzindo as suas iniciativas, acompanhadas por organizações não governamentais e pelo governo. Há uma ação de motivação da comunidade que já tem iniciativa e o governo também pode executar o seu programa de acordo com as competências que existem para desenvolver comunidade.

A abordagem de baixo para cima (*bottom up*) à partida parece ser a ideal quando a comunidade está capacitada, mas em termos práticos a abordagem conjunta (parceria) parece ser mais eficaz para acelerar o desenvolvimento comunitário em termos de mudança

no território, envolvimento, empoderamento, acesso mercado e inovação, e bem-estar (Gilchrist, 2003).

Aref *et al.* (2010) apresentam outras abordagens do turismo e do desenvolvimento comunitário, nomeadamente a abordagem de autoajuda e a abordagem de assistência técnica. A autoajuda é um esforço para melhorar o bem-estar, expectativas e objetivos de indivíduos e grupos, enquanto a assistência técnica pretende reforçar as competências e capacidades individuais, de grupos ou de organizações para satisfazer as suas necessidades. As agências governamentais e outros intervenientes (*stakeholders*) têm uma grande variedade de papéis, em diferentes áreas, para responder a vários desafios, o que os obriga a uma intervenção que traga benefícios às comunidades. A presença de entidades governamentais e de outros intervenientes não deve tornar as comunidades dependentes de programas ou fundos, mas antes as instituições devem tomar ações através de uma orientação para que as comunidades possam seguir o caminho da autoajuda e da autonomia. Esta assistência técnica pode ajudar a implementar a abordagem turística e o desenvolvimento comunitário, com base na procura do bem-estar e da capacitação (Brocklesby & Fisher, 2003).

De notar que no capítulo referente à revisão da literatura (o capítulo 4 - Capítulo 4 – Turismo e desenvolvimento comunitário em zona costeira) este tema será desenvolvido na sua relação específica com o setor. O turismo, especialmente o ecoturismo de base comunitária, aparece associado com o desenvolvimento comunitário, pois pode promover meios de subsistência alternativa da comunidade, por meio de iniciativas que envolvam as comunidades locais, na conservação da ecologia e da biodiversidade em áreas mais frágeis e naturais em troca do fornecimento de incentivos económicos, garantindo a autonomia alimentar da comunidade local (Bansal & Kumar, 2013; Ngo *et al.*, 2019; Tran & Walter, 2014).

2.4 Ecoturismo de base comunitária

O conceito geral do turismo é um conceito guarda-chuva, onde se enquadra o ecoturismo. Neste trabalho adota-se a seguinte definição abrangente de Ecoturismo de Base Comunitária: “engloba a sustentabilidade ambiental e a sustentabilidade cultural e

social, preocupando-se com o envolvimento e os benefícios locais, a equidade social, a justiça distributiva e o controle do setor de turismo” (Mtapuri & Giampiccoli, 2019, p. 1).

O ecoturismo, por vezes, enfrenta um desafio no que diz respeito às instalações ou infraestruturas, à comunicação, à deficiente educação, à promoção e à incipiente contribuição institucional (Dłużewska & Giampiccoli, 2021; Neger, 2021). O turismo de base comunitária (*community-based tourism - CBT*) foi comumente usado para antecipar os potenciais impactes, no presente e no futuro, de modo a estimular a comunidade local a gerir os recursos na zona costeira como fonte económica para a inclusão social ao longo do tempo. O ecoturismo, combinado com o turismo de base comunitária (CBT), podem garantir a sustentabilidade, dando origem ao conceito de ecoturismo de base comunitária (*community-based ecotourism - CBE*). Neste caso, a intenção não é só gerir o turismo de forma que este contribua para a economia, mas também equilibrar a preservação ecológica e o bem-estar da comunidade. Tal posicionamento requer o envolvimento de todos os intervenientes, como governo, ONG, setor privado, líderes locais e as comunidades locais envolvidas.

O ecoturismo de base comunitária é um facilitador de criação de um produto de qualidade, estruturado no respeito da economia do ambiente e dos aspetos sociais e culturais das comunidades. Este tipo de turismo enfatiza o papel ativo da comunidade para gerir equitativamente os recursos naturais e, em simultâneo, ser um produto turístico, com benefícios coletivos, tangíveis ou intangíveis (Boonratana, 2010).

Um ecoturismo de base comunitário bem-sucedido assenta num elevado nível de competências e de preparação da comunidade. Sen e Walter (2020) referem que o ecoturismo baseado na comunidade pode ser implementado nas comunidades locais através da transformação do conhecimento, numa aprendizagem aplicada ao negócio existente nas comunidades, com vista a contribuir para a conservação, proteção e para a redução dos impactes ambientais.

O ecoturismo de base comunitária nasce da esperança de que o turismo pode trazer benefícios para a comunidade se esta se consciencializar sobre como aplicar o conhecimento para explorar os recursos naturais, sociais e culturais de modo a proporcionar oportunidades de emprego aos residentes locais (Kontogeorgopoulos, 2005). Com a sensibilização da comunidade para o ambiente, esta pode beneficiar dos serviços

ambientais, porque a atenção dada à sustentabilidade pode criar várias atividades económicas no litoral.

O ecoturismo de base comunitária facilmente promove iniciativas comunitárias porque se trata de uma abordagem que se constrói com base na vida da comunidade (Sakata & Prideaux, 2013). É um modelo de turismo que reflete sobre os procedimentos de vida das populações locais, sobre os seus valores culturais e que apoiam a natureza para contribuir para o desenvolvimento sustentável.

O ecoturismo de base comunitária é um conceito relevante quando aplicado no contexto de países em desenvolvimento, como é o caso de Timor-Leste. A situação económica e ambiental das suas comunidades, e nomeadamente das comunidades costeiras, pode ser considerada como estando numa fase inicial, devido à falta da socialização regulamentação ou de supervisão por parte das autoridades. Como resultado desta situação surgem impactes negativos nos territórios, concretamente nas zonas costeiras, nomeadamente no ambiente e na comunidade. O desenvolvimento comunitário pode gerar um espírito criativo e empreendedor capaz de responder às exigências da economia global em que o financiamento, a informação e os serviços circulam rapidamente e onde a competitividade em cada área pode gerar rendimentos (Breda, 2010).

2.5 Síntese conclusiva

As comunidades costeiras são uma componente das populações que habitam nas zonas costeira. No entanto, muitas vezes enfrentam vários problemas em termos de bem-estar, equidade, educação e limitações de recursos económicos, onde em geral a principal fonte de subsistência é o mar.

Através das limitações que existem, o desenvolvimento comunitário é apresentado como um processo de empoderamento por meio de desenvolvimento do conhecimento, mas também como uma ferramenta para erradicar a pobreza e orientar a comunidade num processo de ação conjunta para alcançar objetivos comuns.

O turismo pode ser visto como uma indústria para promover o crescimento económico a longo prazo, mas também pode ser um mecanismo e uma ferramenta para o desenvolvimento comunitário, em termos de processos, métodos, movimentos e programas

que visa ter um impacto positivo na comunidade, de modo a promover o seu acesso ao mercado, numa base de inovação social.

Defendemos que o ecoturismo de base comunitária pode contribuir para o desenvolvimento sustentável da comunidade, pode ser um mecanismo para incentivar a comunidade a ser mais independente, mas também para facilitar a comunidade a criar produtos turísticos de qualidade e respeitar estruturalmente a sustentabilidade de forma justa nos aspetos ambientais, económicos e socioculturais.

Capítulo 3 - Zonas costeiras

3.1 Introdução

Neste capítulo são abordados dois conceitos estruturantes da presente tese: zonas costeiras, e turismo em zonas costeiras. Na secção sobre a zona costeira descreve-se este conceito, as suas características, tipos e importância. A secção de turismo em zonas costeiras discute os tipos de turismo aí desenvolvidos e os impactes do turismo nas zonas costeiras.

3.2 Conceito de zona costeira

A faixa costeira, sendo um ambiente frágil e dinâmico, devido a interação entre características marinhas e terrestres, está a receber cada vez mais atenção a nível global. Essa atenção é devida, não só a o local onde se concentra a população humana, mas também por ser uma área de elevado risco devido aos impactos das alterações climáticas, destacando-se por isso a necessidade crítica de formar uma estrutura de gestão sistemática dessas áreas (Bekci, 2021).

A largura da faixa costeira varia em função da sua tipologia, albergando uma vegetação variada em função dos sistemas costeiros em que se desenvolve e fazendo parte da mesma (Sharpley, 2005). A sua uma componente marinha pode ir desde as águas costeiras até às zonas húmidas, sendo uma fronteira com a terra seca onde se desenvolve flora e fauna e onde os habita também a espécie humana, é por isso uma fonte de vida que deve ser protegida (Snyman & Bricker, 2019).

Por outro lado, a zona costeira é uma paisagem geográfica (Lakshmi & Shaji, 2016), formada pelo encontro entre a terra e o mar, constituída tanto por áreas secas como submersas, que ainda são influenciadas pelas características do mar (marés, brisas marítimas, etc.) (Neumann *et al.*, 2017).

O conceito de zona costeira pode ser abordado de diversas perspetivas. Para além de poder variar de acordo com o enquadramento científico, também pode variar de acordo com o contexto setorial, levando a que conceitos próximos sejam frequentemente usados dependendo da circunstância em que são usados (Martins, 1998). Cada país opta pela sua

própria definição deste conceito, tanto em termos do quadro legal como dos instrumentos de planeamento ou mesmo dependendo dos seus utilizadores (Post, & Lundin, 1996).

No contexto português, o relatório “Bases para a Estratégia da Gestão Integrada das Zonas Costeiras” (2006), adota diversos conceitos associados à área costeira, como por exemplo, litoral, zona costeira, orla costeira e linha de costa (Tabela 0.1) (Gomes, 2007). Esses conceitos foram posteriormente integrados na Estratégia Nacional de Gestão Integrada da Zona Costeira de Portugal (ENGIZC, 2009).

Tabela 0.1 – Conceitos associados às zonas costeiras

Conceitos	Definições
Litoral	Termo geral que descreve porções do território que são influenciadas direta e indiretamente pela proximidade do mar.
Zona costeira	Porção de território influenciada direta e indiretamente em termos biofísicos pelo mar (ondas, marés, ventos, biota ou salinidade) e que pode ter para o lado de terra largura tipicamente de ordem quilométrica e se estende, do lado do mar, até ao limite da plataforma continental.
Orla costeira	Porção do território onde o mar exerce diretamente a sua ação, coadjuvado pela ação eólica, e que tipicamente se estende para o lado de terra por centenas de metros e se estende, do lado do mar, até à batimétrica dos 30 m (englobando a profundidade de fecho).
Linha costa	Fronteira entre a terra e o mar; materializada pela interceção do nível médio do mar com a zona terrestre.

Fonte: Gomes (2007, p. 16) e ENGIZC (2009)

Observando estas quatro definições verificamos que existe um ponto comum, a interação entre mar e a terra que se influenciam mutuamente, constituindo uma zona alargada a ser levada em conta de modo particular. Assim, o desenvolvimento deste território contempla diferentes políticas relacionadas com a conservação e uso das suas características biofísicas, socioeconómicas e de gestão territorial. Numa perspetiva biofísica, considera-se a zona costeira como uma área de interação entre a terra e o mar, numa dinâmica de ecossistema local em interdependência com o ecossistema global.

Relativamente a Timor-Leste não há ainda uma definição legal de zona costeira adotada pelas entidades governamentais. Na pesquisa sobre o quadro legal aplicável a este espaço geográfico não se encontrou uma definição de zona costeira, que a permita localizar e mapear.

No âmbito dessa pesquisa foram identificados alguns documentos legais, promulgados pelo governo e o parlamento de Timor-Leste, que abordam a zona costeira ou área costeira:

- A Lei n.º 13/2017 sobre o Regime Especial para a Definição da Titularidade dos Bens (Parlamento Nacional, 2017) no artigo 8.º alínea 3, parte d), indica que integram o domínio público: “as praias e a faixa da orla marítima e do contorno de ilhas, ilhéus, baías e estuários, medida da linha das máximas preia-mares, observando uma faixa de proteção de 50 metros para o interior do território”.
- O Decreto-Lei n.º 5/2016 de 16 de março, que estabelece o regime jurídico aplicável à criação e gestão do Sistema Nacional de Áreas Protegidas, integra área costeira nas áreas protegidas. Assim, no seu artigo 2.º classifica como áreas protegidas “as parcelas definidas de terra, água doce, zonas húmidas, ecossistemas costeiros ou marinhos ou qualquer combinação destes ecossistemas, que se destinem à proteção e conservação da biodiversidade terrestre ou marinha (...)” (Governo de Timor-Leste, 2016c).
- A Lei de Bases do Ambiente, Decreto-Lei n.º 26/2012 de 4 de Julho, refere no seu artigo 18.º (ordenamento do território), nos parágrafos 3-5: “*No ordenamento e edificação das zonas comerciais industriais são tidas em conta as necessidades ambientais (...)*”; “*O ordenamento e o planeamento das zonas interiores deve (...)* ter em conta os eventuais impactos que os mesmos podem ter nas zonas costeiras”; “*O ordenamento do território deve ter em conta as particulares necessidades da costa marinha e dos ecossistemas marinhos*” (Governo de Timor-Leste, 2012b).

Do ponto de vista das políticas socioeconómicas as zonas costeiras e marinhas são áreas estratégicas para o desenvolvimento económico sustentável (Torres-Bejarano *et al.*, 2018), para a qualidade e competitividade (Simancas Cruz *et al.*, 2018), na perspetiva do turismo como fator do desenvolvimento e inovação dos destinos (Brandão *et al.*, 2019) com forte significado na vida das pessoas (residentes e visitantes). A maioria dos municípios de Timor-Leste interagem com o mar (11 municípios que correspondem a 85%). Os restantes dois municípios localizam-se nas terras altas do interior da ilha. Porém estes poderão beneficiar do desenvolvimento das zonas costeiras se este for implementado de modo sustentável, participativo e integrado com o restante território nacional.

A gestão territorial do município de Lautém deve levar em conta que apenas o Posto Administrativo de Luro não tem fronteira com o mar, enquanto os outros quatro postos administrativos (Lautém-Moro, Lospalos, Tutuala e Iliomar), são banhados pelo mar.

Timor-Leste tem uma extensa linha de costa 706 km, o que resulta numa grande área costeira e conseqüentemente num recurso com potencial de desenvolvimento, para os seus residentes e membros das comunidades. Estas comunidades consideram esta área como terra herança onde está enraizado o seu património cultural o que, de acordo com Ferreira da Silva *et al.* (2022), constituem riquezas das comunidades.

Considerando estes vários aspetos as políticas da zona costeira devem envolver a comunidade e os intervenientes. O conhecimento sobre estas áreas e suas dinâmicas deve incluir conhecimentos ancestrais e capacitar a população para um desenvolvimento sustentável destas frágeis zonas costeiras.

A gestão das zonas costeiras deve ser realizada com base numa abordagem interdisciplinar que envolva também os vários domínios da ciência: economia, ecologia, engenharia, sociologia, direito e política. Torna-se ainda fundamental fazer a integração deste conhecimento interdisciplinar com a sabedoria local. Esta sinergia será o motor da gestão, do planeamento, implementação, monitorização e avaliação contínua, de modo a contribuir para o sucesso das políticas de ordenamento do território costeiro, em conformidade com os regulamentos existentes. A importância da compreensão e identificação das zonas costeiras é um primeiro passo para organizar e gerir de forma integrada.

A zona costeira é também uma área pública que pode ser acedida por todos, incluindo turistas. Esta área tem potencial físico para promover experiências turísticas nas praias, mar, florestas e na beleza dos parques que constituem espaços únicos. A acessibilidade por transporte terrestre e marítimo é uma condição para o desenvolvimento destes espaços turísticos que por sua vez têm impacte em outros setores. Neste espaço público todos podem interagir e expressar as suas necessidades através de atividades turísticas e outros negócios relacionados com o litoral. Janmaimool e Chudech (2020) reforçaram que para desenvolver as zonas costeiras não há só uma abordagem, mas antes deve-se contemplar múltiplos aspetos, como a gestão costeira, o conhecimento comunitário, a preocupação da comunidade e o alinhamento das políticas costeiras com a sustentabilidade costeira.

Recentemente o conceito de economia azul, reforça a necessidade de olhar para a zona costeira numa perspectiva de ecossistema. No relatório das Nações Unidas é dada uma definição de economia azul sustentável como “uma economia baseada no oceano que fornece benefícios sociais e econômicos distribuídos de forma equitativa para as gerações atuais e futuras, ao mesmo tempo em que restaura e protege o valor intrínseco e a funcionalidade dos ecossistemas costeiros e marinhos” (United Nations, 2021).

3.3 Características e tipos das zonas costeiras

As zonas costeiras são uma fonte de vida e lugar de criação de produtos turísticos, capazes de estimular o interesse dos turistas. Mas esta área é frágil, tanto a nível ambiental como sociocultural. O Decreto-Lei n.º 5/2020 de 6 de fevereiro, sobre Organização e Funcionamento da Comissão de Terras e Propriedades, trata especificamente o regime jurídico de proteção e biodiversidade (Governo de Timor-Leste, 2020). Este instrumento legal é um mecanismo para responder aos perigos que podem ocorrer na zona costeira, devido a ação humana. Neste texto existe a preocupação de conservar a riqueza costeira para contribuir a sustentabilidade no litoral. Este decreto aborda a conservação da biodiversidade e o uso sustentável das suas componentes, que são as bases fundamentais para garantir que os ecossistemas continuam a prestar os serviços ambientais necessários à sua sobrevivência, como o fornecimento de água doce e alimentos, o sequestro de gases com efeito de estufa, a prevenção da erosão do solo, entre outros.

A importância de prestar atenção às zonas costeiras, nos seus variados aspetos geográficos, ecológicos, geológicos, biológicos e biofísicos, visa proporcionar a manutenção da biodiversidade ambiental e a sobrevivência da comunidade.

3.3.1 Características das zonas costeiras

Post e Lundin (1996) ao referirem-se à zona costeira, elencaram várias características:

1. As zonas costeiras são sempre dinâmicas, com atributos biológicos, químicos e geológicos que mudam frequentemente.
2. Nas zonas costeiras existem geralmente solos arenosos. O solo arenoso é poroso e tem poucos nutrientes.

3. Nas zonas costeiras lodosas só plantas adaptadas à alternância da maré e resistentes à salinidade se conseguem aí desenvolver, por exemplo, as plantas de mangal.
4. A costa faz parte integrante das bacias hidrográficas, constituindo o território de ligação entre os rios, os lagos, e o mar.
5. Recifes de coral e mangueais, por exemplo, servem de barreira à energia das ondas, protegendo a terra e seus ecossistemas.
6. A areia na zona costeira deve ser gerida de modo evitar a poluição provocada tanto pelo período de seca, como pelo excesso de turistas.
7. As zonas costeiras são áreas de forte erosão, provocada tanto pelas grandes ondas como pelas cheias fluviais. Tal pode ser minimizado pela manutenção dos manguais e outras sistemas húmidos costeiros.
8. Esta erosão pode causar deslocamento de terras e também a destruição da vegetação costeira.
9. Ventos fortes, provocam elevação do nível de mar com impacto nas habitações e instalações comunitárias da costa, bem como nos barcos tradicionais.
10. A água extraída para consumo humano junto à costa pode estar afetada pela salina o que lhe dá um sabor salgado, não sendo potável.
11. As alterações climáticas afetam em particular as zonas costeiras, nomeadamente com a subida do nível do mar.
12. As zonas costeiras, se habitadas irregularmente pela comunidade, devem ter em conta a sua capacidade de carga.

O conhecimento destas características deve suportar a determinação de políticas justas que proporcionem benefícios para as comunidades. Com esse objetivo têm sido levadas a cabo ações de reflorestação, de intensificação do conhecimento sobre os serviços dos ecossistemas costeiros para que as pessoas se sintam “donas” do espaço e não mantenham a utilização desregrada do litoral que o degrada. Um dos fatores que causa danos ambientais ao litoral é a falta de conhecimento e a pobreza. Quando as pessoas permanecem presas no limiar da pobreza podem fazer qualquer coisa para responder às necessidades de sobrevivência. A destruição das árvores muitas vezes é feita como recurso para obter a lenha, para a construção de habitação e mesmo como técnica agrícola num sistema de queimadas. A comunidade pode realizar ações com impactos negativos no futuro mais ou menos próximo, porque não têm outra alternativa. Tipos de costa, a zona

costeira pode ser classificada em dois tipos principais: costa baixa – marcada por um relevo de baixa altitude e costa alta – marcada por um relevo alto com um declive mais ou menos acentuado diretamente ligado ao mar (arriba, escarpa) (RGCI, 2022).

Nestes dois tipos de costa podem desenvolver diferentes formas litorais. Na costa baixa podem desenvolver-se entre outras, praias de areia com ou sem sistema dunar interior, barreiras arenosas, ilhas-barreira, restingas, lagunas, deltas, sapais ou mangais, plataformas de abrasão. Em costa alta podemos encontrar, arribas (escarpas), plataformas de abrasão elevadas, farilhões, grutas, cabos, entre outros. No município de Lautém existe uma grande variedade de formas costeiras, tanto de costa baixa, como alta, como por exemplos praias arenosas (de areias brancas e pretas) e praias de cascalho, plataformas de abrasão elevadas e farilhões (Figura 0.1). As praias de areias brancas com uma topografia relativamente plana são propícias para as atividades turísticas, para a habitação da comunidade, mas também para a conservação e proteção de fauna marinha, como as tartarugas (desova), e os veados que vivem na Ilha de Jaco e na praia de Suco Com e constituem uma atração turística (Figura 0.1, nº 1 a 3).

Na área de Suco Mehara podemos encontrar praias de cascalho que atingem temperaturas elevadas, com pouca vegetação e animais. A Figura 0.1, nº 4 mostra esse tipo de praia, aí pudemos observar um tubarão morto. Em áreas lodosas abundantes em nutrientes geralmente associadas a estuários desenvolvem-se mangais como é o caso de Leusari, no posto administrativos Lautém Moro.

Figura 0. 1 – Tipos de costa



Fonte: Feliciano do Céu (2019)

A tipologia de costa alta está representada no Suco Serelau, Boi ho Mau, e no Suco Ira-Ara no posto administrativo de Lautém-Moro a (Figura 0.1, nº 5), com arribas íngremes talhadas pela ondulação. Para além das arribas encontramos ainda farilhões e ou pequenos rochedos, formas residuais da linha de costa mais antiga que foi recuando devido à erosão costeira. Este tipo de costa localiza-se na zona norte no município de Lautém, por exemplo, ao sul de Sa'a Lara, *Zone Beach*, e em vários locais em torno de Valu Sere, em Tutuala (Figura 0.1, nº 6).

Esta diversidade de formas costeiras constitui um recurso ambiental, social e cultural que pode contribuir para a criação de diversificados produtos turísticos.

3.4 Turismo em zonas costeiras

Os turismos em zonas costeiras podem estar associados ao desenvolvimento da vida de comunidade e ao desenvolvimento do turismo sustentável.

A zona costeira contém potenciais atrativos turísticos como o mar, as areias, o sol, as paisagens, a biodiversidade natural no mar e em terra, o património cultural, a gastronomia local. A criatividade da comunidade deve estar direcionada para promover a zona costeira desenvolvendo o turismo que valorize um ambiente sustentável.

O turismo na zona costeira precisa de ser gerido de forma adequada e integrada, com a participação de todos os setores existentes na zona costeira, de modo a estimular todas as suas potencialidades e atrações turísticas. Para além de fornecer serviços de qualidade ao turista, os benefícios do turismo devem reverter a favor das comunidades e do país.

A existência de turismo na zona costeira, se bem gerida no âmbito do envolvimento da comunidade e dos intervenientes, pode ser concebido como um recurso económico duradouro, pois este território é a zona mais procurada pelos turistas que pretendem usufruir das suas férias e tempo lazer, criando a de a comunidade promover negócios de pequena, média e grande dimensão com a forte competitividade, considerando a zona costeira como a zona económica especial.

3.4.1 Tipos de turismo em zonas costeiras

Existem várias tipologias de turismo costeiro, como por exemplo, o turismo balnear, o turismo náutico, o turismo de mergulho, o turismo de pesca, e o turismo desportivo. Estas tipologias de turismo podem ser desenvolvidas baseadas em princípios de ecoturismo e turismo de base comunitária

O turismo balnear inclui atividades tanto na praia como no mar, que é considerado o ativo principal. De acordo com Hall (2001), este tipo de turismo está intimamente relacionado com o turismo marinho que abrange as atividades que ocorrem nas águas costeiras, como natação, banhos de sol e atividades físicas de lazer e desporto.

Por outro lado, o turismo náutico agrega um conjunto de atividades realizadas por turistas em portos ou no mar, utilizando embarcações de tipologias diversas para navegar ou realizar atividades de recreio, desporto ou lazer (Luković, 2012).

Todo o tipo de atividades turísticas realizadas na praia e/ou no mar servem um propósito de fruição ou auto entretenimento, mas por outro lado têm consequências tanto a nível ambiental como social e cultural, (Oliveira, M. 2013).

3.4.2 Impactes do turismo nas zonas costeiras

A zona costeira pela sua beleza e singularidade atrai os turistas a usufruírem deste ecossistema humano e natural (Ferreira da Silva *et al.*, 2022), onde se incluem as comunidades costeiras. A motivação para procurar experiências na areia e no mar (Torres-Bejarano *et al.*, 2018) define esta área como um local turístico com impactes positivos.

As crescentes necessidades diárias dos turistas, no contexto de Timor-Leste, especialmente no litoral, chamam a atenção de todas as partes interessadas. Timor-Leste, em especial o município de Lautém, é banhado por um mar de água fresca e limpa, onde a flora e a fauna são ainda naturais, de uma estética singular, condições proporcionadas pelas comunidades que respeitam os princípios ancestrais de utilização das praias e natureza.

Timor-Leste é um país insular, cuja capacidade de carga é diminuta, o que chama a atenção para a necessidade de uma governança e gestão de qualidade. A presença de turistas na zona costeira traz impactes positivos e negativos que podem ser estruturados nas dimensões ecológica, económica e sociocultural (Tabela 0.2).

Várias fontes mencionadas por Andreck *et al.* (2005) explicam que o turismo tem um impacto positivo, nomeadamente quando incentiva as comunidades a preocuparem-se com a natureza, a aprender como a proteger e cuidar, a usar várias formas para amar o ambiente, bem como sensibilizar a comunidade para os benefícios de um ambiente saudável para os seres humanos, através de serviços de ecossistemas na zona costeira.

A comunidade percebe que poderá haver um impacto positivo através dos serviços da proteção dos ecossistemas (Almeida García *et al.*, 2015), porque ao atuarem de forma

cuidadosa com o ambiente, promovem um serviço de qualidade que influencia o aumento do número de turistas possibilitando à comunidade oferecer os seus produtos, criar oportunidades de emprego, expandir o seu negócio aumentando o rendimento e contribuir para o desenvolvimento sustentável.

Tabela 0. 2 – Impactos positivos e negativos do turismo

Impacte Positivo:		
Ecológica	Económica	Sociocultural
Promover a consciencialização ecológica; Proteção e conservação da vida selvagem e do ambiente costeiro Ambiente verde Saúde ambiental Controlo da poluição Promover a gestão de resíduos	Oportunidades de emprego; promover a geração de rendimentos (<i>income generation</i>) na comunidade. Valor acrescentado; Câmbio Criar efeito multiplicador; Criar atividades; motivar para a promoção de competências. Competição / colaboração Melhoria das infraestruturas; Arte local e promoção artesanal	Melhorar o capital social do turista e comunidade; Conhecimento acrescido Melhoria da autoconfiança Promover igualdade género Preservar a estética da arte e da cultura Preservar monumentos, lugares rituais e história Inovar instalações e comportamento comunitário
Impacte negativo:		
Ecológica	Económica	Sociocultural
Na terra: Erosão, Lixo, Poluição, Ruído. Caça furtiva da fauna Apropriação de terras Autenticidade da paisagem alterada Capacidade de carga limitada	Mais empregos sazonais Inflação e imitação de preços Aumento da dependência Elevado consumo de produtos de importação Competição injusta	Alienação Exploração cultural e imitação de estilo turístico Estética da cultura destruída Venda de antiguidades Padrão de liquidação irregular Criação de conflitos Assédio e exploração sexual Sentimento de inferioridade Droga e alcoolismo
Dentro do mar: Poluição marinha Degradação da biodiversidade no mar Descarga de água poluída para o mar (saneamento) Lixo no mar e restos de redes de pesca danificadas deixadas no mar		

Fonte: Adaptado de Almeida García *et al.* (2015)

São vários os impactes positivos que as comunidades sentem a nível sociocultural (Ferreira da Silva *et al.*, 2022), nomeadamente, ganhar novas experiências, aumentar o conhecimento, preocupar-se com a herança cultural, preservar os atributos culturais, promover a igualdade de género e promover o capital social dentro da comunidade (Brankov *et al.*, 2019). As comunidades também sentem os impactes positivos da presença do turismo, mas também é importante que a comunidade esteja atenta sobre os possíveis

impactes negativos que ocorrem a nível ambiental, económico e sociocultural (Zahedi, 2008). As fontes dos impactes negativos, que ocorrem no litoral, podem advir das atividades humanas (Burak *et al.*, 2004).

Os impactes negativos na zona costeira, resultado das ações humanas sobre a natureza, devem ser previstos. Tradicionalmente as pessoas queimavam a floresta situada na montanha, o que causava incêndios e degradação dos solos. Os solos degradados não conseguem reter as chuvas e provocam inundações e deslizamentos de terras. Para além disso o turismo de massas provoca poluição, tanto no mar como em terra, degradando o ambiente e as condições de vida das populações residentes. O fator humano pode assim ter um impacto negativo se o uso dos recursos naturais não salvaguardar a sustentabilidade ambiental e das comunidades. Os recursos naturais são limitados e requerem conhecimento e respeito pelos princípios dos direitos humanos para a sua melhor gestão.

A ausência ou deficiente de gestão de território, nomeadamente das zonas costeiras, tem efeitos a curto e longo prazo.

As fontes dos impactes mencionadas revelam como as zonas costeiras são muito vulneráveis, sujeitas a vários riscos, desastres naturais com um impacto negativo na vida humana, tanto em termos de saúde como de segurança alimentar, económica e social.

Ao identificar os impactes negativos deve-se procurar anulá-los ou minimizá-los. A identificação dos impactes positivos leva à necessidade de implementar ou incrementar uma perspetiva de equilíbrio entre as necessidades humanas e os recursos naturais existentes. Algumas abordagens revelaram que a maioria dos impactes negativos são devidos ao fraco envolvimento das comunidades, à deficiente coordenação e à elaboração de políticas desconectadas das comunidades e do contexto natural e local.

Eagles (1997) sugeriu que o desenvolvimento comunitário é importante no planeamento da implementação do ecoturismo. O desenvolvimento comunitário, partindo do planeamento, de decisões políticas públicas adequadas e de ações sociais orientadas para o interesse comum, devem considerar a potencialidade do ecoturismo de base comunitária, como uma alternativa para garantir a sustentabilidade na zona costeira.

3.5 Síntese conclusiva

A interação entre terra e mar, pode desempenhar um importante papel no desenvolvimento de benefícios para as comunidades das zonas costeiras nomeadamente através da criação de condições para a atividade turística principalmente de turismo balnear.

Os ecossistemas costeiros apresentam uma variedade de características que providenciam serviços (serviços ecossistémicos) de suporte a uma variedade de atividades humanas como seja, por exemplo, o estabelecimento de comunidades. Do ponto de vista económico, o fornecimento de recursos sustenta um conjunto de atividades de logística, de transação comercial, transporte marítimo, pesca, turismo e cultura.

A zona costeira é particularmente sensível a catástrofes naturais e a ações humanas negligentes que fazem com que ocorram impactes negativos para a sobrevivência das comunidades costeiras, no âmbito social, cultural, económico e ambiental.

De modo a prevenir e evitar estes impactes negativos é necessário construir o quadro legal (regulamentos e fiscalização) orientador do uso deste espaço e promover e implementar uma gestão costeira. O ecoturismo de base comunitária pode funcionar como um mecanismo para prevenir os impactes negativos e incrementar os positivos, uma vez que as iniciativas deste tipo de turismo devem ser participativas, possibilitando às comunidades fortalecer a sua sabedoria local e aproveitar o conhecimento adquirido através de ações de capacitação. O acesso ao mercado é assim uma forma para melhorar a economia das comunidades costeiras, reduzir o risco de degradação ambiental, aumentar a resiliência da comunidade, reduzir os efeitos das mudanças climáticas e, deste modo, melhorar a sustentabilidade na zona costeira.

Capítulo 4 - Turismo e desenvolvimento comunitário em zonas costeiras

4.1 Introdução

A transformação social é uma questão que há muito tem sido debatida, várias abordagens são usadas para encontrar as soluções mais adequadas para a vida das comunidades. O turismo tornou-se um instrumento a considerar para acelerar a transformação social, mas quando se planeia a implementação do turismo é preciso considerar os potenciais impactes negativos no ambiente, na economia, na sociedade e na cultura. Nas zonas costeiras surgem frequentemente grandes desafios para as transformações sociais. O turismo, em certas comunidades, pode de facto funcionar como um mecanismo para resolver problemas sociais, maximizando os seus benefícios e minimizando os impactes negativos. No entanto, ainda não existe uma conceptualização aceite sobre como o turismo pode ser um catalisador para o desenvolvimento sustentável da comunidade.

O capítulo 4 apresenta uma revisão sistemática da literatura sobre o turismo como fator do desenvolvimento comunitário. Pretende-se identificar as contribuições teóricas a aplicar na implementação de estratégias de desenvolvimento nas comunidades das zonas costeiras, especificamente no município de Lautém em Timor-Leste. O objetivo principal da revisão da literatura é estabelecer o estado de arte no âmbito destes temas, bem como identificar os principais conceitos estruturantes. Este capítulo é composto por esta introdução, seleção e identificação da amostra documental, abordagem metodológica usada nesta revisão da literatura, posteriormente são apresentados os resultados e feita a sua discussão, seguindo os cinco principais temas que emergiram da análise.

4.2 Seleção e identificação da amostra documental

Esta revisão, que assumiu a forma de revisão sistemática, usou a estratégia de análise de conteúdo dos artigos, de modo a explorar os conceitos relacionados com o turismo e o desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras. Na verdade, há muitos artigos sobre

desenvolvimento comunitário com uma abordagem positivista, mas preferiu-se a abordagem construtivista.

Iniciamos a pesquisa com a recolha de artigos, posteriormente filtramos e selecionados os artigos relevantes a serem analisados em maior profundidade, considerando o tema, o título, o resumo, os objetivos, o *design* de investigação, os resultados encontrados pelos autores e as conclusões (Camprubí & Coromina, 2016).

A informação foi recolhida via *Scopus*, uma base referencial com ampla cobertura de vários campos científicos, para encontrar, analisar e visualizar a investigação (Elsevier, 2020). Esta base de dados foi consultada em julho de 2020, tendo sido usadas como palavras-chave “turismo” e “comunitário”; “turismo” e “desenvolvimento comunitário”, “turismo” e “desenvolvimento comunitário” e “zonas costeiras”.

Selecionaram-se apenas trabalhos das áreas das Ciências Sociais, Artes & Humanidades, Gestão de Negócios e Contabilidade, limitando-se a pesquisa a um período de 10 anos (2011-2020). Foram recolhidos 412 artigos que posteriormente foram analisados, tendo em conta as palavras-chave. Desta análise resultou a distribuição destes artigos, segundo três temas: (i) “turismo” e “comunitário”; (ii) “turismo” e “desenvolvimento comunitário”; (iii) “turismo” e “desenvolvimento comunitário” e “zonas costeiras” (Tabela 0.3). Tendo em conta o tema, e através da leitura do resumo, das palavras-chave e explorando o seu conteúdo, foram selecionados 18 artigos relevantes, os quais foram analisados de modo mais aprofundado.

Tabela 0. 3 – Distribuição das publicações por temas e anos

Ano de publicação	“Turismo” e “comunitário”	“Turismo” e “desenvolvimento comunitário”	“Turismo”, “desenvolvimento comunitário” e “zonas costeiras”	Documentos considerados relevantes para a análise
2011	29	7	0	1
2012	33	14	1	0
2013	36	10	0	0
2014	37	15	0	2
2015	36	13	0	1
2016	50	18	0	3
2017	57	18	0	3
2018	45	15	2	2
2019	56	11	0	4
2020	33	10	3	2
Total	412	131	6	18

Fonte: Elaboração própria (2020)

A Tabela 0.3 mostra que havia 412 artigos relacionados com o turismo e a comunidade, dos quais 131 estavam relacionados com o turismo e o desenvolvimento comunitário. No entanto, analisando especificamente o turismo e o desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras, apenas seis artigos estavam disponíveis. Este número indica que ainda há muito espaço para fazer investigação e estudar a relação entre estes temas no contexto das zonas costeiras.

Verifica-se que a maioria dos artigos foram publicados entre 2016 e 2019 nas seguintes revistas ligadas ao turismo, ao desenvolvimento comunitário e zonas costeiras: *Journal of Sustainable Tourism*, *Journal of Community Development*, *Journal of Sport & Tourism* e na *Annals of Tourism Research* (Tabela 0.4).

Analisando as palavras-chave e conteúdos das publicações, em cada tipo de revista, descobrimos que muitas palavras estavam relacionadas com o desenvolvimento comunitário e o turismo, mas a área das ciências sociais, económicas, de gestão e de negócios precisam de ser fortalecidas, devido especificamente o turismo e desenvolvimento comunitário que integra nas zonas costeiras muito menos. Vários autores referiam-se às atividades realizadas em zonas costeiras, mas por vezes não se referiam ao desenvolvimento comunitário (Brandão *et al.*, 2019; Carneiro *et al.*, 2016; Tolkach & King, 2015).

Tabela 0. 4 – Artigos focados em turismo e desenvolvimento comunitário

Autores	Título	Palavras-chave (em português)	Publicação	Local estudo
Barbieri <i>et al.</i> (2020)	Práticas de Turismo Sustentável nas Comunidades Indígenas: O Caso dos Andes Peruanos	Sustentabilidade; impactos turísticos; redes; Peru; turismo de base comunitária (TBC)	<i>Tourism Planning & Development</i>	Peru
Dahles <i>et al.</i> (2020)	Empreendedorismo social e turismo no Camboja: avanço do envolvimento da comunidade	Participação comunitária; desenvolvimento comunitário; turismo comunitário responsável; empreendedorismo social; Camboja	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	Camboja
Chilufya <i>et al.</i> (2019)	Turistas e desenvolvimento comunitário: responsabilidade social corporativa ou responsabilidade social turística?	Turista; Responsabilidade Social Corporativa; Desenvolvimento Comunitário; Hotéis; Fiji; Zâmbia	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	Fiji
Agyeman <i>et al.</i> (2019)	Áreas protegidas e redução da pobreza: O papel do ecoturismo nas comunidades locais no Gana	Ecoturismo; meios de subsistência; comunidade local; parque nacional; redução da pobreza	<i>Community Development</i>	Gana

Autores	Título	Palavras-chave (em português)	Publicação	Local estudo
Brandão et al. (2019)	Inovação e internacionalização como estratégias de desenvolvimento para destinos turísticos costeiros: O papel das redes organizacionais	Inovação; Redes de Internacionalização; Análise de redes sociais; Destinos turísticos costeiros	<i>Journal of Hospitality and Tourism Management</i>	Aveiro, Portugal
Imbaya et al. (2019)	Capacitação para o crescimento inclusivo em iniciativas de turismo de base comunitária na Quênia	Comunidade; Capacitação; Turismo de base comunitária	<i>Tourism Management Perspectives</i>	Quênia
Chami (2018)	Envolvimento comunitário e Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Gestão do Património: Grutas Calcárias Amboni, Tanzânia	Envolvimento da comunidade; gestão patrimonial; desenvolvimento sustentável; Gruta calcária de Amboni; Tanzânia	<i>African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure</i>	Tanzânia
Ngo et al. (2018)	Marketing colaborativo para o desenvolvimento sustentável de empresas de turismo de base comunitária: vozes do campo	Com base na Comunidade; marketing colaborativo das empresas de turismo; lacuna de conhecimento; sustentabilidade; Vietname	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	Vietname
Xue et al. (2017)	Desenvolvimento turístico e mudança de identidade rural na China	Desenvolvimento comunitário; Identidade; Vale rural de Chongdu	<i>Annals of Tourism Research</i>	China
Duffy et al. (2017)	Desenvolvimento comunitário através do agro-ecoturismo em Cuba: uma aplicação do quadro das capitais comunitárias	Agro-ecoturismo; agroecologia; agricultura; quadro de capitais comunitários; desenvolvimento comunitário; Cuba	<i>Journal of Ecotourism</i>	Cuba
Butler (2017)	Fomentar o capacitação e capacitação da comunidade através do turismo: perspetivas de Dullstroom, África do Sul	Desenvolvimento turístico; África do Sul; capacitação; capacitação de construção	<i>Journal of Tourism and Cultural Change</i>	África do Sul
Stone & Nyaupane (2016)	Áreas protegidas, turismo e meios de subsistência da comunidade: uma abordagem de análise abrangente	Capitais comunitários; áreas protegidas; turismo baseado na vida selvagem; meios de subsistência da comunidade; turismo sustentável; mapeamento de ativos da comunidade	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	EUA
Carneiro et al. (2016)	Desenvolvimento do turismo desportivo e sustentabilidade do destino: o caso da zona costeira da região de Aveiro, Portugal	Turismo desportivo; sustentabilidade; pequenas empresas; zonas costeiras; Aveiro	<i>Journal of Sport and Tourism</i>	Aveiro, Portugal
Towner (2016)	Participação comunitária e destinos turísticos emergentes do surf: um estudo de caso das Ilhas Mentawai	Desenvolvimento turístico sustentável; participação da comunidade; destinos emergentes; as Ilhas Mentawai; surf turismo	<i>Journal of Sport and Tourism</i>	Indonésia
Tolkach & King (2015)	Reforço do turismo comunitário numa nova nação insular baseada em recursos: Porquê e como?	Comunidade; Rede de turismo; desenvolvimento comunitário; Timor-Leste	<i>Tourism Management</i>	Timor-Leste
Stone & Nyaupane (2014)	Repensar a comunidade na gestão de recursos naturais baseados na comunidade	Gestão de recursos naturais de base comunitária (CBNRM); desenvolvimento comunitário; participação da comunidade; conservação participativa	<i>Community Development</i>	EUA
Tran & Walter (2014)	Ecoturismo, género e desenvolvimento no Norte do Vietname	Ecoturismo; Análise de género; desenvolvimento comunitário; género e desenvolvimento	<i>Annals of Tourism Research</i>	Vietname

Autores	Título	Palavras-chave (em português)	Publicação	Local estudo
Stone et al. (2011)	Empresas de turismo de base comunitária: desafios e perspectivas de participação comunitária; Khama Rhino Sanctuary Trust	Desenvolvimento comunitário; participação da comunidade; turismo comunitário; conservação; desenvolvimento económico; investigação qualitativa	<i>Journal of Sustainable Tourism</i>	Botsuana

Fonte: Elaboração própria

4.3 Métodos e abordagens utilizados

É de interesse analisar qual a metodologia usada em cada artigo pois esta constitui um mecanismo de recolha de informação de várias fontes e é uma forma de encontrar respostas para um determinado problema, colocando em prática as conclusões finais. Snyder (2019) acrescentou que a metodologia serve de orientação da literatura, para compreender o problema, para recolher informação de forma credível e relatar o conhecimento existente, sendo o bloco de construção de todas as atividades de investigação académica. Nesta secção são apresentadas as análises dos 18 artigos segundo os métodos e as abordagens utilizados (Tabela 0.4).

(i) *Métodos utilizados*

Verifica-se que a maioria dos investigadores usou a abordagem qualitativa, para tentaram compreender de modo aprofundado um fenómeno social relacionado com a vida das comunidades. Foram usados dados primários e secundários.

Em geral, foram usadas entrevistas semiestruturadas e aprofundadas para obter dados de qualidade da comunidade, empresários, agricultores, as entidades governamentais, ONG, guias turísticos, gerentes de hotéis e proprietários de restaurantes. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas a inquiridos chave, através de questões abertas. A entrevista semiestruturada permite expressar livremente as suas opiniões, mas com foco na temática de investigação (Tinsley & Lynch, 2001). Outros estudos também recolheram informação através de grupos focais (*focus group*), seminários, reuniões *online* e por telefone (Brandão et al., 2019; Dahles et al., 2020; Stone et al., 2011).

Dados primários e secundários foram usados nos estudos de Chami (2018), Imbaya et al. (2019), Stone et al. (2011), Stone e Nyaupane (2014, 2016) e Tran e Walter (2014) As fontes de dados analisadas pelos autores foram documentos inéditos, arquivos oficiais

governamentais, constituições, planos de uso e gestão de terras, registros de workshops financeiros e de formação, registros financeiros e de emprego, revistas, relatórios inéditos, livros, políticas governamentais, atas do conselho de administração, relatórios anuais de reuniões gerais, fontes *online*, boletins, documentos de política governamental, e a Internet para obter informações sobre o turismo de base comunitária.

A análise das abordagens metodológicas dos artigos em estudo evidencia que a maioria dos autores usou uma abordagem de estudo de caso, estudando eventos e atividades programáticas que ocorreram nessas áreas. Por outro lado, outros autores usaram teorias fundamentadas para estudar processos, ações ou interações que envolveram muitas pessoas porque estavam relacionadas com a análise da unidade (Tolkach & King, 2015; Towner, 2016; Xue *et al.*, 2017). A análise das redes sociais também é relevante porque pode analisar os intervenientes nas zonas costeiras e apoiar o desenvolvimento e inovação da comunidade, tanto a âmbito nacional como internacional (Brandão *et al.*, 2019).

Tabela 0. 5 – Objetivos, design, resultados e abordagens

Autores	Objetivo de investigação	Design de investigação	Resultados	Abordagem
Barbieri <i>et al.</i> (2020)	Para saber membros e líderes de sete iniciativas do Turismo de base comunitário (TBC) nas regiões de Cusco e Puno para avaliar a sua familiaridade com a sustentabilidade e a sua perceção do leque de impactos positivos e negativos que o turismo trouxe às suas famílias e comunidades.	Entrevistas aprofundadas e semiestruturadas com membros de sete iniciativas TBC que operam ou partes interessadas.	As iniciativas da TBC implementam muitas práticas sustentáveis, provavelmente devido à formação que recebem das agências de apoio. Nomeadamente, afirmam que deve continuar a ser complementar ao sustento agrícola, a ponto de permitir que os benefícios superem os impactos negativos.	Área e comunidade
Dahles <i>et al.</i> (2020)	Preencher este vazio, abordando a questão de saber quais as abordagens que se fazem à comunidade no desenvolvimento do turismo estão a ser incentivadas pelo empreendedorismo social.	Entrevistas, observações e análise de documentos, Triangulação de fontes, entrevistas aprofundadas de gestores seniores. Workshops em várias áreas.	Os resultados demonstram que, ao longo dos três modelos, as Empresas sociais baseadas no turismo (ESBT) contribuem para novas formas de garantir que os segmentos mais pobres da sociedade recebam uma maior parte dos benefícios.	Empoderamento
Chilufya <i>et al.</i> (2019)	Para explorar as contribuições de hotéis e resorts para o desenvolvimento de comunidades próximas a partir das perspetivas das comunidades locais e do pessoal do hotel.	Entrevistas semiestruturadas de altos funcionários do governo, gestores de hotéis e lojas, a associação de turismo local, líderes de ONG locais e internacionais.	Os próprios turistas desempenham um papel significativo na formação da RCS, tanto através do envolvimento em atividades de RCS como através da influência sobre atividades como recreação e aquisição.	Envolvimento
Agyeman <i>et al.</i>	Para avaliar os impactos do	Entrevistas aprofundadas.	Os resultados indicam que o	Baseada na

Autores	Objetivo de investigação	Design de investigação	Resultados	Abordagem
(2019)	ecoturismo nos meios de subsistência das famílias.	As entrevistas foram realizadas no dialeto local (ou seja, <i>Twi</i>), familiar tanto para investigadores como para participantes.	ecoturismo contribui para a redução da pobreza, no entanto, isso pode ser melhorado, focando-se nos aspetos não económicos e minimizando os seus impactos negativos no modo de vida das famílias.	área e comunidade
Brandão et al. (2019)	Para analisar o desempenho da inovação e os processos de inovação em rede de empresas de turismo localizadas em destinos costeiros, nomeadamente sobre as ligações internacionais, focando-se assim nos padrões de internacionalização dentro da inovação.	Questionário administrado online e por telefone a empresas de turismo. Entrevistas presenciais com representantes de diferentes categorias de organizações.	A internacionalização dos destinos envolve a capacidade de todos os intervenientes participarem e contribuírem com novos produtos e serviços, de forma articulada e sustentada, garantindo experiências turísticas únicas, de alta qualidade e de alto valor.	Mercado e inovação
Imbaya et al. (2019)	Para investigar os resultados das intervenções de capacitação da Fundação Africana da Vida Selvagem (FAVS) em duas iniciativas de turismo de base comunitária (TBC) no Quénia.	Entrevistas aprofundadas e semiestruturadas com as partes interessadas, apoiadas com dados secundários.	As intervenções de capacitação nas intervenções de desenvolvimento de conservação em iniciativas de base comunitária oferecem uma grande oportunidade de crescimento inclusivo para as comunidades.	Empoderamento
Chami (2018)	Para Examinar o estado atual da gestão do património nas Grutas Calcárias de Amboni, na região de Tanga, na Tanzânia, e delinear o potencial de desenvolvimento turístico da região.	Entrevistas, observação e foco de discussões em grupo com anciãos comunitários da aldeia de Kiomoni, guias turísticos e operadores turísticos. Revisão documental, documentos publicados e não publicados e outras fontes secundárias.	As comunidades locais e outras partes interessadas em torno das Grutas Calcárias de Amboni, na Tanzânia, não estiveram envolvidas na gestão, conservação e desenvolvimento turístico do local devido ao baixo número de parcerias entre a comunidade e as autoridades.	Envolvimento
Ngo et al. (2018)	Para Examinar o envolvimento dos intervenientes na comercialização colaborativa de empresas de turismo de base comunitária (ETBC).	Entrevistas em dept, semiestrutura com ETBC. Entrevistas presenciais.	Abordagem colaborativa de marketing em que os objetivos de viabilidade comercial e de desenvolvimento comunitário são equilibrados e podem conduzir a uma melhor sustentabilidade dos ETBC.	Mercado e inovação
Xue et al. (2017)	Para examinar os padrões e fatores impulsionadores da mudança de identidade entre os residentes de Chongdu Valley, China, que têm vindo a viver o desenvolvimento do turismo desde meados da década de 1990.	Entrevistas semiestruturadas e observação dos participantes, e teoria fundamentada.	O desenvolvimento do turismo permitiu que os residentes mudassem a sua perceção de si mesmos e do local onde vivem.	Mercado e inovação
Duffy et al. (2017)	Explorar a relação entre um "organipónico" cubano, uma quinta cooperativa urbana e orgânica, e a comunidade envolvente, nomeadamente no que diz respeito ao crescente crescimento-ecoturismo.	Entrevistas semiestruturadas com trabalhadores agrícolas e análise de documentos.	Os resultados demonstraram a capacidade do agro-ecoturismo para ajudar a apoiar os objetivos de segurança alimentar, além de agir apenas como uma ferramenta para a diversificação económica, mas também influenciando outros capitais comunitários.	Área e comunidade

Autores	Objetivo de investigação	Design de investigação	Resultados	Abordagem
Butler (2017)	Observar o desenvolvimento turístico no popular destino sul-africano de Dullstroom, Mpumalanga, e identificar os benefícios sociais significativos que foram promovidos como resultado.	Entrevistas semiestruturadas com homens ou proprietários e membros da comunidade local entre e análise aprofundada.	O desenvolvimento do turismo tem proporcionado vários impactos positivos e os membros da comunidade local encontraram vários benefícios que se aventuraram para além dos fatores económicos.	Empoderamento
Stone & Nyaupane (2016)	Para explorar as ligações entre áreas protegidas, turismo e meios de subsistência comunitários em um ambiente rural.	Entrevistas semiestruturadas com líderes da aldeia (chefes, presidentes do Comitê de desenvolvimento da vila (CDV), presidente do conselho de administração do Confiança da Comunidade Chobe Enclave (CCCE), gerente de alojamento e seis funcionários governamentais chave). Foram utilizadas análises de dados secundários.	Os resultados indicam que a introdução do turismo ligou o Parque Nacional Chobe (PNC) e os meios de subsistência da comunidade, resultando em resultados positivos avaliados não só em termos monetários, mas no que diz respeito às capitais comunitárias globais.	Área e comunidade
Carneiro et al. (2016)	Alargar a investigação anterior analisando a adoção de práticas de gestão sustentável por pequenas e médias empresas que oferecem produtos de turismo desportivo.	Foram realizadas entrevistas semiestruturadas presenciais com gestores da empresa.	Uma vasta gama de práticas de gestão sustentável, abrangendo as dimensões da sustentabilidade, que podem ser úteis aos gestores das empresas de turismo desportivo e para o desenvolvimento sustentável dos destinos turísticos desportivos e promover uma maior satisfação entre a comunidade local, evitando, talvez, a exclusão social.	Área e comunidade
Towner (2016)	Para explorar a participação da comunidade local na indústria de turismo de surf das Ilhas Mentawai.	Semiestrutura e entrevistas aprofundadas com representantes da comunidade local. A teoria fundamentada foi usada.	A comunidade local reconheceu a educação e a formação como a forma mais eficaz de aumentar a sua participação na indústria do turismo de surf.	Envolvimento
Tolkach & King (2015)	Para explorar as perceções das partes interessadas em relação à forma e estrutura prospetivas de uma rede nacional de utilizando uma abordagem de investigação qualitativa em várias fases.	Entrevistas semiestruturadas e discussões em mesa-redonda. Teoria fundamentada teoria crítica investigação de ação e estudos de Delphi. Entrevistas com vários interessados.	O potencial de sucesso do desenvolvimento da rede CBT proposto dependerá da fonte e das condições de financiamento, das capacidades do comité diretor e da equipa de gestão e se os profissionais da TBC assumem a propriedade e a responsabilidade pela rede.	Área e comunidade
Stone & Nyaupane (2014)	Examinar as consequências dos atuais modelos de agrupamentos de aldeias para formar uma comunidade, e propor novos modelos que possam potencialmente superar questões inerentes aos projetos da (GRNBC)	Os participantes foram entrevistados usando um conjunto de perguntas semiestruturadas e abertas. Os principais participantes eram membros do conselho, funcionários e líderes comunitários. foram utilizadas discussões informais e análise de dados secundários.	Uma vez que a conservação e o desenvolvimento comunitário são inerentemente empreendimentos baseados no local, a localização geográfica, as relações sociais e/ou os interesses da comunidade devem ser considerados.	Envolvimento
Tran & Walter (2014)	Investigar a participação das mulheres num projeto de ecoturismo baseado na comunidade no norte do	As entrevistas semiestruturadas aprofundadas, a observação dos participantes e a	A participação das mulheres no projeto Ecoturismo de base comunitário (ETBC) Giao Xuan teve benefícios significativos a todos os	Bem-estar

Autores	Objetivo de investigação	Design de investigação	Resultados	Abordagem
	Vietname.	análise de documentos foram utilizadas como métodos de recolha de dados.	níveis. Além disso, foram sentidas mudanças tanto por homens como por mulheres nos seus entendimentos e desempenho dos papéis de género, e, em um grau limitado, nas relações de género, no sentido de uma divisão mais equitativa do trabalho.	
Stone et al. (2011)	Para avaliar a participação da comunidade numa empresa de turismo de base comunitária no Botsuana, o Khama Rhino Sanctuary Trust, fundado em 1992.	Utilizando questionários estruturados e semiestruturados, entrevistas com as principais partes interessadas e discussões de grupos de foco comunitário. Fontes secundárias de recolha de dados incluídas.	Embora a Gestão de Recursos Naturais baseada na Comunidade seja popular em muitas nações da África Austral, as comunidades ainda enfrentam desafios e constrangimentos que dificultam a sua participação em empresas de base comunitária.	Área e comunidade

Fonte: Elaboração própria

(ii) Abordagens utilizadas

A primeira abordagem é baseada na **área e na comunidade**. São sete artigos classificados nesta abordagem (Agyeman *et al.*, 2019; Barbieri *et al.*, 2020; Carneiro *et al.*, 2016; Duffy *et al.*, 2017; Stone *et al.*, 2011; Stone & Nyaupane, 2016; Tolkach & King, 2015). A abordagem comunitária e baseada na área integra uma série de programas e atividades relacionadas com a sustentabilidade, para progredir de modo unificado, tanto de áreas sistémicas como de perspetivas, para incentivar as comunidades a melhorar a competitividade, as mercadorias, considerando o bem-estar da comunidade, como objetivo do desenvolvimento.

A segunda abordagem é a abordagem do **envolvimento**. São quatro artigos que reforçam a necessidade de assegurar o envolvimento direto da comunidade em vários aspetos, tais como no planeamento. Este envolvimento permite a discussão de ideias mais abrangentes, o trabalho em parceria para a implementação dos planos existentes e ações dos intervenientes para melhorar o desenvolvimento turístico sustentável (Chami, 2018; Chilufya *et al.*, 2019; Stone & Nyaupane, 2014; N. Towner, 2016).

A terceira abordagem é o **empoderamento**. Foram identificados três artigos que consideram o empoderamento da comunidade através da capacitação (Butler, 2017; Dahles *et al.*, 2020; Imbaya *et al.*, 2019). A abordagem de capacitação foi aplicada no sentido em que as comunidades possam ser capazes de participar no ecoturismo, incluindo a conservação dos recursos naturais, a preservação das tradições culturais e o desenvolvimento sustentável (Lai & Nepal, 2006). O empoderamento da comunidade

emerge da aquisição de conhecimento e competências que lhes permite serem capazes de controlar as suas vidas, mudar as suas atitudes, representar os seus interesses, tanto ao nível da economia, como do ambiente, da sociedade e da cultura.

A quarta abordagem é baseada no **acesso ao mercado e inovação**. Foram categorizados três artigos que utilizaram esta abordagem (Brandão *et al.*, 2019; Ngo *et al.*, 2018; Xue *et al.*, 2017). Os resultados do desenvolvimento comunitário passam pelo acesso ao mercado e pela inovação.

A quinta abordagem é a abordagem do **bem-estar** e só estava presente num artigo (Tran & Walter, 2014). Este artigo está em linha com outros autores (Badola *et al.*, 2012; Diedrich, 2007) que destacam o ecoturismo como um dos aspetos importantes a considerar para proporcionar o bem-estar das comunidades, uma vez que o ecoturismo leva em conta o incremento do rendimento dos membros da comunidade, mas também o respeito pela natureza, pela cultura e pela sociedade. Estes últimos autores não discutiram especificamente estes temas no contexto das comunidades, mas frisaram aspetos importantes que se podem aplicar às comunidades: capacitação, envolvimento, participação, consciencialização da comunidade e empreendedorismo social.

Verifica-se que são numerosas as abordagens comumente usadas no que diz respeito ao desenvolvimento comunitário e ao turismo, tais como a do envolvimento da comunidade, no bem-estar, capacitação, na mudança social e no contexto geográfico. Estas abordagens podem ser instrumentos para o desenvolvimento sustentável da comunidade, levando-a a desenvolver um espírito empreendedor e provocando a inovação social (Aquino *et al.*, 2018). O acesso colaborativo ao marketing pode reforçar a resiliência de iniciativas comunitárias (Ngo *et al.*, 2018).

Nos artigos analisados observa-se ainda como o turismo pode tomar novos significados quando ligado ao desenvolvimento comunitário, salientando-se de seguida os principais pontos.

Primeiro, o **turismo pró-pobre e alternativo**. Os autores consideram que o turismo fracassou em alguns lugares porque está orientado para o turismo de massas. Por conseguinte, é necessário repensar o turismo e criar o ecoturismo de base comunitária, como alternativa para a redução da pobreza, proporcionando oportunidades para as comunidades locais e para que os intervenientes se estas. O ecoturismo de base comunitária foca-se na conservação e no conhecimento comunitário; a localização

geográfica e o capital social são elementos de primordial importância para uma ação coletiva com o objetivo de alcançar interesses comunitários (Stone & Nyaupane, 2014). Por outro lado, Duffy *et al.* (2017) acrescentam que o agroecoturismo pode contribuir para os objetivos da comunidade e apoiar a oferta alimentar. Além de funcionar como um instrumento de diversificação econômica, pode também ter influência noutros tipos de capital comunitário, como o capital humano, os recursos naturais, a política, o capital social e cultural. O aumento do capital humano e da inovação social é a base do turismo sustentável e comunitário (Grybovych & Hafermann, 2010). Agyeman *et al.* (2019) acrescentam que o ecoturismo de base comunitária contribui para a redução da pobreza, considerando outros aspectos para além do económico, como seja, por exemplo, o incremento do conhecimento comunitário pode ter impactos positivos e reduzir os impactos negativos na comunidade.

Em segundo lugar, **a economia política baseia-se na comunidade**. O turismo pode contribuir para a melhoria da subsistência da comunidade, resultando em impactos positivos não só em termos monetários, mas também no desenvolvimento comunitário (Stone & Nyaupane, 2016). Xue *et al.* (2017) verificaram que o desenvolvimento turístico permitiu aos residentes mudar a perceção de si mesmos e do local onde vivem. O empreendedorismo social e o turismo contribuem para novas formas de garantir que os segmentos da sociedade mais pobres podem aceder a uma maior fatia de benefícios (Dahles *et al.*, 2020). Uma abordagem colaborativa de marketing com objetivos de viabilidade comercial e de desenvolvimento comunitário pode conduzir a uma melhor sustentabilidade dos negócios de ecoturismo de base comunitária.

Em terceiro lugar, **o turismo como uma abordagem para reduzir as desigualdades sociais**. O turismo e o desenvolvimento comunitário têm benefícios significativos para as áreas sociais, se respeitarem os direitos humanos, nomeadamente a igualdade entre homens e mulheres. A participação das mulheres tem benefícios a todos os níveis sociais (Tran & Walter, 2014). Em algumas comunidades foram experimentadas mudanças, tanto por homens como por mulheres, na sua compreensão e desempenho do que eram os papéis tradicionais de cada género, rumo a uma divisão mais equitativa do trabalho (Grybovych & Hafermann, 2010). Por outro lado, continuam a existir disparidades em todos os resultados encontrados pelos investigadores, porque alguns ainda experimentam muitos desafios. Por exemplo, em África, o envolvimento comunitário em

termos empresariais é limitado visto a comunidade ainda precisar de melhorar as suas competências nesta área, tornando as pessoas mais independentes e a comunidade mais autónoma em termos empresariais (Stone *et al.*, 2011). As comunidades locais e outros intervenientes em torno das Grutas Calcárias de Amboni, na Tanzânia, não estiveram envolvidas na gestão, conservação e desenvolvimento turístico do local, devido ao baixo número de parcerias entre a comunidade e as autoridades (Chami, 2018). Imbaya *et al.* (2019) acrescentaram que o reforço das capacidades da comunidade é um bom mecanismo para responder à limitação de conhecimento que impede a comunidade de ter aproveitamento económico, intervir em aspetos de sustentabilidade ambiental e ser capaz de defender a sua cultura.

A capacitação pode ser realizada através da educação e da formação da comunidade local. Estas são as formas mais eficazes de aumentar a sua participação na indústria do turismo (Towner, 2016). As iniciativas de turismo de base comunitária implementam muitas práticas sustentáveis, devido à formação que recebem das agências de apoio. Nomeadamente, afirmam que o TBC deve ser complementar à produção agrícola para trazer benefícios e reduzir os impactes negativos (Barbieri *et al.*, 2020). Tolkach e King (2015) acrescentaram que o potencial sucesso do desenvolvimento da rede de TBC a propor dependerá da fonte e das condições de financiamento, da capacidade dos intervenientes e da equipa de gestão e de se os participantes de TBC assumem a propriedade e a responsabilidade pela rede. Isto envolve a capacidade de todos os intervenientes participarem e contribuírem com novos produtos e serviços, de forma articulada e sustentada, garantindo experiências turísticas únicas, de alta qualidade e de alto valor (Brandão *et al.*, 2019).

Da leitura dos artigos selecionados sai reforçada a convicção de que a ligação entre o turismo e o desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras é possível. Parece que algumas condições são necessárias para que tal aconteça, nomeadamente, se o conhecimento adquirido for usado para o desenvolvimento, se a consciencialização da comunidade for no sentido da sustentabilidade, se o envolvimento das partes interessadas com a comunidade for efetiva e se for implementada uma gestão eficaz. Tal faz apelo à construção de um turismo sustentável onde são consideradas várias vertentes, como a económica, a social, a cultural, a ambiental, a política e a tecnológica (Carneiro *et al.*,

2016). Cada uma das entidades deve assumir as suas responsabilidades e estar diretamente envolvidas nas atividades turísticas, empresariais e comunitárias (Chilufya *et al.*, 2019).

4.4 Análise temática

Esta secção refere-se aos cinco temas que emergiram da análise temática (Costa *et al.*, 2016; Pinho & Leite, 2014) dos artigos selecionados.

4.4.1 Desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras

Priorizar a comunidade é o objetivo mais importante no desenvolvimento, deste modo é necessário procurar alternativas viáveis para acelerar o ritmo de desenvolvimento tanto ao nível urbano como ao nível rural ou das zonas costeiras. As comunidades costeiras fazem parte do desenvolvimento de Timor-Leste, este é um grupo de residentes cuja fonte de subsistência depende do mar. Estas comunidades procuram melhorar a sua qualidade de vida, mas por um lado ainda enfrentam muitas limitações. Com a evolução do turismo, a vida das comunidades costeiras, que antes tinha um ritmo sazonal, começou a ser transformada. No entanto, essa transformação deve respeitar a ecologia e o ambiente sociocultural, com vista a proporcionar a melhoria económica da comunidade e envolvê-la no processo de mudança.

O turismo pode estar associado ao desenvolvimento comunitário como uma forma de tirar as pessoas de situações de marginalização, através da promoção da dignidade da comunidade (Gohori & van der Merwe, 2020). Scattergood (1930) introduziu, pela primeira vez, o desenvolvimento comunitário através de projetos, com o intuito de orientar a comunidade para a realização de ações conjuntas na concretização do valor e benefícios das atividades realizadas pela comunidade. Da mesma forma, Matarrita-Cascante e Brennan (2012) consideraram que o desenvolvimento comunitário pode ser iniciado a partir de um processo que envolve organização, facilitação, e ação que permite às pessoas construir formas de criar comunidades que queiram ser independentes e capazes de tomar decisões. Como resultado, os intervenientes e as comunidades estão a aproveitar os recursos económicos e os recursos naturais para responder às mudanças e aos objetivos comuns.

Os recursos costeiros são um dos fatores que a comunidade pode usar para empreender várias atividades económicas. A potencialidade das zonas costeiras pode

fomentar o turismo costeiro como motor do desenvolvimento comunitário (Lück & Altobelli, 2009). A presença de turistas no litoral pode ser incrementada e servir para aumentar a compreensão sobre a necessidade de preservar o ambiente, de conservar as culturas indígenas e permitir a interação com os turistas para partilhar experiências relacionadas com a cultura comunitária (Lück & Altobelli, 2009). A presença de turistas nas zonas costeiras pode ser uma estratégia para o desenvolvimento comunitário. Esta presença pode incentivar a comunidade a participar diretamente no processo de desenvolvimento, a colaborar na tomada de medidas coletivas e a ter um propósito e substância claros (Gohori & van der Merwe, 2020).

O desenvolvimento comunitário é considerado um processo que não aparece subitamente, mas antes requer planeamento, feito de modo participativo pelas comunidades e em conjunto com as partes interessadas.

No desenvolvimento da comunidade, o governo tem um importante papel na análise das condições reais enfrentadas pela comunidade, no apoio à construção de instalações e na elaboração de regulamentos e regras para que todas as comunidades possam seguir os procedimentos adequados, para desenvolver uma comunidade empoderada, autoconfiante e autónoma, a longo prazo (Shannon & Walker, 2006).

O desenvolvimento comunitário deve permitir identificar os problemas comuns e saber resolvê-los, como, por exemplo, os problemas derivados das alterações climáticas, a pobreza, a desigualdade, a mortalidade, as deficiências dos níveis de educação, os crimes ambientais e os baixos rendimentos familiares. Por sua vez, os intervenientes devem envolver-se diretamente no desenvolvimento das capacidades da comunidade, para que esta saiba utilizar os recursos de modo sustentável.

Os principais recursos de base comunitária foram identificados por alguns autores (Agyeman *et al.*, 2019; Grybovyč & Hafermann, 2010; Raniga, 2018; Stone & Nyaupane, 2016; Wang *et al.*, 2016). Por exemplo, os recursos humanos, socioculturais, financeiros, naturais e físicos devem ser considerados para acelerar o desenvolvimento comunitário e o empoderamento da comunidade. Esses recursos capitais da comunidade que mencionadas, encontram-se nas zonas costeiras, como a base para que os intervenientes (*stakeholders*) tornem a direcionar a comunidade com abordagem de baixo para cima (*bottom up*) através de ecoturismo de base comunitária (Sakata & Prideaux, 2013).

Há pelo menos três aspetos importantes no desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras que podem ser conduzidos pelos intervenientes: o processo de envolvimento dos intervenientes, a construção de conhecimento e a melhoria de competências e da capacitação da comunidade através da formação e prestação de outras facilidades à comunidade.

O processo de envolvimento dos intervenientes na construção comunitária é um trabalho complexo e requer várias abordagens. É necessário conhecer e respeitar a cultura da comunidade. Para além de conhecer a comunidade na atualidade também é preciso conhecer o seu passado, o seu ambiente físico e social. Os intervenientes têm um papel de coordenação e mobilização da comunidade.

Na fase de construção de conhecimentos orientados para as competências deve ter-se em conta a tomada de consciência da comunidade, para que esta saiba decidir como utiliza os recursos das zonas costeiras, de forma a responder à visão e ao interesse comum (Butler, 2017; Dahles *et al.*, 2020; Imbaya *et al.*, 2019). O reforço das capacidades, como parte do processo de desenvolvimento comunitário, destina-se à capacitação das comunidades para saberem lidar com os problemas que enfrentam, tais como a pobreza. Por outro lado devem procurar concretizar o desenvolvimento sustentável na zona costeira.

As comunidades nas zonas costeiras têm atividades em vários setores económicos. Assim, a melhoria dos conhecimentos e competências dessas comunidades (Barker, 2005) pode ser ajustada ao seu contexto, tais como os setores da restauração e hospitalidade, pescas, pequenas empresas, artesanato, agricultura e outros setores relacionados com as zonas costeiras.

A fase de empoderamento é um esforço para promover a dignidade das comunidades que na sua condição de partida ainda não conseguem escapar à armadilha do ciclo da pobreza e da marginalização (Kontogeorgopoulos, 2005). Por outras palavras, empoderamento é levantar e autonomizar a comunidade a partir de um estado de insuficiência ou desamparo para se tornarem fortes, com vista a alcançar ou obter uma vida melhor (Shannon & Walker, 2006).

O empoderamento comunitário é um processo para facilitar, motivar a comunidade a ser capaz de se posicionar profissionalmente e tornar-se o principal ator na utilização estratégica do seu ambiente para garantir a sustentabilidade no curto, médio e longo prazos (Kontogeorgopoulos, 2005).

Através de variedade atividades realizadas, entre outros é a melhoria de iniciativas e a autoajuda comunitária, a melhoria do ambiente, o desenvolvimento de empresas comunitárias, a prestação de serviços financeiros de acordo com as condições das comunidades costeiras, a participação em atividades que possam melhorar a capacidade da comunidade de aumentar os seus resultados produtivos através da disponibilização de instalações. Os esforços de empoderamento comunitários devem levar a que as comunidades sejam capazes de desempenhar um papel na melhoria da qualidade dos recursos humanos e na mudança do comportamento da comunidade para alcançar um melhor nível de vida.

A capacitação é vista como muito importante para concretizar uma estrutura económica equilibrada, desenvolvida e equitativa, e fazer crescer e desenvolver a capacidade dos negócios comunitários de forma a se tornarem empresas mais resilientes e independentes. Deve também aumentar o papel da comunidade através do seu desenvolvimento com a intenção de poder aplicar os princípios do ecoturismo de base comunitária que não se centra apenas nos rendimentos, no crescimento económico e na redução das comunidades que estão na linha pobreza, havendo um esforço para que a comunidade tenha capacidade para construir um tipo de turismo com identidade, a partir da originalidade, natureza, ecologia, cultura e que valoriza a sustentabilidade, aspetos preferidos pelos turistas (Butler, 2017).

4.4.2 Construção de ecoturismo de base comunitária nas zonas costeiras

O ecoturismo de base comunitária pode ser considerado como uma evolução do turismo de base comunitária e do ecoturismo. Os destinos turísticos em zonas costeiras que ainda se encontram naturais devem garantir o objetivo de conservar, preservar e proteger a natureza, visto este ser o principal atrativo deste tipo de turismo e também garantir um ambiente saudável para a comunidade, contribuindo para o empoderamento e bem-estar das comunidades locais (Manu & Kuuder, 2012). A essência do conceito de bem-estar é responder às necessidades humanas a partir das necessidades básicas, como vestuário, alimentação, habitação, saúde e educação. Este pressuposto ilustra a importância do papel das comunidades e das partes interessadas na implementação do ecoturismo costeiro, para

construir pequenas empresas e enfatizar os interesses ambientais e de preservação social das comunidades locais (Sen & Walter, 2020).

O ecoturismo de base comunitária enfatiza os esforços para conservar a biodiversidade, criando uma estreita cooperação entre as comunidades que vivem em torno das zonas costeiras e dos intervenientes, fundamental na melhoria da qualidade dos recursos humanos e das competências das comunidades locais em torno das áreas turísticas (Nur Syamsi & Lee, 2021).

O ecoturismo de base comunitária enfatiza o papel ativo da comunidade (Syamsi & Lee, 2021), mas a comunidade precisa ter conhecimentos sobre a natureza e a cultura, que constituem uma potencial atração turística, para que o seu envolvimento se torne absoluto. Deve ainda reconhecer os direitos das comunidades costeiras na gestão das atividades turísticas que os seus membros exploram, assim como procurar uma distribuição justa dos benefícios pela comunidade. As comunidades precisam do apoio de modo que a implementação do ecoturismo de base comunitária crie um ambiente amigável, beneficie a comunidade local e crie experiências turísticas em conservação, mantendo a identidade sociocultural da mesma (Sen & Walter, 2020; Uddin *et al.*, 2021). Alguns princípios do ecoturismo relacionados com o desenvolvimento comunitário são a educação, a participação e a sabedoria local.

O conhecimento e as competências da comunidade para a construção de ecoturismo de base comunitária podem ajudar a melhorar as atividades empresariais no setor, utilizando produtos e instalações locais, promovendo atributos locais e sua cultura, servindo como uma lição para todos, incluindo os turistas locais e internacionais (Syamsi & Lee, 2021). O ecoturismo de base comunitária também requer colaboração e participação. A construção de um negócio de ecoturismo de base comunitária requer o envolvimento da comunidade, em termos de planeamento, definição de objetivos, implementação, utilização de resultados e avaliação, para manter a existência de turismo alternativo na costeira (Sen & Walter, 2020).

O ecoturismo acomoda a sabedoria local, sendo relevante para as zonas costeiras em Timor-Leste. Neste contexto o desenvolvimento comunitário pode incrementar a compreensão da comunidade sobre a atualização do conhecimento local para explorar valores que são considerados significativos para os turistas e comunidades, de forma que vivam em harmonia com a natureza (Thornburg, 2017), o que contribui para a

sustentabilidade nas zonas costeiras. O ecoturismo de base comunitária aliado ao desenvolvimento comunitário pode ser um mecanismo para acelerar o desenvolvimento do mercado turístico e fazer a transformação social nas comunidades locais.

4.4.3 Preocupação da comunidade para a sustentabilidade como forma de conduzir o desenvolvimento do turismo nas zonas costeiras

As zonas costeiras são consideradas áreas potenciais para o sustento das comunidades locais e como um destino turístico para turistas nacionais e internacionais. Como “o sol, o mar e a areia” têm motivado os turistas a visitar as zonas costeiras, o turismo pode contribuir para o desempenho económico a nível local e nacional. No entanto, o ambiente nas zonas costeiras é afetado negativamente devido a decisões erradas (Albuquerque *et al.*, 2009). A falta de conhecimento e certos comportamentos humanos podem gerar impactes negativos. Os impactes negativos sobre o ambiente têm vindo a aumentar nos países em desenvolvimento, porque a comunidade tem conhecimento limitado sobre como desenvolver o turismo ou, por vezes, não participa nas decisões (Timothy, 2000). Por isso, o desenvolvimento comunitário deve ser discutido pela comunidade que deve ter uma consciência ambiental e de conservação do interesse comum, norteados por uma mudança na qualidade de vida. As preocupações da comunidade em relação ao ambiente significam que um grupo ou um elemento da comunidade tem atitudes, consciência e cultura de ação para prestar atenção ao que o rodeia (Vorkinn & Riese, 2001). A comunidade que presta atenção ao ambiente vai refletir essa preocupação no seu comportamento diário, através de comportamentos *eco-friendly* e da consciencialização na redução dos impactes negativos no ambiente, bem como na procura de melhoria dos impactes positivos, que se baseiam no comportamento, no conhecimento (*insight/compreensão*), na cultura e no uso adequado de tecnologia virada para o ambiente e para a vida humana.

A preocupação da comunidade com o ambiente é também relevante para o desenvolvimento sustentável, assumido como prioritário no fórum internacional *Earth Summit: Agenda 21*, no Rio de Janeiro, onde foi elaborado o *The Final Text of Agreements Negotiated by Governments at the United Nations Conference on Environment and Development* (United Nations, 1992), com as principais questões centradas no ambiente,

bem como na economia, na sociedade e na cultura. Este acordo tem dado espaço para a comunidade prestar atenção aos aspetos económicos, com a criação de pequenas e médias empresas na área do turismo num ambiente amigável que dá vida, reduzindo os níveis de pobreza e aumentando a criação de emprego qualificado (Agyeman *et al.*, 2019). Os resultados destas discussões inspiram a comunidade a compreender os valores e benefícios socioculturais com origem na implementação de um turismo enraizado em todos os aspetos que exigem singularidade e atratividade como produto de consumo e de experiências.

As comunidades entendem o turismo e a globalização como uma forma de preservação dos valores sociais, culturais e de estética, de modo a contribuir para a manutenção do desenvolvimento do património cultural com base na consciencialização, e estruturado em regulamentos e respeito pelas pessoas. Uma comunidade que é ambiental, social e culturalmente consciente é a base para a transformação do setor do turismo em turismo sustentável, turismo de base comunitária e ecoturismo, o que pode aumentar a participação e capacitação da comunidade, tendo também um impacto na qualidade de vida no presente e no futuro (Sebele, 2010; Stone *et al.*, 2011; Tran & Walter, 2014). Além disso, a preocupação da comunidade é também um aspeto da Agenda do Rio 21, capítulo 36, que aborda especificamente a melhoria da educação, formação e criação de uma sensibilização do público orientada para o desenvolvimento sustentável (United Nations, 1992). Por isso, a preocupação e preservação sem conhecimento e orientação poderá conduzir à destruição do ambiente, economia, sociedade e cultura, mesmo que haja uma abordagem baseada na sabedoria local para manter a sustentabilidade. Os resultados destas discussões mostram que o objetivo do turismo aliado ao desenvolvimento comunitário é construir conhecimento comunitário para compreender e apreciar as condições ambientais através de atividades do dia-a-dia de forma responsável e independente (Fransson & Gärling, 1999).

4.4.4 O desenvolvimento comunitário e o acesso ao mercado turístico pela comunidade nas zonas costeiras

O desenvolvimento comunitário pode ser considerado como um processo para encorajar as comunidades a agir coletivamente no combate aos problemas sociais que enfrentam no seu lugar, tal como a marginalização, pobreza e menor capacidade de aceder ao mercado. Gyau *et al.* (2014) também argumentaram que a ação coletiva é uma forma da

comunidade poder aceder facilmente ao mercado e evitar falhas de mercado a nível comunitário. Esta ideia mostra que cada indivíduo também desenvolve iniciativas de negócio próprio, e tem autonomia para os construir. Mas muitas vezes ocorrem falhas porque não há parceiros, ou há deficiente colaboração ou partilha de oportunidades. Neste contexto, o estímulo a empreender pode levar à transformação social e autonomia da comunidade. Com o empoderamento e o envolvimento das comunidades, estas compreendem o valor do turismo, uma vez que tal implica melhorias, reformas e modernização como formas de facilitar o acesso ao mercado e à inovação social (Angelidou & Psaltoglou, 2017; Oeij *et al.*, 2019).

Com o envolvimento dos intervenientes no desenvolvimento comunitário e na melhoria das competências, é possível aumentar o conhecimento, mas também providenciar as facilidades de acesso a oportunidades de aproveitamento das potencialidades das zonas costeiras. Isto é uma oportunidade para as comunidades criarem os seus negócios e acederem ao mercado, o que provoca um impacto positivo (Duffy *et al.*, 2017; Markelova & Mwangi, 2010).

O mercado turístico incentiva os produtores e consumidores a interagirem. No entanto, pode ser difícil aceder ao mercado, devido à fraca acessibilidade. O grau de facilidade ou dificuldade para aceder aos locais tem que ver com as infraestruturas de transporte (Yang *et al.*, 2016). A acessibilidade aos lugares depende da distância, do tipo de transporte, das redes e infraestruturas.

Um bom acesso ao mercado melhora o desempenho dos empreendimentos (Verburg *et al.*, 2011). Uma vez que o marketing é uma componente importante (Jamrozy, 2007), este deve ser considerado em todas as atividades económicas e empresariais da comunidade (Dahles *et al.*, 2020), de modo a valorizar e provocar as mudanças de vida (Ngo *et al.*, 2018).

Duffy *et al.* (2017) acrescentaram que a falta de acesso aos mercados pode levar ao fracasso das empresas de turismo. Em especial, nas zonas rurais, na periferia dos países em desenvolvimento, as comunidades locais têm um conhecimento limitado sobre o mercado turístico, sobre os fluxos turísticos e sobre como gerir um negócio do turismo (Duffy *et al.*, 2017). A comunidade não consegue distribuir os seus produtos no mercado devido a fatores relacionados com os custos de transporte, distância, falta de informação e acesso a financiamento como o crédito às pequenas empresas, o que dificulta o acesso da

comunidade aos mercados. O investimento e o sistema de financiamento no setor do turismo, pode ser parte da política estratégica onde as dinâmicas territoriais e setoriais das empresas do turismo são o motor de desenvolvimento (Costa, 2012).

Para abordar as questões da acessibilidade ao mercado a nível comunitário, (i) o governo tem um papel importante na determinação de políticas relacionadas com os transportes e a facilidade de acesso aos mesmos por parte da comunidade (e.g., subsídios e materiais); (ii) a comunidade também deve criar redes e parcerias com os intervenientes e entre os pequenos empresários, relacionadas com o mercado, de a montante a jusante; e (iii) as comunidades devem ser capazes de identificar as oportunidades existentes no mercado do turismo (Wenger *et al.*, 2002).

Assim, o desenvolvimento comunitário é um objetivo das comunidades que visa a exploração das oportunidades turísticas que existem nas zonas costeiras ou em qualquer outro destino turístico, se equipadas com o conhecimento e novas ideias de forma a criar novos produtos e serviços orientados para o mercado (Plessis, 2007).

4.4.5 O desenvolvimento comunitário e a inovação social nas zonas costeiras

Após a revisão da literatura, fez-se uma reflexão, nomeadamente sobre os aspetos do desenvolvimento comunitário, turismo, sustentabilidade e acesso ao mercado. Assim podemos entender que a inovação social pode ser impulsionada pela consciencialização, políticas governamentais, acesso ao mercado, conhecimento e a existência de negócios comunitários capazes de fornecer valor a todos os produtos. A zona costeira que integra o turismo participa numa inovação territorial, porque nesta área existem comunidades, atividades económicas, recursos naturais e organizações que em conjunto promovem a inovação social. “A inovação social é uma nova solução para resolver um problema social de modo mais eficaz, eficiente, sustentável através de soluções que criam valor para a sociedade como um todo e não somente para certos indivíduos” (Phills *et al.*, 2008, p. 39).

Esta perspetiva chama a atenção para o facto de ser necessário encontrar soluções, bem como gerar novas ideias e novos processos, a fim de aumentar a eficiência e a eficácia das mudanças no sentido positivo. A inovação social pode ser definida como a geração e implementação de novas ideias sobre como as pessoas devem organizar atividades interpessoais, ou interações sociais, para cumprir um ou mais objetivos comuns (Ayob *et al.*, 2016; Malek & Costa, 2015).

Observar os fenómenos e conceitos da inovação social pode trazer ensinamentos que beneficiem a comunidade, não só para aqueles que tiveram o privilégio de aceder à educação, mas também permitir aos que não tiveram este acesso uma nova oportunidade de participar mesmo como adultos em todos os níveis de educação, a começar nas escolas primárias nas áreas rurais, especialmente em países em desenvolvimento, como Timor-Leste. O desenvolvimento comunitário está intimamente associado à inovação social porque ambos lutam para solucionar problemas sociais, como a pobreza e a marginalização (Malek & Costa, 2015). A essência da inovação social assenta na ideia de que a comunidade pode se ajudar (autoajuda) a se tornar mais colaborativa e levar a cabo uma transformação de fundo para melhorar a sua qualidade de vida (Ngo *et al.*, 2018). O empreendedorismo social e o negócio do turismo fazem parte das atividades que podem ser desenvolvidas pela comunidade, tendo a preocupação de construir a sua autonomia, tendo uma fonte de rendimento sustentável que possa contribuir para o equilíbrio do ambiente e da sociedade (Dahles *et al.*, 2020).

A inovação social e a inovação empresarial, por vezes, parecem ser contraditórias. A inovação social é muito diversificada e o seu objetivo é fazer alterações quer para os indivíduos como para a comunidade, mas sempre através da compreensão da sua identidade (Xue *et al.*, 2017). Trata-se, em termos gerais, de considerar a inovação social como uma revolução mental, que muda os pensamentos e atitudes das comunidades de modo que possam utilizar as potencialidades turísticas de forma sustentável e tornar-se uma sociedade civilizada com o espírito de competitividade, inovação e respeito pelo ambiente. Por outro lado, a inovação no sector empresarial aparece ligada à criação de novos produtos com valor acrescentado. Plessis (2007, p. 21) considera “a inovação como a criação de novos conhecimentos e ideias para facilitar novos resultados de negócio, visando melhorar os processos e estruturas de negócio internos e criar produtos e serviços orientados para o mercado”. Hall e Williams (2008) referem a inovação empresarial associada à utilização de tecnologia mais avançada para promover novas ideias, corte nos custos, criação de novos sistemas orçamentais, melhoria da comunicação ou montagem de produtos em equipas.

Assim, a presença dos intervenientes para orientar as comunidades, através do desenvolvimento da capacitação e do empoderamento para usar o potencial do turismo, é

uma ideia a considerar para orientar e promover as comunidades a atingirem os seus objetivos comuns, em relação à sustentabilidade nas zonas costeiras.

4.5 Síntese conclusiva

Em 1992, a revista *Community Development Journal* dedicou um número especial à associação entre turismo e desenvolvimento comunitário, onde chamou a atenção para uma nova perspetiva sobre o turismo, sendo realçadas as relações com a economia, o ambiente e a ecologia, a educação, a sociedade, a cultura, as questões de género, a saúde, a agricultura e os futuros desenvolvimentos (Lovel & Feuerstein, 1992; Selwyn, 1992).

O objetivo da revisão sistemática de literatura efetuada neste capítulo foi compreender a ligação do turismo e do desenvolvimento comunitário, especificamente nas zonas costeiras. Depois da pesquisa efetuada na *Scopus*, verifica-se que não existe muita literatura que especificamente considere o turismo e o desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras, o que denota uma lacuna a preencher. Os artigos selecionados foram analisados segundo os seus objetivos, as metodologias utilizadas, as abordagens e os resultados obtidos. São maioritariamente estudos de caso baseados em métodos qualitativos, que recolheram os dados através de entrevistas semiestruturadas relacionadas com o turismo e a comunidade. Os estudos de caso são usados para compreender em profundidade os fenómenos em estudo, procurando analisar os detalhes dos programas, dos eventos e das atividades, tanto ao nível dos indivíduos, dos grupos ou das organizações. Alguns dos artigos também usam dados secundários provenientes de documentos relevantes, o que reforça a validade da sua investigação.

Os resultados da análise destes artigos mostram que o turismo e o desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras estão associados ao ecoturismo de base comunitária, ao turismo pró-pobre e ao turismo sustentável. Estes artigos utilizaram várias abordagens como a comunidade e a área, envolvimento, capacitação, bem-estar, acesso ao mercados e inovação social. Estas abordagens geralmente debatem questões convencionais relacionadas com o ambiente e têm objetivos para a vida comunitária, mas apenas alguns autores discutiram questões costeiras (Brandão *et al.*, 2019; Carneiro *et al.*, 2016; Tolkach & King, 2015).

Os principais conceitos da ligação do turismo e do desenvolvimento comunitário que emergiram são: a capacitação, o envolvimento e a sensibilização da comunidade. Os intervenientes devem ter um papel importante no envolvimento que passa por incentivar as comunidades a tomarem decisões e ações coletivas ou individuais que lhes permitam aceder ao mercado, aumentar a sua produtividade e rendimento, melhorar a segurança alimentar e eliminar ou reduzir a pobreza.

As competências e o conhecimento que as comunidades podem adquirir devem ser orientadas para a implementação do ecoturismo de base comunitária, criando um movimento de inovação social que permite a comunidade adquirir resiliência e adaptar-se às mudanças climáticas e sociais.

Esta revisão da literatura vai permitir construir os instrumentos para inquirir os membros da comunidade do município de Lautém, de um modo, mas sólido e baseado na literatura existente. Alguns temas emergiram como estruturantes para nortear a recolha de informação: a comunidade e o envolvimento dos intervenientes no que diz respeito à capacitação, ao empoderamento, à consciencialização para a sustentabilidade, ao acesso aos mercados turísticos e à inovação social.

Capítulo 5 - Metodologia

5.1 Introdução

Tendo definido a questão de pesquisa e os objetivos, procuramos manter uma coerência interna de toda a investigação (Souza *et al.*, 2016, p. 134). Estruturalmente, este capítulo, além deste ponto introdutório, tem a seguinte composição: metodologia e seus fundamentos, onde se expõem as razões das escolhas metodológicas e é sintetizado o processo de investigação; uma secção sobre o planeamento da pesquisa, onde se descrevem as atividades efetuadas (definição do tema, revisão da literatura e elaboração da proposta do estudo empírico), as quais foram importantes para levar a cabo a investigação no terreno; sessão de operacionalização da investigação são descritas todas as atividades levadas a cabo: (i) identificação do objetivo e da questão geral do estudo; (ii) seleção dos participantes; (iii) fontes de dados; (iv) técnicas de recolha de dados (tanto dados primários como dados secundários); (v) análise de conteúdo; (vi) codificação e (vii) categorização; (v) a última fase trata da necessidade de sintetizar e reportar a investigação, tendo em conta a audiência académica a quem se destina.

5.2 Metodologia e seus fundamentos

A partir das questões de investigação que foi feita que tem ralação com revisão literatura é um instrumento para compreender e criticar a base teórica do estudo a desenvolver (Snyder, 2019). Por outro lado, a revisão da literatura pode dar pistas para escolher um método adequado para estudar um fenómeno social, de modo a obter resultados da investigação a ser usados para a tomada decisões ou como descobertas a serem aplicadas, tanto nas áreas práticas e teóricas.

Neste estudo, é utilizado o método qualitativo como processo, forma de estudar, compreender e descrever um fenómeno, de modo a obter um resultado de acordo com os dados e informações que existem (Cruz & Tantia, 2017). Como afirmou Creswell (2007), a metodologia de investigação é usada para dar respostas às questões ou para ajudar a compreender os fenómenos; este percurso deve estar claramente identificado, explicando o que se está a estudar e a trajetória efetuada para nortear a resposta a dar às questões.

A razão fundamental para fazer a investigação na zona costeira do município de Lautém prende-se com a necessidade de conhecer e planear o desenvolvimento das comunidades integrado com o ambiente, respeitando a cultura e tendo em atenção a sustentabilidade.

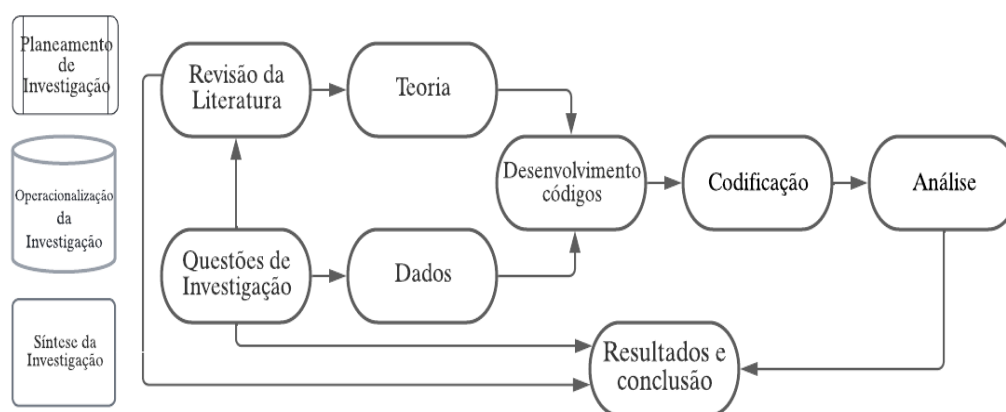
O turismo é um fator de desenvolvimento para a vida das comunidades e também para a preservação ambiental. Enquanto a comunidade, como componente social do ecossistema, deve ser considerada no seu contexto de vivência na zona costeira, tendo como objetivo preservar a sua cultura e a sua vida em comum. Das duas razões mencionadas, as zonas costeiras são atrativas tanto para as comunidades como para os turistas. Este espaço comum deve ser abordado de modo equilibrado, onde os potenciais recursos, para ambas as partes, devem ser usados com cuidado de modo a evitar impactes negativos. Outras razões fundamentais que precisam de ser entendidas cientificamente são:

- A zona costeira é uma zona na sua maioria seca, mas as comunidades conseguem sobreviver nesta área.
- No contexto dos países em desenvolvimento, como é o caso de Timor-Leste, as zonas costeiras são ainda muito naturais.
- A zona costeira tem um potencial turístico fortemente associado às preferências dos turistas, mas muitas vezes podem resultar impactes negativos da sua utilização.
- As preocupações comunitárias sobre a consciência ambiental, económica e sociocultural, leva a que o desenvolvimento do turismo na zona costeira exija o envolvimento dos intervenientes (*stakeholders*) do governo, ONG, empresas turísticas, académica, líderes comunitários e a própria comunidades.
- A construção do conhecimento comunitário como mecanismo para manter o interesse e a procura dos turistas sobre a costa, deve ter em conta o envolvimento dos intervenientes.
- Timor-Leste é um país ilha que tem uma capacidade de carga relativamente limitada, se a opção for um turismo sustentável. Por conseguinte, se não existir um bom planeamento territorial (e.g., urbanístico e industrial) e uma gestão costeira integrada em ligação com uma consciencialização pública, pode criar conflitos que dificultarão o desenvolvimento sustentável no futuro.

Dos aspetos ontológicos que têm sido mencionados, entende-se que são necessárias formas apropriadas de adquirir conhecimento. Devem ser feitos esforços para adquirir bons conhecimentos através da compreensão teórica fundamental, ter atenção à forma de obter informação e à sua validade para se aplicar a um propósito e construir conhecimento (Mannheim, 1952, citado em Breda, 2010).

De um modo simplificado, esta investigação qualitativa seguiu um processo de investigação esquematizado na (Figura 0.2), inspirado em Costa *et al.* (2016).

Figura 0. 2 – Processo de investigação



Fonte: Adaptado de Costa *et al.* (2016)

De acordo com a Figura 0.2 a metodologia de investigação apresenta três fases principais: (i) Fase de planeamento da Investigação; (ii) Fase de Operacionalização da Investigação; e (iii) Fase de Síntese da investigação. De seguida estas serão apresentadas de modo mais desenvolvido.

5.3 FASE 1: Planeamento da investigação

A fase de planeamento é muito importante, porque se considera as condições para realizar a investigação. Consideramos dividir o processo metodológico em duas fases principais: pré-estudo empírico e estudo empírico.

A fase de planeamento é anterior ao estudo empírico e compreende:

- identificação da área de investigação e do tema;

- identificação e caracterização do contexto da investigação;
- identificação do tópico;
- identificação da questão de investigação e dos objetivos.

Após a decisão sobre estes itens surge a seguinte pergunta: Quais são os dados necessários para responder às questões de investigação? Aqui começa a segunda fase, ou seja, o estudo empírico. O estudo empírico deve ter por base uma revisão da literatura, que fornecerá a estrutura não só para o enquadramento teórico como para o estudo de campo.

5.3.1 Área e tema: sua justificação área de investigação

Esta investigação foi realizada nas zonas costeiras do município de Lautém, Timor-Leste. Mais especificamente no suco Com (no posto administrativo de Lautém-Moro) e no suco Mehara e Tutuala (no posto administrativo de Tutuala). Concentramo-nos nas comunidades costeiras porque estas já têm alguma atividade turística, e devido às suas atrações naturais e culturais podem proporcionar o desenvolvimento do ecoturismo baseado na comunidade.

Estas zonas costeiras pertencem ao Parque Nacional Konis Santana com várias atrações naturais como praias, corais, florestas, lagos e montanhas. As comunidades das zonas costeiras são criativas, na sua maioria pertencem ao povo Fataluku com uma grande riqueza cultural, gastronómica, bem como uma língua própria, a língua Fataluku. Esta riqueza estende-se também aos seus tecidos e trajes tradicionais, suas danças e cantos. A maioria da comunidade que vive na zona costeira dispõe de recursos de vida provenientes do mar, da agricultura, da criação animal, do turismo e de outros sectores.

Assim, o alvo desta investigação é a comunidade da zona costeira que desenvolve atividades relacionadas com o turismo sustentável, tendo o envolvimento dos intervenientes (*stakeholders*) na orientação da comunidade.

5.3.2 Revisão da literatura

De modo a construir uma sólida base teórica foi feita uma revisão da literatura, considerando o tema, a questão de investigação e os objetivos identificados. No capítulo 4, dedicado à revisão da literatura estão desenvolvidos os pontos, nomeadamente a metodologia da revisão da literatura, os dados recolhidos e os resultados obtidos desta revisão da literatura, bem com os principais temas identificados.

O trabalho de campo posteriormente realizado teve uma sólida base na revisão da literatura. Em específico a construção dos instrumentos, a seleção dos potenciais participantes, a forma de os abordar e o cuidado com a cultura das comunidades foram aspetos considerados devido também à aprendizagem obtida da revisão da literatura.

Nesta seção quer-se reforçar a perspetiva da necessidade de incluir a revisão da literatura como parte integrante da metodologia de todo o estudo. A revisão de literatura pode ser entendida como parte de um método que tenta descobrir várias teorias relacionadas com o problema que está a ser enfrentado ou investigado. Além disso, antes da investigação no campo, o investigador tem um plano sobre a visualização de informação teórica que apoiará o resultado da análise da investigação. No levantamento de dados, pode usar várias técnicas para obter as informações para analisar.

Jones e Donmoyer (2021) consideram que para estudar profundamente um fenómeno no campo, o investigador funciona como um instrumento de pesquisa. Na prática, o investigador é considerado um instrumento desde a revisão da literatura até à conclusão do trabalho (Scheffelaar *et al.*, 2021). Este recolhe, selecciona, lê e analisa o conteúdo dos artigos, de modo a compreender o estado de arte (Pinho & Leite, 2014). Além disso, o investigador fica capaz de ter a sua agenda e as suas anotações sobre os eventos no campo com relevância de investigação para fortalecer a análise de dados. Qu e Dumay (2011) também acrescentaram que a realização de investigações qualitativas não é uma tarefa fácil. Não só requer a utilização de várias competências, como a audição e a gravação, mas também um planeamento e uma preparação adequada.

Partindo deste entendimento, antes de o investigador realizar a investigação no terreno, tem-se inspirado em várias disciplinas ou cursos lecionados durante o programa de estudos. O investigador fez a revisão de literatura usando várias fontes ligadas ao turismo e à comunidade no contexto dos países desenvolvidos e em desenvolvimento. Como explicado por Jabareen (2009), a curiosidade ou competência para entender um fenómeno é um pressuposto ontológico relacionado com o conhecimento do “caminho das coisas”, a “natureza da realidade”, a existência de “real” e a ação de “real”.

As zonas costeiras possuem diversas atrações turísticas e são muito procuradas pelos visitantes, sendo necessário considerar o impactes negativos gerados pelo turismo, tanto direta como indiretamente (Ghosh, 2011; Wong, 1998). Aref *et al.* (2010) acrescentam que o turismo e a comunidade são um pacote inseparável e quando um deles é separado então o

turismo e a comunidade não terão qualquer valor. O turismo é uma das maiores indústrias do mundo que pode impulsionar a economia, mas esta indústria funciona bem quando há presença ou envolvimento da comunidade. Com este pressuposto, é relevante o estudo do turismo complementado com o desenvolvimento comunitário, especialmente para as comunidades costeiras que protegem e utilizam a costa como fonte de vida. Há várias teorias que podem ser consideradas neste estudo. Consideramos relevantes para a nossa base teórica as seguintes abordagens:

(i) O turismo como um instrumento para o desenvolvimento comunitário.

(ii) A capacitação e o empoderamento como um processo de realização de modo que a comunidade possa ter conhecimento, autonomia e esteja ciente da importância do turismo como fator de desenvolvimento sustentável. Nesta perspectiva defendemos que as comunidades das zonas costeiras possam participar ativamente nas decisões do desenvolvimento turístico dessas zonas costeiras, onde vivem desde os seus ancestrais e que possam garantir o futuro das próximas gerações.

(iii) O desenvolvimento das comunidades pode incentivá-las a terem consciência e a se preocuparem com a sustentabilidade do turismo, baseada na atenção com o ambiente, a economia social e a cultura na zona costeira.

(iv) A associação entre o turismo e o desenvolvimento comunitário e suas implicações nas vidas das comunidades costeiras, ou seja, estas podem escolher que segmento de turistas pretendem atingir através de uma inovação social.

5.3.3 Elaboração da proposta de investigação

Com base na interpretação e compreensão da revisão de literatura, procedeu-se à construção da proposta de projeto de investigação sobre turismo e desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras. Este tema foi apresentado às orientadoras; da sua discussão, tanto nos aspetos filosóficos, como nas técnicas a serem utilizadas no estudo de campo, foi possível estruturar o trabalho a realizar. Das várias sugestões indicadas pelas orientadoras, o investigador tomou boa nota do enriquecimento do conhecimento de modo a ir para o “terreno” com uma sólida competência para recolher informação importante ou relevante.

5.4 FASE 2: Operacionalização da investigação

Através dos procedimentos de investigação e dos preparativos que foram discutidos, o investigador entra na fase de investigação no terreno. Quando o investigador entra no campo de investigação, há várias fases que passa a seguir para recolha de dados que irão ser desenvolvidas de seguida.

5.4.1 Determinação da questão e do objetivo geral da investigação

A questão de investigação identificada foi: como é que o ecoturismo de base comunitária pode ter impacto no desenvolvimento comunitário nas zonas costeiras, através do papel dos intervenientes (*stakeholders*). Alinhado com esta questão, o objetivo geral a ser alcançado neste estudo é compreender como é que o ecoturismo de base comunitária pode ser implementado, com vista ao desenvolvimento comunitário, através do papel dos vários intervenientes nas zonas costeiras (com o caso de aplicação ao município de Lautém).

Depois de refletir sobre os resultados da revisão da literatura, procedeu-se ao trabalho de campo no município de Lautém, em Timor-Leste, tendo como objetivos específicos norteadores do trabalho:

- Compreender como se poderá processar o desenvolvimento comunitário na zona costeira do município.
- Identificar o papel do envolvimento dos intervenientes e da comunidade na construção do ecoturismo de base comunitária.
- Analisar as preocupações das comunidades locais sobre a sustentabilidade (ambiental, cultural-social e económica).
- Compreender como se pode ligar o desenvolvimento comunitário e o acesso ao mercado turístico pela comunidade local.
- Compreender como se pode ligar o desenvolvimento comunitário e a inovação social comunitária.

5.4.2 Amostra dos participantes e suas características

Os participantes foram selecionados de modo a obter-se uma amostra representativa, tanto dos intervenientes como da comunidade. O objetivo da amostra qualitativa é

determinar os participantes que são considerados como relevantes para fornecer informação importante, de modo a entender mais profundamente o fenómeno que está a ser estudado (Gill, 2020). Neste estudo, a técnica utilizada para recolher a informação é através da amostragem intencional e bola de neve (Naderifar *et al.*, 2017).

A amostragem de bola de neve é uma técnica de amostragem onde a recolha de dados inicialmente se concentra em certos inquiridos, mas no decorrer do trabalho de campo verifica-se que há outros participantes relevantes de modo a aprofundar a informação que se deseja recolher (Gill, 2020). Por esta razão, pode-se dizer que se utilizou uma amostragem intencional obtida através da técnica de bola neve; os indivíduos foram selecionados porque considerados pertinentes para serem entrevistados, não só pelo investigador, mas também pelas pistas fornecidas pelos inquiridos.

Foram identificadas as entidades interessadas que de algum modo têm ligações ao turismo no município de Lautém, incluindo: governo central, governos regionais, governos ao nível do posto administrativo, chefes dos Sucos e figuras indígenas, bem como outras agências que são consideradas relevantes para os seus dirigentes serem entrevistados. Foram ainda identificados membros da comunidade costeira com diferentes funções em diversas atividades, como por exemplo membros que realizam atividades comerciais de alojamento e restauração; membros da comunidade piscatória, nomeadamente pescadores, bem como as pessoas relacionadas com o transporte de turistas para a ilha de Jaco; agricultores; negócios de quiosque, grupos de conservação da Natureza e a guarda costeira.

Na Tabela 0.6 estão apresentadas as características dos 41 participantes que foram entrevistados. O volume da amostra pode ser considerado adequado. De acordo com Boddy (2016), a amostra para um estudo qualitativo pode-se situar entre 30 e 40 inquiridos, para que a informação recolhida possa ser gerida e suficiente para obter informação relevante. Ao nível de escolaridade, a distribuição é a seguinte: com ensino básico são 7 pessoas (17,1%), com ensino pré-secundário 1 pessoa (2,43%), com ensino secundário são 17 pessoas (41,55%), licenciatura são 9 pessoas (22%) e mestrado são 7 pessoas (17,1%). O nível escolaridade dos participantes é relevante para se entender melhor a sua perceção sobre a relação entre o turismo e para o desenvolvimento das comunidades costeiras.

Tabela 0. 6 – Características dos participantes (entrevistas)

Nº	Ocupação	Afiliação	I	G	Nível de Educação	Nível de Ação	Geográfica/Local	Data realização entrevistas	Duração de entrevista
P1#	Secretário Estado	Secretário de Estado do Ambiente	54	M	Mestrado	Nacional	Dili	13-01-2020	00:49 minutos
P2#	Secretário Estado	Secretário de Estado da Terra e da Propriedade	56	M	Licenciado	Nacional	Dili	28-11-2019	00:44 minutos
P3#	Secretário Estado	Secretário de Estado da Cooperação	46	M	Mestrado	Nacional	Dili	07-12-2019	00:46 minutos
P4#	Diretor Geral	Ministério do Turismo, Comércio e Indústria	45	M	Mestrado	Nacional	Dili	09-01-2020	00:48 minutos
P5#	Diretor Geral	Secretário de Estado da Terras e da Propriedades	53	M	Mestrado	Nacional	Dili	28-11-2019	00:20 minutos
P6#	Ex. Secretário Estado	Secretário do Estado do Ambiente	56	M	Mestrado	Nacional	Dili	17-01-2020	01.00 hora
P7#	Diretor Nacional	Ministério da Agricultura e Pescas, departamento de pesca	48	M	Licenciado	Nacional	Dili	29-11-2019	1:30 minutos
P8#	Diretor Executivo	ONG Haburas	47	M	Licenciado	Nacional	Dili	28-11-2019	1:10 minutos
P9#	Presidente da Câmara	Município de Lautém	56	M	Mestrado	Município	Lospalos	02-12-2019	1:25 minutos
P10#	Diretor distrital	Eletricidade de Timor-Leste (EDTL) em Lautém	42	M	Secundário	Município	Lospalos	05-12-2019	0:52 minutos
P11#	Funcionário	Instituto de Apoio Desenvolvimento Empresarial (IADE)	47	M	Licenciado	Município	Lospalos	02-12-2019	1:05 minutos
P12#	Administrador	Posto administrativo Tutuala	47	M	Licenciado	P. Adm.	Lospalos	16-01-2020	01:00 hora
P13#	Administrador	Posto administrativo Lautém-Moro	47	M	Mestrado	P. Adm.	Lautém Moro-Com	22-01-2020	00:44 minutos
P14#	Pessoal funcionário	Ministério da Agricultura e Pesca em Suco Com	52	M	Secundário	P. Adm.	Lautém Moro-Com	19-02-2020	00:45 minutos
P15#	Pessoal contratado	Instituição de Crédito Financeiro KAIBAUK	35	M	Licenciado	P. Adm.	Lautém Moro-Com	22-01-2020	00:30 minutos
P16#	Gestor	Mini hotel Pousada em Tutuala Village	43	M	Secundário	P. Adm.	Tutuala	24-12-2019	00:48 minutos
P17#	Chefe do Suco	Suco de Mehara	40	M	Secundário	Suco	Tutuala-Mehara	16-12-2019	01:15 minutos
P18#	Chefe do Suco	Suco de Com	51	M	Licenciado	Suco	Lautém Moro-Com	28-01-2020	00:40 minutos
P19#	Chefe do Suco	Suco de Tutuala	51	M	Secundário	Suco	Tutuala	13 -12-2019	01:00 hora
P20#	Figura tradicional	Suco de Mehara	66	M	3º Ano do 1º Ciclo	Suco	Tutuala-Mehara	26-01-2020	00:34 minutos
P21#	Ex. Chefe do Suco	Suco Tutuala	52	M	Secundário	Suco	Tutuala	5-01-2020	01:52 minutos
P22#	Guarda Costeira	Guarda Costeira do Ministério da Agricultura e Pesca no Suco de Tutuala	51	M	Secundário	Suco	Tutuala	20-12-2019	00:25 minutos
P23#	Guarda Costeira	Guarda Costeira do Ministério da Agricultura e Pesca no Suco Com	46	M	Secundário	Suco	Lautém Moro-Com	21-02-2020	00:34 minutos
P24#	Coordenador	Pescador de Suco de Tutuala	44	M	Secundário	Comunidade	Tutuala	23-12-2019	01:06 minutos
P25#	Pescador	Suco de Tutuala	51	M	4º ano do 1º Ciclo	Comunidade	Tutuala	18-12-2019	01.30 minutos

Nº	Ocupação	Afiliação	I	G	Nível de Educação	Nível de Ação	Geográfica/Local	Data realização entrevistas	Duração de entrevista
P26#	Coordenador	Pescador de Suco Mehara	37	M	Secundário	Comunidade	Tutuala-Mehara	16 -12-2019	00:44 minutos
P27#	Coordenador	Pescador de Suco Com	42	M	5º ano do 1º Ciclo	Comunidade	Lautém Moro-Com	28-01-2020	01: 05 minutos
P28#	Pescador	Suco Com	50	M	Secundário	Comunidade	Lautém Moro-Com	23-02-2019	00:46 minutos
P29#	Pescador e plantar algas	Suco Com	68	M	1º ano do 1º Ciclo	Comunidade	Lautém Moro-Com	27-01-2020	00:41 minutos
P30#	Proprietário	Negócio de Comida tradicional e Quiosque em Suco Com	36	F	Secundário	Comunidade	Lautém Moro-Com	17-01-2020	00:37 minutos
P31#	Proprietário	Negócio Quiosque em Suco Tutuala	51	F	Secundário	Comunidade	Tutuala	23-12-2019	00:22 minutos
P32#	Proprietário	Negócio Quiosque em Lautém-Com	40	F	4º ano do 1º Ciclo	Comunidade	Lautém Moro-Com	10-01-2020	01.20 minutos
P33#	Coordenador	Cooperativa Casa de Hóspede & Restaurante Valu Sere	43	M	9º ano do 2º Ciclo	Comunidade	Tutuala	17-12-2019	01:35 minutos
P34#	Proprietário	Catty Restaurante & Casa de Hóspedes em Suco Com	47	M	Secundário	Comunidade	Lautém Moro-Com	11-02-2020	01:12 minutos
P35#	Proprietário	Sina Restaurante & Casa de Hóspedes em Suco Com	48	F	Secundário	Comunidade	Lautém Moro-Com	11-02-2020	00:55 minutos
P36#	Proprietário	Dona Rosa Restaurante, Casa de Hóspede & Artesanato em Suco Com	62	F	3º ano do 1º Ciclo	Comunidade	Lautém Moro-Com	11-02-2020	00.45 minutos
P37#	Proprietário	Artesanato Tradicional Tais em Suco Com	48	F	Secundário	Comunidade	Lautém Moro-Com	15-02-2020	00:38 minutos
P38#	Proprietário	Negócios Hortícolas em Com Lautém	27	M	Licenciado	Comunidade	Lautém Moro Com	22-01-2020	00:45 minutos
P39#	Proprietário	Negócios vegetais em Com-Lautém	58	F	2º ano do 1º Ciclo	Comunidade	Lautém Moro-Com	22-01-2020	00.32 minutos
P40#	Proprietário	Coleção pedra para Vender e Agricultor	49	M	Licenciado	Comunidade	Lautém Moro-Com	18-01-2020	00:45 minutos
P41#	Coordenador	Grupo de Voluntariado de Conservação em Suco Com	55	M	Secundário	Comunidade	Lautém Moro-Com	25-02-2020	01:13 minutos

Nota: N. – Nº do Código do participante; I – Idade; G – Género; P. Adm. – Posto Administrativo

Elaboração própria

Os respondentes nas comunidades costeiras do município de Lautém têm maioritariamente o ensino básico ou secundário, enquanto os inquiridos com um nível mais elevado (licenciatura e mestrado) estão nos postos administrativos, nos municípios e ao nível nacional. A distribuição das idades dos participantes é a seguinte: 5% dos 21-30 anos; 12% dos 31-40 anos; 32% dos 41-50 anos; 46% dos 51-60 anos; e 5% dos 61-70 anos. Como se pode observar, a grande maioria (90%) situa-se entre os 31 e 60 anos. Tendo em conta a localização, 49% são a nível da comunidade, 20% a nível nacional, 12% do Suco, 12% dos postos administrativos, e 7% a nível municipal. Assim, com essas características o foco desta investigação situa-se nas comunidades.

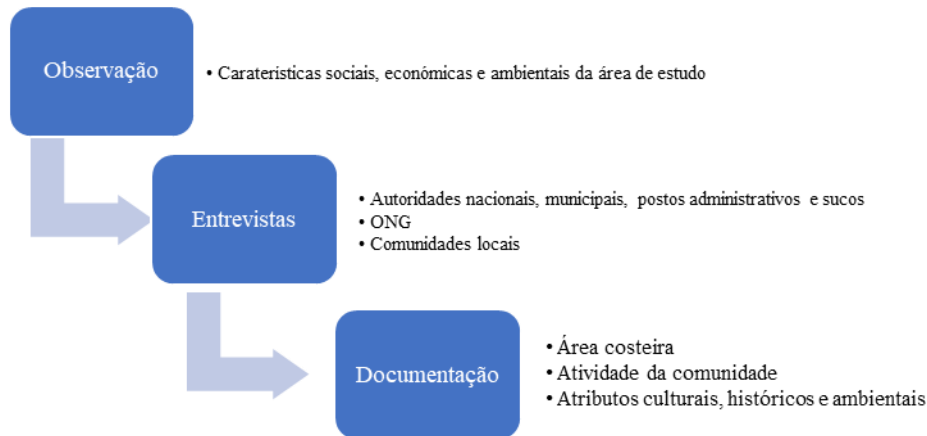
5.4.3 Fontes de dados

Nas abordagens qualitativas consideram-se as palavras ditas como as principais fontes de dados, enquanto outras fontes são complementares, como por exemplo a informação obtida por via de documentação e literatura (Brannen, 2005; Mehmetoglu, 2004; Wesley, 2010). Na presente investigação recolhemos dados a partir de informação primária e secundária. As principais fontes de dados provêm de dados primários recolhidos localmente pelo investigador, o que se revelou uma estratégia eficaz não só na riqueza dos dados recolhidos, mas também no seu próprio enriquecimento de conhecimento. Esta foi assim uma experiência de interação com a comunidade baseada na construção de confiança partilhada. Outras fontes complementares de dados secundários foram usadas, tais como os dados oficiais disponíveis em Timor-Leste. Quando estes se revelavam suficientes, foram usadas outras fontes, como o *Google Maps*. Além disso, as técnicas de recolha de informação relativas a referências analisadas foram obtidas através de *sites* de informação credíveis, tais como a base de dados *Scopus*, o Google Académico, o Repositório Institucional da Universidade de Aveiro (RIA) e o Repositórios Científicos de Acesso Aberto de Portugal (RCAAP).

5.4.4 Técnicas de recolha de dados

Partindo de fontes de dados conhecidas, existem várias técnicas que são usadas para a recolha de dados que podem ser contabilizadas de acordo com a finalidade da investigação. Neste estudo empírico foram utilizadas três técnicas para recolher os dados no campo, nomeadamente observação, entrevistas e documentação (Figura 0.3).

Figura 0. 3 – Técnicas de recolha de dados



Elaboração própria

5.4.4.1 Observação direta

O investigador usa a técnica de observação direta no campo com vista a aumentar o nível de validade dos dados e compreender localmente os fenómenos de modo a fazer a caracterização do contexto, as tradições e atividades comunitárias em termos sociais, culturais, económicos e ambientais. Além disso, o investigador monitoriza diretamente os eventos no campo com vista a explorar a informação, procurando equilibrar a subjetividade e a objetividade. Este processo de recolha de dados resulta não só do conhecimento e da pertença do investigador a este contexto, mas também do trabalho científico feito de modo a respeitar a cultura das comunidades.

Assim as informações recolhidas no trabalho de campo envolveram diretamente o investigador e a participação ativa dos inquiridos. Na verdade, o investigador nasceu neste contexto, o que permite ter adquirido uma bagagem de conhecimento e uma compreensão da sua cultura que vem sendo construída desde a infância.

As observações foram realizadas durante as férias letivas da Universidade de Aveiro em Timor-Leste, em dezembro de 2018. Neste período foi cumprida uma agenda planeada de recolha de informação relevante, no município de Lautém. Posteriormente, em novembro de 2019, o investigador continuou a observar novamente as circunstâncias consideradas importantes e ações comunitárias sobre o ambiente, a natureza, as potencialidades dos recursos naturais, os recursos humanos para o turismo, as mudanças nos fenómenos que ocorreram durante a ocupação indonésia e no pós-independência, e a

presença de partes interessadas entre a comunidade. Além disso, foi ainda observando a prática da comunidade aceitando turistas, associadas às atividades empresariais realizadas, com conhecimentos e tipos de atividades empresariais existentes.

5.4.4.2 Entrevistas aos intervenientes (*stakeholders*) e às comunidades locais

Depois da recolha de informação obtida pela observação, deu-se início às entrevistas. Para a realização das entrevistas foi usado um guião de entrevista (Apêndice 0.1). A fase preparatória das entrevistas teve o apoio de dois documentos enviados aos potenciais entrevistados: a declaração de investigação (Apêndice 0.2) e a carta de pedido de entrevista (Apêndice 0.3).

O investigador fez as entrevistas presencialmente de modo a facilitar uma comunicação mais fluida com os participantes. A entrevista semiestruturada foi utilizada com o objetivo de dar espaço ao entrevistado para transmitir as suas ideias, não se limitando a responder de modo sintético. Este tipo de entrevista semiestruturada procura sensibilizar os entrevistados para o tema em questão deixando-os tranquilos para darem as suas opiniões sem perturbação (Bowen, 2008).

O objetivo principal da entrevista é recolher as perceções, a experiência, as atividades, as motivações da comunidade e das partes interessadas sobre o desenvolvimento do turismo na zona costeira e sobre os esforços a fazer para alcançar as mudanças na zona costeira do município de Lautém.

A entrevista foi realizada como processo de conversação (Qu & Dumay, 2011), com a intenção de saber as características das pessoas, eventos, organizações, motivações, experiências e perceção. A entrevista foi conduzida pelo investigador, de modo a recolher informação a ser posteriormente analisada.

Durante a entrevista, o investigador também prestou atenção à situação e condições do inquirido para que a ideia por este transmitida fosse mais bem percebida. Mais especificamente, a vontade dos inquiridos, a familiaridade do lugar para que se sinta confortável, as atividades de trabalho, as distrações pessoais ou externas podem influenciar o inquirido quando este transmite a sua ideia. Outra razão para o investigador usar a entrevista semiestruturada é porque a maioria das comunidades no litoral têm diferenças no nível de conhecimento e de educação escolar. Do mesmo modo, o domínio do género é muito importante ser analisado, porque o turismo e o desenvolvimento comunitário

funcionam bem quando existe um equilíbrio entre mulheres e homens na indústria do turismo. O processo de entrevista teve como alvo dois tipos de participantes, nomeadamente: (i) ao nível das partes interessadas, que vão do âmbito nacional ao âmbito local dos sucos; e (ii) ao nível das comunidades locais que desenvolvem atividades na zona costeira.

O investigador sentiu-se como instrumento desta investigação qualitativa porque desempenhou um papel-chave na recolha, interpretação e sintetização da informação (Yoon & Uliassi, 2022). Este papel leva em conta não só a pertença à comunidade em estudo e ao país onde nasceu, mas também o seu conhecimento construído, a sua identidade cultural, as suas competências linguísticas, a sua formação académica e os seus valores humanistas.

5.4.4.3 Processo de realização das entrevistas a entidades

Em 20 de novembro de 2019, o investigador iniciou a distribuição da declaração de investigação (Apêndice 0.2) e da carta de pedido da entrevista (Apêndice 0.3), a todas as entidades governamentais e não governamentais que foram identificadas como potenciais respondentes. Em Díli (âmbito nacional) as entrevistas foram realizadas de acordo com a (tabela 0.6), aos seguintes participantes:

Na altura em que o investigador distribuiu a declaração de investigação e a carta pedido aos participantes para entrevistar, o investigador teve dois tipos de experiências. Por um lado, houve participantes que se mostraram disponíveis para serem entrevistados, mas teve-se de passar pela burocracia e esperar até que houvesse confirmação da data da entrevista; por outro lado, alguns inquiridos facilmente receberam o investigador para realizar as entrevistas presencialmente.

As primeiras entrevistas foram conduzidas em Díli a agências governamentais consideradas relevantes para os efeitos deste estudo. O investigador começou por apresentar a declaração de investigação e a carta pedido entrevista no gabinete do Secretário de Estado do Ambiente no dia 20 de novembro de 2019, mas, nessa altura, o Secretário Estado do Ambiente não estava disponível, assim o investigador teve de esperar para outro dia.

Entretanto, o investigador apresentou a declaração de investigação e a carta pedido entrevistas ao **Secretário de Estado das Terras e Propriedade**, 28 de novembro de 2019 através do seu assistente. Ele informou o Secretário de Estado da Terras e Propriedade

permitiu que o investigador conduzisse uma entrevista de imediato, a qual durou 44 minutos. Durante a entrevista, o Secretário de Estado para os Assuntos da Terra e Propriedade deu informações sobre o conhecimento do estado sobre as comunidades costeiras, os regulamentos relacionados, os processos de evacuação e a indemnização nos despejos comunitários das terras do estado e os sistemas de arrendamento das terras do governo. Devido à consideração do tempo de trabalho e de outras atividades que precisam de ser concluídas pelo Secretário de Estado da Terras e Propriedade, no mesmo dia o investigador continuou a entrevista com o **Diretor-Geral** sobre os aspetos técnicos utilizados pelo governo em questões de terras em Timor-Leste. Durante uma entrevista persuasiva que durou 20 minutos, o Diretor-Geral disse como era o processo de utilização das terras, o valor das terras, o estado das terras e a certificação, as técnicas de avaliação do uso do terreno e a determinação dos preços das terras com base nas respetivas balanças e zonas.

Após terminar a entrevista, no mesmo dia 28 de novembro 2019 o investigador foi para o escritório da **ONG Haburas**. O investigador apresentou a carta de investigação e pedido de a carta pedido entrevistar ao diretor da ONG Haburas para ser entrevistado, mas o diretor imediatamente determinou de 70 minutos para a entrevista. Como o diretor é uma pessoa pertencente aos combatentes e ativistas timorenses, tem um espírito de nacionalismo, por isso, quando se fala da erradicação da pobreza, do ambiente e da comunidade, é mais ativo na prestação de informação.

Um dos objetivos da entrevista era saber o papel da Fundação ONG Haburas nas comunidades costeiras. Foi explicado que um dos papéis desta organização é cooperar com o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) de Portugal para desenvolver as comunidades costeiras em Tutuala particularmente a utilização do potencial turístico como fonte de vida para a comunidade costeira de Valu Sere (Tutuala). Outro papel da ONG Haburas é fomentar as comunidades a serem independentes e a respeitarem o ambiente, de modo a proporcionar uma vida decente à comunidade. O que inspirou a ONG para ter este papel foi a história e antecedentes do tempo da luta de Timor-Leste.

Na entrevista o diretor expressou preocupação pelas comunidades costeiras, pela sua história. Explicou o processo de desenvolvimento das comunidades no litoral levado a cabo pela ONG Haburas, desde a aproximação à comunidade, a apresentação da visão e da

missão da fundação, passando pela formação de grupos comunitários, a formação e a capacitação dos pescadores, e o trabalho com a comunidade até à construção de negócios de alojamento e restauração. Por fim, foram analisados os resultados obtidos, o impacto recebido antes e depois das comunidades se envolverem em pequenos negócios na área turística e avaliado a sensibilização da comunidade para o ambiente, o social e a cultura.

Além disso, no dia 29 de novembro 2019, o investigador teve a oportunidade de realizar uma entrevista com o **Diretor das Pescas da Direção Nacional do Ministério da Agricultura e Pescas** de Timor-Leste. Anteriormente, o investigador tinha enviado uma carta de investigação ao Diretor-geral das Pescas do Ministério da Agricultura e Pescas, mas naquela altura o diretor-geral estava a realizar trabalhos no município de Manufahi, pelo que o investigador foi acompanhado por um funcionário do Ministério da Agricultura e Pescas para conduzir uma entrevista ao diretor nacional.

Durante os 93 minutos, o diretor deu informações sobre o papel do governo nas comunidades piscatórias costeiras, as condições de pesca de Timor-Leste, o profissionalismo dos pescadores, as instalações dadas às comunidades costeiras, a formação, a indústria, a comercialização e a pesca relacionada com o turismo em Lautém. Forneceu também documentos relacionados com as pescas, tais como regulamentos governamentais, lista de tipos de peixes que são permitidos e os que não são permitidos para consumo, e dados sobre o número de pescadores no município de Lautém. No final da entrevista, o diretor propôs que o investigador pudesse ir ao escritório do Ministério da Agricultura e Pescas ou contactasse por email, caso os dados fornecidos não fossem suficientes.

Chegado ao município de Lautém, no dia 02 de dezembro 2019 investigador começou a entregar carta de investigação e a carta pedido de entrevista para o **Presidente da Câmara Municipal de Lautém**. A entrevista com o presidente do município realizou-se no mesmo dia em que se foi entregar a solicitação de entrevista. No tempo de espera para ser recebido pelo presidente da câmara o investigador teve a oportunidade de dialogar com alguns funcionários da Câmara sobre a dinâmica da política em Timor-Leste. Esta circunstância permitiu a recolha adicional de informação através de uma abordagem metodológica diferente, a observação participativa.

Esta entrevista revestiu-se ainda de um carácter mais pessoal, tanto para o entrevistador como para o entrevistado. O investigador (entrevistador) sendo natural do

município de Lautém é também o primeiro município a realizar um programa de doutoramento na área de turismo o que deixou o presidente da câmara muito orgulhoso do percurso do seu concidadão. O Presidente de Câmara deu informações durante 85 minutos, sobre o papel da câmara de Lautém, a observação da participação comunitária no turismo, a contribuição do turismo para o município de Lautém nos aspetos económicos, ambientais e socioculturais, a consciencialização da comunidade, a condição geográfica do turismo no município de Lautém, a cooperação do governo local com o Ministério do Turismo, as infraestruturas, o planeamento do governo local sobre o turismo, bem como, o conhecimento governamental sobre as terras, no município de Lautém.

Aproveitando o facto de o administrador do posto administrativo de Tutuala se encontrar na Câmara Municipal para reunir com o Presidente de de Lautém, o investigador aproveitou lhe solicitar uma entrevista que ficou marcada para depois do regresso do administrador do posto de Tutuala de Díli.

Seguidamente no mesmo dia 02 de dezembro de 2019 o investigador dirigiu-se ao escritório do **Instituto de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE)**, uma das instituições que apoia o desenvolvimento de pequenos e médios empresários no município de Lautém. O diretor do IADE é um antigo colega de escola básica do 3º ciclo em Mehara e pertence ao mesmo suco que o investigador. Este conhecimento facilitou a marcação da entrevista que foi delegada num funcionário do IADE, que estava a dar formação a pequenos e médios empresários do município de Lautém e que tinha experiência em termos de desenvolvimento comunitário, devido ao facto de o diretor desta instituição ter uma agenda particularmente ocupada nesse período. Na entrevista, com duração superior a 1 hora o funcionário deu informações sobre o processo de capacitação dos pequenos e médios empresários do município de Lautém e os resultados obtidos. Referiu ainda que a maioria das formações ministradas pelo IADE têm sucesso, e que as situações de insucesso de alguns empreendedores se devem a obstáculos relacionados com fatores culturais e limitações de conhecimento.

Uma primeira tentativa de entrevista com o diretor técnico do **Gabinete de Eletricidade de Timor-Leste (EDTL)** em Lospalos (nível municipal) não foi possível devido a este se encontrar, nessa altura, a desempenhar funções de trabalho na área rural. Esta entrevista tinha sido sugerida pela própria Diretora-Geral da EDTL em Díli aquando da reunião com o investigador. De acordo com a diretora geral esta seria a forma de obter

informação mais clara sobre a distribuição da energia elétrica a todas as comunidades e empresas da zona costeira. Foi feita nova tentativa, através de contacto telefónico fornecido por um vizinho do investigador em Mehara. O diretor da EDTL disponibilizou-se a realizar a reunião às 10h00m do dia seguinte 05 de dezembro de 2019, no escritório da EDTL em Lospalos, capital do município de Lautém. Nessa entrevista o diretor transmitiu informações durante 52 minutos sobre o papel do governo na área da iluminação e energia, o número de funcionários públicos da EDTL, quem tem acesso a energia e iluminação, as instruções para o uso de energia elétrica, as razões para a distribuição da iluminação, os mecanismos do uso de eletricidade, o impacto que ocorre frequentemente com a iluminação, as relações energéticas com turismo, os negócios comunitários, a gestão e os serviços quando há problemas relacionados com eletricidade, a capacidade dos profissionais disponíveis para responder às necessidades de energia e iluminação no município de Lautém.

Em (dia 6 de dezembro 2019) o investigador regressou a Díli para fazer uma entrevista com o Secretário de Estado do Ambiente que se encontrava em Espanha. Enquanto aguardava o seu regresso, no dia 11 de dezembro de 2019 o investigador teve a confirmação do chefe do gabinete do Secretário de Estado das Cooperativas da autorização para realizar a entrevista. Na entrevista com o **Secretário de Estado das Cooperativas**, que durou 46 minutos, foram dadas informações sobre a importância das cooperativas no apoio às comunidades que gerem negócios nos domínios do turismo, pescas e agricultura. O Secretário de Estado referiu que atuam de acordo com o mandato da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, artigo 138º intitulado Organização Económica (RDTL, 2002) e de acordo com a Lei das Cooperativas de Timor-Leste - Decreto do Governo nº 16/2004 de 27 de outubro (Governo de Timor-Leste, 2004a). Referiu ainda o tipo de assistência dada aos membros das cooperativas, os benefícios cooperativos e o impacto social e cultural após a comunidade receber assistência, o sucesso e a mudança comunitária desenvolvida debaixo do apoio cooperativo em Timor-Leste. Depois de terminar a entrevista, o investigador regressou ao município de Lautem, no dia 12 de janeiro de 2020, para continuar a investigação comunidades locais

Antes o investigador também já apresentar a carta investigação ao **Diretor-Geral do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI)**, mas teve de ser adiada devido ao falecimento da mãe do diretor. Após o funeral a entrevista teve lugar no dia 8 de janeiro de

2020. Durante 48 minutos o diretor-geral forneceu informações sobre a legislação existente, as razões pelas quais Timor-Leste adota o ecoturismo de base comunitária, os papéis e programas geridos pelo governo, o processo de desenvolvimento da comunidade, a assistência financeira e a distribuição de instalações facultadas à comunidade, o impacto do turismo na vida das comunidades, a compreensão das pessoas sobre o ambiente, o comportamento das pessoas em relação ao turismo, e a qualidade da procura e oferta turísticas em Timor-Leste. Referiu ainda como é feita a supervisão e a avaliação das empresas de alojamento e restauração geridas pela comunidade.

Após uma semana, no dia 13 de Janeiro de 2020, confirmada a disponibilidade do **Secretário de Estado do Ambiente**, através do seu chefe de gabinete, para receber o investigador foi realizada uma entrevista de 29 minutos, onde o Secretário de Estado, falou sobre a atenção do governo para com as comunidades costeiras, os programas governamentais relacionados com o ambiente direcionados para as comunidades costeiras, a educação ambiental, a divulgação dos regulamentos ambientais, a consciência e a capacidade dos conhecimentos das comunidades costeiras. Mencionou ainda o impacto das povoações costeiras no ambiente costeiro e as condições ambientais do litoral. A reunião foi interrompida, devido a compromissos, tendo sido retomada após o almoço (14 horas). Durante 20 minutos, deu informações adicionais sobre a sabedoria local de “*Tara Bandu*¹” que tem contribuído para o ambiente, políticas zero plástico, alternativas ambiente verde, e o impacto positivo do ambiente recebido pela comunidade e pelo país. Após o final da entrevista, foi registada numa fotografia conjunta a prova da entrevista feita pelo investigador.

Visto ainda haver assuntos que interessava abordar o investigador entrevistou também o **ex-secretário de Estado do Ambiente**, na sua casa no dia 14 de janeiro de 2020. Ele forneceu informações sobre como supervisionar a comunidade para estar ciente do ambiente e da sua relação com o ambiente. Desenvolvimentos ambiental e rasão a comunidades utilizam a sabedoria local, e a antecedente do ambiente em Timor-Leste no passado e presente.

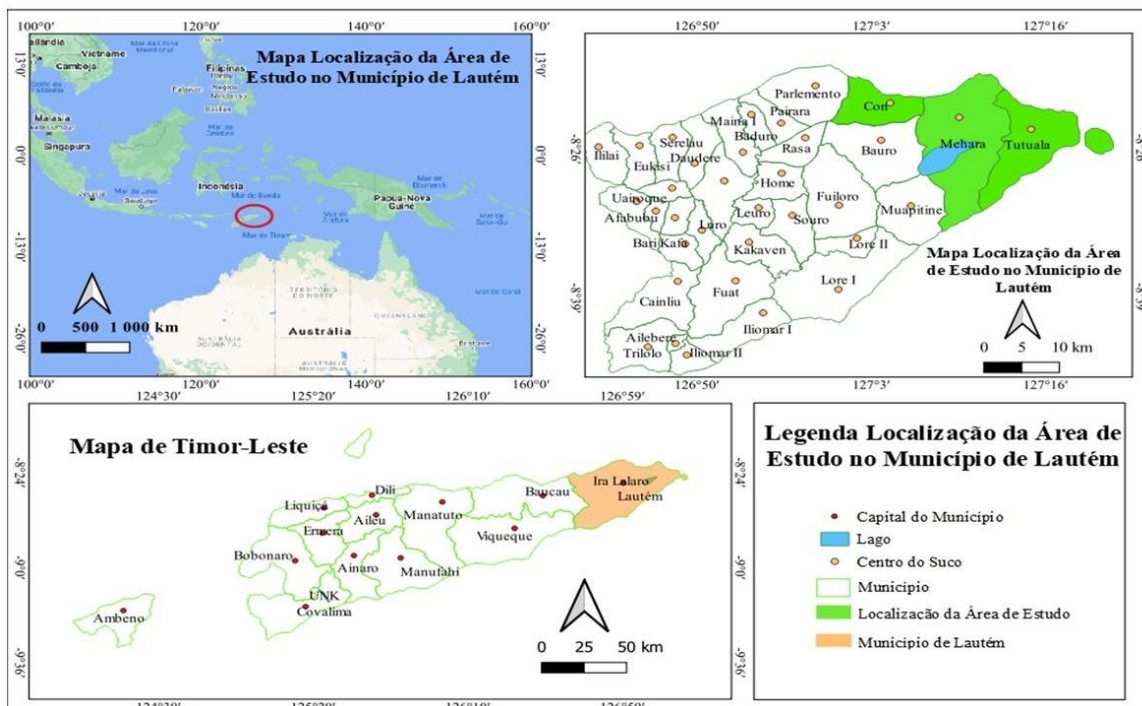
¹ *Tara Bandu* é um costume tradicional timorense que impõe a paz e a reconciliação através do poder do acordo público.

De regresso ao local de investigação, no município de Lautém, no dia 15 de janeiro de 2020, entrevistou o **Administrador do Posto Administrativo de Tutuala** no dia 16 de Janeiro de 2020 de acordo com a combinação prévia. A submissão da carta de pedido de entrevista foi de imediato sucedida pele entrevista que durou 1 hora. Nesse período, o Administrador do Posto Administrativo de Tutuala deu informação sobre o turismo no posto administrativo de Tutuala, o papel do governo, a capacidade comunitária, a preocupação da sustentabilidade, a preparação comunitária para receber turismo, o conhecimento público e a sensibilização na realização da atividade turística, a cooperação com líderes e comunidades locais, as profissões comunitárias na agricultura, pescas e criação animal. Depois aludiu à vida das comunidades sobre aspetos sociais, culturais, ambientais e económicos.

5.4.4.4 Processo de realização das entrevistas às comunidades locais

As entrevistas foram realizadas a três comunidades locais: o suco de Mehara e o suco de Tutuala, do posto administrativo de Tutuala, e o suco Com, do posto administrativo Lautém-Moro (Figura 0.4).

Figura 0. 4 – Localização da área de estudo



Fonte: Elaboração própria

a. Processo de realização das entrevistas à comunidade do suco de Mehara e do suco de Tutuala, no posto administrativo de Tutuala

O posto administrativo de Tutuala tem dois sucos, o suco de Tutuala e o suco de Mehara. Ambos fazem parte da área do Parque Nacional Nino Konis Santana. No caso dos dois sucos a atividade turística está a começar, baseada na cultura, história, montanhas, floresta, lago e costa. De acordo como a (Tabela 0.6) sobre a características ou amostra dos participatens inquiridos, as entrevistas foram realizadas nos dois sucos aos seguintes: Em dia 13 de dezembro de 2019, a investigação no suco Tutuala, começou por entrevistar o **Chefe do Suco de Tutuala**, na sede do Suco. Durante 1 hora falou sobre o papel do chefe do suco, o propósito da mobilização, a forma como a comunidade participa, quem recebe formação, o progresso da comunidade, o impacto obtido, como aborda a comunidade para participar no turismo, os meios para superar as questões comunitárias no que diz respeito ao turismo e a importância do turismo para a vida das comunidades. Forneceu ainda mais informação, uma vez que anteriormente também esteve envolvido diretamente no grupo cooperativo do turismo para o desenvolvimento do turismo na costa de Valu Sere. Depois de ser eleito como chefe do suco compreendeu ainda melhor a condição da comunidade no Suco de Tutuala e dirigiu o seu programa político de acordo com a sua experiência.

As zonas dos postos administrativos de Tutuala, Lautém e Lospalos foram abrangidas pela criação do Parque Nacional Nino Konis Santana (Resolução no 8/2007 de 1 de agosto, Governo de Timor-Leste, 2007a). Este parque tem valor para o setor do turismo e é coordenado pelo chefe do Suco de Mehara, pelo que no dia 14 de dezembro de 2019 o investigador também entrevistou o **Chefe do Suco Mehara** 75 minutos, sobre qual a abordagem usada para preservar o ambiente no parque, definir os objetivos e benefícios obtidos, a relação do parque nacional com o turismo, as potencialidades que existem no Parque Nino Konis Santana e as mudanças na conservação.

No mesmo dia, o investigador entrevistou ainda o **Coordenador dos pescadores do Suco de Mehara**. Durante 44 minutos, o coordenador deu informações sobre o início do seu envolvimento como pescador, o seu conhecimento sobre os pescadores profissionais, o tipo de formação e instalações que receberam para apoio à atividade de pesca, os resultados obtidos com a formação e instalações recebidas associadas a aspetos

socioculturais, o estado das instalações, os locais de venda do peixe, os consumidores que compram o seu peixe, as mudanças de vida que experimentam durante o tempo como pescadores no litoral, e como manter o ambiente.

No dia seguinte, 17 de dezembro de 2019, o investigador tentou entrevistar o **Coordenador da Cooperativa Valu Sere** sobre os negócios de alojamento e restauração em Valu Sere, no Suco de Tutuala. Quando o investigador chegou à cooperativa turística, na costa de Valu Sere verificou que o coordenador da cooperativa estava com os membros do grupo ocupado a reparar um alojamento danificado. Nesta atividade, o investigador viu que os homens e as mulheres estavam com seriedade a fazer o seu trabalho. Como era hóspede, fez o seu pedido de comida ao empregado de mesa aproveitando para pedir ao empregado se ele podia confirmar a disponibilidade do gerente ou coordenador do grupo cooperativo Valu Sere para a entrevista. Enquanto esperávamos pela comida, começamos a entrevista.

Durante 95 minutos, o Coordenador da Cooperativa Valu Sere falou sobre o início e o desenvolvimento da cooperativa de Valu Sere, as razões pelas quais estavam envolvidos na cooperação, quem iniciou e orientou e o número de membros desde o início até à data. Referiu a formação dada à cooperativa, como é realizada, quem é que a dá, que tipo de formação é providenciado (por exemplo, como servir os turistas, como organizar a sala de estar e o quarto) e os resultados obtidos. Abordou ainda o tipo de matérias-primas adquiridas, as parcerias com outras comunidades, os resultados obtidos no dia-a-dia, e que mudanças obtiveram após se envolverem no negócio cooperativo na área do turismo (já tinha passado meia hora após a comida ter sido servida, quando finalmente o coordenador deu ao investigador a oportunidade de almoçar). Depois do almoço prosseguimos a entrevista sobre quem os ajudou, compreensão sobre a sua mudança de carácter, o social, a cultura e conhecimento do ambiente, a gestão organizacional, a contabilidade e a divisão do trabalho.

Depois desta entrevista o investigador seguiu para o lugar dos pescadores e para o negócio do transporte marítimo para fazer entrevistar com o **Pescador**. Na altura, o participante chave, que o investigador determinou, não se encontrava nesse lugar, pelo que o investigador foi obrigado a adiar a entrevista para o dia seguinte. No dia 18 de dezembro de 2019, às 9:00 da manhã, o investigador foi diretamente para a casa do participante chave em Tutuala.

Quando o investigador chegou à casa do inquirido chave, disse que era melhor que a entrevista fosse conduzida na praia de Valu Sere, o lugar onde os pescadores trabalham. A intenção da entrevista ser conduzida na zona costeira de Valu Sere é que poderia haver a participação dos outros pescadores. Assim, ambos tomamos o caminho para a praia Valu Sere e chegamos lá em cerca de 14 minutos.

Durante 90 minutos, na entrevista com um pescador Sênior, este manifestou a sua experiência na realização de tarefas com os seus colegas. Primeiro como pescadores, depois no negócio de transportes marítimo e por último como grupo de conservação da natureza. Primeiro como pescadores, depois no negócio de transportes marítimo e por último como grupo de conservação da natureza.

Em relação à pesca, contaram a história de como se tornaram pescadores, o seu propósito e as razões para a realização de atividades de pesca no litoral, o número de membros envolvidos na pesca, os benefícios dos pescadores, os tipos de pescadores, o conhecimento sobre o peixe de qualidade capturado, quem é o comprador do peixe, o preço do peixe, onde vendem o peixe, a concorrência enfrentada, os equipamentos utilizados para capturar peixes, bem como as áreas operacionais de pesca. Em relação ao negócio do transporte marítimo revelaram a forma como dividem o seu tempo de trabalho como pescadores e a transportar os visitantes para a ilha de Jaco, envolvimento na conservação do ambiente. A comunicação com os turistas, as instalações de comunicação, como servir os passageiros, os conhecimentos da comunidade sobre o turista e o turismo, a época em que há mais movimento com turistas e o preço dos bilhetes.

A terceira tarefa dos pescadores é ser voluntário de conservação da natureza. Na entrevista contaram como fazem a conservação, ajudam a guarda costeira na praia, protegem as florestas, mantêm os animais selvagens na floresta, fazem limpezas, fazem o saneamento público, mantêm os recifes de coral e os peixes cuja pesca foi proibida pelo governo. Além disso, falaram ainda sobre a formação: o objetivo de participar na formação e o tipo de formação recebida, nomeadamente sobre o transporte de turistas, as pescas e o ambiente.

Conversaram sobre a assistência obtida: o tipo de assistência, o volume de assistência, as condições e os benefícios da assistência, a fonte de assistência, os problemas encontrados e o impacto percebido após a participação nas atividades dos pescadores, bem como a gestão dos rendimentos que recebem dos seus esforços, as mudanças de vida, a

atenção ao social e cultural. Sobre as dificuldades explicaram como as ultrapassam, por exemplo, tendo o conhecimento sobre a reparação de instalações de pesca danificadas e como superam os conflitos que ocorrem entre os pescadores.

Ainda enquanto esperava o regresso do coordenador, no dia 20 de dezembro de 2019 o investigador entrevistou o **guarda costeira na praia Valu Sere durante 25 minutos**. Esta guarda costeira é contratada pelo governo através do Ministério da Agricultura e Pescas. Na entrevista foram transmitidas informações sobre as razões de vigiar o litoral e o mar, a segurança, os benefícios, deveres e responsabilidades, as instalações, a formação, a cooperação com outros funcionários, os esforços para lidar com os problemas que surgem no litoral e que reportam ao Ministério da Agricultura. O entrevistado além de desempenhar as funções como funcionário do Ministério da Agricultura e Pescas, também é pescador (complemento para a melhoria da vida familiar).

Dada a informação recolhida e a sua validade, o investigador considerou necessário entrevistar de novo o coordenador dos pescadores da costa de Valu Sere. No dia seguinte 21 de dezembro de 2019, confirmada a presença do **coordenador dos pescadores na zona costeira de Valu Sere** Realizou a entrevista na casa dele. Durante a entrevista também estavam presentes outras pessoas que costumavam estar igualmente envolvidos no **negócio cooperativa de Valu Sere** e que realizam negócios na berma da estrada. Nessa ocasião, o investigador entrevistou dois participantes chave que é o coordenador do pescadores, e a negociante de quiosque em Suco Tutuala. Durante 90 minutos na entrevista, o principais participante fala sobre: (i) as razões da sua intervenção com os pescadores; (ii) a história e a experiência que obtiveram como pescadores; (iii) as instalações obtidas do governo; (iv) o mecanismo de coordenação com os membros; (v) a gestão da distribuição de produtos de transporte e pesca; (vi) o processo de venda de peixe e do transporte de turistas para à Ilha de Jaco; (vii) como resolvem os problemas com os membros quando surgem conflitos, por exemplo quando aparecem danos nas instalações; (viii) as mudanças de vida após a entrada do turismo na zona de Valu Sere, nomeadamente as alterações sociais e ambientais; e (ix) a formação que obtiveram enquanto eram pescadores.

No mesmo dia, a participante chave que já foi membro do negócio cooperativo de Valu Sere em Tutuala, afirmou que desistiu do grupo e abriu um negócio próprio porque queria ser independente. Então abriu um pequeno negócio, quiosque, para servir os turistas. Durante 22 minutos de entrevista falou sobre a história, os processos, os benefícios e os

desafios que tem enfrentado e ainda a gestão do negócio, a atenção ao social, cultural e ambiental. Referiu ainda a estratégia de negócios no litoral, a formação e a experiência antes e depois do turismo ter entrado na zona costeira. Destacou as mudanças que têm sido sentidas após a realização do negócio, bem como a vontade de contribuir para o desenvolvimento turístico na zona costeira.

O investigador entrevistou também o gestor do mini hotel **Pousada** existente no posto administrativo de Tutuala no 24 de dezembro de 2019. Como o gestor já conhecia o investigador, ele ficou mais receptivo a ser entrevistado, durante 48 minutos deu informações sobre o processo inicial de criação do mini hotel pousada em Tutuala, quem é o proprietário, a formação que recebem, a qualidade das visitas turísticas, as facilidades que recebem do governo, as matérias-primas a que acedem, quem são os consumidores e a sua atenção para com o ambiente, o social e a cultura.

Nos regulamentos ambientais, a sabedoria local Tara Bandu foi estabelecida como um instrumento para o desenvolvimento ambiental, e tornou-se um costume cultural no respeito da natureza e da vida da comunidade em Timor-Leste. Por isso, no dia 26 de dezembro de 2020, o investigador pediu ajuda ao **Chefe do Suco Mehara** para questionar a **Figura Tradicional** sobre a sua disponibilidade para ser entrevistado, uma vez que ele faz parte da estrutura do conselho do Suco de Mehara. Depois de confirmada a disponibilidade, foi realizada uma entrevista que durou trinta e quatro minutos. Durante esse tempo deu informações sobre o porquê das pessoas de Lautém priorizarem as regras culturais de Tara Bandu e os costumes em relação às regras normais. O caminho e o processo de criação de Tara Bandu, os benefícios de Tara Bandu, a sanção para o crime ambiental a tomar através do Tara Bandu, a interação de figuras indígenas com a Natureza através de rituais Tara Bandu, o tipo de Tara Bandu, a sua atenção ao ambiente, ao social e à cultura. Também referiu a relação de Tara Bandu com o turismo, a sua perceção dos turistas e turismo.

O investigador quis ainda fazer uma entrevista com um participante chave, o **antigo chefe do Suco de Tutuala** porque ele conhece a vida comunitária passada, a história da comunidade Fataluku, especialmente na costa de Tutuala. Além disso, enquanto ainda liderava o Suco de Tutuala, esteve diretamente envolvido na coordenação e na mobilização da comunidade para a construção do ecoturismo de base comunitária, tendo parceria com outros intervenientes, como a ONG Fundação Haburas e o governo central. Para além

deste historial, o antigo chefe do Suco Tutuala tem também um espírito nacionalista, formação e educação adequadas, pelo que a informação por ele dada tem substância para ser analisada. O contacto com o antigo chefe do Suco de Tutuala foi feito através do chefe do Suco de Mehara que tem uma boa relação com ele.

No dia seguinte, no dia 5 de janeiro de 2020 o investigador foi à casa do antigo chefe do Suco de Tutuala em Lospalos, para realizar a entrevista. Ele começou a falar sobre o processo de se tornar chefe do suco, a mobilização e a construção da consciencialização da comunidade, a definição da visão e da missão para a comunidade, a abordagem usada para orientar a comunidade, a identificação dos problemas que as comunidades enfrentam e o resultado que a comunidade recebeu. A entrevista foi interrompida, visto que o antigo chefe do Suco estava muito ocupado e foi retomada, já em Dili (Timor Plaza), para onde se tinham deslocado o investigador e o antigo chefe do Suco. Assim, fomos juntos para Dili, no dia 6 de janeiro de 2020.

Na continuação da entrevista (40 minutos), acrescentou informação sobre o processo de capacitação da comunidade, as instalações fornecidas pela ONG Haburas e o governo à comunidade, como o início do ecoturismo está associado à vida da comunidade em geral e dos pescadores, a identificação de potenciais turísticos na zona costeira que considera como laboratórios turísticos, a cultura comunitária Tutuala e o turismo, como levar a comunidade a compreender o ambiente, a sabedoria local a natureza e o turismo, a promoção turística e parcerias com outras partes interessadas, tais como a Comissão Europeia, académicos e o governo para construir um negócio cooperativo na área do turismo em Valu Sere, eventos de colheita de vermes do Mar (*Meci*), e comida tradicional relacionados com o turismo.

Antes de terminar a entrevista, o antigo chefe do suco também forneceu documentos secundários, como fotos de formação comunitária de Tutuala, início da construção da cooperativa de Valu Sere, gestão, contabilidade, fotos do envolvimento das mulheres na construção de infraestruturas rodoviárias que conduzem à praia Valu Sere, fotos de discussão, fotos da inauguração de negócios de alojamento e restaurantes na zona costeira de Valu Sere.

b. Processo de Entrevista da Comunidade Costeira no Suco Com, no Posto Administrativo de Lautém-Moro

Depois do investigador ter entrevistado todos os inquiridos chave no posto administrativo de Tutuala, continuou a realizar entrevistas com a comunidade no Suco Com, que pertence ao posto administrativo Lautém-Moro. De acordo com a Tabela 0.6 é possível saber as características dos participantes, no suco Com Posto administrativos Lautem Moro, começar de:

O administrador do posto de Lautém-Moro. O processo de entrevista iniciou-se com a apresentação da carta de pedido de entrevista e declaração de investigação ao segurança, no escritório do posto administrativo de Lautém-Moro. Como na altura o administrador do posto estava ausente foi fornecido o número de telefone do administrador para marcar a entrevista para o dia seguinte.

Porque a presença de turismo na zona costeira não só proporciona benefícios aos pescadores, negociantes de alojamento e restaurantes, mas também às pequenas iniciativas das comunidades que gerem os seus negócios em zonas costeiras (e.g., quiosque, venda de produtos agrícolas e comida tradicional), o investigador considerou importante realizar entrevistas a estas comunidades. Assim para rentabilizar o tempo e visto que a entrevista como Administrador do posto tinha sido adiada para o dia seguinte, o investigador abordou pessoas que vendiam num pequeno negócio na berma da estrada, como era o caso do **quiosque Amigo**.

Na altura no dia 17 de janeiro, de 2020 o investigador ia fazer entrevista, viu que havia um negócio de quiosque muito movimentado na zona costeira, pertença de **uma viúva**. **Este negócio** tem muitos clientes e o próprio investigador viu muitos turistas que estavam na fila para comprar produtos tais como água e bebidas alcoólicas. Pessoas de outras comunidades também estavam na fila para comprar os produtos neste quiosque. Quando chegou a sua vez o investigador comprou água enquanto pedia para fazer entrevista a esta senhora. Ela respondeu de imediato, pediu à sua terceira filha para servir os outros clientes e assim fizeram a entrevista na frente do lugar.

Durante 80 minutos, ela deu as informações sobre o início da construção do negócio antes do marido ter falecido. Falou ainda sobre o propósito de construir um negócio, a experiência que tem na construção de um negócio, a formação que recebeu, a fonte de formação, o seu conhecimento após a participação na formação, o acesso ao financiamento, a venda de produtos no mercado tradicional, a nível de mercado nacional,

quem é o comprador, a fonte do produto e o progresso do negócio, a quantidade de empregados, o estatuto da terra, a capacidade de organizar o negócio, relacionado com a cultura e social, a segurança no negócio, o resultado do lucro que recebeu, a gestão de produtos caducados, a sua atenção ao ambiente no litoral, mudanças na vida e o conhecimento sobre o turista e turismo.

O investigador também entrevistou a negociante de **comida tradicional de Ketupa na berma da estrada para a área do suco Com no dia 17 de janeiro de 2020**. Chegada a hora de almoço, e para que pudesse entrevistar **a dona do quiosque e comida tradicional Katupa**, o investigador com um amigo que o acompanhava encomendaram a sua comida. A razão pela qual compraram alimentos vendidos pela inquirida é, primeiro, para que o investigador possa observar e sentir a qualidade dos alimentos, das instalações, dos pratos, da forma de servir, da higiene e das condições ambientais, e, segundo, para que o inquirido sentisse que não tinha perdido tempo e clientes ao disponibilizar-se para a entrevista. Assim, enquanto comiam, começaram a persuadir a vendedora de produtos alimentares tradicionais a disponibilizar-se para uma entrevista o que resultou na realização da mesma durante o almoço. Durante 37 minutos, disse que o negócio era gerido por sua própria iniciativa, o início do negócio foi estabelecido com a assistência que recebeu do interveniente (*stakeholders*) *ONG Plan International*, o desenvolvimento do negócio, quantos membros da família estavam envolvidos, as matérias-primas obtidas, quem compra o produto, o rendimento que obtém, o impacto do negócio na sua vida, como poderia aceder ao mercado e consciência sobre o social, cultura e ambiente.

Após a entrevista com a proprietária do negócio de comida tradicional, o investigador também visitou outras comunidades que vivem na zona costeira no dia 18 de janeiro de 2020. **Uma das famílias do Suco Ira-Ono** que vive desde 2002 na costa e não vive em conjunto com outras comunidades (eles vivem com as suas famílias e separados da comunidade comum porque aquele lugar é uma área de destino turístico). Quando o investigador lhes pediu uma entrevista, ele e a sua mulher disponibilizaram-se para tal. Durante 45 minutos, informaram sobre as razões de viver no litoral, o estado do terreno onde viviam, a fonte de obtenção de alimentos e bebidas, a fonte de rendimento, os problemas que tinham enfrentado, o processo de resolução de problemas, como é a vida familiar na atualidade e como pensam que será no futuro, o conhecimento sobre o turismo, a assistência obtida, formação recebida. Quando terminaram a entrevista, o próprio

inquirido pediu ao investigador para verem o potencial turístico da área o, as atividades empresariais ligadas às algas e a localização e a posição da zona costeira no suco Com.

Para além disso, no dia 20 de janeiro de 2020 o investigador entrevistou durante 41 uma família que vive na costa, dedicadas à pesca durante 10 anos, mas agora diversificaram os seus negócios através de plantar algas marinhas, desde 2013 em suco Com. Teve de esperar que regressassem do mar onde estavam a cuidar das suas algas. Quando chegaram disponibilizaram-se para realizar a entrevista à sombra de árvore porque naquele momento estava muito calor.

Na entrevista revelaram as razões pelas quais cultivam algas, as atividades adicionais que fazem para além do cultivo de algas, quem os ajudou, a formação obtida, quem compra os seus produtos, os resultados rendimento que receberam e o impacto que enfrentavam, a sua preocupação sobre o ambiente, a sociedade e a cultura.

No dia seguinte 22 de janeiro de 2020, às 8h00, o investigador dirigiu-se para o posto administrativo Lautém-Moro tendo chegado à hora marcada (10h00) ao escritório da **administração do posto de Lautém-Moro**, onde já o esperava o administrador do posto no seu gabinete. Durante 44 minutos, o Administrador falou sobre o desenvolvimento do turismo no posto administrativo Lautém-Moro, especialmente na vila de Com. Além disso, falou sobre o papel do governo no posto administrativo, desenvolvimento da comunidade, as políticas do governo sobre o turismo, a prontidão da comunidade face ao turismo, limpeza e higiene, estabilidade, atividades realizadas pela comunidade, cultura comunitária no posto administrativo Lautém.

Nesse mesmo dia foram ainda realizadas mais três entrevistas, uma ao proprietário de um negócio agrícola, outra a um funcionário da cooperativa de microcrédito KAIBAUK e por último outra a uma beneficiária da cooperativa de microcrédito. Na entrevista com o **proprietário do negócio agrícola**, este falou sobre as oportunidades na área agricultura, como divide o seu tempo no cultivo e terras à beira do rio “Leu Sari” com o negócio de produtos agrícolas. O entrevistado tem formação académica (Engenheiro Civil) e trabalha como funcionário da Organização Internacional de Trabalho (OIT), em Díli. Durante a entrevista de 55 minutos apresentou a razão pela qual fez o esforço, no início do desenvolvimento do negócio, para obter o conhecimentos sobre agricultura e quanto capital investiu, depois falou sobre o processo de venda, o rendimento, a quantidade de trabalhadores, os salários que dá aos trabalhadores e a concorrência que enfrenta.

A entrevista com o **funcionário da cooperativo de microcrédito KAIBAUK**, decorreu durante 30 minutos, onde se falou sobre o progresso da cooperativa, as razões para atribuir o crédito, quem é o cliente, qual o valor médio de crédito aos clientes, o processo de empréstimo, como resolvem os créditos ruins ou falhados, e depois o impacto do crédito na comunidade. Para demonstrar essas informações sugeriu que o investigador fizesse entrevistas diretas aos seus clientes que estavam a pedir empréstimos, na cooperativa crédito de KAIBAUK, para construir pequenas empresas no litoral. Nesse sentido, o investigador entrevistou **uma senhora que estava a pedir um empréstimo**. Durante 32 minutos ela falou sobre a formação que recebia antes de fazer o crédito, o processo de arranque do negócio, como realizava os pagamentos do crédito, os meios para resolver o crédito falhado, a origem dos produtos que vendia, quem era o comprador, o impacto do crédito no seu negócio e como prestava atenção ao ambiente, ao social e cultural e às mudanças de vida que teve depois de implementar o seu negócio e o seu conhecimento sobre o turismo.

No dia seguinte 28 de janeiro 2020, o investigador entrevistou o **chefe do Suco Com**. Em princípio, os chefes de Sucos têm todos os mesmos papéis, mas cada um deles tem uma abordagem diversa para liderar, coordenar e mobilizar a comunidade. Por isso, quando o investigador entregou a carta de pedido de entrevista e a declaração da investigação na sede do Suco, o assistente do chefe do Suco recebeu e arquivou o documento, ligando depois para o chefe do Suco que disse que podíamos ir diretamente a sua casa fazer a entrevista.

Durante a entrevista de cerca de 40 minutos, o chefe do Suco deu informações sobre o seu papel no turismo em suco Com, a participação comunitária no turismo, a abordagem da comunidade para participar em todas as atividades, a resolução de conflitos, a comparação da vida comunidade no passado e no presente. A vontade da comunidade em continuar a respeitar a sabedoria local, como, por exemplo, as atividades que as comunidades indígenas continuam a realizar do corte da palma tradicional, para produzir uma bebida alcoólica tradicional feita manualmente. Esta bebida (um tipo de gim ou vinho) na língua materna de Fataluku chama-se "*Tua Tefele*".

Outras tarefas passam pela assistência que presta à comunidade e à saúde pública. A atenção da comunidade para o ambiente e o impacto do turismo na vida social. Depois de entrevistar o chefe do Suco Com, prosseguimos a entrevista com o **coordenador de pesca**

no Suco Com, no dia 28 de janeiro de 2020. Na altura, o investigador foi acompanhado pelo seu tio de forma a facilitar a entrevista com o coordenador dos pescadores no Suco Com, visto que tem uma boa relação com ele. Na casa do coordenador de pescadores do Suco Com, fomos recebidos com cerveja e peixe grelhado para desfrutarem juntos enquanto faziam a entrevista.

Nos 65 minutos da entrevista, ele revelou como começou a ser pescador, a formação e as instalações que tem recebido, a importância de ser um pescador profissional, os benefícios de ser pescador, os desafios enfrentados em termos das facilidades dos barcos, o processo de navegação, os resultados obtidos, a gestão dos pescadores, a relação de trabalho com a cultura, o impacto de rendimento obtido antes e depois de o turismo ter entrado no Suco Com, bem como a atenção dos pescadores para com o ambiente, o acesso ao mercado e propostas fornecidas.

No dia 11 de fevereiro de 2020, o investigador conduziu entrevistas com as **donas do restaurante e casa de hóspedes “Kathy Guest House e Restaurante”, “Guest House e Restaurante de Sina”, e “Restaurante e Gust House de Tia Rosa”**, que se localizam próximo umas das outras, no Suco Com. Para além de serem vizinhas, têm uma relação familiar e têm gerido os seus negócios desde 2003 até agora. Em 2018 o investigador tinha já visitado este lugar e informado que em ano seguinte faria as entrevistas, então as entrevistadas estavam cientes e estavam disponíveis para realizar as entrevistas.

As perguntas versavam sobre o processo de negócio, a história do seu estabelecimento, estratégias de negócio, pratos fornecidos aos turistas (cada um têm a sua própria maneira). A diferença é que a “Kati Guest House e Restaurante” começou a contratar trabalhadores permanentes, enquanto os outros ainda usam o trabalho dos familiares. Os resultados do negócio podem ter um impacto positivo na qualidade de vida das suas famílias. Por vezes, estes resultados financeiros para além de pagarem os salários são usados para ajudar outras pessoas da comunidade. Como se valoriza os eventos comemorativos da vida e da morte, é positivo contribuir para a realização destes eventos visto que aumenta a coesão familiar e social, ou seja, o capital social da comunidade.

Durante 50 a 62 minutos, as três gestoras de alojamento e restaurantes disseram que obtiveram assistência material para as empresas de alojamento prestada pelo Ministério do Turismo, mas o equipamento fornecido está condicionado às necessidades da casa de hóspedes. Como os seus negócios estão relacionados com o turismo de base comunitária,

eles já seguirem a formação dentro e fora do país no âmbito de alojamento, restaurantes e ambiente.

Posteriormente foi entrevistado **o representante dos tecelões de tecidos Tais tradicionais no dia 15 de fevereiro de 2020**, usualmente utilizados para confeccionar os trajes tradicionais de Lautém. Este foi inquirido 38 minutos, sobre o processo de tecelagem e venda, quem são os compradores, sobre a formação que tem vindo a receber, qual a inovação no uso dos tecidos Tais (traje) para outros produtos, quais as fontes e os materiais utilizados na tecelagem, quais os resultados empresariais, as áreas de marketing e os consumidores que compram estes produtos. Também foram abordados outros assuntos, como por exemplo qual o resultado dos negócios, quais as implicações socioculturais, e qual a atenção dada ao ambiente.

No dia 19 de fevereiro de 2020, o investigador também entrevistou **o representante das pescas, do Ministério da Agricultura e Pescas, no Suco Com**. Com a intermediação do irmão do investigador, foi possível confirmar a disponibilidade deste representante. Durante os 45 minutos da entrevista, foram recolhidas informações relativas ao seu nome, nível educacional, profissão, experiência profissional, o papel e a razão pela qual foi designado para o Suco Com, como cumpre a sua missão de coordenar e resolver os problemas enfrentados pelos pescadores, como gerir as instalações de pesca danificadas e como proporcionar formação em gestão da pesca. Além destas atividades, realizou ações de planeamento para os pescadores, sobre os tipos de peixe e seu valor de venda e sobre a identificação de tipos de peixe que não se vendem no mercado. Dar informações sobre como encontrar peixe, como conservar o mar, para continuar a proporcionar os benefícios para a comunidade, são outras atividades que exerce, especialmente junto dos pescadores na costa do Suco Com.

Posteriormente, no dia 21 de fevereiro, o investigador também entrevistou **o representante da Guarda Costeira no Suco de Com**, durante 34 minutos. Ele transmitiu informações sobre o seu papel, as instalações que usam para assegurar o funcionamento da praia, a coordenação com o governo local quando existem problemas relacionados com o litoral e a coordenação dos voluntários comunitários que se dedicam à conservação, o estado do trabalho, a formação obtida, as mudanças de vida, a atenção à vida social, cultural, a economia e o ambiente.

Existem pescadores tradicionais do Suco Daudere, que vivem nesta zona costeira com os seus filhos e os seus colegas. O **representante dos pescadores** deu informações relativas à sua vida pescador no dia 23 de fevereiro de 2020. Na entrevista de 46 minutos falou sobre a sua experiência como pescador, sobre aspetos relacionados com a propriedade da terra, há quanto eles vivem na costa, o conhecimento necessário para ser um pescador profissional, a formação em que participou, no tempo da ocupação indonésia, o tipo de formação, as instalações recebidas, os benefícios e as funções das instalações obtidas, a atenção ao ambiente, quem compra o peixe, qual o preço, qual o seu modelo de venda, o rendimento e a relação comercial com a sua base sociocultural, bem como sobre as mudanças que ocorreram nas suas vidas. Em seguida, responderam a questões sobre a assistência das instalações da pesca.

A informação também está relacionada com a sustentabilidade no litoral, pelo que o investigador entrevistou o coordenador dos grupos de conservação voluntário no litoral no dia 25 de fevereiro durante uma 73 minutos. Na entrevista transmitiu informação sobre o processo inicial de participação em grupos de conservação, o objetivo de se envolverem na conservação, quem incentivam a dedicarem-se à conservação, a formação recebida, os programas e atividades que realizam no litoral, as instalações em que recebem as partes interessadas, bem como atividades adicionais. Após a entrevista, o **coordenador do grupo de voluntários de conservação** levou o investigador a ver no terreno as atividades que realizaram no litoral, relacionadas com a conservação costeira.

Em suma, as entrevistas demoraram entre 25 minutos a 90 minutos. Esta variedade deve-se às condições do contexto de cada entrevista e às disponibilidades dos inquiridos. Por outro lado, algumas entrevistas não foram realizadas principalmente a entidades institucionais.

5.4.4.5 Técnicas de levantamento de dados através de documentação

Outra técnica usada para obter informação foi através de recolha de informação em documentos. Os documentos recolhidos no terreno amplificam a validade da informação, permitindo analisar mais profundamente os fenómenos sociais que ocorrem no terreno (Wesley, 2010; Wood *et al.*, 2020). Owen (2014) acrescentou que os estudos documentais são complementares à utilização de métodos de observação e de entrevistas, na investigação qualitativa, contribuindo para a credibilidade dos resultados de investigação.

Bogdan e Biklen (2003), na tradição da investigação qualitativa, referem-se aos documentos pessoais e a qualquer produto narrativo na primeira pessoa, que descreve a sua própria ação, experiência e crença. Neste estudo são utilizados dois tipos de documentação, nomeadamente documentação primária e documentação secundária (Kayesa & Shung-King, 2021). A documentação primária forneceu dados ao investigador através de fotos, vídeos e gravação de entrevistas feitas no local. Nesta recolha o investigador toma notas sobre os lugares, as atividades comunitárias, os produtos ou tipos de bens que são considerados úteis para a investigação.

A documentação secundária consiste em documentos ou provas que o autor recebeu de outros, como vídeos e relatórios de processos financeiros, como, por exemplo, das cooperativas Valu Sere que o antigo Chefe do Suco Tutuala entregou; o número de presenças turísticas nos restaurantes “Valu Sere” e “Katy Guest House e Restaurante”; os registos empresariais de alojamento e restauração; os relatórios governamentais; a Constituição de Timor-Leste; e os Regulamentos Governamentais e do Parlamento Nacional. Bowen (2009) considera os documentos textuais, as imagens e os vídeos recolhidos sem interferência direta do investigador. Além disso, as listas, notas, desenhos, declarações escritas compiladas que foram fornecidas por pessoas/instituições são úteis porque há necessidade de compreender o fenómeno (Kayesa & Shung-King, 2021).

5.4.4.6 Validade dos dados

A investigação qualitativa é muito complexa. O investigador tem de ser capaz de compreender toda a informação em profundidade, usando os procedimentos adequados. O relatório de investigação deve conter argumentos baseados em factos e em resultados de campo. Os dados são considerados válidos se as informações descritas estão de acordo com a realidade e com os elementos das provas disponíveis (Bashir *et al.*, 2008). Para Cho e Trent (2006), a validade dos dados qualitativos pode ser de duas categorias: validade “transaccional” e validade “transformacional”. A abordagem transaccional centra-se na interação ativa entre a investigação e os membros da equipa de investigação, através de uma série de técnicas, tais como a verificação conjunta de dados. Esta abordagem centra-se mais na investigação realizada em grupo ou numa organização ou instituição, de modo a garantir a precisão e clareza da informação aceite por todos os membros do grupo de investigação. A validade transformadora é a capacidade de transferir resultados ou métodos

de investigação de um grupo para outro, ou ainda como as conclusões, de um determinado estudo pode ter aplicação noutro contexto. Por outro lado, a validade transformadora, na investigação qualitativa, é um processo emancipatório progressivo para a mudança social para que esta possa ser alcançada, derivada do próprio esforço de investigação.

Muitos especialistas apresentam a sua ideia sobre a validade dos dados qualitativos (Bashir *et al.*, 2008; Whittemore *et al.*, 2001), acrescentando que a validade dos dados também depende das capacidades e competências, para adquirir, processar e agir de modo honesto e ético no trabalho de investigação. Tal transparece nas técnicas utilizadas, na capacidade de interpretar dados e na experiência de processamento dos dados e no seu relacionamento. Assim, pode resultar uma investigação mais profunda. Por outro lado, o investigador deve ter em conta o tempo disponível e o tempo adequado para realizar uma investigação válida com impacte na sociedade.

No caso das entrevistas realizadas estas foram validadas pelos próprios entrevistados, ou seja, as entrevistas foram gravadas, transcritas e enviadas aos entrevistados para estes as poderem ler e confirmar que correspondem às suas falas.

5.4.4.7 Instrumentos da investigação

Na investigação qualitativa, o principal instrumento de investigação é o próprio investigador (Brannen, 2005). O investigador é um instrumento que serve para estabelecer o foco da investigação, escolher os inquiridos, realizar a recolha de dados, avaliar a qualidade dos dados, analisar dados, interpretar os dados e tirar conclusões. Neste estudo, o investigador está direta e intensamente envolvido, desde o processo inicial da escolha do tema de investigação, do trabalho de campo, das transcrições, das traduções, da codificação e da interpretação e suas conclusões. De notar que por vezes diz-se que a investigação é feita individualmente, no entanto, é uma simplificação da realidade porque o investigador não trabalha de forma isolada. Pelo contrário, mesmo quando o investigador está a fazer o seu doutoramento, este é um trabalho coletivo, onde variadas pessoas colaboram para que seja possível atingir a conclusão da investigação, o seu debate e a obtenção do diploma. É este trabalho coletivo que lhe vai conferir a validade da investigação.

Para além do investigador como instrumento, foram usados outros instrumentos para a recolha de dados (observação, entrevistas e documentação) e sua comparação (Mulholland, 2007; Sew *et al.*, 1993). Foram usadas várias ferramentas, tais como o

telemóvel para a gravar vozes dos inquiridos, e a máquina fotográfica, para tirar fotografias no município de Lautém e aos documentos relevantes de investigação. A recolha de dados foi feita localmente e de forma integrada respeitando as pessoas, seus hábitos e cultura.

Durante a investigação no campo, o investigador usou duas línguas: a língua Tétum e a língua Fataluku. A língua Tétum foi usada para entrevistar os representantes do governo e outros inquiridos. A língua Fataluku foi usada para entrevistar as comunidades locais, por ser a mais usada localmente. De notar que a língua Tétum é uma das línguas oficiais de Timor-Leste, ao lado da língua portuguesa. O cuidado de usar estas duas línguas (Tétum e Fataluku) prende-se com a preocupação de facilitar a comunicação e permitir dar mais liberdade e espontaneidade para que os inquiridos possam dar informação relevante.

O processo de transcrição das 41 entrevistas demorou dois meses. Este processo foi feito pelo investigador, o que permitiu facilitar a transcrição das gravações. Foi feita ainda a tradução para português, tanto das entrevistas em Tétum como de Fataluku. Estas traduções demoraram cerca de um mês e meio. Todo o tempo usado para trabalhar os dados recolhidos foi um tempo precioso para a compreensão da realidade estudada.

Para além do elevado número de entrevistas verificaram-se algumas dificuldades na transcrição. Algumas entrevistas foram feitas junto ao mar, gravando também o som das ondas e do vento, constituindo um ruído que se sobrepõe às vozes dos inquiridos, o que requereu uma atenção redobrada para fazer estas transcrições.

5.4.5 Análise de conteúdo

Na sequência do processo metodológico, iniciado com a revisão da literatura, o investigador procedeu à recolha de dados empíricos e prosseguiu para a análise de conteúdo destes dados.

A análise de conteúdo tem sofrido uma evolução e apresentado várias definições. Na perspetiva da necessidade de fiabilidade e validação do processo de análise, a definição de análise de conteúdo de Krippendorff é uma das técnicas mais reconhecidas de investigação que permite fazer inferências, válidas e replicáveis, dos dados para o seu contexto (Krippendorff, 1980).

Em geral, os dados qualitativos podem ser analisados de modo dedutivo e indutivo (Amado *et al.*, 2017; Costa & Amado, 2018). No modelo indutivo as categorias emergem

da leitura dos dados (Costa & Amado, 2018). A análise dos dados qualitativos numa lógica dedutiva parte da definição de um sistema de categorias (categorias principais e suas subcategorias), através da teoria e do estado de arte (Costa & Amado, 2018; Costa *et al.*, 2016). Compreender a informação, organizar, classificar em unidades apropriadas ajuda a gerir e a narrar os resultados, de modo a responder às questões e aos objetivos da investigação, de forma credível e confiável, com base nas teorias e nos resultados empíricos (Williamson *et al.*, 2018). As informações recolhidas foram analisadas em relação às teorias, mas também se basearam numa reflexão sobre o contexto, em termos de lugar, tempo, atividades, seleção dos participantes, e experiências dos participantes. A condução da investigação permite um trabalho estruturado e a sua descrição de forma apropriada e correta (Graue, 2016).

Nesta fase de análise, o investigador utilizou como ferramenta de apoio analítico o Nvivo QSR 12 Plus; tal ferramenta obriga a organizar os dados e analisá-los de forma sistemática, por outro lado, a visualização dos dados e sua triangulação é também facilitada. Após a transcrição e tradução dos dados recolhidos estes foram importados para o Nvivo. O uso desta ferramenta permitiu codificar, categorizar, narrar e interpretar os dados usando a técnica de análise de conteúdo.

Codificação

Tendo recolhido os dados provenientes das entrevistas, dos documentos relevantes e das notas do diário de investigação, estes foram posteriormente codificados segundo os temas considerados relevantes, identificadas na revisão da literatura (Categorias *apriori*); outras categorias e subcategorias emergiram a partir da leitura e interpretação das falas dos entrevistados. As categorias e subcategorias foram organizadas hierarquicamente. Após categorizar e codificar procurou-se agrupar e relacionar os temas através da construção de matrizes. Complementarmente, fez-se a descrição detalhada das circunstâncias das características dos participantes e das atividades realizadas.

O manual de Bardin (1977) aborda certas questões importantes, como a amostragem e a construção de um conjunto de códigos, porém torna-se necessário considerar outros aspetos inerentes ao desenvolvimento de *software* de apoio à análise de conteúdo (Amado *et al.*, 2017; Costa & Amado, 2018; Moreno *et al.*, 2020).

De acordo com Miles e Huberman (1994, p. 46), o código é “uma etiqueta a atribuir a unidades de significado, a informações descritivas ou de inferência, recolhidas durante a investigação”. Saldaña (2016, p. 3) reforçou que “um código na investigação qualitativa é frequentemente uma palavra, ou frase curta, que simbolicamente é um atributo sumativo, que procura capturar a essência e/ou evocar uma síntese dos dados visuais ou baseados de linguagem”. Neste estudo, no município de Lautém, a codificação deu relevância a todos os eventos no campo, ajudando na interpretação, baseada na teoria e na procura de uma compreensão integrada.

De acordo com Strauss e Corbin (1998), existem várias técnicas para fazer a codificação, conforme a (Tabela 0.7).

Tabela 0. 7 – Técnicas de codificação

Tipo	Descrição
Código aberto	Refere-se ao processo de geração de conceitos iniciais a partir de dados. Os conceitos são identificados e suas propriedades e dimensões descobertas.
Codificação axial	Por meio de codificação axial, como categorias e suas subcategorias e conceitos relacionados foram refinados para formar explicações mais precisas.
Codificação seletiva	A codificação seletiva é usada para integrar e refinar categorias para um esquema teórico maior.

Fonte: construído por Costa *et al.* (2016, baseado em Strauss & Corbin, 1998)

O investigador pode codificar de várias formas: codificação aberta, codificação axial e codificação selecionada (codificação seletiva).

- a. A *codificação aberta* consiste na atribuição de significados, durante a leitura flutuante das entrevistas, das observações e outras fontes de dados. O investigador faz a rotulagem dos significados, nomeia as categorias e subcategorias (Vollstedt & Rezat, 2019). O investigador precisa de desenvolver esta competência de rotulagem, de nomeação de categorias e de codificação de modo a usar a ferramenta Nvivo eficientemente.
- b. A *codificação axial* engloba um conjunto de procedimentos que permite fazer as ligações entre categorias. A codificação começa com a determinação do tipo de categoria e prossegue com a descoberta de relações entre categorias ou subcategorias. Os dados que foram decifrados e identificados na fase de *codificação aberta*, podem

ser realocados a outros códigos e pensados numa nova estrutura, procurando fazer as ligações entre as categorias, e entre as categorias e suas subcategorias (Vollstedt & Rezat, 2019).

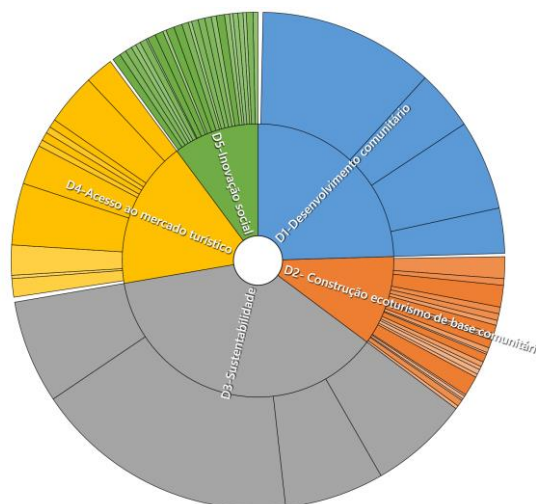
- c. A *codificação seletiva* é uma codificação geralmente efetuada na fase final da codificação, onde é feita a seleção das categorias para construção de um modelo integrativo, ou seja, do modelo de *codificação axial* (Creswell, 2007).

Categorização

A categorização pode ser vista como um processo onde os dados brutos são transformados e agregados em unidades que permitem uma descrição exata das características relevantes do conteúdo e devem estar associadas com a teoria (Bardin, 1977). A definição de categorias é uma atividade fundamental na análise de conteúdo, agregando ideias-chave e constituem uma estrutura baseada no referencial teórico, na leitura e na interpretação dos dados recolhidos. Durante este processo *de codificação* foram tomadas algumas notas em memorandos, que ajudaram a fazer a análise dos resultados.

A categorização foi feita segundo as principais dimensões (ou temas) obtendo-se um total de 3.596 referências, com a seguinte distribuição relativa: D1-Desenvolvimento comunitário (28,78%), D2-Construção do ecoturismo de base comunitária (10,26%), D3-Sustentabilidade (29,12%), D4-Acesso ao mercado turístico (20,24%) e D5-Inovação social (11,60%). Na Figura 0.5 está visualizado esta distribuição.

Figura 0. 5 – Diagrama de hierarquia dos principais temas



Fonte: Elaboração própria com base no Nvivo QSR 12 Plus

Foram identificadas cinco dimensões, que incluem categorias e sub-categorias, apresentadas nas Figura 0.6 à Figura 0.10.

De modo sintético, estão divididas da seguinte maneira:

D1- Desenvolvimento comunitário (3 categorias e 20 subcategorias);

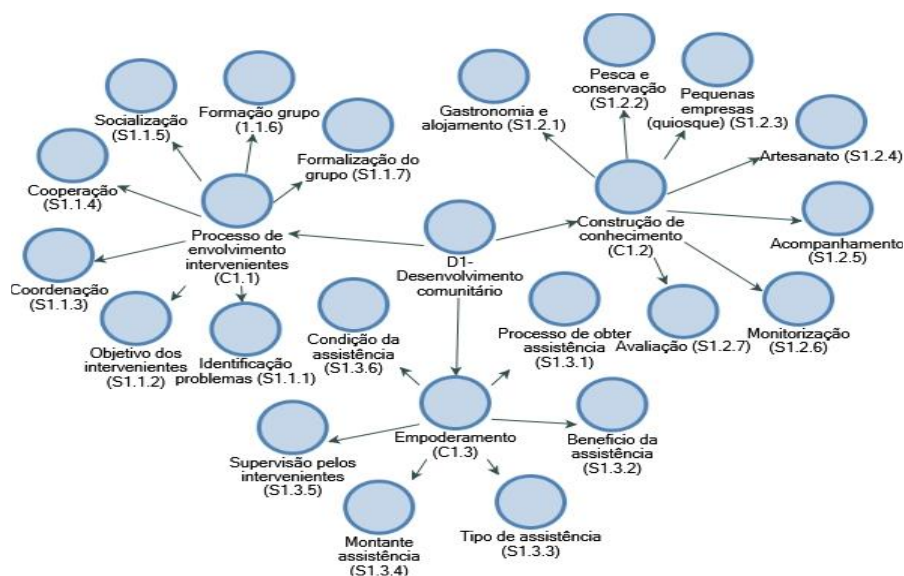
D2- Construção do ecoturismo de base comunitária (11 categorias);

D3- Sustentabilidade (4 categorias, e 28 subcategorias);

D4- Acesso ao mercado turístico (9 categorias);

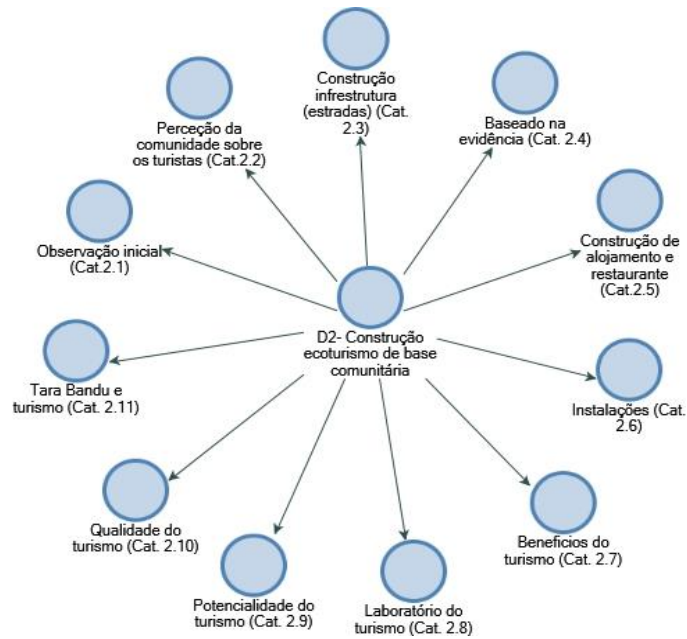
D5- Inovação social (15 categorias);

Figura 0. 6 – D1 – Desenvolvimento comunitário: Categorias e subcategorias



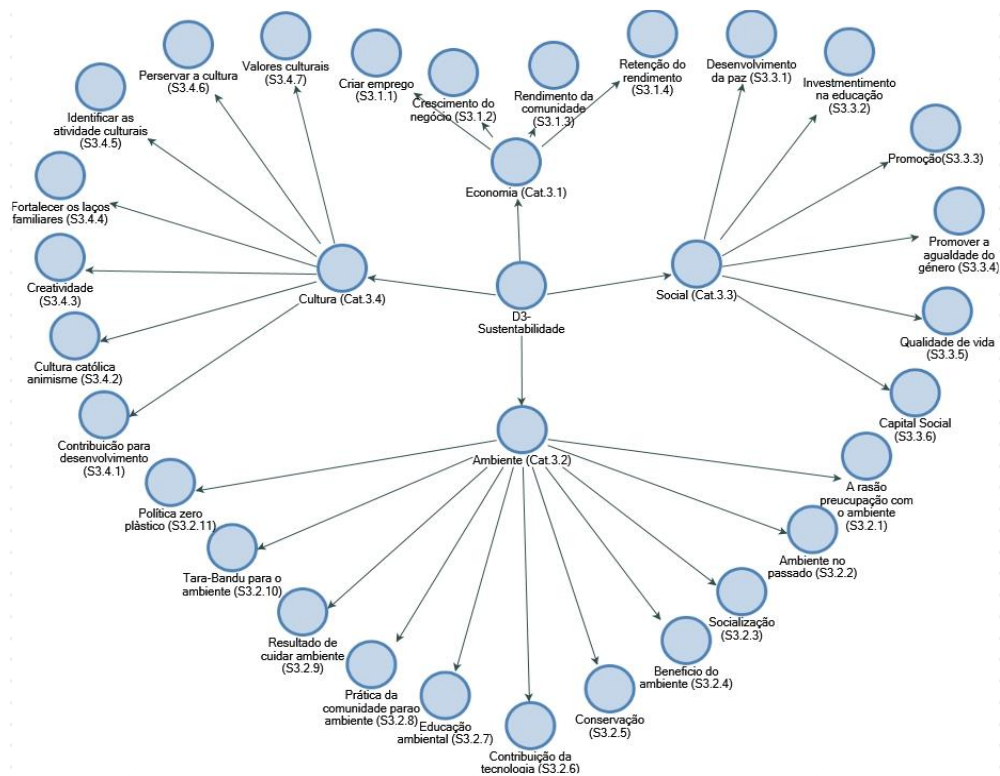
Fonte: Elaboração própria com base no Nvivo QSR 12 Plus

Figura 0.7 – D2 – Construção do ecoturismo de base comunitária: Categorias



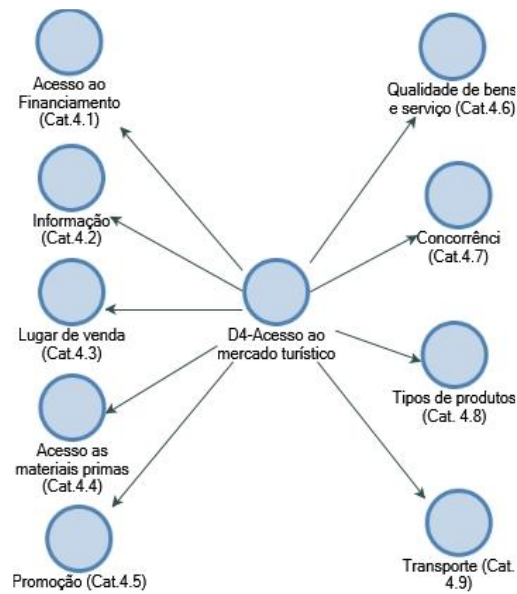
Fonte: Elaboração própria com base no Nvivo QSR 12 Plus

Figura 0.8 – D3 – Sustentabilidade: categoria e subcategorias



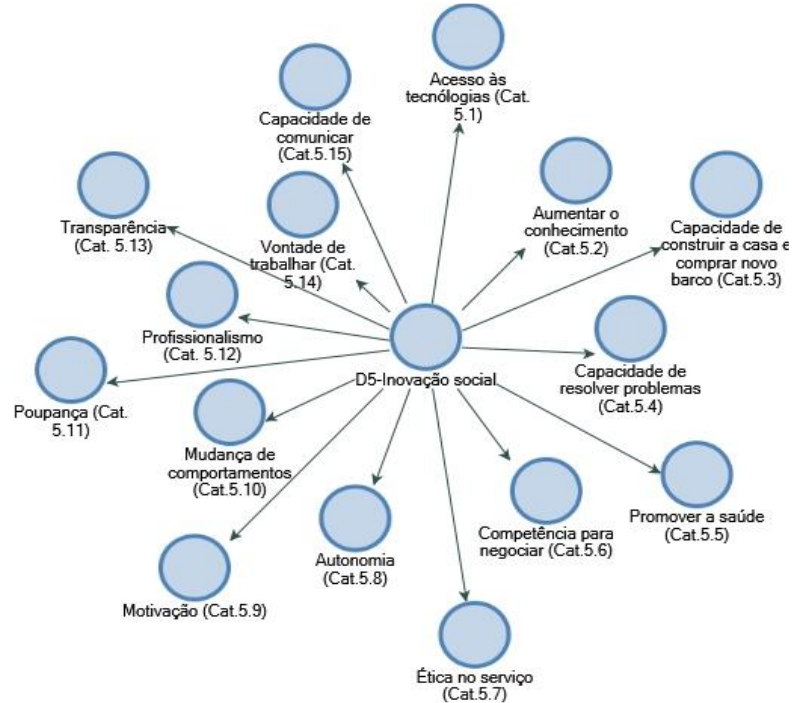
Fonte: Elaboração própria com base no Nvivo QSR 12 Plus

Figura 0. 9 – D4 – Acesso ao mercado turístico: categoria



Fonte: Elaboração própria com base no Nvivo QSR 12 Plus

Figura 0. 10 – D5 – Inovação social: categorias



Fonte: Elaboração própria com base no Nvivo QSR 12 Plus

5.5 FASE 3: Síntese conclusiva e reporte da investigação

Após a realização da investigação no terreno, procedeu-se à análise dos dados e à discussão dos resultados. Todas estas atividades estão devidamente reportadas nesta tese. O reporte da investigação serve essencialmente para dar resposta aos interesses académicos e profissionais.

Escrever um relatório para fins académicos é um processo de aprendizagem que resulta na construção de conhecimento durante o percurso académico. Esta tese pode servir de referência ou de ponto de partida para futuros desenvolvimentos. Neste caso, esta tese focou-se em Timor-Leste, um país novo onde este conhecimento por certo irá contribuir para implementar um processo de desenvolvimento do capital humano.

De acordo com Creswell (2013), o esforço para reportar os resultados da investigação sobre aspetos da etnografia passam por descrever uma cultura que ajude a responder a uma questão de investigação. O relatório do estudo deve revelar o processo de investigação e a cronologia dos fenómenos estudados no campo. Os procedimentos da recolha e análise dos dados devem considerar o contexto, neste caso, o de Timor-Leste, em particular o município de Lautém.

Os temas ou dimensões principais orientam a análise dos dados, a sua interpretação indutiva, de modo a responder aos principais objetivos de investigação.

O trabalho feito segundo a metodologia científica ajuda a apresentar os resultados de acordo com o tempo disponível.

Este estudo utilizou o método construtivista, para compreender o caso do município de Lautém, sobre o processo de desenvolvimento comunitário no contexto de turismo através do papel dos intervenientes (*stakeholders*). O estudo de campo foi realizado de novembro de 2019 a março de 2020. O trabalho de campo permitiu ao investigador compreender localmente o fenómeno em estudo visto ter experienciado os acontecimentos, reforçando a sua vontade de estudar em profundidade este fenómeno.

Os vários procedimentos utilizados e as técnicas para a recolha dos dados foram enriquecedoras. A observação, a recolha de documentação e as entrevistas feitas no local trouxeram vários ensinamentos relevantes, mesmo tendo enfrentado desafios como a escassez de tempo e a dependência da vontade dos inquiridos. Para ultrapassar estas dificuldades foram feitos os procedimentos adequados, como, por exemplo, a apresentação de uma carta onde se explicava os objetivos da investigação e a solicitação de

disponibilidade para efetuar entrevistas. Por vezes, previamente às entrevistas eram feitas abordagens exploratórias, por exemplo, a compra de produtos aos potenciais inquiridos, recolhendo assim alguma compreensão sobre o comportamento dos negociantes, as suas características, os produtos e ainda apreciando a qualidade do serviço e dos produtos vendidos.

Esta participação ativa do investigador em cada processo da investigação permitiu uma recolha de informação e a construção de conhecimento sempre alinhada com o objetivo do estudo.

O diálogo feito localmente foi muito importante para obter evidência pertinente, diretamente da comunidade. Esta comunicação direta permitiu recolher informação explícita nas transcrições das entrevistas e também informação subjacente e latente, útil para identificar as relações sociais da comunidade. A análise dos textos serviu para construir as relações entre as diversas temáticas e as ligações conceptuais do complexo fenómeno em estudo.

De notar que os dados obtidos, por amostragem de bola de neve com o tipo de zigzag, significam que o investigador teve o cuidado de aguardar pela vontade dos inquiridos e também estar atento às pistas dadas por estes sobre quem deveria inquirir. Pode dizer-se que o entrevistado foi sendo selecionado tanto de um nível mais alto para um nível mais baixo (os intervenientes do governo indicaram ONG, que por sua vez indicaram membros da comunidade), como o inverso, ou seja, do nível mais baixo para o nível mais alto (membros da comunidade indicaram intervenientes ou entidades financiadoras, como potenciais entrevistados conhecedores da realidade local).

Naturalmente, os 41 entrevistados deram respostas diversas. Porém, foram identificados padrões, ou seja, respostas semelhantes. Por exemplo, a qualidade de serviço e a capacitação da comunidade foram transversalmente indicados como fatores para o desenvolvimento do turismo no litoral.

A técnica de análise utilizada neste estudo é uma abordagem etnográfica qualitativa. A validade dos dados foi garantida em todo o processo de investigação; este foi um trabalho colaborativo de debate e de validação contínua. Desde a escolha do tema, até à definição dos objetivos e da questão da investigação, foi realizado um acompanhamento e uma discussão que enriqueceram os resultados. A revisão da literatura foi validada pelo mesmo coletivo (Fornari & Pinho, 2019), bem como foi discutida em conferências (Céu *et*

al., 2022). Procurou-se manter uma coerência em toda a tese de modo a alinhar a questão de investigação com os resultados obtidos.

O uso da ferramenta *Nvivo QSR 12 Plus* e do *Mendeley* revelaram-se eficazes. Por fim, o investigador defendeu a ideia de que a construção do ecoturismo de base comunitária se deve iniciar pela consciencialização da comunidade para a defesa da sustentabilidade na zona costeira. A criação de um mercado turístico que atraia ecoturistas pode ser assim um meio de provocar mudanças nas comunidades das zonas costeiras, com benefícios para todos.

Capítulo 6 - Caracterização do Município de Lautém

6.1 Introdução

A zona costeira do município de Lautém pretende ser uma porta de entrada do desenvolvimento económico das comunidades locais e um recurso estratégico para o crescimento económico de Timor-Leste. Devido à localização estratégica da zona costeira, às potencialidades dos seus recursos naturais e às características das suas condições físicas, é oportuno dar uma atenção especial ao desenvolvimento do ecoturismo baseado na comunidade. Um ecossistema atraente para turistas é um bom impulso para os investidores investirem em negócios turísticos de nível pequeno, médio ou mesmo internacional. Na utilização das potencialidades da zona costeira tem que se considerar o equilíbrio entre as necessidades atuais e futuras. Um dos mecanismos para responder a esse desafio é preparar a comunidade através de uma abordagem radical. A comunidade tem de se tornar um ator no desenvolvimento turístico da zona costeira, tendo em conta as dimensões ecológicas, socioculturais, económicas e ambientais.

A zona costeira do município de Lautém ainda tem limitações a nível das infraestruturas, da acessibilidade e das instalações que ainda exigem um envolvimento solidário entre o governo, as organizações não governamentais, o setor privado, a academia e as próprias comunidades locais. Com os edifícios históricos disponíveis, as heranças culturais, a acessibilidade, as infraestruturas e as instalações, e a independência comunitária, pretende-se assegurar a beleza e a potencialidade da zona costeira preservando a sustentabilidade. Pretende-se ainda que haja uma imagem integrada dos produtos turísticos, de acordo com o lema turístico de Timor-Leste, ou seja, *Explore the Undiscovered*. Com este lema deseja-se promover a expectativa da singularidade dos produtos turísticos de Timor-Leste relacionados com os recursos naturais, recursos humanos, criatividade, eventos, atributos culturais que tenham valor estético para criar uma imagem e ser um “pote de mel” para o turismo.

Assim, nesta sessão apresentaremos as características da área de investigação município de Lautém, nomeadamente, as Características Gerais (localização e divisão

administrativas), as Infraestruturas, as Características dos Recursos Naturais, as Características Socioculturais e Económicas e Turismo (Figura 0.11).

Figura 0. 11 – Caraterização do Município de Lautém



Fonte: Elaboração própria

6.2 Localização e divisão administrativa

Timor-Leste ocupa a parte oriental da ilha de Timor e está no meio de dois países grandes, a Indonésia e a Austrália. Como nação, Timor-Leste restaurou a sua independência a 20 de maio de 2002. Tem uma área de cerca de 15.007 km² com uma população de 1.183.643 habitantes (Hakkert, 2018). Administrativamente Timor-Leste é constituída por 13 municípios e 65 postos administrativos. Na Lei n.º 11/2009, 7 de outubro sobre a divisão administrativa do território Timor-Leste (Governo de Timor-Leste, 2009a) foram mencionados os 13 municípios: Aléu; Ainaro; Baucau; Bobonaro; Covalima; Díli; Ermera; Lautém; Liquiçá; Manatuto; Manufahi; Oe-Cusse Ambeno; Viqueque (ver Figura 0.12)

Figura 0. 12 – Mapa de Timor-Leste

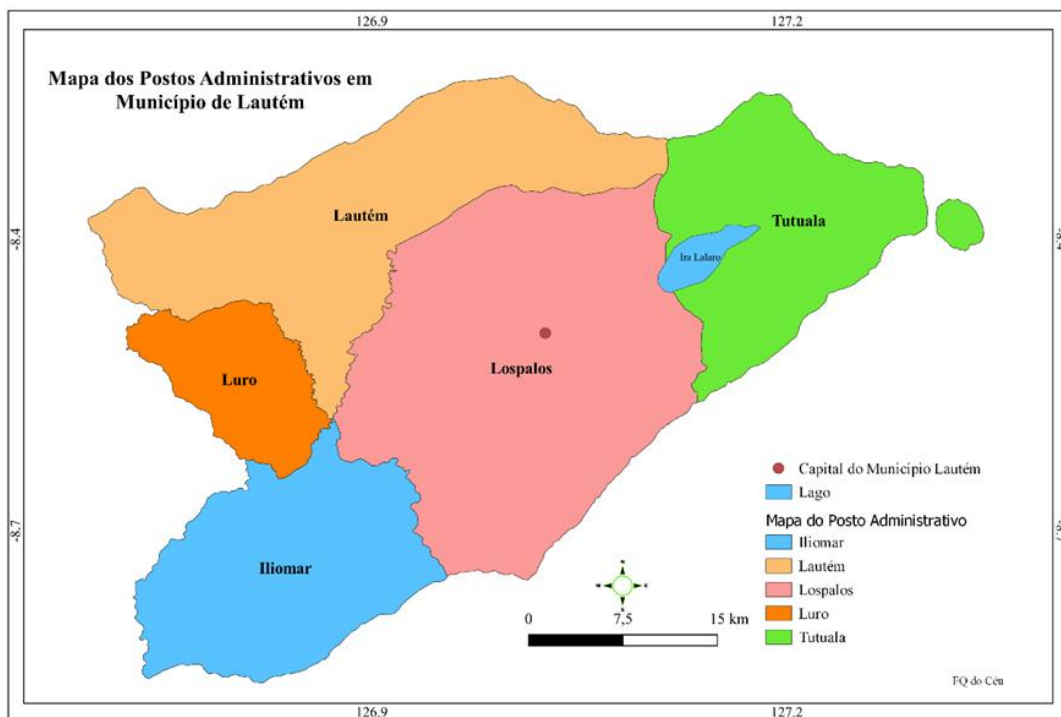


Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

O município de Lautém está localizado na ponta oriental de Timor-Leste. Faz fronteira a oeste com os municípios de Baucau e Viqueque, a norte com o estreito de Wetar indonésio, a sul com o estreito do Mar de Timor e a oriente faz fronteira com o selado de Arafura. A área de município de Lautém é de 1.702 Km², com uma população de 65.240 habitantes.

O município de Lautém tem cinco postos administrativos Figura 0.13 estando a sua população distribuída da seguinte forma: Tutuala com uma população de 3.514 pessoas, Lospalos com 31.164 pessoas, Lautém-Moro com 15.989 pessoas, Luro com 7.449 pessoas e Iliomar com uma população 7.124 pessoas. O município de Lautém é constituído por 34 sucos e 151 aldeias. De notar que a menor divisão administrativa de Timor-Leste é o suco e pode ser composto por uma ou mais aldeias.

Figura 0. 13 – Mapa dos postos administrativos do município de Lautém



Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

6.3 Infraestruturas e serviços

6.3.1. Acessibilidades

O município de Lautém estando localizado na região oriental de Timor-Leste tem assegurado a conectividade entre todos os postos administrativos, os sucos e outras áreas a nível rural (Figura 0.14).

Figura 0. 14 – Mapa de estradas de Timor-Leste



Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

A capital do município de Lautém é a cidade Lospalos, ocupando uma posição central ao território do município (Figura 0.13 pag. 107). A distância de Lautém-Lospalos aos postos administrativos é respetivamente: Tutuala 45 km, Lautém Moro 28 km, Luro 57 km e Iliomar 46,5 km.

A capital do município Lautém-Lospalos dista de Díli, a capital de Timor-Leste, 248 km. Para fazer este percurso normalmente demora-se 4 horas e 34 minutos, passando por dois municípios, Baucau e Manatuto. A distância de Lautém-Lospalos a Baucau é de 89 km (2 horas e 8 minutos) e a Manatuto é de 146 km (3 horas e 8 minutos).

A estrutura rodoviária é utilizada tanto pela população como pelos turistas. Atualmente o governo está a melhorar esta estrutura, embora as estradas que servem cada posto administrativo ainda estejam em fase da preparação. Deste modo, a preocupação atual do governo centra-se no transporte terrestre. O transporte aéreo e marítimo limita-se à

capital do país. O porto de Díli destina-se a servir os passageiros de enclave Oe-Cuse e da ilha de Atauro. Existem três aeroportos disponíveis para os passageiros internacionais, nomeadamente o Aeroporto de Nicolau Lobato em Díli, o Aeroporto de Kay Rala Xanana Gusmão no município de Covalima, e o Aeroporto Rota do Sândalo, na Região Administrativa Especial Oe-Cusse Ambeno (RAEOA).

No Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento de Timor-Leste de 2011-2030 (Governo de Timor-Leste, 2013) estão contempladas as infraestruturas, nomeadamente a construção de infraestruturas rodoviárias, portuárias e aeródromo; contudo, ainda não estão contempladas as infraestruturas para servir cada posto administrativo. Por exemplo, o porto no Suco Com, que na época da ocupação pela Indonésia servia para o transporte entre cada ilha, atualmente está a necessitar de reconstrução.

Apesar do município Lautém apresentar uma área adequada para a construção de infraestruturas de transporte aéreo, este município ainda não foi contemplado no planeamento das infraestruturas nacionais devido os fatores de ordem política e orçamental. O governo só identificou como área prioritária a de Ipalso-Fohe (na aldeia Asalaino, no posto administrativo de Lospalos), para construir uma infraestrutura aeroportuária de escala nacional e internacional. Existem também restrições ao nível de construção de terminais para o transporte público. Por exemplo, o terminal público construído durante a ocupação Indonésia, no mercado Bemoris, em Lospalos, também tem restrições ao nível das infraestruturas, instalações e capacidade de carga, não sendo adequadas para servir os passageiros provenientes dos sucos, dos postos administrativos e de todo o território a nível nacional.

Embora as infraestruturas, instalações e qualidade do serviço de transporte não sejam as ideais, no município de Lautém existem vários tipos de transporte de duas e quatro rodas, para servir a população, o setor público e privado, o governo, as empresas, bem como as organizações não governamentais e as organizações religiosas. Conforme os dados do município de Lautém (Direção Geral de Estatística, 2019), existem 3.328 unidades de transportes de duas e quatro rodas, constituídas por motocicletas, diversos tipos de carros particulares, transporte de equipamentos pesados, veículos de caixa aberta para o transporte de mercadorias, e transportes públicos. Deste total, 227 unidades dedicam-se ao transporte público e são constituídos por autocarros, *microleta e angguna*. De notar que a gestão deste serviço público ainda é embrionária, porque os horários operacionais nem

sempre estão de acordo com os horários aprovados e as vendas de bilhetes geralmente são manuais. Outra característica deste tipo de transporte é a de que a sua partida é feita quando a sua lotação está completa e não de acordo com o horário aprovado. Há uma certa informalidade e adaptação dos transportes, baseada na concorrência e ajustada à procura, ou seja, o autocarro que chega primeiro consegue angariar mais passageiros. Os motoristas dos transportes públicos são ativos no sentido de apanhar mais passageiros.

As tarifas são aplicáveis de acordo com as regras veiculadas pelo governo, mas por vezes são aplicados suplementos tarifários para bagagem ou produtos agrícolas. Como exemplo da aplicação do tarifário de ida e volta temos: da cidade de Lospalos para a capital do país Díli, a tarifa é de 20,00 dólares, de Lospalos ao posto administrativo de Luro é 10,00 dólares, de Lospalos ao posto administrativo de Iliomar é 8,00 dólares, de Lospalos ao posto administrativo de Lautém-Moro é de 8,00 dólares e de Lospalos ao posto administrativo de Tutuala é de 6,00 dólares (à data de dezembro de 2019).

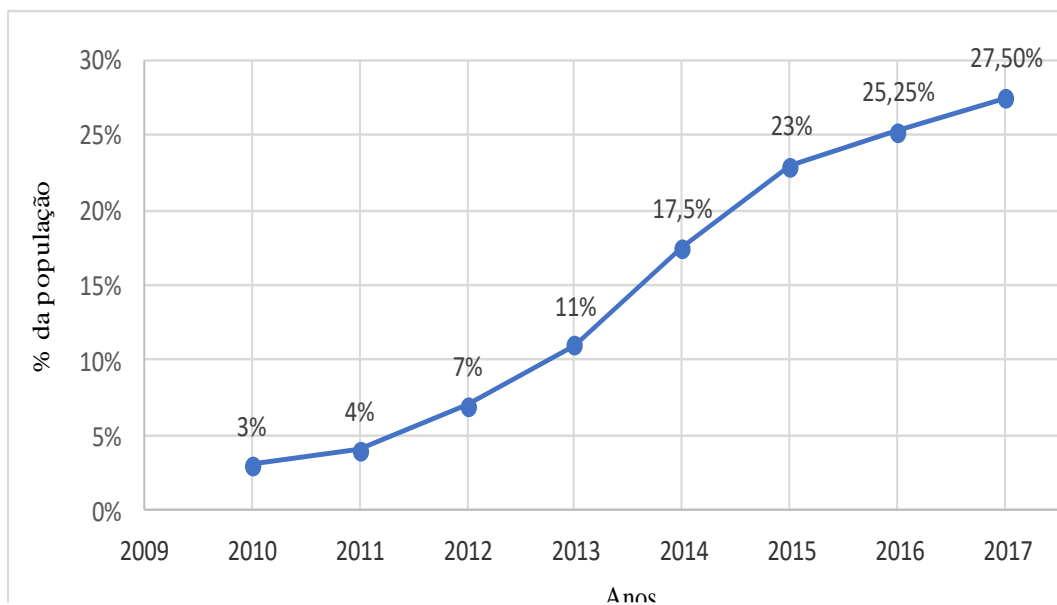
6.3.2. Telecomunicações

Outras instalações ou serviços que apoiam os turistas na visita ao município de Lautém são as telecomunicações. Os donos de empresas de restauração e alojamento, especialmente no suco Com e suco Tutuala, disseram que *“no início do ano de 2000 a 2003 tivemos dificuldades de comunicação com os turistas, mas depois de 2004-2010 começamos a usar telemóveis para nos comunicarmos com os turistas”* (P36). Desde 2010 o desenvolvimento dos telemóveis começou a aumentar e começaram a existir diferentes modelos. Atualmente, a maioria dos empresários de restaurantes e de alojamentos tem diferentes telemóveis para que possam beneficiar da comunicação com os turistas e promover os seus produtos.

Atualmente, o governo tem cooperação com empresas internacionais na área das telecomunicações, de modo que existem três empresas de comunicação a nível nacional que distribuem para cada região de Timor-Leste. São elas Timor-Telekom, Telemor e Telekomcel. Estas empresas desenvolveram centros de rede e operadores em todas as áreas estratégicas do território de Timor-Leste para que todos os visitantes e o público em geral possa facilmente aceder a informações através da Internet, telefone e televisão, embora os pacotes e cargas de informação ainda não correspondam à capacidade máxima de megabits

existente. A Figura 0.15, mostra o uso individual da Internet, por percentagem da população, em Timor-Leste.

Figura 0. 15 – Uso da internet em Timor-Leste (% da população)



Fonte: World Bank (2021b)

De acordo com o Banco Mundial, o uso da Internet em Timor-Leste fez progressos significativos de 2010 a 2017 (World Bank, 2021b). Em 2017 cerca de 27,5% da população tinha acesso à Internet e espera-se que esse número continue a crescer (World Bank, 2021b).

No município de Lautém a presença da Internet tem uma importância muito significativa para a comunidade porque permite construir conectividade no mundo virtual, o que costumava ser muito complexo. Agora a comunidade começa a sentir facilidade na comunicação, via *e-mail*, mensagens, WhatsApp ou diretamente através do recurso de comunicação direta por videoconferência *on-line*. O crescente uso da Internet dá a possibilidade à comunidade de entender o desenvolvimento do mundo, o que antes era muito limitado. Com acesso à informação pode-se promover a criatividade e a imaginação da comunidade para melhorar os seus negócios e aumentar a sua rentabilidade através da presença de turistas. No entanto, os resultados que se observam na área da educação, precisam ser melhorados, porque o uso da Internet em termos de educação, do nível primário ao secundário, é muito limitado. Por outro lado, a distribuição de WI-FI em todos

os restaurantes e alojamento no município de Lautém, especialmente em áreas remotas, é ainda muito pequena. Portanto, todo o indivíduo que precisa de aceder à Internet deve comprar um crédito para carregar o cartão e assim poder aceder às informações.

6.3.3. Energia elétrica

A presença de eletricidade é muito importante na vida do povo de Timor-Leste, especialmente nas comunidades do município de Lautém, porque para além do fornecimento de energia para a iluminação e eletrónica, também pode apoiar o processo de desenvolvimento. Assim, através da política do 4º governo constitucional, sob a liderança de Xanana Gusmão, foi estabelecida a política que, de 2010 a 2016, todas as comunidades em Timor-Leste teriam acesso à eletricidade.

O Decreto de Lei n.º 13/2003 de 24 de setembro estabeleceu as Bases do Sistema Nacional de Eletricidade (Governo de Timor-Leste, 2003). Um dos princípios básicos referidos é “assegurar a existência e disponibilidade de uma oferta de serviço universal, em condições de qualidade adequada e a preços acessíveis para todos os utilizadores”. Para além disto, pretende estabelecer a coexistência dos sistemas elétricos de serviço público e dos sistemas elétricos autorregulados de acordo com a lógica do mercado.

No Decreto-Lei n.º 33/2016 de 17 de agosto foi estabelecido o Regulamento do Licenciamento da Energia Elétrica e das Tarifas (Governo de Timor-Leste, 2016b). Assim, foi definido a regulamentação e o licenciamento de eletricidade, e também o custo de instalação e o custo do uso da eletricidade. Para isso, foram identificados cinco tipos de consumidores de eletricidade: (i) domésticos (comunidades); (ii) sociais, incluindo organizações não governamentais, internacionais e nacionais; (iii) comerciais; (iv) governo e demais entidades públicas; e (v) industriais. Para cada tipo de consumidor que usa eletricidade, as tarifas foram fixadas pelo Diploma Ministerial n.º 1/2017 de 4 de janeiro (Governo de Timor-Leste, 2017a). Com este diploma foram estabelecidas as Tarifas de Ligação e as Tarifas de Participação de Energia Elétrica.

Na Tabela 0.8 são apresentados os clientes de eletricidade por tipo de contador (pré-pago ou convencional) em cada um dos cinco postos administrativos.

Tabela 0. 8 – Acesso à eletricidade, em 2019

Posto Administrativo	Clientes por tipo de contador			Obs.
	Pré-pago	Convencional	Total de Clientes	
Vila de Lospalos	5.427	820	6.247	10 Sucos
Lautém/Moro	4	2.523	2.527	10 Sucos
Luro	1	1.178	1.179	4 Sucos
Iliomar	0	818	818	6 Sucos
Tutuala	1	980	981	2 Sucos
Total	5.433	6.319	11.752	32 Sucos

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

A maioria da comunidade do município de Lautém tinha acesso à eletricidade em 2019, e dos 34 sucos existentes neste município apenas dois não tinham acesso a eletricidade. Não foi viável instalar eletricidade nestes dois sucos porque não há conectividade rodoviária devido à sua localização geográfica. O tipo de contadores de eletricidade usado pela comunidade varia. Dos 11.752 consumidores que usavam eletricidade, a maioria tendia a usar sistemas de pagamento convencionais com um total de 6.319 pessoas, e aqueles que usavam o sistema de pagamento por meio de pagamento pré-pago ou baseado em crédito totalizavam 5.433 pessoas. Nas zonas rurais utilizam mais contadores do tipo convencional, enquanto as pessoas nas zonas urbanas, especialmente no posto administrativo de Lospalos, usam eletricidade com um sistema pré-pago (pagamento através de crédito de saldo). Os sistemas de pagamento convencionais tendem a ser elevados nas comunidades a nível rural, porque estando longe das áreas urbanas têm dificuldade em comprar o pré-pago. Além disso, as pessoas tendem a preferir os sistemas convencionais porque os sistemas de gestão de pagamentos não cumprem as normas do sistema de eletricidade. Os funcionários públicos de Timor-Leste para fiscalização das tarifas de eletricidade não são suficientes, portanto há uma disparidade nos pagamentos de eletricidade entre os que usam um sistema pré-pago e os que usam um sistema convencional, o que impacta na eficiência da eletricidade e na receita do país proveniente da eletricidade.

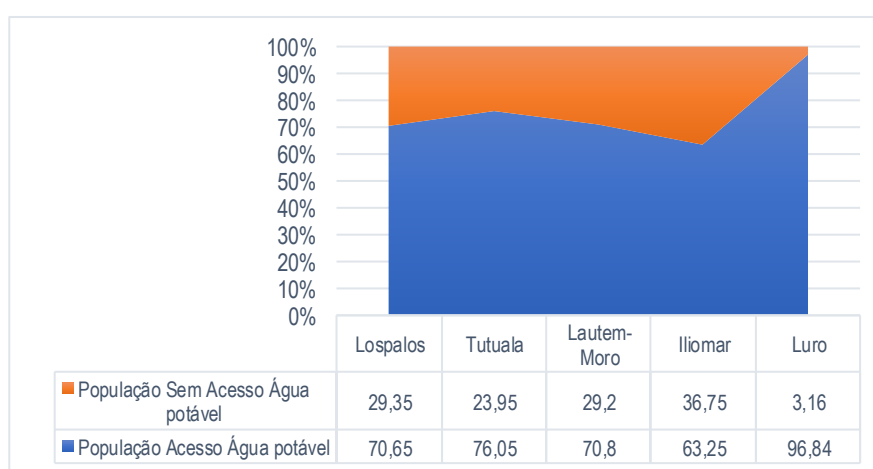
A atenção ao uso da eletricidade torna-se ainda mais relevante com a presença de turistas, especialmente no caso em que a rede elétrica é frequentemente congestionada, o que terá impacto nos aparelhos eletrônicos dos turistas e do público em geral. Por outro lado, a energia que a comunidade de Lautém usa para cozinhar tem as suas variações, só

14% das pessoas usam eletricidade para cozinhar, 84% ainda usam lenha, e os restantes 0,2% usam outro tipo de energia (Direção Geral de Estatística, 2019).

6.3.4. Distribuição de água potável

A água é fonte de vida para a comunidade e para o ambiente, e está fortemente associada à presença do turismo. A Figura 0.16 apresenta a distribuição de água potável nos cinco postos administrativos em percentagem da população total.

Figura 0. 16 – Distribuição da água potável (% da população total)



Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

A maioria da população em 2019 tinha acesso à água, contudo, esse acesso era variável conforme o posto administrativo. Assim, o posto administrativo com o maior número de pessoas com acesso à água potável era Luro (96,84%) e o que tinha menor acesso era Iliomar (63,25%). No posto administrativo de Iliomar, o número de comunidades sem acesso à água é considerado bastante elevado, devido a fatores topográficos. Esta realidade é uma grande preocupação do governo e de outros órgãos afins pelas consequências que tem em áreas produtivas como a agricultura, a saúde e a qualidade de vida da comunidade. Por outro lado, o posto administrativo de Luro tem o maior número de pessoas com acesso à água potável porque as comunidades moram mais próximas umas das outras, de modo que é mais fácil canalizar água potável. No entanto, observamos que o volume de água potável só é suficiente para o consumo, para a rega das terras agrícolas, as comunidades ainda têm de esperar pela água da chuva.

A nível dos sucos também há variações no acesso à água potável. Por exemplo, no posto administrativo de Lospalos, alguns sucos não têm acesso direto a água potável, ainda vão buscar a água na nascente. Entretanto, dentro do posto administrativo de Lospalos, no suco Fuiloro, a maioria tem acesso à água potável porque tem boas tubulações de distribuição de água potável. No posto administrativo de Tutuala há dois sucos, o suco Mehara e o suco Tutuala. Nesses dois sucos, o acesso à água potável é variável, algumas comunidades ainda levam água diretamente da nascente, noutras para ter acesso à água é necessário o carro, e em algumas o acesso é através de canalização da nascente até às casas. Assim, percebemos que a disponibilidade da água ainda não responde às necessidades das comunidades de Tutuala. No posto administrativo de Lautém-Moro o acesso da comunidade à água potável é 70,8%, menor do que no posto administrativo de Luro porque a área deste posto administrativo é muito vasta e a comunidade também tem habitações dispersas, de modo que alguns ainda recolhem água nas nascentes e levam-na à mão para suas casas. No entanto, a comunidade que vive junto em suco, neste caso a comunidade de suco Com, tem facilidade de acesso à água potável. As habitações têm acesso a água potável 24 horas por dia e existe mesmo excesso de água limpa porque o volume da nascente é grande, sendo esta utilizada na área agrícola e para os turistas.

De notar que algumas comunidades não conseguem ter água potável diretamente nas suas casas porque as suas moradias estão distantes dos assentamentos, vivem separadas da comunidade comum, o que dificulta a canalização de água potável para esse local.

6.3.5. Serviços públicos

A Resolução do Governo de Timor-Leste n.º 6/2006, de 11 de outubro, aprovou uma política de estabelecimento da descentralização e do governo local em Timor-Leste (Governo de Timor-Leste, 2006), para dar autoridade ao governo local para desempenhar as suas funções e responsabilidades e trazer o desenvolvimento mais perto da comunidade. Além disso, existe uma vontade local, especificamente do município de Lautém, alinhada com o seu lema: *Hamutuk Lautem Forsa, Forsa hamutuk Lautem Bele* (juntos Lautém é forte, e com a força unida Lautém pode). Esta preocupação vem sendo explicitada na contratação de funcionários públicos. Na Tabela 0.9, é apresentada a distribuição de funcionários públicos por tipo de instituições do município de Lautém.

Tabela 0. 9 – Distribuição de funcionários pelos serviços públicos

Instituição	Masculino	Feminino	Total
Professores	582	148	730
Saúde Municipal de Lautém	150	101	251
Polícia Nacional de Timor-Leste	129	29	156
Ministério da Agricultura e Pesca (MAP)	128	7	135
Ministério da Educação	43	5	48
Administração do Estado do Município de Lautém	41	2	47
Segurança Civil	33	0	33
Plano Nacional de Desenvolvimento de Sucos (PNDS)	22	8	30
Eletricidade Timor-Leste	19	2	21
Serviços Municipais de Água, Saneamento e Ambiente (SMASA)	16	2	18
Ministério de Solidariedade Social	13	3	16
Direção Nacional de Terras e Propriedades (DNTP)	4	4	8
Comissão Nacional de Eleições	5	2	7
Instituto de Apoio ao Desenvolvimento de Negócios (IADE)	5	2	7
Registo Civil e Notariado	5	1	6
Secretário Técnico Administração Eleitoral	4	1	5
Instituição da Estatística	3	2	5
Transporte Terrestre	2	1	3
Correios	1	0	1
Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego (SEFOPE)	0	1	1
Total	1.205	321	1.528

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

Constata-se que, de um total 1.528 funcionários públicos, os professores são em número mais elevado. Seguem-se os profissionais de saúde, a Polícia Nacional de Timor-Leste (PNTL), os funcionários públicos do Ministério Agricultura e Pescas, os funcionários do Ministério da Educação e os funcionários da Administração Municipal. As outras instituições têm menos de funcionários públicos porque as delegações dos poderes no domínio da descentralização ainda não estão bem implementadas e isto é devido a limitações dos recursos humanos e à insuficiência do orçamento previsto para acelerar os serviços públicos e o desenvolvimento regional. Os representantes de instituições e funcionários públicos no sector do turismo não foram instalados devido a fatores de política pública, visto que ainda não foi realizada a delegação de mandatos a representantes no município de Lautém. Esta ausência dos representantes do Ministério do Turismo afeta o desenvolvimento turístico, a disponibilização de dados turísticos, a tomada de decisão na área do turismo e a supervisão das atividades turísticas, que também não foram devidamente implementadas. Por outro lado, o governo regional do município de Lautém também não pode intervir diretamente com a questão do turismo porque os regulamentos não permitem, apenas pode coordenar com o Ministério do Turismo, Comércio e Indústria

(MTCI). Assim, o governo central através do MTCI é que intervém diretamente em assuntos relacionadas com o turismo.

6.4 Recursos naturais

Existem vários recursos naturais com forte potencialidade turística. Timor-Leste tem um relevo acidentado, com uma espinha dorsal montanhosa que se eleva a mais de 2.000 metros (Governo Timor-Leste, 2013; Miguel & Sarmiento, 2013). Quase metade da área de Timor-Leste tem um declive de 40 graus ou mais, o que torna extremamente difícil a construção de estradas e o cultivo, apesar de ser cenicamente bonito. Assim, o relevo, o solo, a zona costeira, a hidrografia, a floresta e o clima são alguns dos pontos que iremos abordar no contexto do município de Lautém. Estes recursos devem ser protegidos e explorados, de modo sustentável e como alternativa para antecipar o impacto negativa da massificadas de turismo (Santos *et al.*, 2010).

6.4.1 Relevo

Timor-Leste tem uma cadeia montanhosa localizada no centro do país, Ramelau, que divide o país em norte e sul. No seu ponto mais elevado atinge os 2.963 metros e a sua altitude vai diminuindo para leste. O município de Lautém tem as mesmas características geográficas de Timor-Leste; na parte central, montanhas e colinas correm de sudoeste a nordeste, do litoral sul ao litoral norte. Destacam-se o Monte Pai-Tchau no suco Mehara com uma altitude de 960 metros, o Monte Legumoe no suco Luro (altitude de 1.221 metros) e o monte Laleno em Maina II (altitude de 718 metros). Cada tipo de montanha acarreta benefícios para a vida das comunidades, nomeadamente como área agrária e como atração turística.

Essas montanhas e colinas são cercadas ao longo da costa sul por pântanos, terraços e planícies ondulantes, e no lado norte tem terraços e planícies. No lado leste do município Lautem, encontra-se o planalto de Fuiloro que desce até o grande lago de Ira Lalaro. Em geral, 20-30% do município de Lautém são planícies, 30-35% planaltos e 35% são montanhas (Simpson & Sun, 2002).

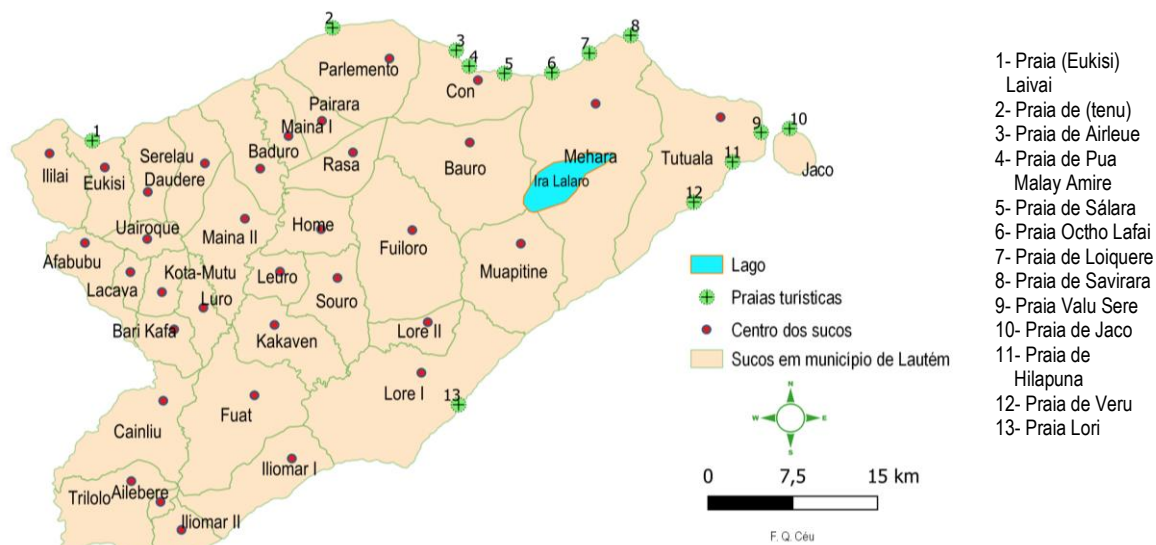
6.4.2 Solo

O solo no município de Lautém tem características diversas. O solo calcário encontra-se nas áreas montanhosas, o solo argiloso em redor do lago Ira-Lalero e o solo fértil para cultivo nas áreas de Fuiloro, Mehara, Iliomar e Luro. O solo arenoso está localizado nas zonas costeiras (sucos Iilai, Eugisi e Com) e no estuário dos rios (suco Daudere).

6.4.3 Zona costeira

O município de Lautém tem uma grande extensão de costa que tem vários tipos de praias, que são usadas pela comunidade e têm potencial para desenvolvimento do turismo náutico, turismo de praia e ecoturismo de base comunitária (Figura 0.17)

Figura 0.17 – Mapa das praias do município de Lautém



Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

Cada praia tem as suas características próprias, sendo formadas por areia preta ou branca, ou por cascalho. A topografia também é variada, ou seja, algumas são praias de baixa altitude e outras são praias altas talhadas na plataforma de abrasão. A zona costeira

norte a partir do suco Iilai até a zona de Tutuala tem uma grande extensão de praia. Desde o suco Iilai ao suco Com é uma área plana, e desde o porto de suco Com, abrangendo os sucos Mehara e Tutuala, até à zona sul inclusive (suco Lore I), são, na sua maioria, praias em plataforma. Contudo, nesta última zona, existem algumas áreas de praia baixa. Desde Tenu, Umun Ira, Rusan Uku, até aos portos de Com, Ocho-Lafai, Loiquero, Savirara, Lovaya Ocho, Valu Sere, Hilapuna, Veru, Lapa-lapa, Uru-Nami, Soko-Loho, Lori, Nama-Lutu e Ira-Darat, no posto administrativo de Iliomar, as praias são constituídas por areia branca.

A zona costeira mais a leste, no suco Tutuala, apenas tem praia de areia branca na área de Valu Sere e na área de Hilapuna. E outra área nesta zona é constituída principalmente por costa alta, penhascos, sendo atualmente usados para atividades de pesca.

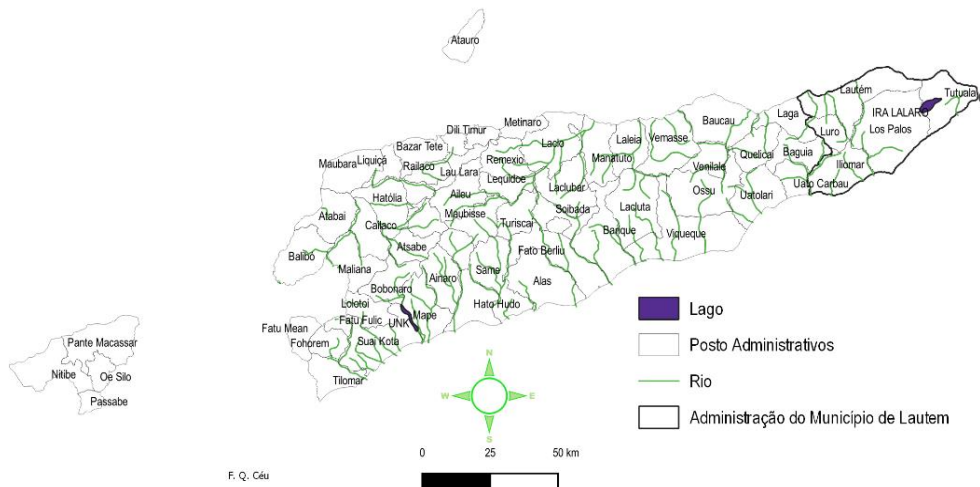
A ilha de Jaco, no suco Tutuala, é um local estratégico para a atividade turística porque é constituída por praias baixas de areia branca. Diz-se que é adequado para zona turística porque neste lugar, desde os ancestrais da comunidade de Tutuala até agora, nunca ninguém viveu nesta ilha. A comunidade definiu uma regra: ninguém deve ficar na ilha, apenas deve servir como um local de lazer para todos os turistas nacionais e internacionais para melhorar a economia do povo de Tutuala e das áreas circundantes.

Na zona costeira sul, as praias de Veru (no suco Tutuala), Lori (no suco Lore I) a Iradarat Iliomar, são constituídas por areia branca. Contudo, não existe ligação por estrada da praia Veru a Lore I, o que dificulta o desenvolvimento do turismo. A costa tem uma área de limite marítimo que varia de 1 a 3 km, depois disso começa a entrar-se nas planícies com montanhosos que tem vários tipos de vegetação e fauna.

6.4.4 Hidrografia

Timor-Leste tem 122 ribeiros e 8 lagos, constituindo um recurso valioso para as comunidades (Figura, 0.18). Os dois principais rios são o rio de Lacro (80 km de comprimento) e o rio de Loes (20 km de comprimento). Timor-Leste também tem vários lagos, uma das deles é lago Ira-Laloro com o maior uma área de 1.900 km². De notar que este lago se situa no município de Lautém, em suco Mehara tendo uma grande variedade de fauna, como crocodilos, peixes e aves.

Figura 0. 18 – Rede hidrográfica de Timor-Leste



Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

De um modo geral podemos dividir a rede hidrográfica de Timor em dois grupos de rios, os que correm de sul para norte, como os rios Tono, Loes, Comoro, Laclo, Laleia, Vemasse, Seical, Larat e Semo-Malai, e os rios que correm de norte para sul, como os Tafara, Laomea, Molo, Beluli, Sui, Cakie, Clere, Sahen, Luca e Tucu. Na estação chuvosa todos os rios têm forte descarga de água, alguns causam inundações e fazem com que o leito do rio se mova. Na estação seca, entre julho e novembro, alguns rios diminuem muito o caudal, chegando mesmo a secar. Por vezes, alguns rios causam inundações devido à má gestão costeira, ou seja, em termos de regulamentos, planeamento da urbanização e infraestruturas inadequadas. No município de Lautém temos o lago de Ira-Lalaro, no suco Mehara, e os rios de Daudere, Maluilada, Ocho-Lafai, Loiquere e Veru.

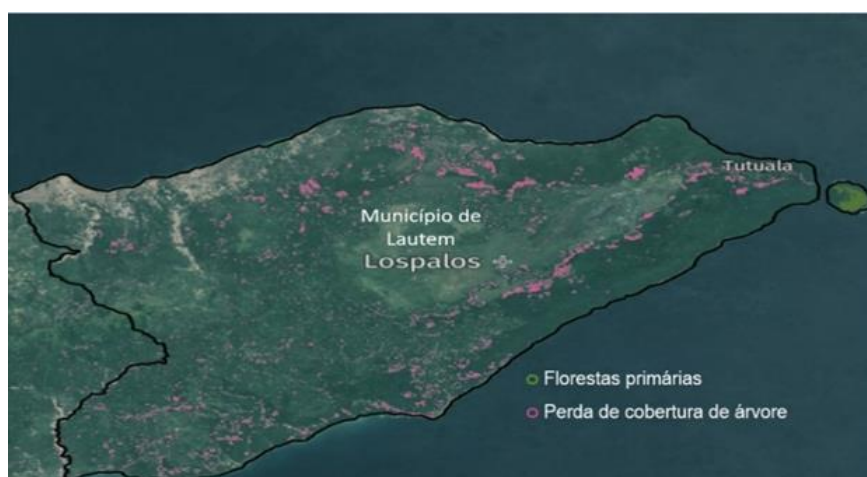
6.4.5 Floresta

A floresta é um ecossistema indispensável para a vida humana e um recurso com potencial turístico. Em Timor-Leste, a história e a vida das pessoas afetou as florestas, especialmente no município de Lautém. No tempo da luta de resistência, a floresta era uma área onde os guerrilheiros de Timor-Leste se escondiam, especialmente os das Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste (FALINTIL). Os soldados indonésios queimaram uma grande área florestal para capturar os guerrilheiros. Para além disso, as

comunidades, devido à carência económica, cortaram algumas árvores com centenas de anos de idade para vender, alterando a composição da natureza.

A Figura 0.19 mostra a localização da floresta primária e a zona de perda da cobertura florestal. Em 2010 o município de Lautém tinha uma cobertura de floresta de 111 hectares (Global Forest, 2022).

Figura 0. 19 – Mapa florestal no município de Lautém



Fonte: Global Forest (2022)

A pesquisa de Cowie (2006) na área do Parque Nacional Nino Konis Santana aponta no mesmo sentido, referindo que existem várias espécies vegetais que podem estar ameaçadas de extinção, incluindo as árvores: *Antiaris toxicaria*, *Neoalsomitra podagrica*, *Carallia brachiata* e *Eleocharis geniculata*. A flora deste parque é de floresta tropical fechada e bem desenvolvida, refletida pelo grande número de espécies. Cowie (2006) identificou 212 espécies arbóreas, 84 espécies arbustivas, 194 herbáceas, 104 trepadeiras, 47 fetos e 11 epífitas, entre outras. As cerca de 730 espécies registadas representam apenas uma fração das existentes e é provável que o levantamento da flora da área do parque esteja longe de ser concluído (Cowie, 2006). Alguns exemplos de espécies encontradas foram: *Tamarindeiro (Tamarindus indica)*, *Sândalo (Santalum album)*, *Coqueiro (Cocos nucifera)*, *Bambu (Bambusa vulgaris)*, *Amendoeira da praia (Terminalia catappa)*, *Macha brava (Borassus flabellifer)*, *Mogno (Swietenia mahagoni)*, *Teca (Tectona grandis)* e *Gravioleira (Annona muricata)*.

Em relação à fauna de Timor-Leste, está tem uma grande diversidade. No tempo da luta de resistência na área florestal, foram mortos vários animais, como veados, macacos e javalis, para comer, e ainda foram capturadas aves pela sua beleza, como a cacatua, que foram levadas para a Indonésia. Trainor *et al.* (2007, 2008) estudaram as aves em Timor-Leste. Os autores referem que são conhecidas pelo menos 262 espécies de aves (Trainor *et al.*, 2008), e ressaltam que oito são endémicas de Timor e 23 são endémicas de uma área que abrange Timor e Wetar, Sawu, Roti e Semaú, a chamada área de Aves Endémicas de Timor e Wetar (*Timor and Wetar Endemic Bird Area*) (Trainor *et al.*, 2007).

Trainor *et al.* (2007) mencionam ainda a existência de pelo menos 52 mamíferos em Timor, principalmente espécies pequenas, entre elas, macacos de cauda longa (*Macaca fascicularis*), morcegos (*Hipposideros bicolor* e *Rhinolophus montanus*), várias espécies de répteis como a cobra-arbórea-marrom (*Boiga irregularis*), cobra verde (*Trimeresurus albolabris*), lagarto Gecko (*Gekko*), lagartixa (*Hemidactylus frenatus*), Lagarto-de-Timor (*Varanus timorensis*), e ainda insetos incluindo a borboleta de asas de vidro (*Greta Oto*), a borboleta do Ceilão do Sri Lanka (*pachliopta jophon*) e a Borboleta de safo Longwinge (*Heliconius sapho*), entre outros. Foi criada legislação no âmbito da gestão destas áreas, nomeadamente sobre a flora e fauna que existem na floresta, nas montanhas, na costa e no mar. A *United Nations Transitional Administration in East Timor* (UNTAET), ou seja, a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste implantada de 1999 a 2002, legislou sobre a floresta:

- O regulamento n.º 2000/19, 30 de junho (UNTAET, 2000a) estabelece áreas de proteção, e
- O regulamento n.º 2000/17, 10 de maio (UNTAET, 2000b) proíbe a exploração e exportação de madeira de Timor-Leste.

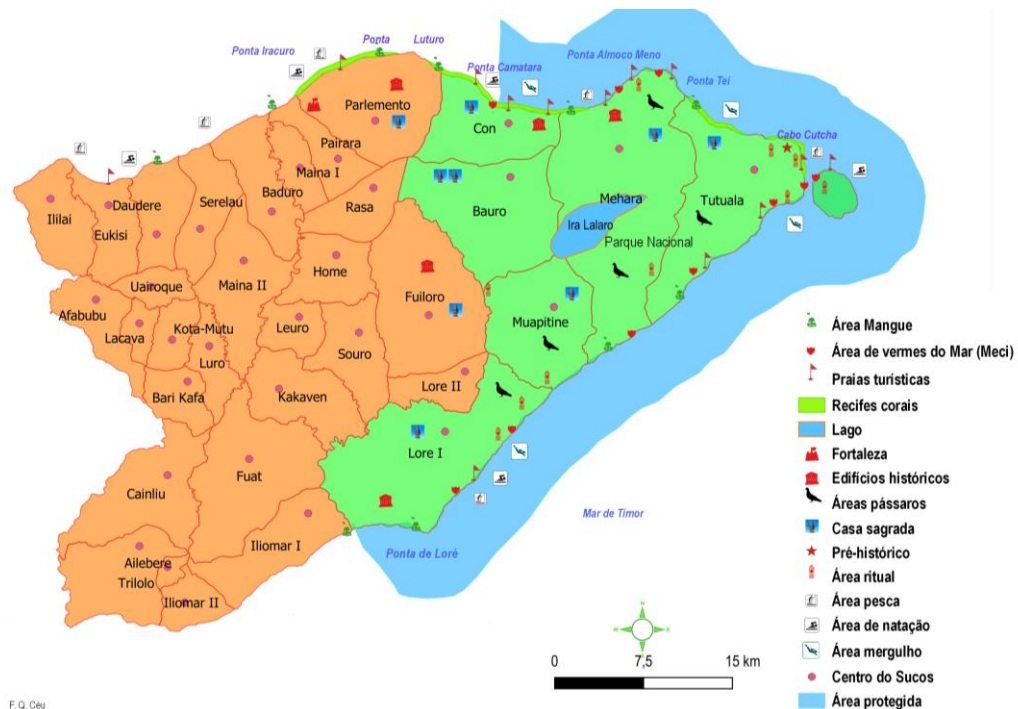
A natureza é de vital importância para Timor-Leste, este sentimento é refletido no artigo 6.º da Constituição da República Democrática de Timor-Leste (RDTL, 2002) que refere que um dos objetivos fundamentais do Estado é “proteger o ambiente e preservar os recursos naturais”.

Na Resolução Governo n.º 9/2007, 01 de agosto (Governo de Timor-Leste, 2007b), que aprova a Política Nacional e Estratégias para o Sector Florestal, é salientado que “a desflorestação e a degradação das florestas nacionais é um problema grave na maioria das zonas montanhosas e em muitas zonas áridas das terras baixas, que está a causar a erosão

do solo e das rochas e a deposição de detritos no leito dos rios. Também afeta negativamente o estado das bacias hidrográficas”. Também refere que as florestas são recursos importantes que precisam de ser protegidos pelas comunidades para manter a estabilidade do espaço natural, fornecer água e alimentos, e ser uma fonte da energia.

Com a Resolução Governamental n.º 8/2007 de 1º de agosto foi criado o Parque Nacional Nino Konis Santana no município de Lautém, cujo nome homenageia o líder da resistência timorense, Nino Konis Santana (Governo de Timor-Leste, 2007a). Este parque com uma área de 1.236 km² abrange os Sucos de Com, Mehara, Tutuala, Bauro, Muapitine e Lore I e inclui uma área marinha rica de 556 km² com formações de coral (Figura 0.20).

Figura 0. 20 – Parque Nacional Nino Konis Santana



Nota: a verde está representado a área terrestre do Parque Nino Konis-Santana e a azul a sua área marinha

Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

A intenção de se criar o Parque Nacional Nino Konis Santana foi melhorar a biodiversidade do município de Lautém, através da conservação das florestas e das montanhas. Até agora, a comunidade de Lautém, especialmente nos sucos de Com, Mehara, Tutuala, Muapitine e Lorehe I, tem consciência para conservar a zona costeira, tal como proteger os recifes de coral e proteger os animais cuja captura foi proibida pelo

governo de Timor-Leste, tais como tartarugas, tubarões, “vacas marinhas” e outros peixes coloridos que têm importância para o turismo. Além disso, a comunidade protege os animais selvagens na floresta, e monitoriza os pescadores ilegais na zona costeira para manter a sustentabilidade.

As áreas de proteção e os parques nacionais são recursos naturais de alto valor que precisam de ser preservados, e uma forma de o fazer é através de atividades de turismo de natureza. Sendo um dos bens e recursos económicos do país e da sociedade, os recursos naturais precisam de ser mantidos e desenvolvidos, de acordo com as leis e regulamentos governamentais, para que exista sustentabilidade e o seu valor continue sendo benéfico para os turistas. No Diploma Ministerial n.º 430/11/DM/XI/10 sobre os empreendimentos de Turismo Natural em Zona de Utilização de Áreas Protegidas e no Parque Nacional (Governo de Timor-Leste, 2011b) é mencionado o negócio do turismo de natureza nestas áreas.

Outro marco importante na legislação desta área foi a aprovação da Lei de Bases do Ambiente, Decreto-lei n.º 26/2012 de 4 de julho, que vem estabelecer o enquadramento jurídico necessário e responde ao imperativo constitucional de proteção do ambiente e simultaneamente às responsabilidades internacionais assumidas pelo Estado (Governo de Timor-Leste, 2012b).

Outra legislação importante nesta área é o Decreto-Lei nº 5/2016 de 16 de março (Governo de Timor-Leste, 2016c) sobre o sistema nacional de áreas protegidas. Este decreto visa especificamente:

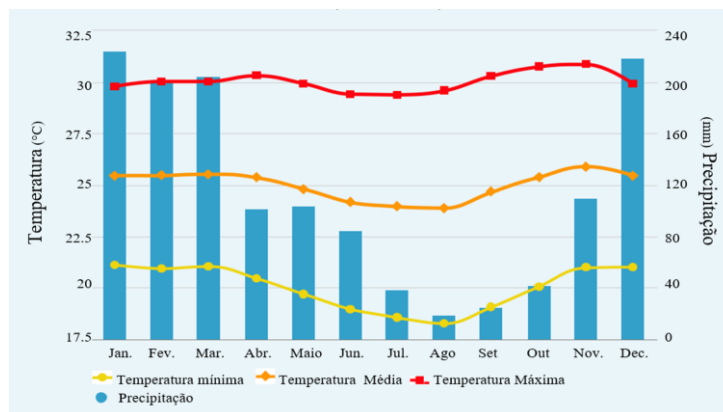
- “(a) Proteger determinadas áreas que representam a totalidade dos ecossistemas e habitats críticos para espécies endêmicas, espécies migratórias ou outras espécies protegidas por lei.
- (b) Implementar uma abordagem sistêmica de ecossistemas e assegurar que os ecossistemas continuem a fornecer os serviços necessários e dos quais depende o bem-estar humano.
- (c) Assegurar a resiliência e capacidade das áreas protegidas e dos ecossistemas subjacentes na mitigação e adaptação às pressões e mudanças naturais e induzidas.”

6.4.6 Clima

Todas as atividades comunitárias e as atividades turísticas dependem das condições climáticas. Timor-Leste tem um clima tropical húmido fortemente influenciado pelas monções do Pacífico Ocidental. Outro fator climático é a distribuição das montanhas e das planícies.

O clima é caracterizado por ter duas estações bem nítidas; a estação chuvosa ocorre entre dezembro e maio e a estação seca entre junho e novembro. O sul de Timor-Leste tem a estação chuvosa mais longa, entre 7 a 9 meses. Como se pode observar na Figura 0.21, a precipitação média mensal varia ao longo do ano, variando entre aproximadamente 12-18 mm durante os meses mais secos de agosto e setembro e entre 222-252 mm nos meses mais húmidos de dezembro a março. Como muitos outros países com clima tropical, há pouca variação sazonal na temperatura. Na Figura 0.21 pode-se observar que a temperatura média mensal varia entre um mínimo de 24,1°C em julho e um máximo de 25,4°C em novembro. Junho, julho, e agosto são os meses mais frescos do ano em Timor-Leste.

Figura 0. 21 – Precipitação e temperatura em Timor-Leste (1991-2020)



Fonte: World Bank (2021a)

Em Lautém a média mensal de precipitação é de 4-12 mm durante a estação seca (agosto a outubro) e de 129-187 mm durante a estação das chuvas (dezembro e maio). A temperatura média mensal mínima varia no entre 22°C e 24°C e a temperatura média mensal máxima entre 30°C e 32°C (Goetsy, 2021).

O Banco Mundial, no relatório intitulado “*Climate risk country profile*”, refere que as alterações climáticas deverão alterar os padrões de precipitação e provocar o aumento da

temperatura em Timor-Leste (World Bank, 2021a). A mudança climática cria muitas dificuldades para as comunidades. Por exemplo, na parte norte de Timor-Leste, a estação seca dura mais tempo, as fontes de água potável diminuem muito o caudal o que tem impacte nos seres vivos, muitas plantas perecem, diminui a segurança alimentar numa população fortemente dependente da agricultura e aumenta a poluição.

O impacte das mudanças climáticas tem implicações na vida das comunidades, especialmente na resiliência das comunidades costeiras de Lautém, no Norte. Devido a uma seca prolongada, os recursos alimentares diminuem, de modo que o turismo é um recurso alternativo para substituir a escassez alimentar. A estação seca é a época que os turistas mais preferem para visitar a zona costeira. Vale a pena a comunidade apostar no turismo para melhorar o desempenho e o profissionalismo dos agricultores de subsistência e para se tornarem especialistas na área da pesca e dos serviços turísticos.

6.5 Características sociais

6.5.1 Habitação das comunidades

Pode-se considerar como uma unidade social um grupo de pessoas que vivem e trabalham juntas e são independentes, com limites que são formulados na Constituição ou num regulamento, que se aplica a um lugar, organização ou país. No município de Lautém existem unidades sociais com características próprias. A zona costeira do município tem comunidades habitacionais com características próprias, fruto da relação com o mar e de estarem situadas em praias baixas ou de plataforma. Para além de casas brancas com instalações adequadas, existem as casas tradicionais com paredes de bambu e telhado com cobertura de origem vegetal de folhas de palmeira.

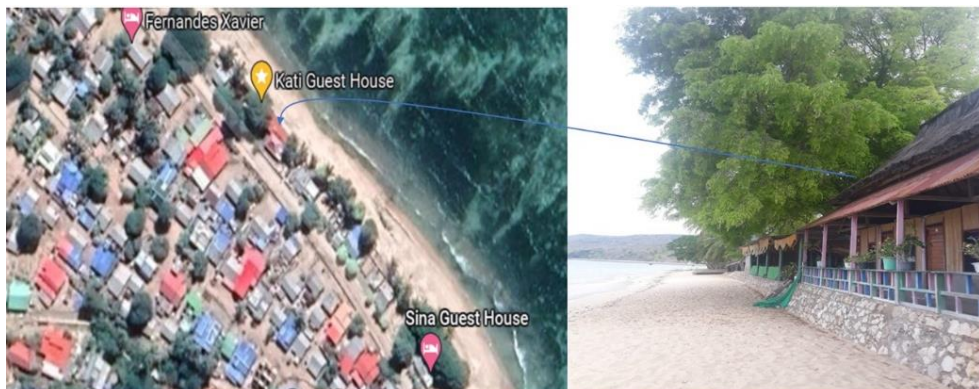
De acordo com as observações de campo, em geral, a construção das casas ainda não segue um planeamento espacial da urbanização. As comunidades ainda adotam o modelo da habitação do tempo da ocupação indonésia e do tempo da administração portuguesa. Na Figura 0.22 temos um exemplo de uma comunidade que constrói em zonas mais elevadas, Tutuala, e na Figura 0.23 temos um exemplo de uma comunidade que constrói os seus negócios perto da orla marítima, a comunidade do suco Com.

Figura 0. 22 – Habitação da comunidade do Suco Tutuala



Fonte: Google Maps (2021b)

Figura 0. 23 – Habitação da comunidade do Suco Com e a pousada Kati Guest House



Fonte: Google Maps (2021a)

Na Figura 0.23 observa-se que não existe um planeamento integrado para a gestão da zona costeira. A comunidade construiu os seus negócios e as suas casas sem considerar os riscos e impactes futuros. Quando o mar transborda para as casas ou para os restaurantes obriga à sua limpeza. Além disso, há falta de gestão da água usada, a comunidade construiu um esgoto perto da costa, contaminando o mar. Em caso de tempestades, ou mesmo *tsunami*, a evacuação de pessoas prevê-se que seja mais lenta.

Para fazer face a estes problemas o governo criou o Decreto-Lei n.º 5/2011, de 9 de fevereiro (Governo de Timor-Leste, 2011a), sobre o licenciamento ambiental para que todas as comunidades solicitem licenças ambientais para garantir e manter a qualidade ambiental. O Parlamento Nacional estabeleceu o regime especial para a definição da titularidade dos bens e imóveis com a Lei n.º 13/2017, de 5 de junho (Parlamento

Nacional, 2017). No artigo 8 alínea 3d) refere que integram o domínio público “as praias e a faixa da orla marítima e do contorno de ilhas, ilhéus, baías e estuários, medida da linha das máximas preia-mares, observando uma faixa de proteção de 50 metros para o interior do território”.

São várias as razões que levam as comunidades a viver na costa. Primeiro, as comunidades reivindicaram a zona costeira como terra ancestral, a terra de costume. A primeira vez que seus antepassados pisaram nas terras de Timor-Leste foi na zona costeira. Segundo, durante a ocupação indonésia, o governo e os militares indonésios forçaram as comunidades a viver na zona costeira para que pudessem ser facilmente controladas visto que a rede clandestina dos guerrilheiros pela independência de Timor-Leste estava no mato. Terceiro, de acordo com o artigo 58 da Constituição da República Democrática de Timor-Leste, todo cidadão tem o direito de ser proprietário de uma casa (RDTL, 2002) e a comunidade entende que a costa é terra do Estado, por isso as comunidades vão viver na zona costeira, mas sem autorização ou licenciamento e sem planeamento da urbanização.

De acordo com a observação no terreno, na zona costeira do município de Lautém ainda não há edifícios residenciais ou industriais corporativos com vários andares, além disso, não há nenhuma grande indústria que provoque poluição. Isto constitui uma oportunidade para o turismo ser uma fonte financeira, desenvolvendo a comunidade e, simultaneamente fortalecendo a sustentabilidade ambiental na costa.

As características da habitação de Timor-Leste e do município de Lautém são apresentadas na (Tabela 0.10).

A nível nacional, os timorenses que vivem em casas permanentes passaram de 17,0% em 2001 para 49,9% em 2007. De notar que nas zonas urbanas a percentagem dos que moravam em casas permanentes em 2007 era maior do que os que moravam nas zonas rurais, 62,6% e 45,4% respetivamente. No município de Lautém, em 2007, a maioria tinha casa semipermanente (57,5%), seguido de casa permanente (23,4%), tendas (14,1%) e de casa tradicional (4,5%).

O estado das habitações a nível nacional melhorou de 2001 para 2007. Em 2001 52,0% da população vivia em casas em estado medíocre e em 2007 esse número diminuiu para 43,6%. No município de Lautém a percentagem de pessoas que vivia em boas casas no ano de 2007 era de apenas 11,8%. A maioria (58%) das pessoas tinha casas num estado

mediocre, sendo que ligeiramente danificadas eram 21,1% e severamente danificadas 9,1%.

Tabela 0. 10 – Características da habitação

Características da habitação (% da população)	2001	2007			
	Nacional	Nacional	Rural	Urbano	Lautém
Tipo de moradia	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Semipermanente	29.4	32.6	33.9	29.3	57.5
Casa Tradicional	26.5	7.6	9.6	1.9	4.5
Casa Permanente	17.0	49.9	45.4	62.6	23.4
Tenda	9.1	7.6	9.4	2.7	14.4
Outros	18.0	2.2	1.8	3.6	0.1
Estado da unidade	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Bom	23.2	18.9	14.7	30.5	11.8
Medíocre	52.0	43.6	43.3	44.4	58.0
Ligeiramente danificado	18.7	25.4	27.9	18.4	21.1
Severamente danificado	6.1	12.2	14.1	6.7	9.1
Material principal das paredes externas	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Concreto	2.1	29.6	20.0	56.5	16.9
Tijolo, tijolo não cozido, madeira	22.9	4.0	4.5	2.5	3.9
Bambu	37.6	22.4	28.2	6.0	40.5
Rotim, chapa, lama	32.0	4.4	3.6	6.6	6.4
Outros	5.5	39.6	43.6	28.5	32.3
Material do telhado	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Chapas de metal/zinco	58.4	72.0	64.9	91.9	87.4
Folhas de palmeira	7.0	15.5	19.6	4.3	9.3
Concreto, madeira, azulejo	2.0	0.7	0.5	1.3	0.2
Outros	32.6	11.7	15.0	2.5	3.1
Material do piso principal	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
Mármore, cerâmica, azulejos, cimento	27.0	9.4	5.9	19.2	2.7
Concreto	1.5	26.7	19.2	47.6	43.9
Terra	67.2	60.8	70.9	32.4	51.4
Outros	4.3	3.2	4.0	0.8	2.0
Número de quartos	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0
1	5.8	9.7	11.9	3.8	3.8
2	21.2	31.7	34.8	23.1	49.8
3	29.7	26.2	24.3	31.5	28.2
4	26.2	22.5	22.0	24.0	15.8
5+	17.1	9.8	7.1	17.6	2.5

Fonte: Direção Geral de Estatística (2017)

O tipo de material usado nas paredes, telhado e piso é variável. A nível nacional, em 2007, a população usava cimento (29,6%) e bambu (22,4%) na construção das paredes externas. No município de Lautém o material mais usado era bambu (40,5%), seguido de tijolo (16,9%). O principal tipo de material do telhado usado pela maioria dos timorenses

foi o metal/zinco, 58,4% em 2001 e 72,0% em 2007. De notar que no meio urbano é muito mais usado este tipo de material (91,1%) do que no meio rural (64,9%). O município de Lautém segue esta tendência, com 87,4% a usar telhados com zinco e apenas 9,3% a usar folhas de palmeira. Em relação ao piso, a maioria em 2007 era de terra, tanto a nível nacional (60,8%) como no município de Lautém (51,4%). Neste município também era usado piso em cimento e tijolo (43,9%). Em geral, há uma tendência marcada para a utilização de materiais mais modernos e mais duráveis e de maior qualidade, o que indica um aumento da qualidade geral da habitação (Jendrissek, 2018).

No município de Lautém, 49,8% da população vive em casas com dois quartos. Pela observação no terreno, constatou-se que os casais têm dois ou mais filhos. Assim, muitas das casas não oferece qualidade de vida de acordo com o número de membros da família.

6.5.2 Saúde

Os serviços de saúde incluem as instalações e os recursos humanos. As instalações devem ser administradas por quem tem bons conhecimentos para realizar as operações de acordo com os procedimentos adequados. Na Tabela 0.11, são apresentadas as instalações e edifícios relacionados com a saúde pública do município de Lautém.

Tabela 0. 11 – Instalações de saúde

Posto Administrativo	Instalações							
	Centro de Saúde	Posto de Saúde	Maternidade	Laboratório	Clinica Multifunção	Clinica móvel	Clinica Privada	SISCa
Iliomar	1	4	1	1	1	2	0	6
Lautém	1	8	1	1	1	4	2	10
Lospalos	1	10	1	1	1	5	0	10
Luro	1	4	1	1	1	3	0	6
Tutuala	1	2	1	1	1	3	0	2
Total	5	28	5	5	5	19	2	34

SISCa - Serviço Integrado de Saúde da Comunidade

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

Cada um dos cinco postos administrativos do município de Lautém tem um centro de saúde, uma maternidade e uma clínica multifuncional. Mas o que faz a diferença é a infraestrutura de saúde que a comunidade do município de Lautém tem. Há 28 postos de saúde disponíveis, mas a maioria desses centros está concentrada nos postos administrativos de Lospalos e Lautém-Moro, porque a população destes dois postos

administrativos é em maior número do que os outros postos administrativos. Além disso, o governo também oferece clínicas móveis para servir as comunidades a nível rural, a fim de facilitar os serviços de saúde das zonas rurais. Contudo, em algumas zonas do município de Lautém também existem áreas com uma grande população e, por vezes, os serviços de saúde não são eficazes e suficientes. Também se pode observar na Tabela 0.11, que há apenas duas clínicas privadas no município de Lautém. Existem limitações no campo das clínicas privadas porque há limitações de capital e de recursos humanos especializados na assistência médica.

A Tabela 0.12, ilustra a distribuição de profissionais de saúde no município de Lautém.

Tabela 0. 12 – Profissionais da saúde

Posto Administrativo	Prática Médica Geral	Nutricio-nista	Analista	Dentista	Oftalmo-logia	Radio-logia	Farma-céutico	Parteira	Enfer-meiro	Total
Iliomar	4	0	1	0	0	0	2	2	8	17
Lautém	11	1	2	0	0	0	2	4	10	30
Lospalos	17	2	6	2	1	0	6	13	12	59
Luro	10	0	1	0	0	0	2	2	4	19
Tutuala	6	0	2	0	0	0	2	2	4	16
Total	48	3	12	2	1	0	14	23	38	141

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

Como se pode observar na Tabela, 0.12 o número de profissionais de saúde no município de Lautém ainda é restrito, um total de 141 profissionais para uma população de pouco mais de 65 mil habitantes. A maioria dos profissionais de saúde são clínicos gerais (48). Existem ainda três nutricionistas, 12 analistas, dois dentistas, um oftalmologista, 23 farmacêuticos, 23 parteiras e 38 enfermeiros. Não há nenhum cardiologista. Examinado em profundidade, ao nível do posto administrativo, constata-se que na área rural não há profissionais de saúde que atendam às necessidades dos pacientes, porque às vezes há quem tenha doenças cardíacas, mas não há pessoal médico.

Todas estas limitações ao nível das instalações e profissionais de saúde causam atrasos nos serviços médicos e também ameaça aumentar o nível de mortalidade. Com estas condições a taxa de mortalidade em 2019 no município de Lautem atingiu, 7,7% (Direção Geral de Estatística, 2019). Hakkert (2018), num relatório da Direção Geral de Estatística Censos 2015, refere que a esperança de vida tem vindo a aumentar em Timor-Leste há pelo menos uma década. Contudo, a expectativa de vida ainda não é elevada, em

2015 era de 63,6 anos para homens e 66,2 anos para as mulheres. Neste relatório é salientado que as razões para estar a aumentar esperança de vida é a redução das taxas de mortalidade infantil, e a redução da mortalidade em todas as idades. A taxa de mortalidade infantil, em 2015, em Timor-Leste era de 56 e no município de Lautém 51. Hakkert (2018) faz notar que em Timor-Leste, no início dos anos 2000, aproximadamente uma em cada dez crianças morria antes de completar seu primeiro aniversário, enquanto na época do Censo de 2015 a probabilidade havia caído pela metade, de modo que aproximadamente uma em cada vinte crianças morria antes de um ano de idade. Este autor salienta que esta melhoria na esperança de vida e na mortalidade infantil foi alcançado através de uma ampla gama de intervenções de saúde pública. Assim, para o correto funcionamento das instalações e assegurar a vida comunitária, é necessário reforçar o pessoal médico e melhoria das instalações.

A saúde também está muito associada à presença de turistas no município de Lautém. Um dos fatores que sustentam cada viagem turística à área turística é a disponibilidade de instalações de saúde, a quantidade de profissionais e a distribuição de medicamentos disponíveis de forma a lidar rapidamente com um possível problema de saúde do turista.

6.5.3 Educação

Um dos impulsionadores do desenvolvimento turístico a nível nacional e rural é a educação da sociedade. A comunidade recebe esse conhecimento via educação formal e informal. Uma das formas de medir, especialmente a educação formal, é através do número de estabelecimentos de educação, professores e estudantes (Tabela 0.13).

Tabela 0. 13 – Número de escolas, estudantes e professores (público + privado)

	Escolas	Estudantes			Professores		
		Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Pré-escola	26	987	981	1.968	5	33	38
Educação básica	85	9.851	9.248	19.099	519	198	717
Ensino Secundário Geral	5	1.278	1.928	3.206	82	27	109
Escola Técnica Profissionalizante	3	478	272	750	47	9	56
Ensino Superior	x	x	x	x	x	x	x
Total	119	12.594	12.429	25.023	653	267	920

Nota X: Não há ensino superior no município de Lautém

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

Verifica-se que as infraestruturas escolares disponíveis no município de Lautém, desde o jardim de infância até o ensino secundário (geral e profissional), somando o

público e privado, totalizam 119 unidades e são frequentadas por 25.023 alunos e 920 professores. A oferta escolar concentra-se no ensino básico com 85 escolas. De notar que até agora a distribuição do ensino universitário ainda não existe no município de Lautém porque ainda não estão disponíveis instalações, edifícios, bibliotecas, Internet e professores para ensinar. A capacidade dos professores e as instalações inadequadas afetam a produtividade e o aproveitamento dos estudantes.

Para além da quantidade é muito importante a existência de infraestruturas como água potável e saneamento para apoiar o processo de ensino e aprendizagem e melhorar os conhecimentos dos estudantes. De facto, pelas observações no terreno as instalações de higiene, as bibliotecas, os subsídios sociais para os estudantes não têm atendido aos interesses dos alunos. Da mesma forma, as instalações de Internet disponíveis em cada escola ainda não estão disponíveis, portanto, aumentar a capacidade de acesso dos estudantes à informação e globalização ainda leva tempo.

Além disso, alguns dos edifícios que atualmente são usados pelos estudantes até ao nível secundário, ainda são da ocupação indonésia e da administração portuguesa, como os que existem no suco Tutuala, suco Mehara e suco Com. Desses edifícios patrimoniais, alguns ainda estão em bom estado, outros foram danificados e outros foram reconstruir pelo governo.

A maioria das escolas são escolas públicas porque são economicamente mais acessíveis. O governo não cobra taxas em comparação com as escolas privadas. Contudo, a oferta a nível privado está a aumentar, relativamente ao ensino público, porque o número de estudantes com vagas disponíveis no privado está entre 20 e 25 estudantes por sala, enquanto nas escolas públicas a média de estudantes por sala é de cerca de 25 ou mais.

6.5.4 Força de trabalho

A presença do turismo no município de Lautém é um mecanismo para aumentar a distribuição da força de trabalho nos setores produtivos. Em todos os setores com valor económico é preciso que sejam impulsionados por profissionais competentes e qualificados. A qualificação é importante para que possam aplicar as suas capacidades na criação dos seus próprios empregos, nos diversos setores produtivos, ou então aplicar as suas competências no uso dos meios de produção para criar bens e serviços relacionados com o turismo. O trabalho pode ser entendido como a capacidade que uma pessoa tem para

produzir bens e/ou serviços úteis para si mesma ou para a sociedade em geral. Para classificar a força de trabalho, cada país tem seus próprios critérios. A Diretoria de Estatística de Timor-Leste, em colaboração com a Secretaria de Estado de Formação Profissional e Emprego (SEFOPE) (Mehran & Crisanto, 2015), classifica a força de trabalho em Timor-Leste da seguinte forma:

- 1) Funcionários do governo (que trabalham para o governo por dinheiro ou bens);
- 2) Trabalhadores privados (trabalhando em empresas/lojas privadas por dinheiro ou bens);
- 3) Empregador (empregando um ou mais pessoas);
- 4) Trabalhador por conta própria (não contratando nenhum trabalhador);
- 5) Contribuição dos trabalhadores membros da família (que trabalham sem remuneração nas empresas ou explorações de outro familiar);
- 6) Membros das cooperativas de produtores.

Com base da força trabalho que mencionados acima pode ser analisado em cada nível de produtividade em termos de idade, conhecimento e género, como um aspeto para responder às oportunidades de emprego de acordo com o artigo nº 50 Constituição da RDTL (Direito ao trabalho) (RDTL, 2002).

Tabela 0. 14 – Força de trabalho por cada setor

	Urbano				Rural				Total			
	M	F	Total	%	M	F	Total	%	M	F	Total	%
Governo	515	216	731	25,0	1.191	379	1 570	10,1	1.706	595	2 301	12,5
Companhia de propriedade do Estado (por ex., TVTL, EDTL)	58	49	107	3,7	176	131	307	2,0	234	180	414	2,2
Empresa privada ou quintas	67	14	81	2,8	213	66	279	1,8	280	80	360	1,9
Agricultor independente	881	683	1.564	53,4	6.595	4.771	11.366	73,1	7.476	5.454	12.930	70,0
Trabalhadores independentes não-agricultores	152	187	339	11,6	598	1 137	1 735	11,2	750	1 324	2 074	11,2
Organizações não governamentais / não lucrativas	25	19	44	1,5	67	24	91	0,6	92	43	135	0,7
Embaixadas e instituições bilaterais	4	-	4	0,1	7	6	13	0,1	11	6	17	0,1
Nações Unidas e organizações internacionais especializadas	-	2	2	0,1	8	9	17	0,1	8	11	19	0,1
Outros	24	32	56	1,9	68	96	164	1,1	92	128	220	1,2
Total	1.726	1.202	2.928	100,0	8.923	6.619	15.542	100,0	10.649	7.821	18.470	100,0

Nota: M- Masculino; F- Feminino; TVTL- Televisão Timor-Leste. EDTL- Eletricidade Timor-Leste
Fonte: Mehran e Crisanto (2015)

Os setores produtivos em Timor-Leste incluem o setor público, empresas estatais, agricultores privados, trabalhadores independentes, empresas privadas, ONG, embaixadas, agências internacionais e outros (Tabela 0.14).

Observando os totais da distribuição da força de trabalho por género, constata-se que a força de trabalho ainda é dominada pelos homens (10.649, o que corresponde a 58%). A maioria dos trabalhadores encontra-se nas zonas rurais (15.542, o que corresponde a 84,1%) e apenas 15,9% nas zonas urbanas. Isto era de se esperar já que a grande maioria da população do município reside nas zonas rurais, visto que a maior parte dos sucos do município de Lautém são considerados espaços rurais.

Como há apenas uma capital no município de Lautém – Lospalos –, que é o centro administrativo e económico, a acumulação de força de trabalho encontra-se lá, em comparação com os trabalhadores em cada área rural e nos postos administrativos no município de Lautém.

O setor com grande peso no município de Lautém é o dos agricultores independentes (70,0%), segue-se os que trabalham para o governo (12,5%) e os trabalhadores independentes que não são agricultores (11,2%). Contudo, a distribuição da mão-de-obra por setor entre as áreas urbanas e rurais é diferente. Em relação ao total de trabalhadores de cada área, nas zonas rurais 73,1% são agricultores e nas áreas urbanas esse número desce para 53,4%. Nas zonas rurais os que trabalham para o governo e os trabalhadores independentes são 10,1% e 11,2%, respetivamente; já nas zonas urbanas esses números sobem para 25,0% e 11,6%, respetivamente.

A taxa de participação da força de trabalho no município de Lautém está acima da média nacional, com 52,3%, logo depois do município de Baucau (54,6%) e do município de Díli (45,3%). A taxa de desemprego no município de Lautém é de 5,6%, depois do município de Díli (10,6%) (Mehran & Crisanto, 2015).

Todos estes dados devem ser levados em conta como ferramentas para aumentar o trabalho e para melhorar o nível de vida das famílias e da comunidade. É preciso implementar uma estratégia de desenvolvimento baseada no turismo para que outros setores também tenham valor e possam aumentar a oportunidade de serviços a nível rural. Assim, pode-se melhorar o bem-estar da comunidade de maneira sustentável e reduzir a taxa de desemprego a nível rural e municipal em Lautém.

6.6 Características económicas comunitárias

6.6.1 Setor agrícola

Podemos afirmar que o município de Lautém é uma zona essencial para área agrícola porque tem uma área ampla e fértil para produzir os produtos agrícolas, e promovendo a soberania alimentar que possa contribuir o desenvolvimento nacional. Com a existência de uma área agrícola fértil, as comunidades utilizam-na para plantar vários tipos de produtos agrícolas que são uma fonte de vida, nomeadamente, milho e arroz. A Tabela 0.15, mostra a produção de arroz e milho das comunidades de todos os postos administrativos do município de Lautém.

Tabela 0. 15 – Produção de arroz e milho

Posto Administrativo	Arroz					Milho				
	Área de produção (ha)			Produtividade (ton/ha)	Produção total (ton)	Área de produção (ha)			Produtividade (ton/ha)	Produção total (ton)
	Potencial	Cultivo	Colheita			Potencial	Cultivo	Colheita		
Lospalos	570,00	20,00	20,00	22,81	56,20	6.736,00	1.048,00	900,00	3,35	3.015,00
Lautém	2.618,00	85,00	83,00	2,56	212,48	6.218,00	772,50	736,5	2,52	1.855,98
Iliomar	914,50	131,25	128,25	2,90	371,93	2.939,00	237,75	237,75	2,05	487,39
Luro	715,25	370,50	370,50	2,25	833,63	1.221,75	255,25	255,25	3,27	834,67
Tutuala	900,00	24,75	24,75	0,73	12,23	1.097,00	356,31	350,16	2,87	1.004,96
Total	5.717,75	631,50	626,50	6,25	1.486,47	18.211,75	2.669,81	2.479,66	2,80	7.198,00

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

A área agrícola de arroz tem uma área potencial de cultivo de 5.717,75ha, mas apenas 631,50ha são cultivados e, destes, 626,50ha são colhidos. Assim, a produção é de apenas de 1.486,47 toneladas por ano. O que se traduz numa produtividade de 6,25 toneladas por hectare. Em relação ao milho a sua área potencial de cultivo é de 18.211,75ha, mas na época da colheita do milho só é colhida uma área de 2.479,66ha. A produção de milho obteve apenas 7.198,00 toneladas por ano. Mas o resultado obtido pela comunidade de cada posto administrativo é diferente. Basta observar a produtividade que, no caso do arroz, varia de 22,81 ton/ha em Lospalos até 0,73 ton/ha em Tutuala, e no caso do milho a produtividade varia de 3,35 ton/ha em Lospalos até 2,05 ton/ha em Iliomar.

Constata-se assim que tanto a produção de arroz como de milho no município de Lautém está muito aquém do que poderia ser se fosse mais aproveitada a área potencial de cultivo de cada espécie. A produção de arroz e de milho ainda não responde nem às

expectativas das comunidades nem à procura do mercado, porque o sistema agrícola que a comunidade aplica é de subsistência.

As razões da menor produção: Primeiro, falta um sistema de irrigação, as comunidades estão dependentes de precipitação, que em tempos de mudanças climáticas, tem vindo a escassear com o alargamento da estação seca afeitar a plantação da comunidade. Algumas comunidades agrícolas, que na ocupação indonésia tiveram irrigação, atualmente já não têm, devido à diminuição do caudal das nascentes, que não permite a distribuição de água a todas as terras produtivas.

Segundo, o fator idade é muito decisivo na produtividade agrícola. Os pais que exerciam uma profissão na agricultura já são velhos, por isso processam a terra para o arroz e fazem as hortas somente de acordo com suas capacidades, enquanto os jovens, homens e mulheres, de quem se espera energia para trabalhar nas áreas agrícolas, procuram trabalho no exterior. Em consequência deste comportamento, muitas terras foram abandonadas.

Terceiro, diminuiu o envolvimento da comunidade na agricultura. O governo concede subsídios mensais aos combatentes da libertação de Timor-Leste. Se por um lado estes subsídios podem ser uma ajuda por outro lado algumas pessoas consideram estes subsídios como uma reforma. Essa condição ajuda a comunidade, mas outra parte, com o dinheiro recebido por estas pessoas leva-as a preferir comprar o arroz importado do que produzir o arroz.

Tabela 0. 16 – Características da plantação

Tipo de produto	Área(ha)					Produção	
	Potencial	Abandonada	Cultivo	Produtiva	Não produtiva	Ton/ha	Ton/ano
Coco	10.105,25	5.240	2.434,25	1.402	617	0,6	841,2
Nogueira de Iguape	3.081	1.899	591	591	-	-	-
Baunilha	85,5	84	1,9	1,5	0,4	-	-
Café Robusta	104,8	83	21,8	3,9	17,9	-	-
Café Arábica	9	5	2	0,5	1,5	-	-
Cana-de-açúcar	900	900	-	-	-	-	-
Cacau	1.487,88	861	626,88	1	625,88	-	-
Areca	640	311	329	80	249	-	-
Algodão	245	230	15	15	-	-	-
Caju	140	135	5	5	-	-	-
Cravo-da-india	447,12	375	72,12	-	72,12	-	-
Tabaco	95	95	-	-	-	-	-
Pimenta	149,16	56	93,16	-	93,16	-	-
Total	17.729,71	10.274	4.192,11	2.099,9	1.676,96	0,6	841,2

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

Os produtos agrícolas potenciais que as comunidades de Lautém têm para a indústria é coco, avelã, noqueira de Iguape, baunilha, café robusto, café arábica, cana-de-açúcar, cacau, areca, algodão, caju, cravinho-da-Índia, tabaco e pimenta. A Tabela 0.16 ilustra estes tipos de planta com valor para a indústria, na comunidade de Lautém.

Existem 17.729,71ha de área potencial para cultivar as plantas industriais, mas a comunidade abandonou 10.274ha. Depois, há 4.192,11ha que as comunidades usaram para cultivar, mas utilizam apenas 2.099,9ha. Para cada espécie os resultados produtivos são muito diversos, desde o cacau com área produtiva de 1ha até ao coco com 1.402ha de área produtiva. As comunidades podem plantar, mas é necessário conquistar em primeiro lugar os mercados para poder plantar com garantia de venda. Assim, de notar que o tabaco e a cana-de-açúcar não foram plantados no município de Lautém.

De todos os produtos observados, verifica-se que somente a produção de coco é uma produção orientada ao mercado, com um total de 841,2 toneladas por ano numa área de terra que produz apenas 0,6 toneladas por hectare. Esses resultados estão associados com a procura do mercado e ainda não foram capazes de atender às necessidades dos consumidores. Além disso, os resultados de outras produções não foram significativos porque se suspeita que não existe uma quota de mercado clara, e também a comunidade ainda não percebeu a importância da profissionalização na agricultura.

O município de Lautém tem terras produtivas para trabalhar que podem originar mercadorias para melhorar o rendimento da região. Porém, a compreensão da comunidade sobre o uso de terra potencialmente orientada ao mercado ainda é limitada. Também há falta de envolvimento das partes interessadas na direção da comunidade e no fornecimento de instalações. Portanto, se as pessoas tiverem uma boa indústria agrícola, elas melhorarão as suas vidas de uma maneira sustentável que possa apoiar o ambiente na costa, bem como o bem-estar geral no município de Lautém.

6.6.2 Setor pecuário

Alguma parte da área que a comunidade Lautém tem é usada para a criação de animais. A Tabela 0.17 mostra os vários tipos de animais que são criados pela comunidade do município de Lautém: búfalos, vacas, vacas leiteiras, cavalos, caprinos, ovinos, ovinos leiteiros, suínos, frangos do campo, frangos de carne e patos.

Tabela 0. 17 – Características da pecuária

Posto Administrativo	Búfalo	Vaca	Vaca de leite	Cavalo	Cabra	Ovelhas	Ovelhas leiteiras	Porco	Frango do campo	Frango de carne	Pato
Iliomar	705	6.209	0	203	535	23	0	5.540	10.317	0	54
Lautém-Moro	3.845	6.968	133	343	6.131	2.502	17	8.603	25.161	0	125
Lospalos	9.401	15.181	6	3.395	1.219	27	1	17.102	37.683	20	41
Luro	3.213	3.743	8	741	1.015	69	0	3.314	9.952	14	0
Tutuala	863	2.420	0	158	161	1	0	2.713	3.341	0	0
Total	18.027	34.521	147	4.840	9.061	2.622	18	37.272	86.454	34	220

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

O método que a comunidade de Lautém usa para manter os animais ainda é tradicional, ou seja, a comunidade solta-os nos campos e mantém-nos aí até o momento em que os animais possam se reproduzir e crescer por conta própria. O mesmo acontece com as galinhas e os patos do campo, as comunidades soltam nos quintais de manhã, alimentam os e depois deixa-os em seu próprio lugar até de noite. Estima-se que a comunidade só alimenta as galinhas e os patos uma vez por dia. A criação é de 86.454 frangos do campo e 220 patos.

No que diz respeito à criação de frangos de carne, o sistema usado é diferente (industrial). Há um procedimento um sistema de higiene, vacinação, água e alimentação de acordo com as doses definidas e um claro controle. A criação deste tipo de frangos é muito menor do que de frangos de campo, totalizando 34 animais produzidos apenas nos postos administrativos de Lospalos e Luro. Nos postos administrativos de Iliomar, Lautém-Moro e Tutuala, a comunidade não tem porque requer capital, uma supervisão rigorosa e corre-se grandes riscos.

Observando cada posto administrativo há variações no número de animais, tais como búfalos, vacas, cavalos, cabras, porcos, galinhas e patos, mas as quantidades não respondem às necessidades do mercado. Os postos administrativos de Iliomar e Tutuala têm amplas áreas para manter os animais, mas de acordo com a Tabela 0.17, têm menos búfalos dos que os outros postos e não têm vacas leiteiras. A razão é porque estes animais não são adequados para viver naquelas áreas. Nos postos administrativos de Iliomar, Luro e Tutuala, a comunidade tenta manter ovelhas, mas também é difícil a sua manutenção. A comunidade diz que tentou várias vezes manter os animais, mas a cada ano eles não aumentam, até diminuíram ou mesmo acabaram, de maneira que a comunidade só mantém animais que são capazes de se adaptar a viver naquela área. Os patos são realmente fáceis

de sobreviver em qualquer lugar, mas nos postos administrativos de Luro e Tutuala não são criados. Existem outros animais que têm valor económico, tal como coelhos e galinhas poedeiras, mas as comunidades do município de Lautém ainda não fazem criação destes animais.

De todos os números e tipos de animais observados conclui-se que é preciso um bom conhecimento para criar animais de uma maneira moderna, usando tecnologia. É necessário a contribuição das partes interessadas para ajudar as comunidades a compreender os benefícios e objetivos da criação dos animais, tal como melhorar a nutrição, a economia familiar e também responder às necessidades sociais e culturais.

Além disso, a presença do turismo, pode encorajar a população a ser mais séria quanto à criação de animais, porque com a presença da indústria do turismo, a necessidade de proteína também aumenta. Mas, no terreno, a comunidade ainda enfrenta muitas dificuldades para manter os animais. Há comunidades que tentam manter animais como vacas leiteiras e ovelhas leiteiras, mas estes animais não podem viver em determinadas áreas devido a fatores climáticos e as espécies vegetais não serem adequadas.

6.6.3 Setor pesqueiro

O setor pesqueiro é uma das partes mais importantes na vida das comunidades e permite aumentar o crescimento da economia. Nesse caso, o setor pesqueiro não apenas contribui para melhorar a nutrição da comunidade, mas também para reduzir o nível de desemprego e aumentar o rendimento dos pescadores. Atualmente, o setor pesqueiro tem uma correlação significativa com o setor do turismo. As comunidades que vivem na costa, a maioria são pescadores (75%) e têm como fonte de vida o mar, e 25% são de outras profissões, como funcionários públicos, polícia, forças militares, engenheiros e empresários e outros.

No município de Lautém foram identificados 14 centros de pesca. No posto administrativo de Lautém-Moro há 10 centros de pesca: Ililai, Euquisi, Raumoko, Kekeerara, Sica, Lautém, Liarafa, Ira-Ara, Sikara e Com. No posto administrativo de Lospalos só tem um centro de pesca, o de Lori no suco Lore I, e no posto administrativo de Tutuala tem dois centros de pesca, Savirara no suco Mehara e Valu Sere no suco Tutuala. Por fim, existe um centro de pesca Ira-Darat no Suco de Ira-Bere, no posto administrativo de Iliomar.

A Tabela 0.18 mostra as famílias envolvidas no setor pesqueiro dos cinco postos administrativos. Existem duas atividades, as atividades de pesca marinha e as atividades de aquicultura. Assim, 206 famílias dedicam-se à pesca no mar e 97 famílias dedicam-se à aquicultura, perfazendo um total de 303 famílias.

Tabela 0. 18 – Número de famílias no setor pesqueiro

Posto Administrativo	Número de famílias de pescadores	Número de famílias de aquicultura	Total
Iliomar	11	15	26
Lautém-Moro	150	15	165
Lospalos	13	23	36
Luro	1	40	41
Tutuala	31	4	35
Total	206	97	303

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

O grau de envolvimento da comunidade na área do setor pesqueiro em cada posto administrativo tem características diferentes, devido à área geográfica em que cada comunidade se encontra, junto ao mar ou junto à água doce. No posto administrativo de Lautém-Moro há um número crescente de pescadores e de aquicultura, porque a maioria das pessoas vive na costa e há a distribuição de água doce para a aquicultura de peixes douradas e tilápias. Enquanto no posto administrativo de Luro que fica longe da costa, mas onde ainda há uma família que pesca no mar, a maioria (40 famílias) concentra-se na aquicultura. Caso contrário se passa com os pescadores do posto administrativo de Tutuala, cuja população geralmente pesca no mar, com o número de 31 famílias e apenas quatro famílias se dedicam à aquicultura. Há uma diferença no envolvimento comunitário na aquicultura porque a distribuição territorial de locais com água para a aquicultura não é suficiente.

No posto administrativo de Iliomar, embora algumas comunidades estejam próximas da costa e tenham uma distribuição razoável de água doce para a aquicultura, o interesse da comunidade comparado com as comunidades de outros postos administrativos é menor. De notar que nos postos administrativos de Lautém-Moro, Tutuala e Lospalos, o envolvimento da comunidade aumentou porque há poder de compra e também há consumidores. Essa procura é devido à presença do turismo na costa, e também de clientes que vêm de vários lugares, como a capital Díli, a cidade de Lospalos e outras comunidades costeiras, e também de empresários de restauração na costa.

A participação comunitária na pesca tem de ser apoiada pelas instalações existentes, porque através das instalações as comunidades podem realizar suas atividades de acordo com sua capacidade. Na Tabela 0.19 temos os equipamentos de pesca recebidos pela comunidade ao longo dos anos, com dados estatísticos do município de Lautém (Direção Geral de Estatística, 2019).

Tabela 0. 19 – Tipos de equipamentos de pesca

Ano	Tipos de equipamentos de pesca						Total
	FG Barco	Motor Johnson	Motor Ketinting	Barco de madeira com motor	Barco de madeira sem motor	Barco de alumínio	
2017	-	-	-	-	-	-	-
2016	-	-	-	-	-	-	-
2015	-	-	-	-	-	-	-
2014	1	1	-	5	4	-	11
2013	3	6	-	5	-	-	14
2012	6	5	2	-	5	-	18
2011	-	-	-	-	5	-	5
2010	12	7	2	10	15	-	46

Nota: para os anos 2018 e 2019 os dados não estão disponíveis; - Nenhuma ajuda
 Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

A partir de 2010 a comunidade recebeu ajuda do governo para a pesca na forma de máquinas e barcos. Foram dados motores à comunidade das marcas Johnson, Ketinting e Yamaha. Além disso, devido às limitações do governo, há alguns pescadores que só recebem barcos, mas sem motores, outros recebem motores, mas sem barcos. Isso é feito segundo o governo para incentivar as pessoas a tentarem ser independentes. No entanto, no terreno, ao perguntar aos pescadores que receberam assistência no posto administrativo de Tutuala, no suco de Mehara, na praia de Loiquero, disseram que:

Recebemos uma ajuda do nosso governo na forma de motor com a marca de Ketinting, mas também não tínhamos o barco, por isso o motor que recebemos apenas mantivemos em nosso lugar e não o usamos até agora. (P36)

A contribuição do governo é muito importante para desenvolver a comunidade, mas é necessário entender que o uso das instalações/equipamentos deve ser de acordo com as condições e procedimentos existentes para ter significado para a comunidade.

Os equipamentos fornecidos têm um grau de depreciação, no sentido de que o período de uso e produtividade também tem limite. A função das instalações/equipamentos de pesca é facilitar a obtenção de peixe e o acesso aos mercados para melhorar a vida das

comunidades. Assim, parte da renda recebida pode ser guardada para o capital de giro e para a sustentabilidade das instalações.

Na Tabela 0.19 também se observa que houve comunidades que ainda usam diferentes tipos de barcos, como barcos de madeira e barcos de alumínio. Isso indica que o sistema de pesca adotado pelas comunidades costeiras ainda funciona em pequena escala, porque as comunidades usam equipamentos manuais de pesca numa pequena área de operação de cerca de 200 metros a três quilómetros a partir do litoral. Enquanto isso a indústria pesqueira precisa de instalações adequadas, porque a sua área de operação está entre mil a três mil quilómetros a partir do litoral.

Os pescadores do município de Lautém ainda não implementaram uma industrialização da pesca, a grande nível, porque têm menos recursos, tanto financeiros como capacidades e instalações/equipamentos. Portanto, a procura do mercado e a presença do turismo na costa são muito importantes para incentivar os pescadores a melhorar o profissionalismo orientado para a grande escala.

Por outro lado, o governo tem ajudado a comunidade com a assistência de instalações pesqueiras de 2010 a 2014. Em 2011, começou a parar devido a fundos limitados e à crise política em Timor-Leste em 2017, e depois devido à Covid-19, tornando muita limitada a alocação de fundos para as áreas de pesca. A Tabela 0.19 mostra que existe uma diferença na propriedade dos barcos dos pescadores, porque, pensa-se que existem já comunidades pesqueiras que podem comprar seus próprios barcos. Exemplo disso são os pescadores do suco Com. A presença do turismo na área aumenta o preço do pescado, motiva os pescadores a pescar e há também um mercado claro, logo as pessoas podem comprar os seus próprios barcos. Os resultados também ilustram que as instalações/equipamentos ainda não vão ao encontro do número da população e ao número de pescadores no município de Lautém. Milhares de comunidades costeiras têm como fonte de vida o mar, de modo que a distribuição de instalações tem de ser justa para a comunidade como um mecanismo para melhorar a economia das famílias do litoral.

6.6.4 Capacidade empresarial

Para construir a força económica do município de Lautém, a existência e a capacidade das empresas locais no exercício das suas funções são importantes para melhorar o equilíbrio do comércio a nível regional e aumentar o rendimento da

comunidade local. Muitas experiências dão a impressão de que é necessário maximizar a força e a quantidade das pequenas empresas porque são uma força para reduzir a crise que pode acontecer numa área. As pequenas empresas têm pouco capital, mas são capazes de resistir a choques económicos. Por outro lado, as grandes empresas têm força de capital, mas são mais propensas a impactes negativos quando há uma crise económica. A Tabela 0,20 apresenta a variedade de pequenas empresas no município de Lautém.

Tabela 0. 20 – Empresas locais por setor, 2019

Empresa	Número de empresas
Atacadista	81
Mobiliário doméstico	26
Restaurantes e <i>catering</i>	7
Automóvel	6
Indústria de matérias-primas (incluindo agricultura e pesca)	6
Processamento e venda de matérias-primas e alcoólicas	6
Artesanato	4
Roupas e sapatos	4
Móveis, equipamentos de construção e material de escritório	3
Farmácia, saúde e lazer	2
Serviços de fotocópia e impressão	2
Total	145

Fonte: Direção Geral de Estatística (2019)

Existem 145 unidades de negócios que vão desde negócios de artesanato, de automóveis, matérias-primas nas áreas de agricultura e pesca, construção, restauração, mobiliário doméstico até serviços de fotocópia e impressão. Toda esta variedade de empresas mostra que Timor-Leste está atualmente a melhorar o desenvolvimento interno de acordo com as necessidades da comunidade. De todas as pequenas unidades de negócios que existem, pode-se ver que o negócio de atacadista é o que tem maior número, com 81 empresas, seguindo-se o de mobiliário doméstico, com 26 empresas. O grande peso das empresas de atacado revela que a maior parte da comunidade em Timor-Leste ainda depende de produtos importados de outros países, especialmente de necessidades primárias e secundárias. A área de restauração também começa a desenvolver-se, juntamente com a condição da comunidade de Lautém.

6.7 Turismo

Depois que o governo criou o Ministério do Turismo e Cultura, em 2007, o turismo de Timor-Leste começou a ser reconhecido pelo mundo. Timor-Leste é visto como o

último, mais novo, mais intacto e interessante destino turístico da região asiática, porque adota o ecoturismo de base comunitária como uma alternativa de desenvolvimento sustentável para Timor-Leste.

O atual Ministério do Turismo, Comércio e Indústria de Timor-Leste (MTCI) estabeleceu o ecoturismo de base comunitária com a intenção de um turismo alternativo que, económica, sociocultural e ambientalmente, possa beneficiar a comunidade local e todos os tipos de negócios relacionados ao turismo que devem ser conduzidos pelas comunidades locais. No Plano Estratégico Nacional de Desenvolvimento 2011-2030 (Governo de Timor-Leste, 2013) é mencionado o turismo como o principal setor produtivo para o desenvolvimento de Timor-Leste.

O município de Lautém tem atrações turísticas com grande potencial, tais como sol, mar, praias, montanhas, florestas, paisagens, para além da cultura, criatividade comunitária e vestígios arqueológicos. Os produtos e as instalações são muito favoráveis para a criação de uma experiência turística, especialmente para os turistas que aproveitam a região costeira do município de Lautém na sua estada ou passagem. Como já foi referido, para fazer o percurso de Díli, a capital de Timor-Leste à capital do município de Lautém Lospalos, demora-se cerca quatro horas e meia, o que torna esta área muito viável para o turismo. Considerando a existência do turismo em Timor-Leste, há vários aspetos importantes que podem ser analisados sobre as características do turismo na costa do município de Lautém, entre elas a oferta e a procura turística.

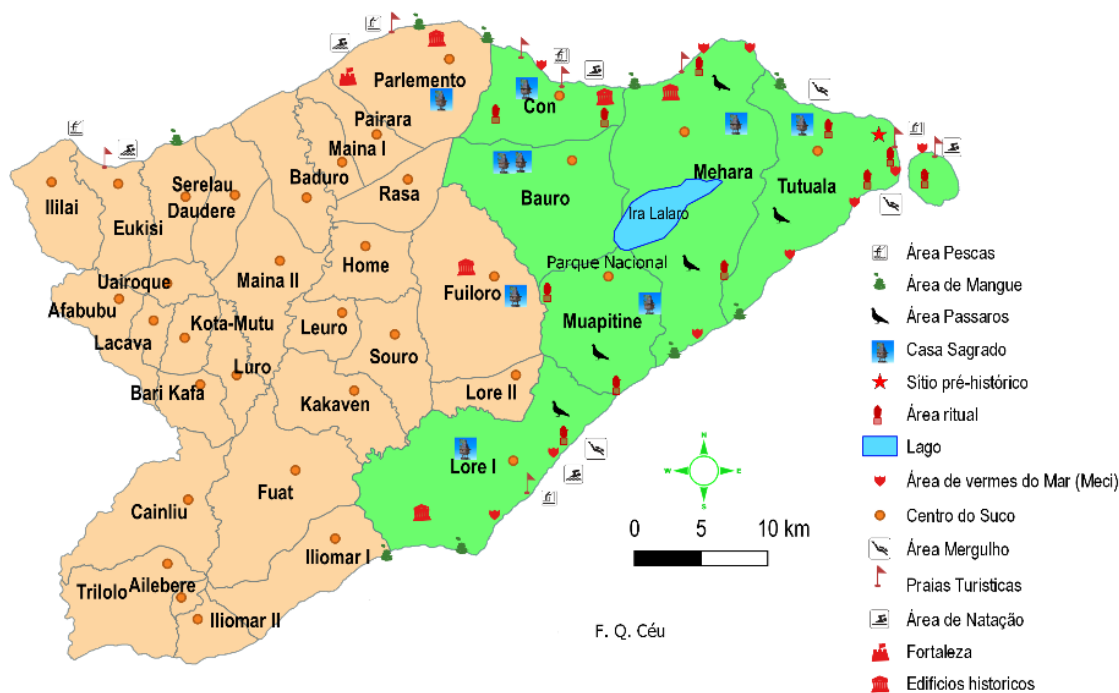
6.7.1 Oferta turística

A oferta turística no município de Lautém inclui as atrações turísticas, com diferentes características a partir das quais se pode criar várias atividades a serem oferecidas aos turistas domésticos e internacionais. A oferta turística inclui ainda as infraestruturas e serviços turísticos atualmente considerados relevantes para as necessidades dos turistas. São apresentadas como infraestruturas turísticas o alojamento e a restauração, e como serviços turísticos os guias turísticos.

6.7.1.1 Atrações turísticas

Na Figura 0.24 são apresentados as atrações turísticas no município de Lautém.

Figura 0. 24 – Atrações turísticas no município de Lautém



Nota: a verde está representado a área terrestre do Parque Nino Konis-Santana

Fonte: Elaboração própria com base no QGIS 3.16.15

As atrações turísticas no município de Lautém dividem-se em atrações turísticas naturais (Tabela 0.21) e atrações turísticas culturais (Tabela 0.22). As atrações turísticas naturais são constituídas por praias e floresta, lagos e rios, montanhas e o parque natural (Tabela 0.21).

Na Tabela 0.21 mostra que de Tutuala, Lore I e da ilha de Jaco têm na sua maioria areias brancas, um mar limpo e interessantes recifes de corais habitados por diversos peixes. Com o potencial natural que existe no mar, a costa torna-se um destino para os turistas que procuram experiências na areia, com o mar e o sol a que ainda se somam as atividades de aventura na **floresta costeira**, devido às florestas primárias e manguezais e à variedade de animais selvagens que são interessantes de se ver e proteger.

O município de Lautém tem algumas **montanhas**, como Legumoe, no suco de Luro, com 1.221 metros de altura, que tem uma beleza e paisagens atraentes para os turistas que fazem caminhadas e acampamentos. As montanhas de Laleno, com 718 metros de altura, no vilarejo de Maina II, têm uma área adequada para os turistas acamparem e fazerem passeios de bicicleta.

Tabela 0. 21 – Atrações turísticas naturais

Atrações	Tipo de turismo	Sucos de destino
PRAIAS E FLORESTA		
Praia Laivai	Turismo de praia	(Eukisi) Laivai
Praia de Airliu, Praia de Pua Malay Amire, Praia de Sálara	Turismo de praia	Com
Praia Octho Lafai, Praia de Loiquere, Praia de Savirara	Turismo de praia	Mehara
Praia Valu Sere, Praia de Hilapuna	Turismo de praia	Tutuala
Praia Lori	Turismo de praia	Lore I
Ilha de Jaco	Comum	Tutuala
Recifes de coral	Mergulho	Lautém, Com, Mehara, Lore I,
Variiedade de peixes	Mergulho e pesca	Com, Mehara, Lore I
Nascer do sol	Modos de exibição	Tutuala
Vegetação de floresta costeira, floresta primária e manguezais	Ecoturismo	Lautém, Com, Mehara, Tutuala, Tutuala, Lore I
LAGOS E RIOS		
Lago Umunira	Modos de exibição	Com
Lago Ira Lalaro	Pesca	Mehara
Nascentes no rio Vero	Natureza	Tutuala
Nascentes naturais em Lore I	Natureza	Lore I
MONTANHAS		
Montanha Legumau	<i>Trekking</i>	Luro
Monte Laleno	Acampamento	Maina II
Montanha de Pai-Tchau	Geral	Mehara
PARQUE		
Área do Parque Nino Konis-Santana (Animais silvestres: Veados, Macacos, Cusco, Cockatoo, Crocodilo e outros)	Ecoturismo	Com, Bauro, Mehara, Tutuala, Tutuala, Muapitine, Lore I

Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

A **montanha Pai-Tchau**, no suco Mehara, atinge os 960 metros de altura e tem variedade de vegetação de floresta primária sendo habitat de animais selvagens. As montanhas Pai-Tchau que cercam o lago Ira-Lalaro oferecem uma bela paisagem para caminhadas, acampamentos, aventuras ou história de viagens. Além disso, o **lago Ira-Lalaro** é o maior lago de Timor-Leste, com uma variedade de peixes de água, peixes dourados, tartarugas que é propício ao turismo de pesca.

O **lago Umunira** é um pequeno lago que está localizado no suco Com e tem água colorida que muda sempre de acordo com o tempo ou a estação do ano, e tem sido conhecido como uma atração turística no município de Lautém, depois do lago Ira-Lalaro.

A **nascente no rio Veru** e a **nascente em Lore I** são fontes de água localizadas na parte sul do município de Lautém, que as comunidades e os animais aproveitam como

fonte de vida. Esta nascente durante a estação seca mantém-se como fonte de água porque climaticamente é uma zona húmida.

Tabela 0. 22 – Atrações turísticas culturais

Atrações	Tipos de atrações	Sucos de destino
CRIATIVIDADE COMUNITÁRIA		
Gastronomia local	Património cultural	Povo Fataluku
Línguas: Fataluku, Makalero, Saane	Património cultural	Fataluku, Iliomar, Luro
Traje tradicional (<i>Sisirana Lau</i> ou <i>Tais</i>)	Património cultural	Povo Fataluku
Casa sagrada (Tradicional)	Património cultural	Povo Fataluku
EVENTOS		
A dança tradicional <i>Sikire-Vaure</i>	Eventos culturais	Povo Fataluku
Canção tradicional <i>Vai-hoho</i>	Eventos culturais	Povo Fataluku
A caça	Eventos culturais	Povo Fataluku
Colheita e pisoteio de arroz	Eventos culturais	Mehara
Evento de Morte (<i>Sau-fai</i>)	Eventos culturais	Município de Lautém
Cerimónia de casamento tradicional (<i>Lipal-Fai</i>)	Eventos culturais	Município de Lautém
Ritual Tara Bandu	Eventos culturais	Município de Lautém
Colheita de vermes marinhos (<i>Meci</i>)	Eventos culturais	Com, Mehara, Tutual e Lore I
Mercados	Eventos culturais	Lospalos e Lautém-Moro
MONUMENTOS E LOCAIS HISTÓRICOS		
Caverna Natural <i>Ili Kere-kre</i>	Património arqueológico	Tutuala
Abrigo do Comandante Xanana Gusmão na montanha Pai-Tchau e Oi	Património histórico	Mehara
Monumento ao Japão	Património histórico	Lautém-Moro
Caverna japonesa na praia de Lautém Moro	Património histórico	Lautém-Moro
Caverna japonesa perto do rio Veru	Património histórico	Rio Tutuala
Marcação japonesa na montanha Pai-Tchau (<i>Herili</i>)	Património histórico	Mehara
Marcação portuguesa em <i>Solipupur</i>	Património histórico	Mehara
Estátua do homem que arrancar raízes de sândalo em Lospalos	Património histórico	Fuiloro-Lospalos
Igrejas	Património cultural	Em 34 Sucos
Gruta Maria Era-Luz	Religião	Mehara

Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

O **Parque Nacional Nino Konis Santana** foi criado em 2007 para melhorar a biodiversidade do município de Lautém, através da conservação das florestas e das montanhas. Abrange postos administrativos de Com, Mehara, Tutuala, Bauro, Muapitine e Lore I e ainda uma área marinha rica com formações de coral. De notar que as atrações cénicas e naturais do município de Lautém ainda são muito virgens, ainda não tocadas por humanos.

As atrações culturais incluem a criatividade comunitária, os eventos, monumentos e locais históricos (Tabela 0.22). As atrações culturais incluem a criatividade comunitária e os eventos do povo Fataluku, que possui uma grande riqueza cultural. Esta riqueza é visível na gastronomia, na língua Fataluku, no traje tradicional, na arquitetura (casa sagrada) e em várias manifestações culturais que incluem dança e canto.

Esta cultura única da comunidade de Lautém é de uma grande criatividade e tem um legado hereditário que pode ser desenvolvido a nível económico e sociocultural.

A **gastronomia** tradicional, tal como *umu-umu*², *maca-maca*³, *rukutana*⁴, *sukurana*⁵, *cucuana*⁶, *celetavan*⁷, talas, batata-doce, batata, e mandioca, tornou-se herança alimentar do povo Fataluku. Os combatentes da FALITIL, que lutaram por 24 anos escondidos no mato, usaram os alimentos das árvores como a palma de açúcar (*Arenga pinnata*)⁸, *gembili* (*Dioscorea esculenta* L.)⁹, *paya fula* (sementes de manga)¹⁰, *sei* (*Entada phaseoloides*)¹¹, feijão lima (*Phaseolus lunatus*)¹² e *ayanu* (*Inocarpus fagifer*)¹³. Estes alimentos tornaram-se parte da gastronomia tradicional.

Outra atração cultural importante é a **língua**. Em Timor-Leste existem mais de 31 línguas nativas para além do tétum, que é falado por 82% da população. O povo do município de Lautém fala três línguas: *Fataluku*, *Saane* e *Makalero*, e há uma língua que quase se perdeu, que é a língua *Lovaya*. Pode-se dizer que essa língua se perdeu no suco de Mehara, na aldeia de Porlamano, porque as pessoas não a usam mais. Existe ainda uma ou duas pessoas que ainda usam essa língua, mas a maior parte do vocabulário já não é

² *Umu-umu*: alimento alternativo no estilo do povo Fataluku, que é feito de milho doce, depois de empilhado e feito em forma redonda, e depois cozido de acordo com a dosagem que existe.

³ *Maca-maca* (borbolote): tipo de alimento que é feito de milho doce, depois de empilhado e colocado sobre a palha de milho, é então atado como uma borboleta para ser cozido com a mistura de temperos e acompanhamentos.

⁴ *Rukutana*: tipo de molho de chili feito de peixe do mar, ou peixe de água doce ainda fresco, depois de misturado com todas as especiarias ao estilo da comunidade Fataluku

⁵ *Sukurana*: carne que é grelhada acima do solo ou no subsolo.

⁶ *Cucuana*: carne que é colocada num buraco de bambu depois de assada junto com especiarias.

⁷ *Celetavan*: milho que é empilhado até ficar branco, depois é cozido junto com a carne e tempero.

⁸ Palma de açúcar (*Arenga pinnata*): na língua Fataluku é *Heenu*. Um alimento que vem dos caules de sagu, que depois do processamento torna-se alimento.

⁹ *Kumbili* (*Dioscorea esculenta*): um tipo de batata-doce branca, que habita principalmente na floresta, que depois de colhida é cozinhada de uma forma tipicamente timorense.

¹⁰ *Paya Fula*: cunhas de manga que são cozidas, depois embebidas em água ou num rio durante 2-3 dias são lavadas e limpas novamente. Depois são cozidas com base nos acompanhamentos.

¹¹ *Sei* (*Entada phaseoloides*): uma das sementes da corda da floresta que é um alimento alternativo para o povo de Lautém. Depois de ter sido cozido e ensopado nas nascentes dos rios durante 1-2 dias.

¹² *Fofonu*: Feijão de Lima (*Phaseolus lunatus*): tipo de noz do mato que tem uma variedade de cores, um sabor margo, e deve ser cozido e embebido em água por até 24 horas antes de ser limpo novamente para ser comido.

¹³ *Ayanu* (*Inocarpus fagifer*): espécie de árvore cujos frutos são principalmente comidos por morcegos e depois que as sementes são deixadas. As pessoas apanham-nas, descascam a pele e cozinham as sementes para serem em alimentos alternativos, porque tem muita proteína.

lembrado, por isso é difícil de desenvolver. Quem sabiam esta língua já faleceram e não a transmitiram à geração seguinte.

Parte da arte e da criatividade ainda está escondida entre a comunidade e não foi bem desenvolvida, contudo a parte que hoje já se tornou famosa, e que é já uma lembrança para os turistas, são os **trajes tradicionais**. Estes trajes tradicionais do povo Fataluku são por este povo conhecidos como *Larin-Lau ou Sisirana-Lau*, e têm uma variedade de motivos na tecelagem como *Sika-Lau, Rachiquia, O lakuari, O mimiraka* e *Salenda*. É um traje identitário usado em eventos ou cerimónias tradicionais ou económicos, e revela sinais de amizade ou gratidão.

De acordo com Soares (2015), estes tecidos são conhecidos por *Lau* em Falaluku e *Tais* em tétun. Esta autora salienta ainda que a palavra *Lau* deriva de duas palavras Fataluku *lau* e *teinu* que significa “tecidos sagrados”.

O tecido *Tais*, usado no vestuário tradicional, são especiais para a comunidade Fataluku, e normalmente são produzidos pelas mulheres. São reconhecidas e valorizadas as mulheres que saibam produzir *Tais* porque demonstram que têm capacidades. Desde há muito tempo todas as mulheres eram educadas para ter criatividade na tecelagem, mesmo que não tivessem uma educação formal. Ter a capacidade de tecelagem dava elevado valor de dote. Na Figura 0.25 observa-se duas mulheres a tecer os tecidos tradicionais *Sikalau*, com teares de madeira, fios de algodão, coloridos com corantes naturais e sintéticos, usando motivos com simbolismo local.

Figura 0. 25 – Artesanato



Fonte: Fidelio (2019)

Elas preferem produzir os tradicionais motivos dos tecidos *Sikalau* e *Racikia* porque tem um valor maior. As artesãs referem que

Se produzirmos dois pares de tecidos masculinos (Sikalau) e tecidos para mulheres (Racikia), se houver um casamento tradicional ou um evento em que queiram comprá-lo, podemos vender na forma de troca por búfalos ou vacas, ou na forma de dinheiro e podemos obter com o valor de \$600,00-700,00. (P35)

O tecido *Tais* tem um preço alto porque é produzido com algodão local (natural) e é feito à mão. Outros tecidos feitos com matéria-prima importada de outro país, como o algodão importado, têm um preço relativamente mais barato.

Os tecidos comunitários de Lautém refletem a estratificação social, ou seja, historicamente os tecidos são usados apenas por certas pessoas e em eventos especiais. Segundo a tradição, se for usado por outros, será multado pela patente do tecido. Mas atualmente Timor-Leste adotou um mercado livre em que todos têm o direito de produzir produtos, nomeadamente tecidos *Tais*. Têm desenhos e cores únicas e cada posto do município de Lautém têm seus próprios motivos e características. Como refere Soares (2015), os desenhos mais tradicionais estão ligados a crenças e práticas associadas com tradições ancestrais. Os desenhos mais modernos têm influência dos tempos coloniais. Os desenhos podem ser restritos a uma família, clã ou comunidade. Os motivos podem ser de origem natural (como folhas, flores e animais) ou terem influência de objetos feitos pelo homem (como pentes, pulseiras e o tradicional fogão de três pedras) e alguns motivos podem ser sagrados (Soares, 2015).

Na comunidade Fataluku, as características dos tecidos *larin-Lau*, chamados *Sikalau*, *Racikia*, *O mimiraka*, para roupas masculinas e femininas, já tinham valor em áreas sociais e económicas e permitem à comunidade promover e inovar a sua criatividade. A comunidade Fataluku produz tecidos *Tais* para vestuário tradicional, mas começa a inovar e a utilizar o tecido *Tais* noutros produtos, tais como bolsas para mulheres, jaquetas, carteiras, chapéus, sandálias e outros acessórios economicamente rentáveis. Contudo, há o perigo do lado cultural começar a desaparecer devido à perda de autenticidade e das patentes.

Casa Sagrada ou **casa tradicional** (figura 0.26) tem grande em Timor-Leste no município de Lautém.

Figura 0. 26 – Casa sagrado do município de Lautém



Fonte: Feliciano do Céu (2022)

A casa tradicional de Lautém é um modelo de construção que tem uma característica específica, um pé direito com uma composição tripartida, nomeadamente:

1. a área do piso térreo que é aberta ao público como local de descanso, convívio e lazer;
2. uma sala alta, como residência e local para eventos rituais;
3. o telhado com um local para armazenar alimentos e roupas.

A composição desta casa tradicional com três partes representa três elementos cósmicos: (i) as figuras tradicionais mostram que a parte térrea da casa tradicional se assemelha a um lugar onde morreram os espíritos dos ancestrais, o que misticamente lhes dá força para se manterem vivos e cumprirem as suas obrigações como seres vivos; (ii) um lugar bem acima da parte térrea mostra a realidade da vida, um lugar para descansar e se desenvolver; (iii) o teto alto da casa tradicional ilustra que os humanos não vivem sozinhos, espiritualmente a verdade deve ter sido enviada para vir ao mundo, para ser um lugar de louvor através dos rituais de cada clã. A casa tradicional de Lautém serve como símbolo de identidade, unificação de paz, um lugar para se aproximar do sagrado, um lugar para rituais, e funciona como um lugar das origens de cada clã no município de Lautém.

O povo Fataluku tem um legado de **dança** e de **canto** com um poder estético para se tornar uma atração única para os turistas, tais como a dança cultura *sikire*, *o vaure*, a **canção tradicional *Vai-hoho***, utilizada em atividades animadas como em casamentos tradicionais, eventos de cooperação mútua ligados à agricultura como a colheita e pisoteio de arroz e a colheita de milho.

As pessoas que vivem até aos 100 anos de idade quando morrem os seus familiares celebram com uma festa funerária chamada *Sau-fai*. *Sau-fai* é uma canção tradicional que a comunidade Fataluku canta na altura da cerimónia funerária. Os familiares celebram as cerimónias fúnebres com *Sau-fai* porque o falecido, durante a sua vida, ensinou muitos conhecimentos e experiências aos seus netos, filhos, familiares próximos e a toda a comunidade.

Outro evento chamado “**colheita de vermes do mar**” (*Meci*) tornou-se uma tradição para as comunidades Fataluku no Suco Com, Suco Mehara, Suco Tutuala, e Suco Lore I. Esse evento só é realizado duas vezes por ano, ou seja, em março e abril, após a colheita do milho doce, tornando-se viável para fins turísticos no município de Lautém.

Tara Bandu é um costume tradicional timorense que impõe a paz e a reconciliação através do poder do acordo público. Tradicionalmente são pendurados alguns itens culturalmente significativos numa haste de madeira para lembrar as proibições de certas atividades agrícolas ou sociais numa determinada área (The Asia Foundation, 2013). *Tara Bandu*, como sabedoria local, tem a legitimidade habitual e o valor que a comunidade desenvolve para respeitar a vida social, económica e ambiental. *Tara Bandu* traz benefícios para a sustentabilidade porque está relacionado com as normas consuetudinárias e também tem rituais que podem promover a justiça para todo o universo.

Os **mercados** podem ser considerados uma atração turística cultural. As comunidades podem criar seus próprios negócios, atrair turistas de vários lugares para visitar a região costeira e, assim, incentivar as comunidades a trazer os seus produtos para o mercado. Os mercados disponíveis para a comunidade de Lautém vender e comprar produtos são dois mercados tradicionais, em Bemoris no posto administrativo Lospalos, e no posto administrativo de Lautém Moro. Ambos os mercados desde sua existência têm muitas limitações. Os edifícios e instalações não atendem aos padrões e alguns edifícios são da época da consulta popular em 1999 e foram queimados pela pró integração Indonésia, e ainda não foram renovados. As comunidades usam esse mercado para vender os seus produtos. A administração do mercado também não está bem organizada, as pessoas vendem os seus produtos de acordo com sua vontade, e não de acordo com o tipo de produtos vendidos, ou seja, não há áreas designadas para venda de produtos específicos.

Na vê-se o mercado Bemoris em Lospalos (Figura 1 e 2), onde a comunidade vende os seus produtos na berma da estrada. De notar que os produtos locais da comunidade são muito frescos e de qualidade.

Figura 0. 27 – Mercados



Fonte: Feliciano do Céu (2019)

A terceira imagem da mostra os negociantes que compraram peixe fresco no suco Com e o vêm vender em Díli junto ao mar, criando a percepção de que este peixe foi pescado junto a Díli.

A venda ainda é muito tradicional, vendendo no chão, o que pode afetar a qualidade do produto em termos de saúde e higiene. As comunidades rurais vendem os seus produtos sazonalmente, às terças e sábados. As pessoas trazem os produtos do campo para serem vendidos nos postos administrativos de Lospalos e de Lautém-Moro. Para as comunidades pesqueiras, que vendem o pescado, atualmente têm fácil acesso ao mercado porque os compradores são definidos, ou seja, restaurantes, comunidades costeiras, e clientes da capital do município, que compram e depois vendem novamente no mercado, e também clientes de Díli, para revenda na própria capital do país ou na zona costeira de Díli.

Os **monumentos e locais históricos** do município de Lautém são variados. A zona costeira do município de Lautém tem uma caverna natural em Tutuala, a *Ili Kere-Kere* (montanha com gravuras). São grutas com pinturas rupestres com mais de 30.000 anos, e até agora ainda estão intactas. O povo de Tutuala usa estas grutas como um lugar de ritual para adorar os espíritos dos seus antepassados. A montanha Pai-Tchau, no suco Mehara, é um local histórico porque era o lugar em que o comandante da guerrilha de Timor-Leste, Kay Rala Xanana Gusmão, usava para se esconder durante a ocupação da Indonésia.

Outros locais históricos estão ligados à Segunda Guerra Mundial. Os japoneses, que combateram com os australianos na Guerra Mundial, usaram a zona de Lautém como um lugar estratégico para se esconder. Por esse motivo os japoneses fizeram fortificações na entrada do município de Lautém, no posto administrativo de Lautém-Moro. Também escavaram cavernas na costa de Lautém-Moro e perto do rio Weru, no suco de Tutuala. Esses sítios históricos ainda existem no município de Lautém e podem ser considerados como património histórico para os turistas.

Os portugueses controlaram o território de Timor-Leste durante 450 anos e construíram edifícios para escolas e administração. Embora a maior parte dos edifícios tenha sido danificada, ainda há vestígios que vale a pena preservar, como prova da história dos países que estiveram presentes em Timor-Leste: Portugal, Japão e Indonésia. Durante a administração portuguesa em Timor-Leste foram construídos vários marcos para identificar a área geográfica. No pico da montanha Solipupur, no suco Mehara, os portugueses construíram uma grande coluna como marcação histórica e patrimonial. Esta marcação portuguesa no pico de *Solipupur* em Mehara tem potencial de desenvolvimento turístico, porque essa área tem uma bela paisagem, e também está localizada no Parque Nacional Nino Konis Santana. Durante o tempo da Segunda Guerra Mundial, os japoneses também colocaram uma marca no pico de Herili, uma parte da montanha Pai-Tchau no parque nacional (suco Mehara, posto administrativo de Tutuala). Os japoneses colocaram esta marcação como forma de marcar o território da ocupação japonesa, numa zona estratégica de batalha. Quando os japoneses invadiram Timor-Leste, forçaram o povo de Timor-Leste a construir uma fortaleza na porta do município de Lautém, localizada no posto administrativo de Lautém-Moro. Esta fortaleza era utilizada pelos japoneses como abrigo para atacar as forças australianas durante a Segunda Guerra Mundial.

O território do município de Lautém possui muitos recursos naturais, um dos quais é o sândalo que cresce naturalmente na floresta. Por conseguinte, durante o período de ocupação indonésia, o governo indonésio construiu uma estátua, a estátua do homem que arrancou raízes de Sândalo em Lospalos, como símbolo do município de Lautém por este ser rico em sândalo.

A comunidade no município de Lautém é 95% católica, pelo que em cada um dos 34 sucos no município de Lautém há uma igreja católica, que a comunidade utiliza como local de oração, mas também pode ser desenvolvida como turismo religioso. Atualmente cada

uma tem as suas próprias características e diferentes estados de conservação. Algumas já foram reconstruídas e outras ainda não foram reparadas desde o tempo da ocupação indonésia até à pós-independência de Timor-Leste. A Gruta Maria Era-Luz é uma caverna natural no suco de Mehara, na encosta do Monte Pai-Tchau, que faz parte do Parque Nacional Nino Konis Santana. A gruta tem uma estátua da Virgem Maria que a comunidade local valoriza com intenção de peregrinação e de adoração.

6.7.1.2 Infraestruturas e serviços turísticos

As atrações turísticas para serem usufruídas pelos turistas devem ser suportadas por infraestruturas e serviços turísticos de qualidade. As infraestruturas e serviços turísticos podem ser entendidos como tudo o que está disponível numa área turística para facilitar e apoiar os turistas na realização das atividades, nomeadamente nas zonas costeiras. São aqui apresentados o alojamento, a restauração e os guias turísticos existentes no município de Lautém, que são ainda limitados em relação ao número de atrações turísticas. O investimento em infraestruturas tem diversos impactes, pois para além do seu uso pela comunidade também podem ser usadas pelos turistas.

a) Alojamento

Atualmente não existem ainda hotéis com estrelas e restaurantes luxuosos no município de Lautém, sendo os negócios essencialmente de pequena escala e pró-comunidade, o que vai ao encontro do ecoturismo de base comunitária adotado por Timor-Leste. Esta opção está adequada às características deste país.

Como já foi referido anteriormente, o governo de Timor-Leste, através do Diploma Ministerial n.º 430/11/DM/XI/10, legislou sobre os empreendimentos de Turismo Natural em Zona de Utilização de Áreas Protegidas e no Parque Nacional (Governo de Timor-Leste, 2011b). No capítulo II, o artigo 3 menciona que, para administrar um negócio de turismo de natureza nas áreas protegidas no parque nacional, os tipos de instalações e infraestrutura implementadas são: (i) alojamento, casa de hóspedes, motéis, albergues e hospitalidade; (ii) restaurantes; (iii) instalações para visitas; (iv) transporte; (v) lembranças; e, (vi) objetos de turismo cultural. Este decreto foi publicado considerando a condição geográfica de Timor-Leste como nação insular e pretende encorajar a comunidade a ter, democraticamente, a mesma oportunidade de construir o seu próprio negócio.

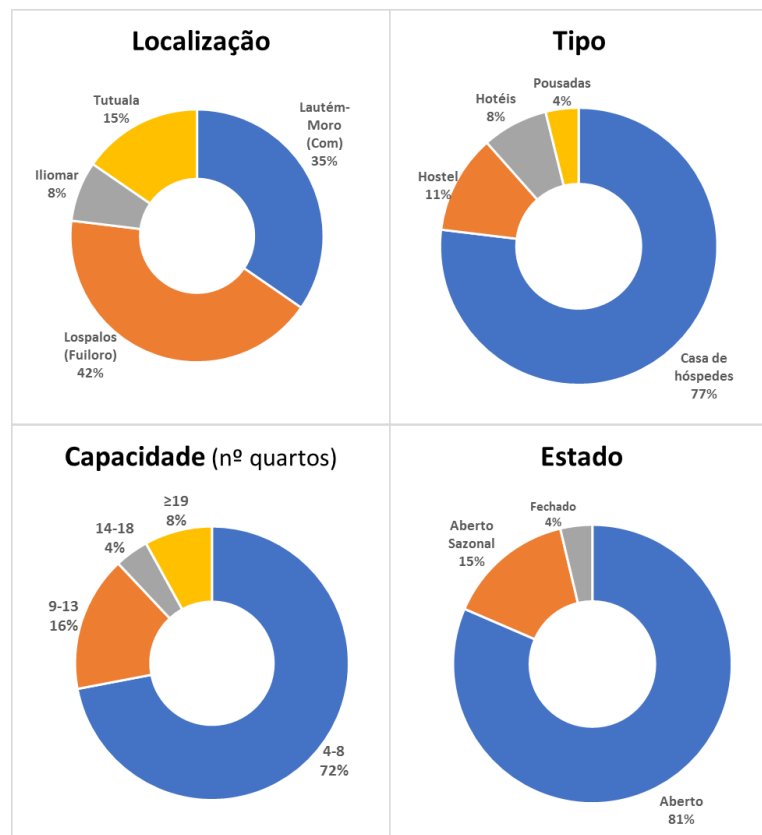
Pela observação no terreno constatamos que existem 26 estabelecimentos de alojamento em todo o município de Lautém, desde as zonas costeiras até à capital, Lospalos (ver no Apêndice 0.4). As características analisadas são: a localização, o tipo, a capacidade e o estado de atividade (Figura 0.28). A maioria do alojamento localiza-se no posto administrativo de Lospalos (42%), seguido por Lautém-Moro (35%), Tutuala (15%) e Iliomar (8%). No posto administrativo de Luro não existe alojamento turístico. A maior parte das empresas de alojamento estão localizadas no posto administrativo de Lospalos devido ao facto de a administração pública estar concentrada na capital do município. Este é um centro de atividade económica, com crescimento da população e onde se situa o centro terminal rodoviário.

Em Lautém-Moro e Tutuala o alojamento está a desenvolver-se porque a comunidade tem iniciativa própria e muitos turistas procuram a zona costeira. No posto administrativo de Iliomar também se constata que os serviços de alojamento começaram a responder à procura turística, embora esta esteja numa fase inicial. O posto administrativo de Luro é uma área potencial para o turismo de *trekking*, mas atualmente ainda não existe alojamento. A deficiente estrutura rodoviária e recursos humanos com formação para o sector turístico são aspetos a melhorar.

Em relação ao tipo de alojamento na Figura 0.28, verifica-se que a maioria são casas de hóspedes (77%), seguindo-se *hostels* (11%), hotéis (8%) e pousadas (4%). O número de casas de hóspedes é maior do que outro tipo de alojamento porque a prioridade do governo de Timor-Leste está focalizada no ecoturismo de base comunitária. Há apenas um alojamento com características de padrão internacional, o Hotel Roberto Carlos, situado na capital de Lautém.

O Ministério do Turismo fez uma avaliação de todo o alojamento disponível tendo em conta garantir um padrão adequado de prestação de serviços. Escolheu a casa de hóspedes Katy Guest House, para representar o alojamento e hospitalidade no município de Lautém. Este alojamento teve a oportunidade de ser promovido no *site* do governo sobre o ecoturismo de base comunitária. Como consequência da promoção, da qualidade dos produtos e dos serviços, a casa Katy Guest House teve um desenvolvimento, nomeadamente no crescimento do número de quartos. Inicialmente este negócio abriu com quatro quartos, mas com o seu esforço, compromisso e assistência do governo atualmente já tem 11 quartos.

Figura 0. 28 – Características do alojamento



Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

Com se observa na Figura 0.28, os 26 estabelecimentos de alojamento do município de Lautém apresentam uma capacidade de 210 quartos. A grande maioria do alojamento (72%) tem entre quatro e oito quartos, 16% disponibiliza nove a 13 quartos, 4% oferece entre 14 e 18 quartos e apenas 8% oferece mais de 18 quartos. Como se observa na mesma figura, 81% dos alojamentos estão ativos, 15% estão abertos sazonalmente, e 4% estão fechados. Existem casas de hóspedes em Seli-opo, Konu Sere, Sely e Ranu Painu que só estão abertas quando há hóspedes ou muitos visitantes. Embora haja um hotel de padrão internacional chamado Com Beach Resort, no suco Com, este fechou repentinamente devido a conflito de interesses; relacionados com a propriedade, nomeadamente a identificação dos proprietários dos terrenos e seu registo cadastral no município de Lautém. Este caso demonstra a necessidade de implementação de registo cadastral e de outros aspetos legais a considerar para o desenvolvimento turístico, de modo a evitar conflitos e a incentivar a participação da população local.

A ausência de grandes cadeias hoteleiras pode ser vista como uma oportunidade para os pequenos estabelecimentos de alojamento na costa, como por exemplo os já existentes Katy-Guest house, Sina Guest House, e Tia Rosa Guest house.

Todas as acomodações têm preços padrão de US\$15,00 para um quarto simples e US\$30,00 para quarto duplo, por noite. O Hotel Roberto Carlos é o único alojamento que tem preços diferentes que variam de US\$25,00 a US\$50,00 por noite.

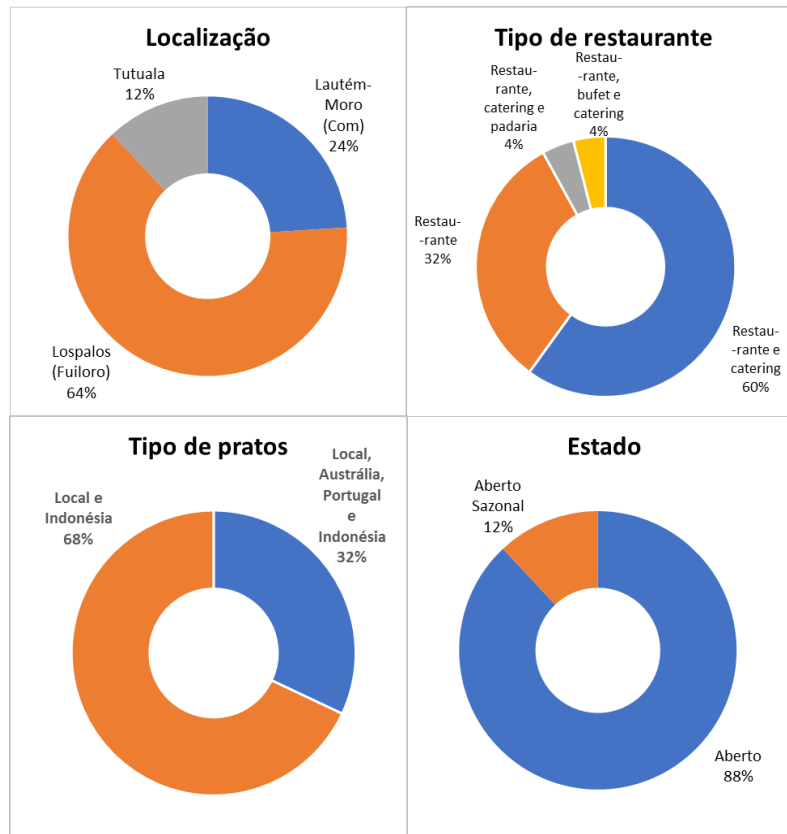
b) Restauração

Existem atualmente 25 empresas de restauração no município de Lautém que oferecem uma variedade de pratos locais e comidas baseadas nos países de origem dos turistas (Apêndice 0.5). Na Figura 0.29 é apresentada as suas características: localização, tipo de restaurante, tipo de pratos e estado de funcionamento. Como se pode observar na Figura 0.29, a maioria dos restaurantes estão localizados no posto administrativo de Lospalos (64%), seguido de Lautém-Moro (24%) e de Tutuala (12%). De notar que ainda não existe restauração nos postos administrativos de Luro e de Iliomar.

A maioria da restauração (60%) para além de prestar serviços no restaurante, também fornecem *catering* e *takeaway*. Existe ainda os que também oferecem *buffets* quando têm muitos visitantes (4%) e os que também fornecem serviços de padaria (4%), 32% oferecem só pratos aos turistas em restaurantes. O tipo de prato facultado na maioria dos restaurantes (68%) é de comida local e comida típica da Indonésia. As comunidades apresentam pratos de estilo indonésio porque na época da ocupação a população ficou acostumada com este tipo de comida. Os restantes restaurantes (32%) oferecem cardápios baseados em pratos locais e em países, como Austrália, Indonésia e Portugal, porque a maioria dos turistas são desses três países.

A comunidade recebe formação culinária baseado na Europa continental e na Ásia-Pacífico. A grande maioria dos restaurantes (88%) encontra-se ativa durante todo o ano, enquanto os restantes 12% estão abertos sazonalmente de acordo com a procura destes serviços. A flutuação desta procura condiciona a abertura do restaurante, levando-o a funcionar só quando compensa.

Figura 0. 29 – Características da restauração



Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

A maioria dos restaurantes está inserida em estabelecimentos de alojamento que se encontram localizados ao longo da costa e são frequentemente visitados por turistas estrangeiros. Os preços são relativamente acessíveis a estes turistas.

c) Guias turísticos

O ecoturismo de base comunitária deve ser apoiado por guias turísticos. Como já foi mencionado, todas as administrações turísticas estão centralizadas no governo central. É necessário a formação de guias turísticos ao nível do município de Lautém. Normalmente os proprietários de restaurantes e empresas de hospedagem assumem também a função de guia para os turistas que visitam o seu lugar. Para os turistas internacionais que visitam Timor-Leste há uma ONG Haburas que sempre serve e os orienta a visitar o município de Lautém, ou outros municípios. A ONG Haburas tem desenvolvido a comunidade a nível rural; tem boa relação com os parceiros de trabalho a nível internacional, tem experiência,

compreende e transmite informações sobre as condições geográficas reais do turismo de Timor-Leste e as características da comunidade a nível rural de acordo com o princípio do ecoturismo.

6.7.2 Procura turística

A nível internacional existem vários indicadores relacionados com a procura turística. Nesta secção recolhemos dados sobre a chegada de turistas internacionais e a sua motivação da viagem, tanto a nível do país como do município de Lautém.

6.7.2.1 Procura turística em Timor-Leste

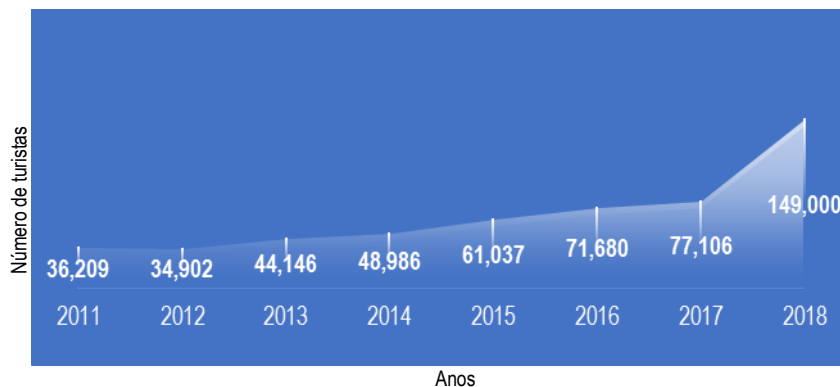
a) Chegada de turistas internacionais

Um dos indicadores relacionados com a procura turística é a chegada de turistas internacionais. Na Figura 0.30 é apresentada a chegada de turistas internacionais a Timor-Leste de 2011 a 2018. Como se observa no gráfico a chegada de turistas internacionais tem registado um crescimento. Em 2011 eram 36.209 turistas e em 2017 já tinha mais que duplicado para um valor de 77.106. De 2017 para 2018 esse acréscimo foi ainda mais acentuado passando para 149.000, apesar da crise política de 2017. Em 2017, depois das eleições legislativas nacionais, o Presidente da República Democrática de Timor-Leste, Francisco Guterres, dissolveu o Parlamento Nacional devido ao chumbo do orçamento geral do estado Timor-Leste para 2018 pelos representantes dos membros partidos políticos da oposição

A presença de turistas em Timor-Leste tem vindo a aumentar devido a vários fatores, nomeadamente à segurança, à beleza da natureza e ao clima. Por outro lado, a comunidade está familiarizada com os turistas e recebe-os bem, o que vai ao encontro do seu carácter hospitaleiro. A chegada dos turistas internacionais faz-se principalmente por duas portas: o aeroporto internacional Nicolau Lobato-Comoro, em Díli; e Mota-Ain, o principal posto de controle de passagem de fronteira terrestre entre a Indonésia e Timor-Leste.

Outro fator que levou ao aumento de visitas turísticas foi o fator promocional. O Ministério do Turismo criou o *site* www.timorleste.tl para promover Timor-Leste sob o lema “*Explore the Undiscovered*”; este *site* constitui um Guia Oficial de Turismo e Viagem (*Official Tourism & Travel Guide*).

Figura 0. 30 – Chegadas de turistas internacionais a Timor-Leste



Fonte: MTCI (2019)

O uso deste *site* tem influência significativa na presença de turistas em Timor-Leste. Foi ainda criado o *site* www.cbet-timorleste.com/ relacionado com *Community-Based EcoTourism*.

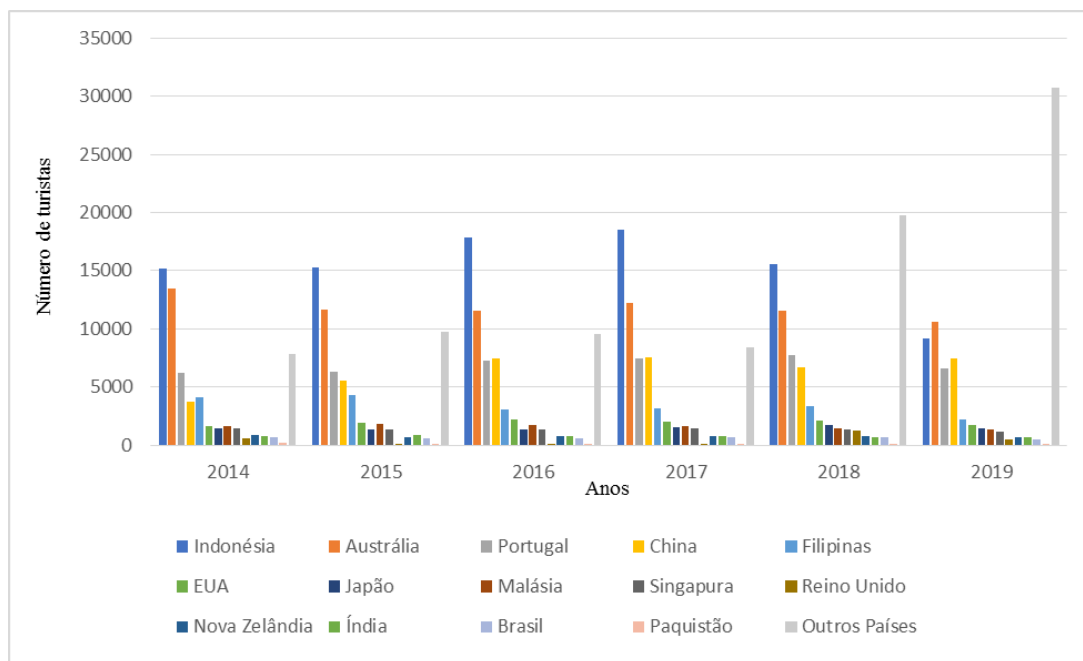
Para promover negócios comunitários locais, a nível rural, os *sites* de turismo de Timor-Leste têm alguma informação, contudo, a maioria das empresas a nível rural ainda depende muito dos meios de comunicação como WhatsApp, e-mail, Facebook e outros recursos de media social para essa função. De acordo com a Organização Mundial de Turismo, em 2018, verificaram-se 75.000 chegadas de turistas internacionais a Timor-Leste, o que representou 78 milhões de dólares de receitas de turismo internacional (UNWTO, 2021).

b) Chegadas por país de origem

As chegadas de turistas a Timor-Leste, por país de origem, é apresentada na (Figura 0.31). Esta figura foi elaborada a partir dos dados do MTCI para o período de 2014 a 2019. Os principais países emissores de 2014 a 2018 a Timor-Leste foram, por ordem decrescente, Indonésia, Austrália, Portugal e China. Em 2019 verificou-se uma pequena alteração desta distribuição, já que o maior número de visitas proveio da Austrália, seguindo-se a Indonésia e Portugal. Para ter uma ideia da quota de mercado dos turistas internacionais são apresentados os dados referentes a 2018 porque parecem relevar a tendência dos últimos anos: Indonésia (20,8%), Austrália (15,4%), Portugal (10,3%) e China (8,9%). É de esperar que haja muitos turistas da Indonésia e da Austrália porque são países vizinhos de Timor-Leste, o que torna o custo da viagem menor do que de outros

países mais distantes. Para além disso as atividades comerciais de produtos primários e secundários que vêm de Indonésia implica que haja visitas deste país.

Figura 0. 31 – Chegadas de turistas a Timor-Leste, por país de origem



Fonte: Adaptado de MTCI (2019)

Os turistas que vêm de Portugal tendem a ser um número considerável devido a fatores bilaterais, porque Timor-Leste coopera com o estado português para o desenvolvimento da língua portuguesa desde a escola primária, escola secundária, universidade, pelo que alguns portugueses são consultores e outros têm atividades relacionadas com negócios. Os turistas vindos da China são normalmente ligados a negócios. Atualmente, Timor-Leste está empreendendo um processo de desenvolvimento na área das infraestruturas, onde a maior parte do profissionais são imigrantes da China. Além disso, a maioria do investimento em Timor-Leste no comércio atacadista, na fabricação e nos serviços são em grande parte da China.

b) Motivação da viagem

Há várias atividades que são frequentemente realizadas por turistas internacionais relacionadas com a procura de experiências turísticas nas zonas costeiras. As caminhadas,

acampamentos e outras atividades relacionadas com a floresta e a natureza também atraem turistas. O turismo cultural também atrai, nomeadamente através de visitas a locais históricos e a museus.

A Fundação Ásia revelou que as razões para viajar para Timor-Leste são quatro: (i) negócios (ou trabalho, conferências, investimento); (ii) férias; (iii) visitas a familiares ou amigos; e, (iv) outros (The Asia Foundation, 2014). Como se pode observar na Figura 0.32, a maioria dos turistas (56%) que viajaram para Timor-Leste em 2014 tiveram como principal motivação os negócios. Os turistas cuja razão para viajar eram as férias foram apenas 17%, enquanto as visitas a familiares ou amigos representaram 16%, e os restantes 11% estão relacionados com outras motivações.

Figura 0. 32 – Motivação da viagem



Fonte: The Asia Foundation (2014)

A Fundação Ásia salientou ainda que a duração média da estadia era de dois a três dias (The Asia Foundation, 2014). O valor elevado de turistas com motivação empresarial é explicado pelo fato de Timor-Leste, como um novo país, precisar urgentemente de investimentos em vários setores produtivos. Mas, a duração da estadia de turistas em Timor-Leste é muito reduzida devido à natureza do turismo de negócio ser normalmente de curta estadia. Com a melhoria de instalações e de infraestruturas, associado à melhoria de produtos, de serviços e de novas experiências turísticas espera-se incrementar a duração da estadia.

6.7.2.2 Procura turística no município de Lautém

Ainda há limitações na recolha de dados sobre a procura turística em cada município, posto administrativo e nas áreas rurais. Deste modo, informações mais específicas sobre o turismo no município de Lautém também ainda não estão disponíveis. As informações que obtivemos foram feitas pelo investigador localmente, em cada negócio turístico através dos seus registos individuais. Cada negócio turístico tem um registo por país de origem dos turistas. O alojamento faz o registo dos seus hóspedes, de modo que a comunidade sempre sabe do total de visitantes. Por outro lado, sendo Timor-Leste uma nação insular, os turistas chegam a Díli e, para visitar os locais turísticos, por vezes alugam aí um automóvel. Uma das formas para recolher dados sobre a duração da estadia foi através da duração desse aluguer.

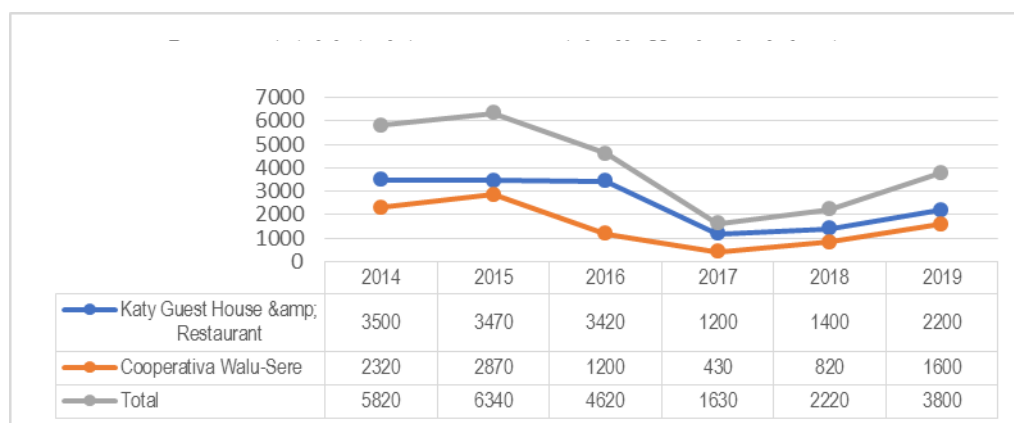
a) Total de turistas

Para obter informações sobre a presença de turistas no município, especialmente nas áreas turísticas da costa, foi necessário a deslocação ao suco Com e ao suco Tutuala, na praia de Valu Sere (ou Walu Sere). Especificamente, os dados sobre a chegada de turistas foram levantados na *Katy Guest House* e na Cooperativa de Valu Sere. A razão de os dados serem recolhidos nesses dois locais é a existência de ficha de turista nesses estabelecimentos. O Governo de Timor-Leste, através do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI), fornece uma ficha para que os proprietários dos restaurantes e alojamentos possam identificar facilmente o número de visitantes. Assim, os dados recolhidos sobre o número de turistas, referentes ao período de 2014 a 2019, são apresentados na (Figura 0.33).

De 2014 a 2019 entraram um total de 24.430 turistas no município de Lautém. Neste período a entrada de turistas sofreu flutuações. De 2014 para 2015 houve um aumento de turistas, de 2015 a 2017 sentiu-se uma diminuição, e a partir daí até 2019 teve um novo aumento de turistas. A queda do número de turistas de 2015 a 2017 é explicada pelo fato de em 2015 muitos estrangeiros que trabalhavam em Timor-Leste sob a missão da ONU retornaram ao seu país.

Além disso, com a crise política de 2017 em Timor-Leste, os turistas que visitavam o município de Lautém só o fizeram porque iam visitar a família ou por motivos profissionais, como a visita a obras ou a clientes na zona costeira.

Figura 0. 33 – Número de turistas na zona costeira do município de Lautém



Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

Como mostra a, houve diferença no número de visitantes em dois lugares, os turistas que visitaram o suco Com (Katy Guest House) foram em maior número dos que visitaram o suco Tutuala, em especial no Valu Sere, devido à diferença na qualidade das infraestruturas rodoviárias.

A área do suco Com fica próximo da estrada e tem boas acessibilidades, de modo que quando as gentes fazem viagens de negócios sempre visitam o restaurante da *Katy Guest House*. Os turistas que visitaram a costa do Valu Sere, no suco Tutuala, encontravam uma estrada em mau estado, apenas alguns veículos é que conseguiam transitar. Entretanto, em 2019, o governo começou a reparar a estrada entre os sucos Tutuala e Valu Sere, de modo que aumentou o número de visitas a Valu Sere.

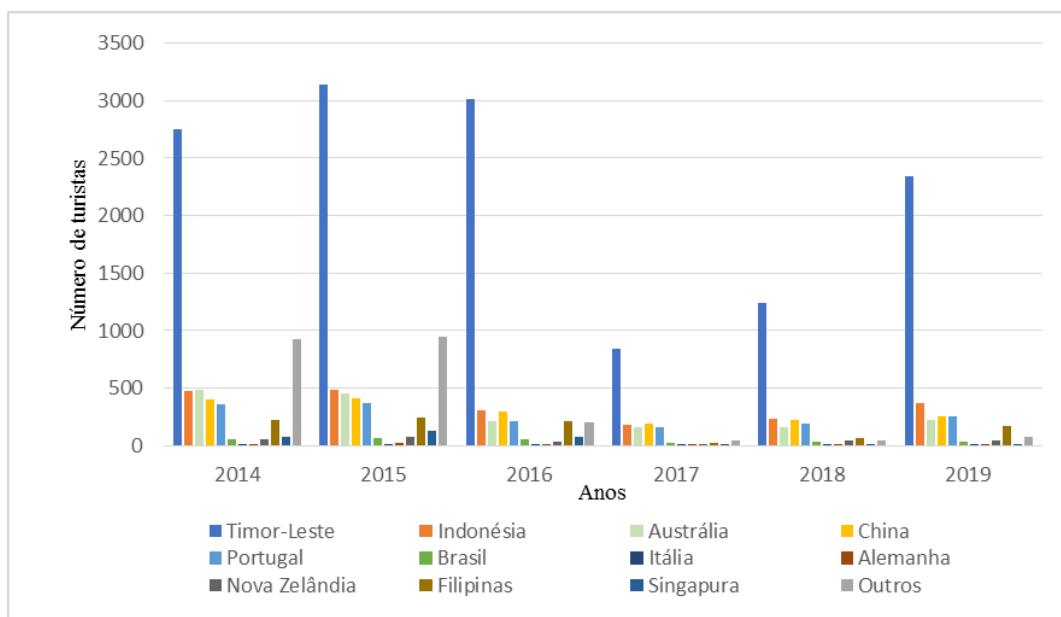
b) Turistas por país de origem

Os dados sobre a origem dos turistas que visitaram o município de Lautém a Figura 0.43 também mostra os turistas domésticos foram em maior número do que os turistas internacionais. Em 2019 o número de timorenses foi de 2.325, o que representou 61,7% das visitas. Relativamente aos turistas internacionais que visitaram o município de Lautém, especialmente a costa de suco Com e em Valu Sere, no suco Tutuala, estes provêm de mais de dez países.

A maioria dos visitantes não pernoita, mas visitam o restaurante somente com a intenção de desfrutar da experiência gastronómica na casa de hóspedes Kati-Guest, depois de fazer o trabalho ou as reuniões na capital de Lautém, Lospalos. De notar ainda que, de

acordo com observações feitas no terreno, a maioria das pessoas que fazem viagens em Lautém são excursionistas. Enquanto os turistas internacionais que visitaram o município de Lautém, especialmente na costa, o fizeram devido às atrações turísticas, como a praia, mar, sol, paisagem, corais, gastronomia, artesanato, entre outros.

Figura 0. 34 – Número de turistas na costa do município de Lautém, por país de origem



Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

Relativamente aos turistas internacionais, em 2019, que visitaram esta região tinham como país de origem a Indonésia (9,7%), seguindo-se a Austrália (5,8%), conforme a (Figura 0.34). Estes dados estão alinhados com o que se passa a nível nacional, como já foi referido, já que estes dois países são vizinhos de Timor-Leste, o que torna o custo da viagem menor. Além disso, o número de turistas indonésios aumentou por causa das visitas de negócios, tais como trabalhadores da construção civil, empresas comerciais e investimentos. Por outro lado, os turistas australianos vêm, na sua maioria, puramente de férias, embora alguns visitem Timor-Leste e Lautém devido a visitas de negócios em termos de trabalho bilateral.

O terceiro país de origem dos turistas internacionais foi a China (6,6%). Os turistas da China têm aumentado porque Timor-Leste tem contratos de trabalho com empresas chinesas de instalação de eletricidade. Além disso, a maioria dos turistas chineses vêm a Timor-Leste com vistos turísticos, mas aproveitaram a oportunidade para trazer os seus

produtos da China a preços baixos para vender em Timor-Leste. O conceito de turismo não permite que os turistas façam negócios, mas na verdade isso existe por causa do pagamento de impostos, assim como o custo de uma autorização de residência ser limitada.

O quarto país de origem foi Portugal (6,6%). Uma das razões principais da visita está relacionada com a língua portuguesa. Em primeiro lugar, porque se trata de profissionais para o desenvolvimento da língua portuguesa no ensino em Timor-Leste. Em segundo lugar, Timor-Leste adotou a língua portuguesa como segunda língua oficial em Timor-Leste, portanto, no que diz respeito à administração, trabalhos técnicos e leis, requer pessoas que tenha competência em língua portuguesa. Com a quantidade de profissionais portugueses em Timor-Leste, no fim de semana estes deslocavam-se à praia do suco Com e à praia de Valu Sere em Tutuala. Apesar de Singapura ter representado, em 2019, só 0,4% das visitas, este é um potencial emissor a acompanhar, visto ser um dos países mais desenvolvidos na região asiática. O maior número de turistas que visitam Timor-Leste, bem com os que visitam o município de Lautém, está relacionado com negócios, na área de investimentos e comércio. Os restantes turistas estavam distribuídos por outros países de origem, nomeadamente Itália, Alemanha, Brasil e Nova Zelândia. Os turistas visitam Timor-Leste como destino de férias, mas há também visitas relacionadas com negócios e na área da cooperação bilateral.

c) Motivação da viagem

Os dados sobre a motivação dos turistas para visitar o município de Lautém também foram recolhidos na *Katy Guest House* e na Cooperativa de Valu Sere.

Tal como para Timor-Leste, grande parte dos turistas (42%) que viajaram para a zona costeira do município de Lautém tinham como principal motivo os negócios (Figura 0.35). O segundo motivo eram as férias (34%). De notar que no caso das visitas a Timor-Leste, o motivo férias era de apenas 17%. As razões para visitar a costa do município de Lautém era a grande variedade de atrações turísticas, tais como visitar locais históricos, turismo marítimo, navegar ou fazer outras atividades. Além disso, há 11% que tinha como motivo a praia, queriam experienciar a areia, o mar e o sol. Os que apresentavam como motivo a visita a familiares eram 7%. Havia pessoas de Lautém que trabalhavam na capital do país, em Díli, e nos fins de semana visitavam frequentemente a família em Lautém e

faziam atividades na praia de Valu Sere, e quando voltavam a Díli iam sempre ao restaurante da casa Kati-Guest, no suco Com, para almoçar ou jantar.

Figura 0. 35 – Razões da viagem para o município de Lautém



Fonte: Elaboração própria com base na recolha feita no local

A maior parte dos visitantes da costa do município de Lautém tem como dias preferidos para viajar o fim de semana (de sexta-feira a domingo). Como disse um inquirido,

A maioria dos turistas visitou a nossa casa na sexta-feira e no sábado, quando estavam de férias. Vieram de Díli e de Lospalos para fazer as suas atividades e descansar aqui até domingo, depois disso voltaram para seu lugar. (P33)

Os resultados dos respondentes de Lautém também estão alinhados com os resultados da pesquisa da Fundação Ásia, que afirma que a estadia de cada visita turística a Timor-Leste tem a duração média de dois a três dias. Isso mostra que a duração da estadia dos turistas em Timor-Leste, especialmente no município de Lautém, é muito reduzida. O estudo da Fundação Ásia também acrescentou que 84% dos turistas estavam muito satisfeitos com a escolha do alojamento, e 90% estavam muito satisfeitos em ficar num *resort* ecológico (The Asia Foundation, 2014).

6.8 Síntese conclusiva

Analisando as características do município de Lautém, há vários aspetos importantes que podem ser sintetizados:

1. O **turismo tem um carácter multidimensional**. Está intimamente relacionado com as infraestruturas (acessibilidades, telecomunicações, energia elétrica, água limpa e

serviços públicos) e com os recursos naturais (relevo, solo, zona costeira, hidrografia, floresta e clima). Contribui para o desenvolvimento de outros setores económicos como a agricultura, pecuária e pesca. Pode contribuir para a melhoria da vida das pessoas no município de Lautém, nomeadamente na habitação, saúde, educação e emprego.

2. Geograficamente, o município de Lautém é identificado como **zona turística**. Quem passa a fronteira do município de Baucau para o município de Lautém encontra diversas atrações turísticas. Tem uma grande extensão de praia, parte dela com areia branca. Tem áreas históricas com fortificações japonesas, sítios de construção patrimonial da época portuguesa e potenciais sítios históricos que foram a base da resistência independentista de Timor-Leste. Tem recursos naturais como as plantas do mangue e as florestas protegidas costeiras. O Parque Nacional Nino Konis Santana, designado como uma área de conservação, é um lugar para a vida selvagem, com flora e fauna e até a vida marinha nas águas de Suco Com, Mehara, Tutuala e Lore I.

3. O desenvolvimento do turismo no município de Lautém também cria inovação e competitividade. A **oferta turística** traduz-se por várias pequenas empresas, como restaurantes, alojamento e venda de artesanato; por outro lado outros setores são beneficiados pelo turismo, tal como a agricultura, pecuária e pesca. No município de Lautém ainda há muitas oportunidades para aumentar o número de empresas de turismo. Se o governo oferecer mais oportunidades à comunidade para aceder a capital empresarial com taxas de juros baixas, isso aumentará a competitividade mais colaborativa e inovadora.

4. A **procura turística** no município de Lautém sofreu flutuações. Presume-se que por dia, em média, cinco a sete pessoas entrem num negócio turístico comunitário na região costeira, sendo que a maioria vem na sexta-feira ou no sábado e vai embora no domingo. Mesmo assim, isso tem um impacto na existência de empresas comunitárias e tem ensinado o público a reconhecer e reduzir os riscos com a saúde e o saneamento, a higiene e a conservação para reduzir a erosão da zona costeira.

5. A zona costeira do município de Lautém é uma representação da **sustentabilidade** do turismo. Os recursos naturais convidam os turistas a visitar, e encoraja o público a entender melhor a importância de manter o equilíbrio do ambiente. Por outro lado, o turismo sustentável promove a economia, a inclusão social e a singularidade cultural da comunidade de Fataluku.

6. Constatou-se também que a vida das comunidades da costa ainda pode ser melhorada, para isso é necessário o **envolvimento das partes interessadas**. Olhando para as condições e tipo de moradia, o acesso à informação, as oportunidades de emprego ainda não estão equilibradas entre as comunidades costeiras. Assim, o desenvolvimento do turismo deve ser integrado no desenvolvimento económico da comunidade, garantindo que a sua qualidade de vida melhore. O desenvolvimento de um turismo sustentável requer o envolvimento entre o setor governamental, ONG, académicos e outras agências. Atualmente a delegação de autoridade do Ministério do Turismo de cada município ainda é gerenciada diretamente pelo governo central, neste caso, o próprio Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI). Ou seja, não há uma real delegação nos municípios a nível do turismo.

7. As comunidades, os seus órgãos representativos e as pessoas de um modo geral devem fazer parte da **tomada de decisão** sobre qual é o desenvolvimento turístico que interessa a nível local e internacional.

Capítulo 7 – Apresentação dos resultados

7.1 Introdução

Neste capítulo são apresentados os resultados das entrevistas realizadas. A estrutura deste capítulo segue a sequência do modelo de análise, constituído por cinco dimensões, resultantes do processo de revisão de literatura (ver Figura 0.36). Os resultados são apresentados seguindo essas dimensões, tendo os dados sido categorizados atendendo às dimensões, categorias e subcategorias identificadas no capítulo 5 (Figura 0.6 à 0.10).

Figura 0. 36 – 5 Dimensões e suas definições

Dimensões	Definições
Dimensão 1 - Desenvolvimento Comunitário	É uma ação social que visa dar poder a indivíduos e grupos pela oferta da construção de conhecimentos necessários para que ocorram mudanças em suas próprias comunidades e atingir um objetivo comum.
Dimensão 2 - Construção do Ecoturismo de Base Comunitária	É a criação de um tipo de turismo que inclui a participação da comunidade como o principal elemento no turismo, a fim de alcançar o objetivo de desenvolvimento do turismo sustentável na área costeira.
Dimensão 3 - Sustentabilidade	É um ato para pensar o futuro através da partilha de ideias, de estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.
Dimensão 4 – Acesso ao Mercado Turístico	A comunidade negocia os seus produtos para o mercado local, regional, nacional e internacional.
Dimensão 5 – Inovação social	As mudanças que a comunidade sente precisar fazer para atender às suas necessidades - as condições de trabalho, o conhecimento e a saúde que possam fortalecer as comunidades costeiras.

Fonte: Elaboração própria

7.2 Resultados da dimensão 1 – Desenvolvimento comunitário

A primeira dimensão é o **desenvolvimento comunitário**. Considera-se que o desenvolvimento das comunidades costeiras é uma ação social que visa empoderar indivíduos e grupos pela oferta da construção de conhecimento necessário para que ocorram mudanças nas suas próprias comunidades e para atingir um objetivo comum.

Díaz-Puente *et al.* (2014) apresentam os vários processos que seguiram para a criação dos grupos e para realizar o programa. Consideraram a abordagem dos líderes comunitários e o capital social, no contexto real que a comunidade enfrenta. Aspectos como a autonomia da comunidade e as competências para identificar e gerir os seus recursos são outros aspetos que consideraram.

É necessário ter em conta os diversos intervenientes e a diversidade das comunidades, bem como a especificidade dos setores, o que implica a atenção tanto nos processos como nos resultados (Shannon & Walker, 2006). A partir desta base teórica foram identificadas as seguintes categorias:

- Processo de envolvimento dos intervenientes;
- Construção de conhecimento;
- Empoderamento.

Na categoria **C1.1 – Processo de envolvimento dos intervenientes** consideram-se sete subcategorias: identificação de problemas, objetivo dos intervenientes, coordenação, cooperação (entre as comunidades e os líderes locais), socialização (sensibilizar, disseminar e implementar os programas), formação dos grupos e formalização dos grupos (ver Tabela 0.23).

Tabela 0. 23 – C1.1 – Processo de envolvimento dos intervenientes - D1
Desenvolvimento comunitário

Sub categoria (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Identificação dos problemas (S1.1.1)	Identificar problemas que a comunidade enfrenta em vários aspetos: sociais, culturais, económicos e ambientais.	“No início e após a nossa independência a nossa comunidade enfrentou grandes problemas, porque dependia da floresta como recurso de vida, mas não cuidava dela”. (P6) “que fez o ambiente sempre vítima”. (P8 e P21)
Objetivo dos intervenientes (S1.1.2)	Promover os conhecimentos das comunidades na zona costeira para melhorar a sua própria vida, e utilizar os recursos naturais na zona costeira, de modo mais equilibrado e sustentável.	“Para comunidade ter conhecimento na área hospitalidade” (P4), “pescas e conservação” (P7) “artesanato” (P8), “pequeno negócio” (P11) e outros, “Também aumentou a produção”. (P21)

Coordenação (S1.1.3)	A coordenação é importante para que o esforço cooperativo entre as comunidades e os intervenientes seja eficaz na implementação dos programas e na execução das tarefas planeadas.	“Nessa altura, eu aproximei antigo chefe do suco chamado Vítor Guimarães para nos dar a oportunidade para falar com os líderes indígenas autoridades locais” (P8). “Para coordenar e mobilizar a comunidade: primeiro, encontrar com as pessoas que não vão à escola ou abandonam a escola, ou que não conseguem concluir os estudos”. (P21)
Cooperação (S1.1.4)	Cooperação entre o chefe dos sucos, o governo, ONG e a comunidade.	“Depois do novo chefe do Suco Senhor António Fonseca, facilmente nós trabalhámos juntos com a comunidade”. (P8) “Nós cooperamos com ONG, Comissão Europeia, academia para ouvir o nosso propósito sobre o turismo”. (P21) “A nossa comunicação e cooperação sempre existe e é direta com o chefe dos sucos, para que quando queremos reunir com a comunidade é sempre fácil de realizar, tal como com a comunidade do suco sempre realizámos o nosso programa porque a nossa cooperação muito forte”. (P4)
Socialização (S1.1.5)	Compreende sensibilizar, disseminar e implementar os programas dos intervenientes pelas comunidades, de modo que estas conheçam o conteúdo do programa e os benefícios esperados.	“Fazemos um seminário ou <i>workshop</i> na comunidade para socializar o nosso programa e recolhemos a opinião da comunidade” (P8 e P21), “cooperamos com MAP sobre o ambiente e a comunidade”. (P4) “A comunidade compreende porque houve socialização da mensagem do governo”. (P1 e P6)
Formação dos grupos (S1.1.6)	Os intervenientes promovem junto às comunidades para formar grupo de trabalho.	“Fazemos um seminário ou <i>workshop</i> na comunidade para socializar o nosso programa e recolhemos a opinião da comunidade”. (P8) “E partir daí formamos os grupos para realizar atividades turísticas”. (P21) “Temos o grupo do alojamento no outro município, mas também criamos no município de Lautém para promover”. (P8)
Formalização dos grupos (S1.1.7)	Os grupos foram estabelecidos pelos intervenientes depois de isso, inaugurado.	“Depois de inaugurar o grupo da cooperativa, os turistas começaram a entrar no nosso lugar, e nessa altura eu era empregado na parte do atendimento”. (P21, P19)

A determinação da categoria **C1.2 – Construção de conhecimento** (ou capacitação para a comunidade local) foi realizada de acordo com as atividades económicas das comunidades na zona costeira, e apresenta as seguintes subcategorias: gastronomia e alojamento, pescas e conservação, pequenas empresas (quiosque)¹⁴ e artesanato. Ainda foram consideradas mais três subcategorias relativas à fase posterior à formação inicial, para cada setor e são elas: acompanhamento, monitorização e avaliação. Deste modo, os intervenientes podem ajudar em todo o processo de capacitação, dando apoio não só à iniciação de um negócio, mas também durante o seu desenvolvimento (ver Tabela 0.24).

¹⁴ Quiosque é um modelo de pequeno negócio em que o proprietário é um indivíduo, onde o capital, ativos e tamanho do negócio são relativamente pequenos, e geralmente vendem os produtos a varejo e estão prontos para serem usados pelos consumidores.

Tabela 0. 24 – C1.2 – Construção de conhecimento

Subcategori a (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Gastronomia e alojamento (S1.2.1)	Um processo de desenvolvimento de conhecimento das comunidades para saber o que é eles irão fazer e os benefícios que irão obter no futuro na gastronomia e alojamento.	“Nos damos formação à comunidade especificamente na hospitalidade, gestão, cuidar do ambiente, finanças, e estudo comparativo pela comunidade”. (P8 e P4)
Pesca e conservação (S1.2.2)	Um processo de desenvolvimento de conhecimento das comunidades para saber o que é eles irão fazer e os benefícios que irão obter no futuro na área da pesca e conservação.	“Os tipos de formação que nos damos, desde natação, operacional, manutenção, gestão financeira, comércio, conservação e gestão de passageiros no transporte marítimo”. (P7)
Pequenas empresas (quiosque) (S1.2.3)	Um processo de desenvolvimento de conhecimento das comunidades para saber o que é eles irão fazer e o benefício que irão obter no futuro nas pequenas empresas (quiosque).	“A capacitação que nos damos: tal como poupança, utilização de dinheiro de acordo com as necessidades: famílias, social, cultura, negócio, depositar o rendimento, acesso giro ¹⁵ (capital de trabalho), formação sobre como começar o negócio, melhoria do negócio (comercialização; planeamento; comprar; contabilizar; controlo de estoque; gestão de custos; procura ideias”. (P11)
Artesanato (S1.2.4)	Um processo de desenvolvimento de conhecimento das comunidades para saber o que é eles irão fazer e o benefício que irão obter no futuro nas áreas artesanatos.	“Os tipos de formação sobre: corante, cortar, costurar, cozinhar o pano tecido ¹⁶ , desenhar tecer tecido, duração da formação, estudo comparativo e formação em estrangeiro, inovar, preservar, tecer, vender”. (P4)
Acompanha mento (S1.2.5)	Orientar e acompanhar as comunidades para seguir o plano que foi definido e resolver os problemas que as comunidades enfrentam até em que eles sejam independentes.	“Descemos direta para acompanhar os nossos clientes, para ver a condição no terreno, sobre o desenvolvimento do negócio”. (P8) “Muitas vezes há eventos, eu sempre acompanho e explico pouco a pouco sobre os impactes negativos e positivos às comunidades” (P21) e “se as comunidades enfrentam dificuldade nós melhoramos diretamente”. (P4 e P8)
Monitorizaçã o (S1.2.6)	Vigiar as atividades que as comunidades fizeram, para saber se os programas estão a atingir as metas que foram definidas.	“O governo, a organização, e os chefes dos sucos também continuam a assistir, monitorar e apoiar a comunidade por meio de <i>coaching</i> e formação para que a assistência prestada seja bem utilizada e obter o resultado desejado”. (P4, P6, P8)
Avaliação (S1.2.7)	Um esforço que os intervenientes fazem para avaliar os progresso e desafios que a comunidade enfrenta. Esta avaliação deve ser participativa, incluindo a comunidade no processo de autoavaliação.	“De acordo com a avaliação que fizemos, as atividades que a comunidade fez até agora, economicamente já apresentam benefícios. Além disso, a sua mentalidade no início poderia prejudicar o ambiente, mas começou a diminuir e ficou autónoma”. (P8 e P21)

A categoria **C1.3 – Empoderamento** tem várias subcategorias que justificam a melhoria do conhecimento das comunidades. Mesmo as comunidades nas zonas costeiras que receberam assistência dos intervenientes ainda apresentam uma variedade em termos do montante e frequência de assistência ou ajuda, verificando-se ainda que algumas não

¹⁵ Giro: o dinheiro necessário para manter a empresa a funcionar no intervalo de tempo entre os investimentos, como as compras feitas a fornecedores, e o retorno dos lucros ao caixa.

¹⁶ Cozinhar pano: As pessoas cozinham panos coloridos para preservar a cor e não desbotar.

receberam ajuda. As subcategorias da categoria empoderamento são: processo de obtenção de assistência, benefícios da assistência, tipo de assistência, montante e frequência da assistência, supervisão pelos intervenientes e condições da assistência (ver Tabela 0.25).

Tabela 0. 25 – C1.3 – Empoderamento

Sub categoria (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Processo de obtenção de assistência (S1.3.1)	Um mecanismo que permite à comunidade obter a assistência para resolver os problemas que enfrenta.	“Preparamos os documentos de acordo com os critérios que eles determinaram, depois fazemos uma proposta de acordo com o dinheiro que queremos”. (P32, P30, P34, P3, P15) “Submetendo uma proposta, de acordo com as suas necessidades. Depois, o SECOOP avaliará a viabilidade da proposta submetida, se atender aos critérios disponíveis ou não?”. (P3)
Benefícios da assistência (S1.3.2)	A assistência pode facilitar as atividades das comunidades de modo que possam aproveitar as suas potencialidades.	“Depois deram-nos 150 dólares para melhorar o saneamento e a higiene”. (P35, P36 e P34) “Os membros do grupo podem adquirir materiais e outros equipamentos baseados nos itens na proposta para reforçar e melhorar os seus negócios”. (P3) “As ajudas, nós usamos para reparar a casa hóspedes que foi danificada”. (P33) “Usamos para comprar um barco novo para a pesca”. (P12, P25, P27, P29)
Tipo de assistência (S1.3.3)	A assistência pode apoiar, na forma de material e conhecimento, várias atividades: artesanato, alojamento, pesca, quiosque, agricultura e conservação.	“Sim, nesta nova administração recebemos um barco completado com o motor, frigoríficos, casas de apoio à pesca e um gerador”. (P25) “O governo anterior deu-nos barcos e motor de barco”. (P27) “Eu recebi barco com motor de barco dos Padres de Missão Fuioloro”. (P29) “Nós recebemos só o motor do barco, mas não há barco”. (P26) “O trator pertence ao governo, por isso nós pedimos para virem arar as nossa terras”. (P38) “Eles forneceram três espelhos de quarto, três colchões, porque eles viram o nosso empenho para cumprir os padrões de qualidade”. (P34, P35 e P36)
Montante e frequência da assistência (S1.3.4)	Montante e frequência da ajuda às comunidades	“A forma de ajuda que o governo nos deu foram colchões e um grande espelho do quarto. Depois deram-nos 150 dólares para melhorar o saneamento e a higiene”. (P34, P35 P36) “Ontem o secretário de estado para as cooperativas concedeu uma subvenção pública de 12.000 dólares como capital de trabalho (giro) para melhorias dos negócios” (P33). “Eu também tive ajuda da ONG Plan Internacional de \$500 em 2010, e que usei para construir o meu negócio”. (P30)
Supervisão pelos intervenientes (S1.3.5)	Controlar as atividades e assistência que os intervenientes oferecem, para continuar a dar os benefícios às comunidades.	“Para que eles não abusem nem violem o acordo estipulado no contrato, solicitei à comissão anticorrupção (CAC) para saber como é o processo de utilização da assistência. Nós continuamos a ter supervisão de acordo com a lei para que não possam prejudicar a comunidade e o governo”. (P3)
Condições da assistência (S1.3.6)	A qualidade, a quantidade e a existência das ajudas dadas às comunidades.	“Portanto, agora há apenas 2 ou 3 membros que usam um barco, e dos 12 barcos que recebemos hoje há dois ou três barcos que estão danificados”. (P24)

		“E estamos a reparar, alguns <i>bungalows</i> dos quais foram danificados, espero que esta reabilitação seja rapidamente concluída para que o turista possa usar”. (P33)
--	--	--

7.3 Resultados da dimensão 2 – Construção do ecoturismo de base comunitária

Considera-se que a construção do ecoturismo de base comunitária é a criação de um tipo de turismo que inclui a participação da comunidade como o principal elemento no turismo, a fim de alcançar o objetivo de desenvolvimento do turismo sustentável na zona costeira.

A ideia base que defendemos é que o turismo pode ser um instrumento para o desenvolvimento comunitário. Como o turismo tem ligação a todos os sectores, este pode ser um meio de melhorar o bem-estar da comunidade, desenvolver o carácter da comunidade numa atitude proactiva na utilização equilibrada das potencialidades existentes na zona costeira, deste modo, contribuir para o desenvolvimento do país. Com base nos conhecimentos da comunidade e na construção de uma compreensão partilhada, os intervenientes cooperam e orientam as comunidades para desenvolver o ecoturismo de base comunitária. Jones (2005) também considera que um alto nível de coesão social, de cooperação e de coordenação desempenham um papel muito importante no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária. Nesta dimensão foram identificadas as seguintes categorias:

1. Observação inicial;
2. Perceção da comunidade sobre os turistas;
3. Construção da infraestrutura (estrada);
4. Baseado na evidência (para desenvolver o ecoturismo de base comunitária);
5. Construção de alojamento e restaurantes;
6. Instalações;
7. Benefícios do turismo;
8. Laboratório do turismo;
9. Potencialidade do turismo;
10. Qualidade do turismo;
11. *Tara Bandu* e o turismo.

Na Tabela 0.26 são apresentadas estas 11 categorias, sua descrição e exemplos de falas significativas que compõem a dimensão 2.

Tabela 0. 26 – D2 – Construção do ecoturismo de base comunitária

Categoria(C)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Observação inicial (C2.1)	Olhando as áreas potenciais para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária	<p>“Daí começando a fazer a discussão e trabalhamos com a comunidade para identificar o lugar potencial para construir o negócio da área do turismo” (P21).</p> <p>“Depois de cada grupo estabelecido, vão realizar uma observação para levantar os dados no local para ver se é possível construir o negócio”. (P21, P33)</p> <p>“E nós vemos que o turista também procura o lugar para descansar, quer experimentar a comida local, então nós vemos o nosso lugar como uma área potencial para construir casa de hóspedes”. (P34, P36, P35)</p>
Perceção da comunidade sobre os turistas (C2.2)	Perceção das comunidades sobre os turistas na base conhecimento local.	<p>“Ah ouvimos isso, desde no tempo da Indonésia e também em 2000, depois que éramos pescadores ativos na praia de Valu Sere continuamos a encontrar, o que nós chamamos de <i>Malay Pitinu</i> (o rei branco) e <i>Malay Lakuari</i> (O rei Preto)”. (P24, P25)</p> <p>“Desde que os nossos antepassados chamavam <i>Malay Pitinu e Malay Lakuari</i>, desde criança também ouvi estas palavras e no tempo Indonésia há quem diga sobre os turistas, e na nossa língua o que ouço muitas vezes é o <i>Malay Pitinu</i> e o <i>Malay Lakuari</i>”. (P32)</p>
Construção da Infraestrutura (C2.3)	As comunidades construíram voluntariamente a estrada de ligação do suco Tutuala à praia Valu Sere.	“Naquela época, era muito difícil, então eu sempre junto com a comunidade consertar a estrada até a praia de Valu Sere manualmente”. (P21)
Baseado na evidência (C2.4)	A comunidade e interveniente construir ecoturismo de base comunitária de acordo com o guião e as referências dos outros países.	“Começamos a identificar estudos e experiências de turismo com mais sucesso no mundo. Por fim, encontramos uma referência sobre o turismo ético no Brasil”. (P21)
Construção de alojamento e restaurantes (C2.5)	As comunidades precisam construir alojamento para hóspedes, e ter uma oferta gastronómica local.	“Tivemos tempo para construir uma pousada com modelo de ecoturismo, todos feitos com materiais locais. As casas que construímos são de vários tipos, como casas de <i>bangalô</i> ”. (P33, P21, P36, P34, P35)
Instalações (C2.6)	Distribuição de algo na área pertinente, especialmente facilidades tradicionais, ou algo aparelhos disponíveis para facilitar durante a viagem dos turistas.	“Também podemos facilitar aos turistas alguns equipamentos como óculos ou outro material para nadar ou mergulhar”. (P25)
Benefícios do turismo (C2.7)	Os benefícios que comunidade pode obter, direta ou indiretamente, da atividade do turismo na zona costeira.	<p>“A presença do turismo aqui é muito útil para nós, além de vender o peixe, mas também podemos transportar os turistas para a ilha de Jaco”. (P24, P29, P27 e P25)</p> <p>“Podemos sentir que o turismo é muito útil para nós em termos de conhecimento e em termos de economia. Estamos felizes porque os turistas vêm aqui para os transportar, e com isso aumenta o nosso rendimento, o que também é bom”. (P34, P35 P36, P30, P32 e P33)</p>
Laboratório do turismo (C2.8)	A área do município de Lautém pode desenvolver um laboratório que recolha e disponibilize conhecimento sobre vários tipos de turismo alinhado com os diversos	“Todos os recursos que tem ligação ao turismo estão disponíveis na zona de Valu Sere e arredores, que serve para um laboratório para o sector do turismo, para que toda a gente que venha a visitar tanto para os académicos, os próprios turistas, ou os pesquisadores”. (P21)

	recursos naturais, históricos, culturais e religiosos.	
Potencialidade do turismo (C2.9)	As riquezas turísticas que existem no município de Lautém.	“Os turistas dizem que estão muito felizes em visitar este lugar; ver os crocodilos no Lago Ira-Lalaro, em Mehara, ir à caverna Ili Kere-Kere, na ilha Jaco, e a paisagem é muito linda”. (P16) “A nossa área tem várias potencialidades por isso o nosso estado definiu área para turismo e área para habitação da comunidade”. (P2, P5)
Qualidade do turismo (C2.10)	Os turistas que passam o seu tempo na zona costeira do município de Lautém realmente apreciam toda a viagem. É um viajante digno e responsável.	“Os turistas sempre vieram ao nosso lugar em grande número porque estamos bem preparados para os receber”. (P4, P34) “Vemos todos os turistas no sábado e domingo a aumentar de número, mas os nossos barcos são apenas de três unidades que não contêm o número de turistas, então às vezes, os turistas querem ir a Jaco, mas nós não os conseguimos transportar porque não há lugares suficientes”. (P25 e P24)
Tara Bandu e o turismo (C2.11)	A sabedoria local que as comunidades usam para resolver os problemas do ambiente e respeitar os turistas.	“Costume local também pode contribuir para o turismo, porque regula as pessoas a não cometer crimes, visto proibir as pessoas de roubar os bens ou equipamentos dos turistas”. (P20 e P17)

7.4 Resultados da dimensão 3 – Sustentabilidade

Considera-se que a dimensão **sustentabilidade**, ou preocupação da comunidade com a sustentabilidade, é uma atitude para pensar o futuro através da partilha de ideias, de estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas.

A orientação dos intervenientes para elevar os conhecimentos das comunidades costeiras, através do desenvolvimento da sua capacitação, com a intenção de aproveitar as potencialidades do turismo é uma chave para o sucesso na sustentabilidade das zonas costeiras (Barker, 2005). Para além da sua resiliência, a educação da comunidade pode incrementar a consciência sobre a sustentabilidade nas zonas costeiras. Nesta dimensão foram identificadas quatro categorias:

- Economia;
- Ambiente;
- Sociedade;
- Cultura.

Cada uma das categorias tem as suas próprias subcategorias. Na categoria **C3.1 – Economia** temos como subcategorias: criação de emprego, crescimento do negócio (da

comunidade), rendimento da comunidade, e retenção do rendimento (impedindo que o rendimento vá para fora do país).

Tabela 0. 27 – C3.1 Economia - D3 Sustentabilidade

Sub categoria (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Criação de emprego (S3.1.1)	Comunidade criou oportunidade campo de trabalho para a outra pessoa que buscar o emprego, tanto o emprego permanente, sazonal, e empregado dentro da família.	<p>“Tenho 4 empregados, cada empregado tem salário \$120,00 por mês, mas se estiverem de excesso de tempo, então cada empregado tem o bonos e salário montante \$150,00”. (P38)</p> <p>“Empregamos 3 funcionários com um salário de \$115.00 por pessoa, de acordo com o padrão de salário mínimo do governo”. (P34)</p> <p>“Inicialmente, os membros do grupo atingiram 76 pessoas, que trabalhava nesta cooperativa, depois divididos em 6 grupos, mas agora diminuem para 4 grupos”. (P33)</p>
Crescimento do negócio (S3.1.2)	A presença do turista eleva desempenho negócio da comunidade e outro negócio que interligação com o turismo também bem crescido. Tal como: cooperativa, negócios sazonais, promover acesso ao capital, produção aumentada, volume da venda aumentado.	<p>“No passado, apenas dois ou três tipos de unidades de produtos que nós vendíamos, mas agora aumentou para mais de vinte (20+) tipos de produtos que estão disponíveis para nós vendermos”. (P30, P32)</p> <p>“Os visitantes também aumentavam sempre de todos os dias, por isso começamos a adicionar quartos gradualmente até a 2006”. (P35, P34 e P36)</p> <p>“Anterior apenas de fazer 20 quilogramas mais agora depois de peixe tem bom preço fazemos a partir de 200-400 quilograma”. (P24, P25, P27)</p>
Rendimento da comunidade (S3.1.3)	O poder de compra aumenta, a comunidade também tem rendimento. A fonte de rendimento tal como; salário, conservação, negócios pequenos, pescas, quiosque, artesanatos, hospitalidade, guia, transporte marinha, agricultura, vender algas, e vender as pedras.	<p>“O nosso rendimento aqui é flutuante, dependendo os resultados de peixe capturado ou passageiros que levarmos para a ilha de Jaco. Normalmente, se o grande dia (tempo férias ou evento) podemos receber a \$500.00-1000,00 por dia, mas se um dia normal só recebemos \$200,00-\$300,00 é apenas os produtos que foram vendidas”. (P32)</p> <p>“Se para o rendimento, às 18h eu ir a todos os restaurantes em Suco Com e de volta a casa, o retorno \$ 60,00 está no meu bolso, isto é só em uma hora e em um lugar” “Sim, se não for desvinculado de nossos costumes, podemos sentir que há uma grande mudança no rendimento que recebemos”. (P38)</p>
Retenção do rendimento (S3.1.4)	Aumentar o valor dos produtos locais, o rendimento do turismo deve ser retido no desenvolvimento local de modo a impedir que o dinheiro vá para fora do país.	<p>“As comunidades da zona costeira também dependem do peixe, mas depois de venderem os peixes todo o dinheiro sai para outro lugar, porque não há outra alternativa para se impede em torno do dinheiro aqui, se todas as pessoas querem plantar os vegetais, temperos, e matérias-primas aqui, o dinheiro também girando daqui. Porque o turismo já começou no nosso lugar”. (P18)</p>

Na categoria **C3.2 – Ambiente** as subcategorias são: preocupação com o ambiente, ambiente no passado, socialização, benefícios da sustentabilidade do ambiente, conservação, contribuição da tecnologia, educação ambiental, prática da comunidade para

o ambiente, resultado de cuidar do ambiente, *Tara Bandu* para o ambiente e a política Zero Plástico (ver Tabela 0.28).

Tabela 0. 28 – C3.2 Ambiente- D3 Sustentabilidade

Sub categoria (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Preocupação com o ambiente (S3.2.1)	Esforçar-se para prevenir danos ambientais e começar a empreender esforços ou ações que possam restaurar a sustentabilidade ambiental.	<p>“A saúde é muito importante, por isso sempre limpamos intensamente a nossa casa”. (P35, P36)</p> <p>“Na era independência, os pássaros e animais selvagens também devem ser livres. É por isso que agora precisamos proteger nossa flora e fauna, porque agora tudo nos pertence”. (P6, P22, P23, P41)</p> <p>“Prestamos atenção ou cuidado com o ambiente no mar porque muitas vezes levamos turistas que mergulham para ver a variedade de peixes e recifes de corais no nosso mar”. (P27)</p> <p>“Preservar o ambiente no litoral para garantir a soberania alimentar, porque vivemos na zona costeira não há terra para fazer campos de arroz” (P22, P23, P41) “o ambiente é a nossa vida”. (P16)</p>
Ambiente no passado (S3.2.2)	O sofrimento do ambiente em Timor-Leste no tempo da ocupação Indonésia e após a independência.	<p>“Durante os 24 anos da ocupação indonésia, não apenas os humanos viveram sob pressão, mas também os animais, porque as pessoas eram livres para caçar com várias armas sofisticadas. Muitos locais sagrados, árvores que têm valor econômico também foram destruídas. Muitos animais selvagens como veados, papagaios, macacos e outros animais foram abatidos com o motivo para encontrar os guerrilheiros”. (P6, P1, P21)</p>
Socialização (S3.2.3)	Meios de sensibilizar a sociedade sobre a existência do ambiente.	<p>“Também já sei porque o governo informava através de quadro do aviso que colocado ao lado da estrada” (P40) e “informamos sobre estatuto da terra e domínio público, e o direito da propriedade, de acordo com a lei”. (P2, P5)</p> <p>“Mas depois de entrar no ano 2008-2010, a socialização sobre o ambiente, mesmos nós que procuramos a solução porque prejudica o ambiente, principalmente no setor florestal”. (P21)</p> <p>“Eu como coordenador de conservação aqui, que sempre informa ao chefe do Suco Com, então o chefe do Suco Com continua a informar ao chefe das aldeias que pertence do Suco de Com”. (P41)</p>
Benefícios da sustentabilidade do ambiente (S3.2.4)	Melhorar a sobrevivência dos seres vivos, fortalecer soberania alimentar, e criar paz verde para reduzir o impacto das mudanças climáticas.	<p>“Tem benefícios para as nossas vidas como pescadores aqui porque através da conservação eu obtenho facilmente peixe porque a quantidade dos peixes que vivem no mar estão a aumentar”. (P24)</p> <p>“De acordo com a avaliação que fizemos, as atividades que a comunidade fez até agora, economicamente já tinham benefícios. Antigamente a sua mentalidade podia prejudicar o ambiente, mas começou a mudar porque os turistas que visitaram querem ver a floresta e a beleza, a paisagem daquela área”. (P8)</p> <p>“Neste momento, ainda não posso dizer que tenho um resultado econômico, devido às muitas limitações que enfrentamos, mas, as próximas gerações poderão colher as recompensas econômicas, sociais e culturais”. (P41)</p>

<p>Conservação (S3.2.5)</p>	<p>A comunidade deve fazer proteção dos recursos numa perspectiva de sustentabilidade, que permite seu uso, mas garante sua renovação com a maneira local.</p>	<p>“Mas depois de termos voluntariamente conservado o mar e a costa, isto traz enormes benefícios e mudanças, especialmente relacionadas com as nossas vidas e o nosso turismo”. (P22, P24, P41)</p> <p>“De modo que precisamos continuar a conservar e proteger as áreas marinhas para que seja benéfico para muitas pessoas, não apenas para indivíduos ou grupos”. (P7, P26)</p> <p>“A segunda é utilizar conhecimentos locais, anteriormente utilizados pelos nossos antepassados, para proteger e conservar os recursos naturais o Tara Bandu (pendurar e proibir)”. (P6, P20, P17)</p>
<p>Contribuição da tecnologia (S3.2.6)</p>	<p>Ajudar a melhorar o serviço à comunidade e aumentar o conhecimento da comunidade.</p>	<p>“Depois que o governo adotou uma política de arado da terra gratuito utilizado com os tratores, a exploração florestal para horta começou a declinar, porque a maioria já possuía campos”. (P21)</p> <p>“Estamos felizes porque podemos aceder à internet e à tecnologia, em comparação com o acesso à Internet do ano interior”. (P35 P34, P36)</p> <p>“A tecnologia pode tornar mais fácil para as pessoas trabalharem com eficiência. Como no passado, derrubar árvores com muito sacrifício, mas com o dinheiro que está disponível as pessoas só precisam comprar ferro que funciona para construir casas”. (P17)</p>
<p>Educação ambiental (S3.2.7)</p>	<p>Um processo de construção do conhecimento da comunidade, os cidadãos são responsáveis e preocupados com os problemas ambientais, priorizando a conservação e a preservação dos recursos naturais numa perspectiva de sustentabilidade.</p>	<p>“Para as escolas, socializamos o ambiente no programa escolar todos os anos de acordo com as nossas capacidades financeiras”. (P1)</p> <p>“Selecionamos escolas de 13 municípios para serem modelos na implementação de programas escolares verdes”. (P6)</p> <p>“E trabalhamos em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura para desenvolver um currículo relacionado com as Escolas Verdes, desde a escola Infantil até ao terceiro ciclo”. (P8 e P6)</p>
<p>Prática da comunidade para o ambiente (S3.2.8)</p>	<p>Uma ação real da comunidade para amar e contribuir para a sustentabilidade.</p>	<p>“Ontem fiz o meu saneamento e acesso à água própria. Só o usamos há alguns meses, e agora sentimos que estamos a melhorar”. (P40)</p> <p>“Todas as famílias acedem sempre a água limpa, para que possam aproveitá-la para o saneamento e um ambiente limpo”. (P36)</p> <p>“Nós que vivemos, na zona costeira, sempre enfrentamos poeira da praia. Mas estamos aqui tínhamos água suficiente, por isso se no caso acontecerá a poeira aqui, regularmente regarmos começando de manhã até a tarde”. (P34, P35, P36, P37)</p> <p>“Os plásticos que não foram usados nós recolhemos juntos em lugar que definimos”. (P30)</p> <p>“Depois de atentar limpo, todos os sujos ou lixo colocamos em lugar seguro, tentamos para reutilizar”. (P34)</p> <p>“O lixo classificou em vários itens que é: papeis, alumínio, vidros, verduras, e restos dos alimentos tem que ser separados. Os restos de alimentos que não usava devem ser separados para virar ração dos suínos”. (P33, P39)</p> <p>“Se aplicar Tara Bandu para fazer a comunidade evitar o problema do lixo, 100% da comunidade tem latrinas interiores, uma das aldeias chamada Loy Dahu está livre de defecação aberta (<i>Open Defecation Free</i>)”. (P1)</p> <p>“A reflorestação destina-se a que, quando o mar se ergue,</p>

		<p>possa ser protegida por árvores. Então todas as árvores que estão na praia é a própria comunidade que planta”. (P14)</p> <p>“Utilizamos a energia eletricidade para o nosso negócio e são de 20 amperes de acordo com as nossas necessidades no local do negócio”. (P35, P10)</p> <p>“Identificamos o lugar de criar de tartarugas, ou o local de guardados dos ovos de tartarugas”. (P41)</p> <p>“Proibir lançar rede na área protegida”. (P27)</p>
Resultado de cuidar do ambiente (S3.2.9)	A população dos seres vivos no mar, na terra tem aumentado; isto pode ser uma fonte d atração turística para melhorar a vida comunidade costeira.	<p>“Em relação aos peixes eles aumentaram; há quem tenha dito que já se assiste mudança porque quando eram crianças não encontravam esse tipo de peixe, mas agora já existe, e outro também tinha dito que esse tipo de peixe quando era criança ainda existia, mas durante o tempo da ocupação Indonésia desapareceu, mas após a implementação de áreas marinhas protegidas, esses peixes reaparecem”. (P7)</p>
Tara Bandu para o ambiente (S3.2.10)	Um costume tradicional timorense que impõe a paz e a reconciliação entre homem e homem, homem e natureza, e homem e o estado.	<p>“Tara Bandu é um mecanismo e ação tradicional herdado pelos nossos antepassados para mediar os conflitos e protegerem o ambiente, mas na era moderna não adotamos o sistema de Tara Bandu como antes, mas depois de fazer uma observação por fim encontramos o Tara Bandu como uma das tradições que possam usar para preservar e proteger a nossa natureza”. (P6, P1, P20, P17)</p> <p>“Tara Bandu, para além de proporcionar vida, também impede a degradação, antecipando as alterações climáticas, contribuindo para a fotossíntese, ecossistemas existentes e para proteger os animais na floresta”, (P17, P6)</p>
Política Zero Plástico (S3.2.11)	Política do governo para reduzir os tipos plásticos, e usar de várias alternativas para eliminar plásticos que criar vários impactes à vida humana.	<p>“Sabemos que os lixos (resíduos) são um grande problema para o ambiente em Timor-Leste e em todo o mundo. Em Timor-Leste, 20% dos resíduos são resíduos de plástico, por isso, se pudermos resolver o problema dos resíduos de plástico, também reduziremos a quantidade de resíduos ou a força dos resíduos”. (P1)</p> <p>“O principal conceito da política de Zero Plástico é que queremos promover esse plástico como matéria-prima, num conceito económico diz-se que é uma economia circular, dos produtos de resina e da resina de volta a novos produtos para que possamos concluir que numa política de zero plástico, queremos promover o plástico como o matéria-prima, que pode ser reaproveitado e benéfico para a sociedade e para o país”. (P1)</p>

Outra categoria, da dimensão sustentabilidade, é a **C3.3 – Sociedade**. Nesta categoria temos como subcategorias: desenvolvimento da paz, o investimento na educação (pela comunidade costeira), promoção local, promoção da igualdade de género, qualidade da vida e capital social (ver Tabela 0.29).

Tabela 0. 29 – C3.3 Sociedade - D3 Sustentabilidade

Sub categoria (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
-------------------	-----------	----------------------------------

Desenvolvimento da paz (S3.3.1)	Como um esforço para promover a paz ou fortalecer os valores da paz através da educação, socialização, para construir as bases da harmonia e tranquilidade na sociedade. Tal como resolver conflitos, promover a segurança e a proteção.	<p>“Estamos aqui muito seguros, e nunca houve um problema aqui”. (P13 e P14)</p> <p>“Os turistas que vêm aqui também estão muito confortáveis”. (P33)</p> <p>“Não há crimes neste posto administrativo de Lautém, os turistas também são livres de visitar. Mesmo que, as vezes houve algumas pessoas que se embebedam e confronto, mas durante 24 horas polícia sempre tem dever para resolver”. (P13)</p> <p>“Com Tara Bandu podemos criar respeito mútuo entre comunidade, criar segurança e também ajuda a polícia em prevenir os conflitos”. (P6)</p>
Investimento na educação (S3.3.2)	As comunidades orientam os seus filhos para aceder à educação até ao nível universitário.	<p>“Assim, o nosso rendimento é guardado para ser usado nos estudos dos nossos filhos”. (P28, P36, P35, P25)</p> <p>“O suficiente para apoiar as necessidades diárias, incluindo o pagamento da educação das crianças, é por isso que nos esforçamos”. (P25, P27)</p>
Promoção local (S3.3.3)	A comunidade apresenta a sua criatividade e os produtos locais aos turistas	<p>“Agora estamos a pensar, como podemos apoiar a comunidade, fornecendo uma facilidade de motivação para continuar a desenvolver competências na pesca e também continuar a preservar áreas protegidas”. (P7)</p> <p>“Os grupos tradicionais das crianças se revezam a apresentar a dança tradicional <i>Sikire-Vaure</i> para os turistas”. (P34)</p>
Promoção da igualdade de género (S3.3.4)	Entre os homens e as mulheres deve haver cooperação nas áreas dos serviços turísticos e outros negócios.	<p>“Antigamente, os homens de Fataluku nunca coziam o arroz na cozinha, mas com a presença do turismo, hoje os homens e as mulheres ajudam-se mutuamente na cozinha. Se as mulheres limpam o arroz, então os homens também limpam os vegetais, ou amamham o peixe”. (P21)</p> <p>“A maioria com sucesso na cooperativa de crédito em Timor-Leste é liderada pelas mulheres”. (P3, P12)</p>
Qualidade de vida (S3.3.5)	O rendimento que a comunidade recebeu utiliza para construir uma nova casa, melhorar a nutrição e cuidar da saúde.	<p>“Construímos nova casas e responder a outras necessidades”. (P24)</p> <p>“Então, com o dinheiro inesperado encoraja-nos a construir um quarto de <i>bungalow</i> e estávamos a desenvolver outro quarto, mas, os turistas começaram a visitar”. (P34)</p> <p>“Posso sentir que já tinha mudança e há benefícios agora, porque já posso construir a minha casa através do rendimento que eu tive pelo negócio cooperativo”. (P33)</p> <p>“Porque tudo isso está relacionado com a saúde e higiene, mas também fornece conhecimento para responder à presença de turistas na Suco Com”. (P18)</p>
Capital social (S3.3.6)	A comunidade cria as redes e a confiança com os turistas e com as outras comunidades.	<p>“A comunidade compreende que somos do Suco Tutuala, temos relação familiar entre nós, por isso quando um problema acontece podemos sentar juntos para o resolver”. (P21)</p> <p>“Criar a confiança em cada um pelo outro para que o que planeamos seja bem executado. Honestos na determinação dos preços, na confiança dos clientes, na manutenção da qualidade do produto são fatores importantes para alcançar o progresso do negócio e a competitividade saudável”. (P11)</p>

A última categoria da dimensão sustentabilidade é a **C3.4 – Cultura**, e temos como subcategorias: contribuição para o desenvolvimento, cultura católica e animismo,

criatividade, fortalecimento dos laços familiares, identificação das atividades culturais, preservação da cultura e valores culturais (que beneficiam a comunidade) (ver Tabela 0.30).

Tabela 0. 30 – C3.4 Cultura - D3 Sustentabilidade

Sub categoria (S)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Contribuição para desenvolvimento (S3.4.1)	Com a cultura de respeito dos valores e sabedoria local as comunidades têm consciência e dão oportunidade aos turistas para visitarem os destinos turísticos com tranquilidade e paz, o que contribui para o processo de desenvolvimento.	<p>“No início era muito difícil orientar a comunidade porque o fator da cultura, e eu também tinha limitações na minha família, mas etapa por etapa o meu programa foi bem planejado e realizado; no fim a comunidade já foi para o mercado”. (P21)</p> <p>“A primeira coisa que precisamos entender é que os turistas fizeram uma viagem para desfrutar a experiência e querem ver a cultura local autêntica”. (P6)</p>
Cultura católica e animismo (S3.4.2)	A comunidade tem fé na religião católica, mas ao mesmo tempo continua a conservar os tradicionais lugares sagrados para adorar.	<p>“Os turistas que visitam querem ver a natureza autêntica, a cultura única, especialmente uma cultura que se conjuga entre a religião e o animismo (tradições herdadas), único no mundo porque a maioria das pessoas aderem à religião católica, mas ainda acreditam nos ancestrais, nas casas sagradas, acreditam ou têm fé”. (P6)</p>
Criatividade (S3.4.3)	Com a presença dos turistas pode-se incentivar a criatividade das comunidades, na área cultural, como seja no fabrico de tecidos <i>Tais</i> .	<p>“Sim, quando eu era criança os meus pais encorajavam a tecer <i>Tais</i>; depois, quando tive a minha própria família, continuei a usar este conhecimento para tecer <i>Tais</i>. Porque nessa altura, frequentámos a escola também é muito limitado, só apenas na escola primária, mas também não terminei, então os nossos pais obrigaram-me a aprender a tecer; a mulher que sabe tecer é mais respeitada do que outras que não sabem tecer”. (P37, P36)</p>
Fortalecimento dos laços familiares (S3.4.4)	A cultura como identidade, unificação, cooperação e respeito uns pelos outros.	<p>“Cooperação não é no tempo de estive na minha sede, mas começando no aspeto de social, cultura que foi uma parte da cooperação. Por isso, o evento de alegria ou tristeza que aparecer dentro da comunidade, a minha presença como uma parte da inspiração para encorajar a comunidade, que no tempo eles enfrentaram dificuldades, tristeza ou alegria”. (P21)</p> <p>“Na verdade (como povo Lautém) temos uma identidade cultural clara porque por meio da cultura podemos respeitar e apreciar-nos uns aos outros”. (P9)</p>
Identificação das atividades culturais (S3.4.5)	A comunidade tem vários patrimónios culturais, e com o turismo a comunidade pode identificar e mostrar a sua culturas como: as canções tradicionais, o vestuário, as comidas, os lugares históricos, os rituais, as danças, o costume do dote, as casas tradicionais, a festa tradicional, a língua materna e o festival da colheita de vermes do mar.	<p>“Danças tradicionais (<i>Vaure-Sikire</i>), roupas tradicionais como <i>Tupur Lau</i> e <i>Nami Lau</i>, dialetos locais, canções tradicionais como <i>Vai ho-ho</i>, <i>Leu-le</i>, <i>Shau</i>, festivais tradicionais como a colheita de vermes do mar ou (<i>meci-me</i>), tudo isto faz parte da cultura positiva que precisamos de preservar e se tornaram atrações turísticas (Turismo Patrimonial)”. (P12)</p> <p>“O lugar aqui ainda é sagrado, e muitos lugares de ritual para a comunidade aqui”. (P33)</p> <p>“Devemos promover essas coisas positivas através do teatro ou danças tradicionais para que os turistas possam conhecer esses valores positivos”. (P9)</p> <p>“Os turistas que vêm não estão à procura de piza, mas querem experimentar a comida local, por isso, a <i>Cucuana</i>, <i>Maca</i>, <i>Saboko</i> e outras comidas locais precisam de ser</p>

		preservados para ser servidas”. (P4)
Preservação da cultura (S3.4.6)	Cuidar da estética da cultura original no município de Lautém	“A cultura é a nossa identidade, que é herdada dos nossos antepassados. Mas, temos de diferenciar entre cultura positiva (que pode construir) e cultura que é prejudicial para nós, para que a nossa cultura positiva continue a existir com as suas características e podermos promover global”. (P12)
Valores culturais (S3.4.7)	A comunidade conserva a sua cultura porque verifica que a honestidade e a paciência resolvem os conflitos e promover o ambiente sustentável.	“A nossa cultura é muito importante, há impactos positivos e negativos, mas seguimos sempre as nossas boas intenções de a viver”. (P32) “Assim, <i>Tara Bandu</i> é criada para que haja paz na comunidade, crescimento, honestidade na vida comunitária e para resolver os conflitos”. (P20) “Diz respeito à cultura e à forma como as pessoas valorizam o universo, para além das regras para proteger a natureza, como as pessoas interagem com a natureza para que a vida, a tranquilidade, o crescimento esteja sempre lá”. (P17)

7.5 Resultados da dimensão 4 – Acesso ao mercado turístico

Kunjuraman (2022) afirmou que o ecoturismo de base comunitária é um mecanismo para a diversificação dos meios de subsistência das comunidades locais. Forstner (2004) também reforçou que a presença do turismo pode intermediar o produto da comunidade e o mercado, porque o turismo pode valorizar os produtos que a comunidade tem, e criar competitividade e inovação. Neste contexto, o desenvolvimento comunitário também é importante para promover a capacidade da comunidade para entender mais profundamente os valores e a melhoria do bem-estar e do desempenho da economia local, em especial nas zonas costeiras.

Considera-se que a dimensão **acesso ao mercado turístico** (pela comunidade costeira) diz respeito às atividades da comunidade quando negocia os seus produtos para o mercado local, regional, nacional e internacional. Desta forma, nesta dimensão foram identificadas as categorias: acesso ao financiamento, informação, lugar de venda, acesso a matérias-primas, promoção, qualidade de bens e serviços, concorrência, tipos de produto e transporte.

Tabela 0. 31 – D4 – Acesso ao mercado turístico

Categoria (C)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Acesso ao financiamento (C4.1)	O dinheiro que a comunidade usa para construir os seus negócios, na forma de subsídios, crédito ou capital próprio.	<p>“Tivemos uma assistência em dinheiro pelo governo, através do Secretário Estado para as cooperativas para nós podermos comprar um novo barco e arranjar outro que estava danificado” (P25) “e renovar a nossa casa hóspede. O meu negócio está bem desenvolvido porque eu acedi o crédito no BNCTL” (P32) “e da Instituição Crédito da Moris Rasik”. (P30)</p> <p>“Dantes eu não tinha atividade de negócio, mas KAIBAUK deu-me crédito com juros baixos e eu comecei a vender aqui”. (P39)</p> <p>“O meu capital privado; nós vendemos os nossos bens e depois aplicamos no nosso novo negócio”. (P36 e P35)</p>
Informação (C4.2)	As comunidades facilmente podem obter notícias, mensagens, apelos ou respostas pelas ferramentas de comunicação disponíveis.	<p>“Agora a internet também entrou no nosso lugar então também aprendemos o básico de inglês com o Google, ou os turistas que vêm aqui não falam tétum e indonésio, usamos o novo tradutor do Google em indonésio, para que possa facilitar nossa comunicação”. (P24) “Todo o meu conhecimento sobre negócio agrícola, eu estudei pelo Youtube”. (P38)</p> <p>“A distribuição da rede telecomunicação ajudou-nos. Para nós melhoramos o desempenho do nosso negócio pela Internet, a média social, telefone, promoção direta através rede social”. (P34, P35, P33)</p> <p>“E nos informar o nosso cliente face a face, as outras informações que tínhamos informou direta pelo governo”. (P36) “e outra através da televisão e quadro informações”. (P40)</p>
Lugar de venda (C4.3)	Um sítio que as comunidades encontraram para vender e comprar os produtos, tais como: na casa, no mercado, no restaurante, na venda na praia, pela distribuição.	<p>“Já temos restaurante de cooperativa de Valu Sere, e outros restaurantes nas áreas costeira por isso quando nós temos peixe nós vendemos diretamente”. (P25, P27, P24) “ou o distribuidor que vem diretamente de Díli. Nós vendermos o produto no nosso lugar”. (P30, P34, P36 e P35, P40)</p> <p>“E nós vendemos no mercado Lospalos, mercado Lautém Moro”. (P38, P29 e P40)</p>
Acesso a matérias-primas (C4.4)	A capacidade da comunidade de alcançar ou obter materiais em forma bruta ou semiacabada para serem transformados em produtos finais. As matérias-primas podem vir de plantas, animais ou minerais.	<p>“Em princípio, os produtos relacionados com a gastronomia as matérias-primas nós compramos na comunidade, aos pescadores e ao talhante; as restantes, nós compramos no mercado local em Lospalos, e se aí não tiver então nós compramos em Díli, ou ao fornecedor de Baucau”. (P34, P35, P36)</p> <p>“Nós vemos que às vezes a comunidade não prepara o produto local, então nós plantamos para responder às necessidades clientes”. (P35)</p>
Promoção (C4.5)	Uma comunicação de marketing realizada pela comunidade ou negociante para divulgar informações, influenciar, persuadir ou aumentar o mercado-alvo da comunidade para que os turistas ou clientes aceitem, comprem e sejam fiéis aos produtos oferecidos pela comunidade.	<p>“Não fizemos nenhuma promoção”. (P32, P25, P24, P29, P30)</p> <p>“Eu tive uma apreciação de melhor negócio na área de turismo versão ministério do turismo em Timor-Leste. Por isso Katty Guest House e Restaurante tiveram a oportunidade de se promoverem no <i>site</i> do Ministério do Turismo”. (P34)</p> <p>“Acedemos através do WhatsApp e do Facebook, porque a Sina e a Catty Restaurante e alojamento têm o nível de promoção acrescido. Por isso, estamos felizes porque</p>

		podemos aceder à Internet e à tecnologia, em comparação com o ano interior”. (P35, P36 e P33)
Qualidade de bens e serviços (C4.6)	A qualidade do produto abarca a sua condição física, natureza e função. Seja um bem ou um serviço, alguns indicadores devem ser considerados, tais como: nível de função, estética, durabilidade, confiabilidade, facilidade de uso, adequação, reparo e outros componentes para atender às expectativas e necessidades dos turistas ou consumidores.	<p>“A avaliação feita pelo Ministério do Turismo tratava da qualidade do produto, do serviço e da higiene; eles escolheram o nosso restaurante como o melhor representante do município de Lautém para ser promovido ao nível nacional”. (P34)</p> <p>“Os peixes que nós vendemos são mais frescos, às vezes a cauda ainda balança quando os vendemos aos clientes”. (P25, P27)</p>
Concorrência (C4.7)	Concorrência colaborativa que as comunidades usam para funcionar os seus negócios.	<p>“Especificamente, a concorrência na costa de Valu Sere e na costa da área Com as comunidades não podem competir entre si, porque a orientação do desenvolvimento comunitário ali é pretende realizar mudanças sociais através da criação de uma economia social, onde não exista competição entre as comunidades, mas sim uma economia colaborativa que mutuamente as beneficie”. (P21)</p> <p>“Nós dividimos tarefas, na pesca, no restaurante, na venda de produto na sua área, com o preço igual. Uma pessoa não pode ocupar todas as oportunidades que existem, mas deve colaborar com os outros”. (P25, P34, P28, P27)</p>
Tipos de produtos (C4.8)	Os produtos turísticos são vários e requerem serviços inter-relacionados e produzidos por várias empresas de turismo, como alojamento, agências de viagens, transportes e restauração. Como é um produto complexo, o produto turístico requer atenção das suas especificidades.	<p>“Os tipos de produtos que nós temos na zona costeira são produtos agrícolas, algas marinhas, comida local, peixe, quiosque, serviços transportes, serviços e alojamento, tecido <i>Tais</i>, <i>pedra que a comunidade recolhe para vender aos empresários</i>”. (P18, P15, P19, P34, P35 P27, P31)</p>
Transporte (C4.9)	A comunidade tem facilidade na distribuição dos seus produtos através de uma variedade de meios de transporte: transporte marítimo, transporte privado e transporte público.	<p>“Nós distribuímos o nosso produto através de transporte público até em Lospalos, depois nos continuamos a distribuir por cada restaurante”. (P38)</p> <p>“Costumávamos aceder aos transportes públicos, mas atualmente já não o usamos, só ligamos para o distribuidor de Baucau pelo acesso telefónico para trazer os seus produtos aqui e depois pagamos o transporte”. (P30, P34, P35, P36)</p>

7.6 Resultados da dimensão 5 – Inovação social

Vários autores discutiram a inovação social, apresentando diversas abordagens. A inovação social considera-se uma nova combinação e/ou uma nova configuração de ideias a praticar nas sociedades, em certas áreas de ação ou contextos sociais instigados por certos atores ou constelações de atores de uma maneira intencionalmente direcionada com o objetivo de melhor satisfazer ou responder às necessidades e problemas enfrentados (Howaldt & Schwarz, 2010).

Assim, considera-se a dimensão **inovação social**, (ou implicação do desenvolvimento comunitário para a inovação social), como as mudanças que a comunidade sente precisar fazer para atender às suas necessidades – as condições de trabalho, o conhecimento e a saúde que possam fortalecer as comunidades costeiras. No contexto de Timor-Leste, como país recente, existem várias lacunas, mas as mudanças a empreender devem ter por base a sustentabilidade.

Santos *et al.* (2018, p. 172) consideram que “a inovação social diz respeito a como, de forma individual ou coletiva, por meio de mudanças no modo agir, as pessoas criam oportunidades e resolvem os seus problemas”.

Na dimensão inovação social foram identificadas de 15 categorias (ver Tabela 0.32):

1. Acesso às tecnologias (pela comunidade);
2. Aumento do conhecimento;
3. Capacidade de construir casa e comprar barco;
4. Capacidade de resolução de problemas;
5. Promoção da saúde;
6. Competência para negociar;
7. Ética no serviço;
8. Autonomia;
9. Motivação;
10. Mudança de comportamentos;
11. Poupança;
12. Profissionalismo;
13. Transparência;
14. Vontade de trabalhar;
15. Capacidade de comunicar.

Tabela 0. 32 – D5 – Inovação social

Categorias (C)	Descrição	Exemplos de falas significativas
Acesso às tecnologias (C5.1)	As pessoas usam instrumentos ou aparelhos técnicos para fazer uma atividade e por fim atingir um objetivo.	<p>“A tecnologia também estava nos ajudando, tais como no acesso ao desenvolvimento em outro país, como se seguir a mudança”. (P21)</p> <p>“Podemos utilizar a tecnologia como um canal de marketing”. (P12)</p> <p>“Os turistas pedem algo em inglês, se não entendemos</p>

		podemos aceder através do Google e traduzir para encontrar as respostas”. (P33) “Nós podemos estudar diretamente pelo Youtube”. (P38) “E tudo isso é mais fácil por causa da energia elétrica”. (P10)
Aumento do conhecimento (C5.2)	Conhecimento para a realização do trabalho e da tomada decisão	“Sinto que o meu conhecimento, comparado com o passado, é melhor, mesmo que ainda não atingi 100%”. (P33) “Bom porque pode aumentar o meu conhecimento e melhorar a minha mentalidade, capaz de comunicar para fazer qualquer coisa relacionada com o negócio”. (P30) “A formação ajudou-me tanto que também senti que havia uma mudança na minha vida porque antigamente eu só frequentei a escola primária no tempo português”. (P36)
Capacidade de construir casa e comprar barco (C5.3)	Com o rendimento que a comunidade recebe pode construir nova moradia ou novo barco.	“Quando eu uso o meu barco para pescar, então com o rendimento da venda de peixe eu posso fazer poupança, depois de satisfazer as minhas necessidades diárias, incluindo o custo de educação da criança e construção de uma casa”. (P27 e P33)
Capacidade de resolução de problemas (C5.4)	Capacidade de resolver problemas relativos aos negócios, a conflitos, a desastres naturais ligados ao ambiente e à vida humana.	“Muitas questões relativas à vida da comunidade e até a conflitos na comunidade, mas no fim há sempre solução, há reconciliação, e capacidade de resolver o problema com consciência e cooperar com os outros”. (P21) “Para resolver os meus próprios problemas e desenvolver a minha capacidade de relação com as outras pessoas. Todos os erros ou acidentes que ocorrem devemos tomar nota, para que, quando avaliarmos, identificarmos a causa e os impactos para depois buscar a solução”. (P36).
Promoção da saúde (C5.5)	As comunidades melhoram a limpeza, a gestão do lixo e a sua nutrição.	“A saúde é muito importante, por isso sempre limpamos muito a nossa casa” (P30 e P32). “Estou sempre atento à saúde alimentar, por isso, a comida antiga vai para o lixo para não afetar a saúde dos turistas, e manter a nossa qualidade”. (P34) “Com a presença do turista, aproveitarmos para melhorar a nutrição dos nossos filhos, através dos restantes matérias-primas”. (P30, P36)
Competência para negociar (C5.6)	As comunidades conseguem negociar os seus produtos. Capacidade de se expressar, ter empatia, estar à vontade com os clientes e os turistas.	“O comportamento da comunidade aqui é único. Antigamente os nossos ancestrais não traziam os seus produtos para vender no mercado, mas atualmente nós já levamos os nossos produtos para vender na praia em Valu Sere. Nós sorrimos para os clientes, mas antes só se dava um sorriso às pessoas que se conhecia”. (P21)
Ética no serviço (C5.7)	As pessoas trabalham com as regras de negócio, respeitando os clientes	“A formação da qual participei diversas vezes tornou os meus pontos de vistas mais amplos. Nomeadamente no que diz respeito à ética no serviço e melhoria mentalidade”. (P34)
Autonomia (C5.8)	A comunidade já não está tão dependente do governo para comprar o próprio barco ou para melhorar o seu próprio negócio.	“Em relação ao ecoturismo, um dos componentes que foi muito difícil de mudar era a dependência da comunidade, mas hoje ela consegue ser autónoma”. (P1) “Eu quero abrir um negócio sozinho, porque eu não quero depender de outra pessoa”. (P31) “Eu era dependente do governo, mas agora eu compro próprio Barco”. (P27)
Motivação (C5.9)	Através do negócio a comunidade continua a implementar o seu conhecimento, a encorajar os seus filhos a aceder à educação, a expandir o seu negócio através do	“Através da formação consegui melhorar os meus negócios”. (P36) “Então, com o dinheiro encorajamo-nos a construir um quarto de <i>bungalow</i> e estávamos a desenvolver outro quarto”. (P34)

	rendimento que recebe.	
Mudança de comportamentos (C5.10)	Mudança de comportamentos, atitudes, pensamentos e ações.	“Outro impacto, vimos que começou a haver uma mudança de comportamento, a comunidade que costumava reunir-se para contava histórias não produzia nada, agora começou a mudar, à procura de dinheiro para cobrir o principal e os juros dos empréstimos, começaram a focar-se em atividades produtivas”. (P15)
Poupança (C5.11)	As comunidades sabem gerir o dinheiro que recebem dos seus negócios e guardam no banco.	“Portanto, o dinheiro que recebemos dos resultados das nossas pescas, poupamos para quando os nossos filhos vêm para casa, damos-lhes para pagarem os seus estudos em Díli”. (P29) “Uma semana eu já recebo crédito; além disso, quando eu pago as minhas obrigações, eu também deposito dinheiro o restante dinheiro para minha poupança”. (P30)
Profissionalismo (C5.12)	A comunidade usa a sua capacidade e técnica para resolver problemas. Esta capacidade permite pensar em outras alternativas para responder a lacunas que eles enfrentam, com disciplina e responsabilidade.	“Temos uma boa compreensão em termos de gestão dos pescadores, pescar profissionalmente, pensar no mercado, ser capaz de resolver os problemas relacionados com os pescadores, como a reparação de motores, ou a reparação de redes e também ajuda a pescar de modo mais eficaz”. (P24) “Nós reparamos o nosso motor de barco sozinhos, mesmo quando temos limitação de peças”. (P25)
Transparência (C5.13)	A comunidade utiliza a sua maneira de trabalhar em grupo para evitar desconfianças e assegurar valor para a equipa de trabalho e aumentar a responsabilidade.	“Sim, há uma mudança, porque pode aumentar muito o nosso conhecimento, trabalhamos em grupos e também há transparência”. (P24) “A socialização, a transparência, a responsabilização e a cooperação através de abordagens sociais e culturais é muito importante para aumentar a confiança”. (P17)
Vontade de trabalhar (C5.14)	O negócio resulta a partir de uma boa relação com os parceiros de trabalho, com um conhecimento que reforça a responsabilidade e a melhoria de desempenho aumentando a vontade de trabalhar.	“Criámos um método amigável, para que as pessoas possam facilmente compreender e expressar os seus conhecimentos e vontade quando houver problemas ambientais”. (P1) “A comunidade aqui, estamos fazendo à nossa maneira para que a nossa sociedade também esteja bem motivada e eles tenham a vontade de trabalhar sempre conosco”. (P35)
Capacidade de comunicar (C 5.15)	A mudança na capacidade de comunicar com os turistas ou outros clientes tem impacto no sucesso do negócio.	“A tecnologia entrou no nosso lugar e nós falamos diretamente com os turistas. A eletricidade entrou, a linha telecomunicações instaladas em todos os territórios, e a formação administrada pelo Ministério do Turismo, ONG Haburas, e outros intervenientes permitiu que nós nos habituássemos a falar com os turistas, tanto pessoalmente como pelo telefone, ou Internet”. (P34, P35 e P34)

7.7 Síntese conclusiva

Com base no formato de modelo de codificações da metodologia, especificamente codificações seletivas, foram selecionadas as informações pertinentes para analisar alinhadas com objetivo da tese.

Relembremos que o objetivo geral deste estudo é compreender o turismo e o processo de desenvolvimento comunitário na zona costeira através da percepção dos

intervenientes sobre os seus papéis, como um mecanismo para consciencializar e orientar a comunidade para poder incrementar a sua qualidade de vida.

A presença dos intervenientes, para orientar as comunidades a seguirem todos os processos, a partir da abordagem para a comunidades até a comunidade implementar a sua consciencialização pelo resultado social, como a parte das transformações sociais que permite a comunidade continuar a residir na zona costeira (Partanen, 2021).

Foram identificadas cinco dimensões:

- Dimensão 1 – Desenvolvimento comunitário;
- Dimensão 2 – Construção do ecoturismo de base comunitária;
- Dimensão 3 – Sustentabilidade;
- Dimensão 4 – Acesso ao mercado turístico;
- Dimensão 5 – Inovação social.

Estas dimensões foram subdivididas em categorias e subcategorias. Esta estrutura analítica permitiu classificar as palavras ditas pelos intervenientes e pelas comunidades numa estrutura lógica.

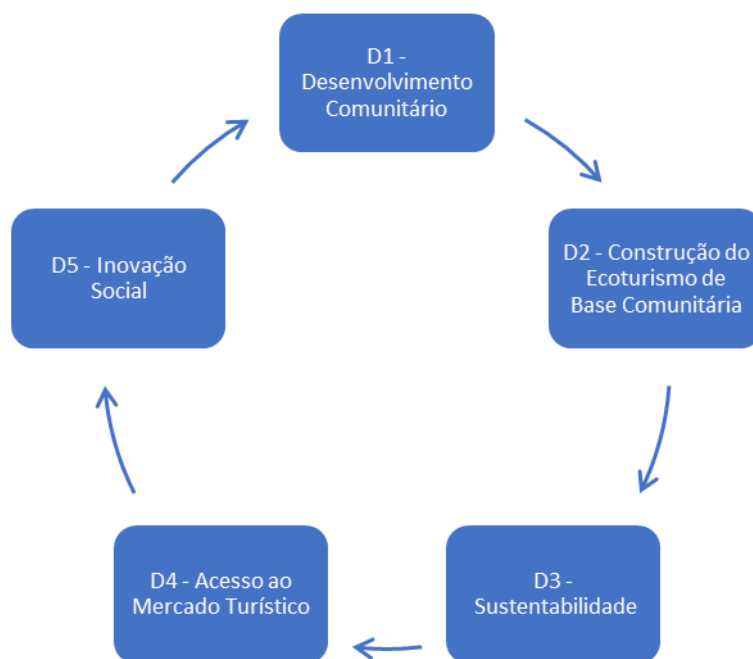
No capítulo seguinte será realizada a análise e discussão destes resultados.

Capítulo 8 - Análise e discussão dos resultados

8.1 Introdução

Neste capítulo procede-se à discussão dos resultados, apresentados no capítulo anterior. Esta discussão segue a sequência do modelo de análise, constituído por cinco dimensões (Figura 0.37).

Figura 0. 37 – Discussão segundo as dimensões de análise



Fonte: Elaboração própria

A primeira dimensão, desenvolvimento comunitário, é um mecanismo de construção das comunidades costeiras para atingir objetivos comuns. As categorias desta dimensão são: processo de envolvimento dos intervenientes, construção de conhecimento e empoderamento.

O processo de desenvolvimento comunitário foi iniciado a partir do envolvimento dos intervenientes (*stakeholders*). Estes tentaram ver a condição da comunidade costeira, em relação às suas visões e missões, bem como os regulamentos e os programas aplicáveis

para o desenvolvimento das comunidades. Os intervenientes, para construir e fortalecer as comunidades costeiras, tiveram em consideração os seguintes aspetos, que são consideradas como subcategorias: a identificação dos problemas, o objetivo dos intervenientes, a coordenação, a cooperação, a socialização, a formação de grupos, e por fim, a formalização dos grupos.

Depois de identificar e ter o grupo formado, os intervenientes construíram e divulgaram o conhecimento (segunda categoria), para responder às fragilidades que existem na zona costeira. Nessa fase, começaram a capacitar, de acordo com os setores das comunidades na área, (considerados como subcategorias), tais como a área da gastronomia e alojamento, a pesca e a conservação do ambiente, artesanato e a criação e gestão de pequenas empresas (quiosque). Os intervenientes também acompanharam, monitorizaram e avaliaram as capacidades das comunidades, relacionadas com a atividade económica, de forma que foram consideradas mais essas três subcategorias.

O desenvolvimento da capacitação é uma parte do empoderamento (terceira categoria). Com base no resultado da avaliação que obtiveram, os intervenientes criaram um guião para ajudar as comunidades com atividades económicas e a compreender a assistência existente. Ou seja, deram a conhecer o processo para obtenção de assistência, os benefícios da assistência, os tipos de assistência, o montante e a frequência da assistência que a comunidade recebe, e ainda a supervisão e as condições da assistência distribuídas à comunidade.

A segunda dimensão é construção do ecoturismo de base comunitária. A comunidade constrói a sua própria atividade económica, mantendo a sustentabilidade da zona costeira. Assim, antes de construir o ecoturismo de base comunitária, os intervenientes cooperam com a comunidade. Os intervenientes começam por (categorias): observação inicial (fazer observações de campo), recolha das perceções da comunidade sobre os turistas, trabalho coletivo na construção de infraestruturas (e.g., estradas), impulso da construção do turismo de base comunitária baseado na evidência, apoio na construção de alojamento e restaurantes, fornecimento de instalações, evidência dos benefícios do turismo, laboratório do turismo, potencialidade do turismo, qualidade do turismo e relação do *Tara Bandu* com o turismo.

A terceira dimensão está relacionada com a sustentabilidade e abrange a preocupação das comunidades com os aspetos ambientais, económicos, sociais e culturais (quatro categorias).

Através do desenvolvimento de capacitação, a comunidade fica motivada e capaz de construir o turismo de base comunitária, desenvolvendo-se a nível económico. A comunidade tem preocupação com a economia, mais especificamente com a criação de emprego, o crescimento do negócio, o rendimento e a retenção de rendimento (quatro subcategorias).

A categoria ambiente tem as subcategorias: a preocupação com o ambiente, o ambiente no passado, a socialização, os benefícios da sustentabilidade do ambiente, a conservação, a contribuição da tecnologia, a educação ambiental, a prática da comunidade para o ambiente, o resultado de cuidar do ambiente, *Tara Bandu* para o ambiente e a política zero plástico. A categoria social tem as subcategorias: o desenvolvimento da paz, o investimento na educação, a promoção da igualdade de género, a qualidade de vida, e o capital social. Na categoria cultura, as subcategorias existentes são: contribuição para o desenvolvimento, a cultura católica, o animismo, a criatividade, fortalecer os laços familiares, identificar as atividades culturais, preservar a cultura e os valores culturais.

A quarta dimensão diz respeito ao acesso ao mercado turístico. O resultado do conhecimento permite construir o ecoturismo baseado na comunidade e manter a sustentabilidade, o que incentiva as comunidades a terem um acesso mais próximo ao mercado turístico. As categorias desta quarta dimensão são: o acesso ao financiamento, a informação, o lugar de venda, o acesso a matérias-primas, a promoção, a qualidade de bens e serviços, a concorrência, os tipos de produtos e o acesso ao transporte (para apoiar os negócios).

A quinta dimensão é a inovação social. Os resultados de algumas das dimensões mencionadas anteriormente podem ser entendidos como um fator importante de como a inovação social é inserida na sociedade. O conhecimento existente pode ajudar a melhorar a mentalidade da comunidade para se comportar de forma mais justa e inovadora na sociedade e na condução dos seus negócios. As categorias que refletem a inovação social são: o acesso às tecnologias (pela comunidade); aumentar o conhecimento; a capacidade de construir habitação e comprar barco novo; a capacidade de resolver problemas; promover a saúde (e a qualidade da vida); a competência para negociar; a ética no serviço; a

autonomia; a motivação; a mudança de comportamentos; a poupança; o profissionalismo; a transparência; a vontade de trabalhar; e a capacidade de comunicar. A inovação social poderá ocorrer sem planeamento, mas com a presença dos intervenientes e com a colaboração da comunidade pode ser acelerada.

Assim, todas as dimensões, categorias e subcategorias são detalhadamente descritas nas secções seguintes.

8.2 Dimensão 1 – Desenvolvimento comunitário

O desenvolvimento comunitário é a base para orientar a comunidade a construir um futuro melhor, pensado e implementado de uma forma sustentável. Na dimensão desenvolvimento comunitário, começa-se a descrever a primeira categoria, processo de envolvimento dos intervenientes.

8.2.1 Processo de envolvimento dos intervenientes (C1.1)

A presença dos intervenientes nas comunidades é pertinente para elevar a imagem da comunidade, são também parceiros de desenvolvimento e podem acelerar o desenvolvimento de um turismo mais perto da comunidade e responder imediatamente aos desafios que a comunidade enfrenta no terreno. Olhando as características das comunidades costeiras torna-se um grande trabalho por parte dos intervenientes; é que a comunidade está a começar a criar várias atividades, e ainda requer várias abordagens e estratégias para melhorar o entendimento das mesmas e as suas funções.

Os intervenientes na comunidade vão desde o nível nacional, passando pelo município, posto administrativo, até ao nível local. Os intervenientes considerados principais no desenvolvimento comunitário são: a administração pública (parte do governo), as organizações não-governamentais e os líderes comunitários. De notar que a administração pública (parte do governo) também está dividida em vários níveis, nomeadamente nacional, municipal e posto administrativo. O nível do suco fica fora da estrutura governamental, que tem por base o Decreto-Lei n.º 16/2004 (Governo de Timor-Leste, 2009b) e o artigo n.º 95 da Constituição da RDTL (RDTL, 2002). O chefe do suco é eleito diretamente pela comunidade ao nível do suco, mas mantém a coordenação com a estrutura governamental a nível do município e do posto administrativo. Outra aposta no

planeamento comunitário são as organizações não-governamentais, que não estão vinculadas ao governo para que, com flexibilidade, possam cumprir os seus objetivos de acordo com a sua visão e a missão. A sua missão passa por capacitar a comunidade para que tenha confiança e caminhe pelo seu próprio pé num desenvolvimento sustentável.

Na Tabela 0.33 são indicados os doze intervenientes, as suas competências e o enquadramento legal. Posteriormente são apresentados, revelando a sua função e o seu propósito, tendo por base os regulamentos aplicáveis.

Tabela 0. 33 – Competências e objetivos dos intervenientes (*Stakeholders*)

Nº	Intervenientes	Competências	Lei e página (p)	Designação	Objetivo	Áreas	Nível
1	Ministério do Turismo	Na competência Direção Geral do Turismo, artigo 15.º alínea m): coordenar com os serviços municipais e apoiar a implementação de políticas de planeamento e de desenvolvimento do setor do turismo a nível municipal;	Constituição da RDTL, Artigo 117.º (RDTL, 2002, p. 67)	Competências dos Membro do Governo	Considerando o objetivo que refletem a decreto-lei do MTCI, tem natureza na parte da alínea b) mencionou que conceber, executar e avaliar as políticas do turismo, do comércio e da indústria;	Turismo e Indústria	Nacional
		Na competência da Direção Nacional de Empreendimentos, Atividades e Produtos Turísticos artigo 17.º, alínea c): Promover e apoiar a divulgação dos produtos locais, designadamente, nos setores do artesanato, da gastronomia, do desporto e do lazer, em cooperação com outros organismos públicos e privados;	Decreto de Lei n.º 12/2019, 15 de junho, Artigos 15.º, 17.º e 22.º (Governo de Timor-Leste, 2019a, pp. 40, 41)	Orgânica do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria (MTCI)			
2	Ministério da Agricultura e Pescas	As competências do setor agricultura e horticultura no artigo 15.º alínea d): Estabelecer serviços de apoio técnico eficientes e novas tecnologias destinados a prestar assistência às comunidades de agricultores e visando o aumento da produção de alimentos, especialmente o arroz e milho.	Constituição da RDTL, Artigo 117.º (RDTL, 2002, p. 67)	Competências dos Membro do Governo	De acordo com a lei que existe, tendo em consideração as grandes opções de política estabelecidas de acordo com o Plano de Desenvolvimento Nacional, procede-se à criação dos órgãos e serviços do Ministério e à definição das respetivas competências, de uma forma integrada, evolutiva e funcional, enquadrados sob a dependência e coordenação técnico normativa dos serviços centrais, e possibilitando a descentralização das intervenções operacionais dos serviços e instituições distritais que operam no sector da agricultura, florestas, pecuária e pescas	Pescas	Nacional
		A competência que foi titulado para a Direção Nacional das Pescas e Aquicultura, artigo 19.º, nas alíneas: a) Apoiar a definição da política nacional das pescas, nas vertentes interna, regional e de cooperação internacional e garantir a sua execução; b) Incentivar o desenvolvimento sustentado da indústria pesqueira destinada ao mercado interno e externo; c) Definir, conjuntamente com o DNPP, adoção de legislação do sector das pescas; d) Assegurar, através de métodos de gestão e ordenamento, a exploração adequada dos recursos vivos marinhos disponíveis nas áreas de jurisdição nacional e dos espaços hídricos propícios ao desenvolvimento da aquicultura; e Implementar como medidas de proteção e conservação, em articulação com os serviços demais, organismos e entidades, das espécies marítimas;	Decreto-lei n.º 18/2008 19 de junho, Artigos 15.º e 19.º (Governo de Timor-Leste, 2008, pp. 2365–2367)	Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas			
3	Secretaria de Estado do Ambiente	No artigo 8.º alínea a) mencionou que o Estado reconhece, a importância de todos os tipos de <i>Tara Bandu</i> enquanto, integrante da cultura de Timor-Leste e como mecanismo tradicional regulador da relação entre o homem e o ambiente em seu redor;	Constituição de RDTL, Artigo 61.º (RDTL, 2002, p. 40)	Ambiente	A presente lei define as bases da política do ambiente, os princípios orientadores para a conservação e proteção do ambiente e para preservação e uso sustentável dos recursos naturais de forma a promover a qualidade de vida dos cidadãos.	Ambiente	Nacional
		O Artigo 11.º, alínea 1) descreve que o Estado deve fomentar a participação das autoridades comunitárias na conservação e proteção do ambiente e na preservação e uso sustentável dos recursos naturais e o seu envolvimento nos processos de decisão e nas atividades ambientais.	Decreto de Lei n.º 26/2012, de 4 de julho, Artigos 2.º, 8.º, 11.º e 18.º (Governo de Timor-Leste, 2012b, pp. 6017–6020)	Lei de Bases do Ambiente			

Nº	Intervenientes	Competências	Lei e página (p)	Designação	Objetivo	Áreas	Nível
		O Artigo 18.º, alíneas: 3) definiu que no ordenamento e edificação das zonas comerciais industriais são tidas em conta como necessidades ambientais específicas de cada área, garantindo-se, o cumprimento das normas ambientais de controlo de poluição, sonora, hídrica e do ar, da luz e da vibração especialmente na queima de combustíveis, industrial agrícola e doméstica. 4) O ordenamento e o planeamento das zonas interiores devem enquadrar a necessidade de gestão integrada dos recursos hídricos tendo em conta os impactos eventuais que os mesmos podem ter nas zonas costeiras.					
4	Secretaria de Estado de Cooperativas	A Direção Nacional de Desenvolvimento do Setor Cooperativo, abreviadamente designada por DNDSC, é o serviço responsável pela promoção e pelo desenvolvimento do setor e de apoio ao bom funcionamento das atividades económicas na área cooperativa; a) Fomentar a capacitação institucional das entidades do setor cooperativo; b) Promover e colaborar na dinamização da formação no setor de economia social, nomeadamente através do reforço da qualificação dos profissionais e da sustentabilidade das organizações do setor cooperativo; c) Promover e colaborar na constituição, organização, gestão e contabilidade de cooperativas e de pequenas empresas que operem no setor social; d) Assegurar a coordenação do setor cooperativo com entidades relevantes que contribuam para o desenvolvimento económico	Constituição da RDTL, Artigo 50.º, alínea 5) (RDTL, 2002, p. 37)	Direitos e deveres económicos, sociais e culturais	a) Promover o desenvolvimento do setor cooperativo, principalmente nas áreas rurais e na agricultura, em coordenação com o Ministério da Agricultura e Pescas e os Sucos;	Cooperativa	Nacional
			Decreto de lei n.º 22/2019 de 31 de julho, Artigo 6.º (Governo de Timor-Leste, 2019b, p. 628)	Orgânica da Secretaria de Estado de Cooperativas	b) Incentivar a constituição de entidades de economia social, designadamente do setor cooperativo e divulgar a sua importância no desenvolvimento das áreas de atividade e das comunidades onde se inserem; c) Promover e difundir os princípios e valores prosseguidos pelas entidades no âmbito do setor cooperativo; d) Dinamizar a atividade económica e social do setor cooperativo no âmbito do setor da economia social; e) Fomentar o reconhecimento e a capacitação institucional das entidades do setor cooperativo		
5	Secretaria de Estado de Terras e Propriedade	O artigo 2.º, alínea 1) A comissão é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza independente, com autonomia administrativa, financeira e património próprio, com as atribuições e competências definidas no presente diploma legal e na Lei n.º 13/2017, de 5 de junho.	Constituição da RDTL, Artigos 58.º e 141.º (RDTL, 2002, pp. 39, 77)	Habitação e a Terra	Artigo 141.º (Terras) São regulados por lei a propriedade, o uso e a posse útil das terras, como um dos fatores de produção económica.	Terras	Nacional
			Decreto de Lei Nº 5/2020, de 6 de fevereiro (Governo de Timor-Leste, 2020, p. 7)	Organização e Funcionamento da Comissão de Terras e Propriedades	O presente diploma regula a competência, a organização, o funcionamento e o estatuto pessoal dos membros da Comissão de Terras e Propriedades, doravante abreviadamente designada por Comissão e, fixa ainda as regras aplicáveis à tramitação dos processos da sua competência.		
		O Artigo 23.º definiu-se, as zonas de proteção comunitária, são áreas protegidas pelo Estado com a finalidade de salvaguardar os interesses comuns de uma comunidade local através da proteção especial conferida a áreas habitacionais, áreas agrícolas, quer	Lei do Parlamento Nacional n.º 13/2017, de 5 de junho (Parlamento	Regime Especial para a Definição da Titularidade dos Bens	A presente lei estabelece o regime especial para a definição da titularidade de bens imóveis através do reconhecimento e da atribuição dos primeiros direitos de propriedade sobre bens imóveis.		

Nº	Intervenientes	Competências	Lei e página (p)	Designação	Objetivo	Áreas	Nível
		quando cultivadas ou em pousio, florestas, sítios de importância cultural, locais de culto sagrado ou ligados à tradição local, pastagens, fontes de água ou áreas onde haja recursos naturais cujo uso seja partilhado e necessário à sua subsistência	Nacional, 2017, p. 4,19)	Imóveis			
6	ONG HABURAS	A Fundação Haburas realiza um programa de turismo de base comunitária que visa adicionar fontes de rendimento comunitárias sem criar dependência apenas de um negócio, distribuição equitativa do rendimento comunitário, capacitação comunitária, preservação da cultura local e apoio ao desenvolvimento ambientalmente sólido.	Constituição da RDTL, Artigo 43.º (RDTL, 2002, p. 35)	Liberdade de associação	1) Proteger, manter e apoiar os valores culturais tradicionais que promovem a harmonia entre as pessoas e o ambiente 2) Monitorizar a utilização e gestão dos recursos naturais e garantir que o "processo de desenvolvimento" não tenha um impacto negativo no ambiente 3) Trabalhar para um modo de vida que não seja desperdiçado e baseado na utilização sustentável dos recursos naturais 4) Educar e informar o público sobre questões ambientais em Timor-Leste 5) Proteger e regenerar o ambiente natural em Timor-Leste;	Turismo e Ambiente	Nacional
7	Câmara do Município de Lautém	Artigo 5.º alínea 1) O Estado respeita, na sua organização territorial, o princípio da descentralização da administração pública.	Constituição da RDTL, Artigo 5.º (RDTL, 2002, p. 20)	Descentralização	As Administrações Municipais e as Autoridades Municipais têm por missão assegurar a realização das funções administrativas do Estado através da execução das políticas e dos programas do Governo a nível local, para a promoção e a orientação do desenvolvimento económico-social e através da prestação de bens e serviços públicos nos municípios	Administrativa	Município
		O Artigo 13.º, alíneas: f) Apresentar, para aprovação dos membros do Governo responsáveis pela Administração Estatal, pelo Comércio e pelo Turismo, através de diploma ministerial conjunto, a proposta de regulamento municipal de venda ambulante; g) Apresentar, para aprovação dos membros do Governo responsáveis pela Administração Estatal, pelo Comércio e pelo Turismo, através de diploma ministerial conjunto, a proposta de regulamento municipal de gestão de mercados;	Decreto-lei n.º 3/2016, de 16 de março, Artigo 13.º (Governo de Timor-Leste, 2016a, p. 8956).	Estatuto das Adm. Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico para a Descentralização Administrativa			
8	Instituto de Apoio Empresarial (IADE)	a) Apoiar o Governo na definição e implementação de políticas e estratégias de apoio ao desenvolvimento do sector empresarial e cooperativo, especialmente no que se refere à promoção e apoio ao desenvolvimento do micro, pequenas e médias empresas nas áreas rurais e urbanas; b) Desenvolver, por si ou em conjunto com entidades, programas de formação e capacidade empresarial, empresa nos termos do programa de certificação nacional; c) A Adoção dos Centros de Desenvolvimento Empresarial (CDEs), acolher, orientar, capacitar e acompanhar os empresários, prestando-lhes todas as informações necessárias à criação, direção e desenvolvimento das suas atividades; (etc)	Decreto-Lei n.º 24/2012, de 4 de julho, Artigo 6.º (Governo de Timor-Leste, 2012a, p. 6001)	Instituto de Apoio Empresarial (IADE)	Reforçar a condição de desenvolvimento económico do país, ou seja, nos domínios da indústria, da agroindústria, das pescas, das finanças e do turismo, significa que a responsabilidade de promover a criação e o desenvolvimento de novas atividades económicas, através de um apoio especial ao sector privado e às cooperativas, através da implementação de programas e instrumentos de formação proactiva, informação e aconselhamento.	Capacitação	Município

Nº	Intervenientes	Competências	Lei e página (p)	Designação	Objetivo	Áreas	Nível
9	Eletricidade de Timor-Leste (EDTL)	Estabelece as tarifas de ligação aplicáveis aos consumidores no momento do registo até à ligação à baixada para as instalações dos consumidores, bem como as tarifas de participação dos consumidores quando é efetuada uma ligação especial e direta à rede pública de energia elétrica de média tensão englobando os serviços de apoio de manutenção. O Governo pretende estabelecer um novo regime de tarifas que expresse o verdadeiro custo de produção por parte do concessionário do serviço nacional de eletricidade.	Resolução do governo n.º 33/2010, de 28 de junho (Governo de Timor-Leste, 2010, p. 4241)	Revisão do Tarifário para Fornecimento de Energia Elétrica	O plano de eletrificação está agora integrado nos planos de desenvolvimento global para a Nação, com o objetivo de responder às exigências energéticas de longo prazo, para construir como	Energia e ambiente	Município
		Igualmente, tal regime de tarifas deve ser adaptado à capacidade financeira das diferentes categorias de clientes, de modo que os consumidores de menores recursos possam ter acesso ao fornecimento de energia elétrica	Diploma Ministerial n.º 1/2017, de 4 de janeiro (Governo de Timor-Leste, 2017a, p. 1,2)	Tarifas de Ligação e Tarifas de Participação de Energia Elétrica	infraestruturas básicas e desenvolver indústrias em todos os sectores, incluindo a criação de uma refinaria, uma plataforma de abastecimento e uma indústria em terra de Gás Natural de Liquefeito (GNL) na região sul.		
10	Posto Administrativo	O Administrador do Posto exerce administrativo como competências previstas pelo decreto presente para os titulares das cargas de administração Municipal e como competências que neles delegados são delegadas pelo Administrador Municipal, pelo Presidente da Autoridade Municipal ou subdelegadas pelo Secretário Municipal Municipais ou pelos Diretores do Serviço Municipal	Decreto-Lei n.º 3/2016, Artigo 64.º (Governo de Timor-Leste, 2016a)	Estatuto das Adm. Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico para a Descentralização Administrativa	Administração do Posto Administrativo é o Centro de Atendimento Público, ponto de contacto entre municípios e sucos, responsável pela prestação de serviços sociais e públicos da Administração Municipal ou da administrativos à população e promover uma maior participação dos cidadãos na atividade administrativa Autoridade Municipal, e que tem por missão assegurar a execução das competências específicas desta na área do posto administrativo, garantir a aproximação efetiva dos serviços	Administrativa	Posto Administrativos
11	KAIBAUK	Dar crédito às pequenas e médias empresas e contribuir para a economia ao nível base, bem como reforçar as mulheres em áreas remotas para o acesso financeiro na melhoria da economia familiar. Timor-Leste tem um potencial turismo muito elevado, pelo que Keabauk dá crédito também às empresas de turismo. Porque este sector emprega muitas pessoas.	Constituição da RDTL, Artigo 43.º (RDTL, 2002, p. 35)	Liberdade de associação	Para ajudar a economia familiar, para viver melhor. E através dos serviços do Instituto KAEBUUK pode proporcionar oportunidades à comunidade que de forma transparente, sustentável de acordo com os regulamentos existentes.	Financeiro	Posto Administrativos
12	Chefe de Suco ou Líder Comunitário	a) Coordenar a implementação das decisões tomadas pelo Conselho de Suco e, em coordenação com os outros membros do Conselho de Suco, promover um processo contínuo de consulta e discussão com toda a comunidade sobre o planeamento e execução de programas de desenvolvimento comunitário;	Constituição da RDTL, Artigo 72.º (RDTL, 2002, p. 43)	Poder Local	Organizar a participação da comunidade na solução dos seus problemas, zelar pelos seus interesses e representara-la sempre que necessário.	Multissetorial	Local/Suco
		b) Cooperar com a Administração Municipal e os representantes do Governo sobre os procedimentos a adotar no desenvolvimento das atividades do Suco; c) Favorecer a resolução de pequenos conflitos que envolvam duas ou mais Aldeias do Suco;	Lei n.º 3/2009, de 8 de julho, Artigo 11.º (Governo de Timor-Leste, 2009b, p. 3270)	Lideranças Comunitárias e Sua Eleição			

Fonte: Elaboração própria

Consideramos que existem 12 intervenientes com intervenção no município de Lautém, especialmente nas comunidades do litoral. A atuação destas instituições ou organizações sociais podem ter um impacto no desenvolvimento comunitário. Os intervenientes, tendo por base os seus deveres, promovem o desenvolvimento da comunidade, nas respetivas áreas tais como o turismo, agricultura e pescas, ambiente, terras no litoral, desenvolvimento da capacidade empresarial, administração, distribuição de energia elétrica e o desenvolvimento financeiro da comunidade.

Com o objetivo de compreender o papel de cada um destes intervenientes e de como cada um poderá trabalhar em colaboração e cooperação, apresentamos de seguida uma síntese:

- (1) Os intervenientes do **Ministério do Turismo** têm a competência de apoiar todas as pequenas, médias e grandes empresas turísticas. O seu objetivo é determinar políticas dinâmicas nos aspetos económicos, sociais e culturais para reduzir os níveis de pobreza e melhorar o bem-estar das pessoas, ao nível comunitário.
- (2) Os contributos dos intervenientes do **Ministério de Agricultura e Pescas** têm um papel importante na determinação de políticas, que conduzam à industrialização das pescas a nível local, municipal, nacional e internacional, e fomentando as comunidades para a conservação, de acordo com a regulamentação aplicável, e assim apoiar o desenvolvimento sustentável. A costa é vista como uma base para pescadores e outras comunidades. Esta área é sempre afetada pela ação humana o que pode causar poluição e degradação do ambiente e conseqüentemente o turismo costeiro, daí ser importante a aplicação das políticas e regulamentos.
- (3) A proteção e conservação apoiada pelo **Secretaria de Estado do Ambiente (SEA)** é traduzida em regulamentos governamentais e na abordagem do *Tara Bandu*, nomeadamente na Lei de Bases do Ambiente. O artigo 8.º (*Tara Bandu*) e o artigo 18.º (ordenamento do território) desta Lei de Bases do Ambiente referem o mecanismo para manter a praia sustentável para a vida das pessoas, de geração em geração (Decreto-Lei n.º 26/2012 - Governo de Timor-Leste, 2012b).
- (4) A **Secretaria de Estado das Cooperativas** apoia com fundos e com formação proporcionada à comunidade sendo um mecanismo para melhorar a economia da comunidade, desenvolvendo o potencial turístico no litoral. A competência e os objetivos de cada interveniente na melhoria do comportamento das pessoas e na

melhoria do conhecimento comunidade, desde 2002 até ao presente, e a intervenção de organizações internacionais também esperam regulamentação e vários apoios para manter o potencial e a resiliência da comunidade.

- (5) A **Secretaria de Estado da Terras e Propriedade** tem o dever de socializar e identificar todos os residentes da comunidade que vivem em terras governamentais, especialmente no litoral. Para que as comunidades conheçam e cuidem do património do Estado, mais eficaz e eficientemente, e regularizem as habitações, o uso da propriedade do Estado, de acordo com a sua potencialidade para garantir o desenvolvimento do país e o bem-estar do povo. Os intervenientes representantes do governo agem como reguladores, facilitadores, motivadores, coordenadores e estabilizadores. Os intervenientes do governo definiram as regras para que todos os programas e atividades realizadas pelo governo e pelas organizações não-governamentais sejam bem organizadas e possam funcionar de acordo com as vias existentes. Além disso, pretendem evitar a desigualdade, o uso indevido das instalações e de orçamentos existentes, de modo a não sair do fluxo interno do desenvolvimento comunitário.
- (6) A organização não-governamental **ONG Haburas** tem preocupação em relação à comunidade, de forma que colabora com os principais intervenientes dos sucos. Esta ONG procura fundos de outros países, como o Centro de Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral (CIDAC) de Portugal, para desenvolver comunidades na costa de Valu Sere. Para que a comunidade seja capaz de construir negócios cooperativos na área do turismo, a ONG Haburas aumenta a capacidade comunitária ao nível de base, nomeadamente através da formação.
- (7) A **direção municipal de Lautém** tem uma grande tarefa a desempenhar no desenvolvimento do turismo e na interligação com o governo central e com os postos administrativos, no entanto, a legislação que permitem ao governo municipal realizar as suas funções na área do turismo ainda não estão descentralizadas. Nesta condição, através da nova política do 8º Governo Constitucional, os intervenientes a nível municipal podem participar no desenvolvimento comunitário, contudo, as condições políticas de mudança na estrutura do governo não foram devidamente implementadas.

- (8) A comunidade pode construir o turismo de base comunitária mesmo que enfrente muitas dificuldades e desafios na construção do seu próprio negócio, tanto na área de alojamento, pesca, artesanato, agricultura, comida tradicional (*ketupat*) e algas marinhas. Existe o **Instituto Apoio de Desenvolvimento Empresarial (IADE)** do governo que atua a nível municipal de forma autónoma, nomeadamente no litoral, prestando mais atenção às micro, pequenas e médias empresas, em termos de capacitação. O IADE não presta apoio financeiro, mas centra-se no aumento da capacidade das empresas para melhorar a economia de Timor-Leste, ou seja, desenvolve, por si ou em conjunto com outras entidades, programas de formação e capacidade empresarial.
- (9) Outras instalações e equipamentos que o governo fornece ao público não são relevantes ou partes interessadas ligadas diretamente ao turismo. O governo facilita o desenvolvimento do setor do turismo indiretamente através do desenvolvimento de outros sectores, como as instalações de energia e eletricidade distribuídas pela **Eletricidade de Timor-Leste (EDTL)**. A instalação de energia elétrica em todo o território e para toda as comunidades, é uma estrutura fundamental para o desenvolvimento nacional.
- (10) Cada um dos cinco **Postos Administrativos** de Lautém tem um administrador que é o representante do governo municipal (de Lautém) ao nível do posto administrativo. Têm um importante papel de ligação, como autoridade local, para fortalecer as atividades em união com o desenvolvimento local. Este papel é o de coordenação direta com os chefes dos sucos, ao nível local.
- (11) A integração da função de cada interveniente para apoiar todos os esforços comunitários no litoral deve ser um mecanismo de aceleração do ritmo de crescimento económico da comunidade, em especial no litoral. O litoral pode ser uma porta de entrada a nível económico, visto estar familiarizado com o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária. Esta fonte de rendimento deve ser para as comunidades costeiras. Por conseguinte, a importância da presença de instituições financeiras governamentais e não-governamentais, tais como **KAEBANK**, que existe desde 2001, que são instrumentos para ajudar e inovar a comunidade para procurar o acesso ao dinheiro, de acordo com os sistemas e critérios aplicáveis.

(12)O **Chefe do Suco**, como líder local, tem um papel importante na realização dos programas do governo, ou de outro interveniente. O chefe do suco tem poder para orientar, coordenar e mobilizar as comunidades para participar, direta ou indiretamente, em todas as atividades que têm ligação com o bem-estar da comunidade e o desenvolvimento do país.

Após identificarmos os principais intervenientes, suas competências e enquadramento legal, vamos agora apresentar em pormenor as subcategorias da categoria processo de envolvimento dos intervenientes.

Identificação dos problemas (SI.1.1)

A identificação dos problemas com que a comunidade se defronta, é levada a cabo por alguns dos intervenientes, nomeadamente pelos representantes do governo, ONG e autoridades locais. Estes intervenientes apercebem-se dos problemas existentes através de duas formas, comunicação direta pela comunidade ou observação dos problemas existentes no terreno pelos próprios intervenientes.

Por um lado, os representantes do governo esperam as propostas da comunidade, em relação às dificuldades que a comunidade enfrenta, depois, os representantes identificam a localização das deficiências e fraquezas enfrentadas pela comunidade. Por outro lado, os representantes do governo, como o IADE, o Ministério do Turismo e o Ministério da Agricultura e Pescas identificam diretamente os problemas enfrentados pela comunidade no terreno. O IADE e o Ministério do Turismo estão capacitados para constatar as deficiências a nível do conhecimento das comunidades no desenvolvimento de negócio nas pequenas empresas e na área da hospitalidade. Por exemplo, o Ministério do Turismo, através dos seus representantes, vê se as comunidades costeiras têm iniciativa própria para construir o seu negócio de hospitalidade; por isso eles deslocam-se às comunidades para observar diretamente as dificuldades que estas enfrentam, em termos de qualidade dos serviços e dos produtos tangíveis oferecidos. Já os representantes do Ministério da Agricultura e Pescas e da Secretaria de Estado do Ambiente fazem o diagnóstico dos problemas ao nível das pescas, agricultura e ambiente. Por isso, os serviços interministeriais podem observar diretamente no terreno os problemas e desenvolver uma política adequada para responder às condições que comunidade enfrenta.

As ONG vêm observar as condições de vida da comunidade no terreno. Desde 2003, a ONG Haburas começou a observar e a abordar a comunidade sobre os problemas que eles enfrentam sobre o ambiente, porque a visão da ONG Haburas é "*harmonizar os seres humanos com a natureza, o verde, a condução da educação ambiental*" (P21). A autoridade local também vê que a comunidade continua a viver no limiar da pobreza, e que isso afeta o ambiente porque a comunidade continua a explorar os recursos naturais para a sua sobrevivência, como referem:

No início, e após a nossa independência, a nossa comunidade enfrentou grandes problemas, porque dependia da floresta como recurso de vida, mas não cuidava dela" (P6), o que fez com que o ambiente fosse sempre vítima. (P8 e P21)

Essa condição, a continuar assim, vai ameaçar a conservação do ambiente num futuro mais ou menos próximo, em função da intensidade de uso dos recursos naturais e de degradação dos ecossistemas. Por isso, os intervenientes esforçam-se para orientar as comunidades no conhecimento do valor do ambiente em relação do mercado, as necessidades humanas e os recursos do ambiente. Por outro lado, faz parte da cultura da comunidade Fataluku respeitar e ouvir o que a outra pessoa está a falar, tem vontade, consciência e não é violenta. Assim, este tipo de caráter da comunidade Fataluku é uma oportunidade para desenvolver a comunidade, a sair da marginalização e começar a proteger ambiente.

Objetivo dos intervenientes (SI.1.2)

Depois de identificar a localização dos problemas enfrentados pela comunidade, o próximo passo dos intervenientes é determinar o objetivo. O objetivo é como um alvo para envolver diretamente as comunidades e as orientar. Os objetivos determinados por cada interveniente estão de acordo com as suas competências (ver as competências na Tabela 0.33). Os principais propósitos que os intervenientes mencionaram são: "conhecimento na área hospitalidade" (P4), "pescas e conservação" (P7) "artesanato" (P8), "pequenos negócios" (P11) e "aumento da produção" (P21).

Das declarações apresentadas pelos inquiridos, podemos constatar que todos os objetivos, determinados pelos intervenientes para o desenvolvimento da comunidade, têm benefícios para:

(i) A melhoria da capacidade da comunidade, para que consiga explorar e gerir todos os potenciais negócios, detidos pela comunidade, de forma independente, inovadora e competitiva.

(ii) A melhoria institucional. Com a disponibilização de conhecimentos, a comunidade pode criar parcerias entre os atores de negócios e instituições relacionadas com os esforços da comunidade, bem como criar uma rede de trabalho fortalecendo os negócios comunitários.

(iii) Os esforços de reparação. Com a independência, o espírito de esforço e a gestão negócio, parceiros, capital social e expansão de mercado, a comunidade pode renovar continuamente as suas atividades empresariais.

(iv) A melhoria das receitas. O mercado do turismo requer concorrência competitiva e leal, mas fatores relacionados com a limitação de conhecimento e de capital social podem afetar o desenvolvimento do negócio, o que resulta no declínio dos lucros empresariais. Com o desenvolvimento comunitário e com a capacitação da comunidade através do conhecimento crescente e da melhoria institucional, o negócio desenvolve-se e, assim, aumenta o rendimento das pessoas.

(v) A melhoria ambiental. Tudo o que existe em torno dos humanos afeta o desenvolvimento da vida humana. Com as limitações a comunidade muitas vezes usa indevidamente o ambiente, física e socialmente de forma consumo excessivo de recursos naturais, o que pode voltar a ter um impacto negativo em cada ser humano ou na sociedade. Por isso, é fundamental aumentar a capacidade da comunidade para apreciar a natureza e viver em harmonia e em sustentabilidade.

(vi) A melhoria da vida individual e em grupo. O fator de pobreza ocorre devido o conhecimento limitado que resulta na dependência, no desemprego e na falta de vontade de tentar aceder ao mercado, deixando as pessoas sem rendimento. O objetivo dos intervenientes envolvidos no desenvolvimento comunitário é tirar as pessoas do fosso da pobreza e conduzi-las a uma sociedade independente e inovadora, tanto individualmente como em grupos. Considera-se que a sociedade é uma unidade da vida (socialmente interagindo), baseada num sistema de certos hábitos ou costumes que são dinâmicos e ligados a uma identidade partilhada. O ambiente pode acomodar uma variedade de atividades, tanto em questões sociais, culturais e económicas, por isso, a comunidade também melhorará o ambiente e evitará crimes ambientais para poder haver crescimento

económico da comunidade através de esforços turísticos. Assim, os negócios na área do turismo podem ensinar as pessoas a apreciar a natureza, e a natureza também dá esperança à comunidade através da beleza, potencial e matérias-primas para ser processada em produtos acabados para as crescentes necessidades humanas.

Coordenação (S1.1.3)

A coordenação é um instrumento entre parceiros de negócios para promover a cooperação entre agências, unidades e a comunidade, na realização de determinadas tarefas de forma que haja assistência (ajuda) e complementaridade mútua. As relações de coordenação entre as partes interessadas são frequentemente encontradas no terreno. Como exemplo de coordenação feita pelos intervenientes nas comunidades no município de Lautém, na zona costeira, alguns intervenientes disseram que:

Nessa altura, eu aproximei o antigo chefe do suco para nos dar a oportunidade para falar com os líderes indígenas das autoridades locais. (P8)

Para coordenar e mobilizar a comunidade: primeiro, encontrar com as pessoas que não vão à escola ou abandonam a escola, ou que não conseguem concluir os estudos. (P21)

Para desenvolver as comunidades na costa do município de Lautém, especialmente na costa de Com e Valu Sere, os intervenientes coordenam-se com estas comunidades. A coordenação tem uma diversidade de níveis que vão desde o nacional, o municipal, ao do posto administrativo até ao nível do Suco. A coordenação também pode ser feita direta ou indiretamente. Normalmente, o governo faz uma consulta, ou uma coordenação, seguindo sempre a hierarquia da estrutura da governação. As ONG, que estão fora da estrutura do governo, encontram-se diretamente com a comunidade ou então com a intermediação do chefe do suco. Geralmente, a coordenação é feita através de chefe do suco, porque ele é o líder comunitário e sabe do carácter da sua comunidade, por isso é mais fácil mobilizá-la.

Um exemplo de coordenação foi a realizada pela ONG Haburas na comunidade costeira em Tutuala, com a intenção de implementar o ecoturismo de base comunitária nessa zona costeira e formar grupos de parceiros de trabalho. A finalidade da implementação do ecoturismo de base comunitária era desenvolver a comunidade e simultaneamente, responder ao Regulamento da UNTAET n.º 2000/19, sobre as zonas protegidas (UNTAET, 2000a), que proíbe as pessoas de cortar árvores ou explorar a floresta. Durante a coordenação, o interveniente do Haburas na comunidade teve sinais de que o senhorio da terra tinha permitido que a ONG Haburas realizasse o programa lá.

Contudo, a comunidade que mora naquela área ainda não tinha dado uma resposta positiva, pelo facto de suspeitar que a Haburas não tinha boas intenções e quisesse usar a comunidade, como um projeto. Esta suspeita era devido a experiências anteriores com algumas ONG que vinham dar formação, abastecimento de água limpa, e melhoria das estradas públicas, mas a comunidade que envolve neste projeto não obtendo perfeito salários diários. Assim, estas experiências negativas dificultaram, no início, o compromisso da ONG Haburas em construir voluntariamente uma ligação com a comunidade. Além disso, a comunidade está ciente de que existem muitas limitações na comunidade, como infraestruturas inadequadas, a falta de água potável e a acessibilidade rodoviária (danificada). O conhecimento comunitário ainda é mínimo, o que dificulta a resposta da comunidade ao planeamento determinado pelas partes interessadas da ONG Haburas.

Embora os esforços de coordenação da Haburas com a comunidade ainda não tinham produzido bons resultados inicialmente, esta ONG tinha ainda outras abordagens para usar. Para além, de consultar o senhorio da terra, procurou outro parceiro, neste caso a Sra. Angelina que, na altura, era professora do ensino básico, e tinha conhecimentos em termos de coordenação, capacidades de comunicação e um compromisso de luta. Foi esta a última abordagem usada. A ONG Haburas tem consciência que, para que o processo de consulta e a coordenação prossiga, a organização tem de criar lentamente capital social na sociedade, nomeadamente ao estudar as características da comunidade, ao fazer pesquisas sobre o potencial de Tutuala e dando uma pequena imagem dela às pessoas que têm vontade de poder aproveitar o potencial turístico em Tutuala. Assim, a ONG Haburas direccionou a Sra. Angelina para a construção de uma casa de hóspedes na aldeia de Pitileti, no Suco Tutuala, mesmo à beira da estrada (que segue para a praia Valu Sere e daí para a Ilha de Jaco). O facto de a casa de hóspedes da mãe de Angelina ter sempre a visita de turistas, serviu de exemplo para as outras comunidades verem que o turismo podia proporcionar benefícios à vida das pessoas.

Em 2006 houve uma mudança, um novo chefe do suco, chamado António Fonseca, foi eleito. Enquanto analisava os problemas existentes, a ONG Haburas constatou que a mudança de chefe do suco era um bom momento para desenvolver a comunidade, porque o ele tinha a mesma visão e missão que a ONG Haburas. Com essa oportunidade, a coordenação tornou-se mais eficaz porque o novo chefe do suco era mais ativo e influenciador, assim foi mais fácil desenvolver a coordenação e continuar a abordar a

comunidade. Os chefes dos sucos compreendem muito bem as características e a vida da sua comunidade. Para além disso o chefe do suco, tal como as pessoas da comunidade, costumam ter um nível de educação mais baixo, sendo assim mais fácil a orientação direta com a comunidade, visto constatarem que existem pessoas que têm um nível de educação mais alto, mas só criticam os líderes e não têm ação.

Assim, a coordenação é sempre efetuada pelas partes interessadas, quando são capazes de compreender o caráter e a condição da comunidade ao nível da base. O processo de compreensão não deve ter só em conta os resultados da sondagem, mas também deve ser seguido com honestidade e com abordagem da cultura local.

Cooperação (SI.1.4)

Os intervenientes aproveitam para fortalecer a cooperação quando fazem a coordenação ao nível da comunidade. A cooperação é um meio de trabalho conjunto entre indivíduos ou grupos ou na comunidade para atingir um ou mais objetivos comuns que são parte do desenvolvimento comunitário. O processo de cooperação ocorre quando determinados indivíduos ou grupos, estão cientes dos mesmos interesses para encontrar os desafios e as dificuldades que existem. A cooperação eficaz passa por salvaguardar o interesse da comunidade e dos intervenientes, mas tendo sempre em conta o objetivo principal de desenvolvimento da comunidade de modo sustentável. Isto transparece em algumas falas:

Depois do novo chefe do suco, Senhor António Fonseca, facilmente nós trabalhamos juntos com a comunidade (P8)

Nós cooperamos com a ONG, a Comissão Europeia, a academia para ouvir o nosso propósito sobre o turismo. (P21)

A nossa comunicação e cooperação sempre existe e é direta com o chefe dos sucos, para que quando queremos reunir com a comunidade é sempre mais fácil para realizar, tal como a comunidade do suco sempre realizámos o nosso programa porque a nossa cooperação é muito forte. (P4)

A cooperação feita pelos intervenientes e pelas comunidades, específica para o seu setor, tal como agricultura, pesca, turismo, comércio, artesanato, ambiente, terras e propriedade. Pela observação no terreno, os intervenientes que mais acompanharam a comunidade, desde o início até que esta mostrasse as suas iniciativas para construir os seus negócios, foram três: a ONG Haburas, o Ministério da Agricultura e Pesca e os Chefes dos Sucos. Estas três partes interessadas coordenam e acompanham sempre a comunidade desde o início do processo, a formação de grupos, os programas de trabalho, até à

avaliação. Os outros intervenientes que também estão relacionados e envolvidos no desenvolvimento comunitário atuam posteriormente, ou seja, após a comunidade criar um negócio, vêm para dar capacitação, fornecer instalações e assistência, até ao final da avaliação. Por conseguinte, a informação trabalhada na sessão de cooperação, no planeamento e na formação de grupos centra-se mais nesses três intervenientes, os outros intervêm na informação adicional, baseada em interesses do sector existente.

Voltamos a referir a atuação da ONG Haburas em Tutuala na implementação do ecoturismo de base comunitária nessa área costeira. A fase de coordenação foi pouco difícil. Após a mudança do novo chefe do suco, começaram a cooperar mais estreitamente com a comunidade.

A cooperação entre a Haburas e o chefe do Suco de Tutuala iniciou-se com debates sobre como construir o ecoturismo de base comunitária no Suco de Tutuala. Os chefes de cada aldeia deste suco começaram a realizar encontros em conjunto com o chefe do Suco de Tutuala, a partir das aldeias *Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru*¹⁷, sobre a unificação do programa do chefe do suco com a Haburas, no desenvolvimento comunitário do ecoturismo de base comunitária em Tutuala. Com o acordo existente entre os líderes comunitários e a ONG Haburas, o chefe do Suco de Tutuala, numa semana, fez o planeamento do desenvolvimento do suco, que está mais focado no setor do turismo e pescas. Neste âmbito concordaram ainda que a haver uma organização do governo ou outra que forneça equipamentos agrícolas, não devem recebê-los porque a zona de Tutuala não é uma zona agrícola, mas sim uma zona de turismo e pescas. Através desta orientação, o planeamento do suco e a ONG Haburas está fixado num programa de integração que é construir o ecoturismo de base comunitária na costa de Tutuala integrado com o setor das pescas. Através de oportunidades existentes e de coordenação harmoniosa, o Ministério da Agricultura e Pescas começou também a reforçar os grupos de conservação e os grupos de pesca para se envolverem na proteção do mar e na procura de peixe para responder à presença turística no Suco Tutuala e também no Suco Com.

¹⁷ Em língua Fataluku: *Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru*

Socialização (SI.1.5)

Nesta tese considera-se a socialização como um processo de divulgação das informações para as partes interessadas, para ter aceitação, conhecimentos, consciência, de forma a seguir as informações partilhados. A socialização pode ser de vários tipos, pode haver socialização sobre o ambiente, a regulamentação, a prevenção de conflitos, ou socialização sobre o objetivo ou a missão de uma organização. No caso município de Lautém, os intervenientes socializam para divulgar as informações sobre a prevenção de conflitos e realização do programa, como afirmaram alguns intervenientes:

Fizemos um seminário ou workshop na comunidade para socializar o nosso programa e recolhemos a opinião da comunidade. (P8, P21)

Cooperamos com o MAP sobre o ambiente e a comunidade. (P4)

A comunidade compreende porque houve socialização da mensagem do governo. (P1, P6)

O envolvimento dos intervenientes para desenvolver a comunidade, em relação ao programa, implica a socialização. No caso da implementação do ecoturismo de base comunitária no Suco Tutuala conduzida pelos intervenientes ONG Haburas, Ministério da Agricultura e Pescas, Ministério do Turismo, Comercio e Industria estes cooperaram com a autoridade local, para divulgar as informações, através de reuniões do grupo ou seminários, a nível local. Nos dias 29 e 30 de março de 2005, o chefe do Suco de Tutuala, com a confiança e autoridade existentes, começou a dirigir os chefes das quatro aldeias do Suco de Tutuala (*Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru*¹⁸), para reunir a comunidade dessas quatro aldeias. Esta reuniões eram compostas por figuras tradicionais, pela juventude e pelos chefes das aldeias para ouvir diretamente do chefe do Suco de Tutuala qual era a intenção da socialização realizada pela ONG Haburas e pelo Ministério da Agricultura e Pescas. Nesta socialização o chefe do Suco de Tutuala apresentou a introdução ao seu plano principal, depois transmitiu em detalhe o propósito e o planeamento do desenvolvimento do ecoturismo em Tutuala, que está ligado com a pesca e a agricultura. Na socialização, as partes interessadas conduzem um sistema de diálogo, o que significa que a comunidade não só ouve, como está mais ativa a dar respostas construtivas. Assim, na discussão houve muitas queixas e questões apresentadas pela comunidade, sobre a implementação dos programas do ecoturismo de base comunitária. Com a explicação de Haburas e a direção, as pessoas começaram a entender a importância do turismo no Suco de Tutuala.

¹⁸ Em língua Fataluku: Ilhoru, Pitileti, Veru e Cai-Loru

Em 2007, o Ministério do Turismo (estabelecido no IV Governo constitucional), começou a divulgar informação sobre os benefícios económicos, sociais, culturais e ambientais, do desenvolvimento ocorrido com o turismo na comunidade do Suco Com. Finalmente, as discussões realizadas, tiveram substância para o programa que foi planeado. Assim, o chefe do Suco, juntamente com as outras comunidades realizaram várias abordagens em busca de informação e reforço do seu conhecimento, para que quando o programa fosse implementado a comunidade de Tutuala não fosse prejudicada. A abordagem foi feita através de académicos, representantes dos governos e da ONG Haburas. Com os esforços dos intervenientes atuais, a Fundação Amílcar Cabral, (Portugal), também se tem disponibilizado a ajudar a ONG Haburas e a facilitar a implementação do ecoturismo de base comunitária na comunidade.

Formação de grupos (SI.1.6)

Na fase de formação de grupos estiveram implicadas duas instituições: A ONG Haburas e Chefe do suco. Com apoio de Centro Intervenção para o Desenvolvimento Amílcar Cabral-Portugal. Com os conhecimentos e as facilidades da CIDAC, a ONG Haburas e o chefe do Suco vieram a Tutuala, para coordenar e formar quatro grupos representativos das quatro aldeias do suco de Tutuala, nomeadamente o grupo de Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru¹⁹.

Com solidariedade e carácter cooperativa, formou-se um grupo de cada aldeia no Suco Tutuala, num total de 67 pessoas (44 membros do sexo masculino e 23 membros femininos), tendo o acompanhamento da ONG Haburas e o Chefe do Suco (Figura 0.38).

Fazemos um seminário ou workshop na comunidade para socializar o nosso programa e recolhemos a opinião da comunidade. (P8)

E partir daí formamos os grupos para realizar atividades turísticas. (P21)

Temos o grupo do alojamento no outro município, mas também criamos no município de Lautém para promover. (P8)

Na reunião foi referido a divisão de trabalho para realizar o levantamento na costa da vila de Tutuala sobre a viabilidade de construir negócios turísticos, a desenvolver para cada grupo. Na reunião foram ainda identificadas quatro áreas, nomeadamente, as áreas *Zoon, Valu Sere, Hilapuna e Veru* como alvos a observar.

¹⁹ Em língua Fataluku: *Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru*

Figura 0. 38 – Reunião para a criação dos grupos beneficiários para o desenvolvimento Turismo em Tutuala



Fonte: Chefe do Suco de Tutuala, António Fonseca (2019)

Com o acordo existente, os representantes das quatro áreas identificadas realizaram um inquérito sobre a viabilidade da construção de um negócio turístico, com abordagem do ecoturismo de base comunitária. Este inquérito concluiu que as áreas Zoon, Hilapuna e Veru não tinham condições básicas para iniciarem um negócio de turismo, porque nessa data, e também atualmente:

1. Há dificuldade de acesso a estes territórios;
2. A construção de um negócio turístico tem um custo elevado, e a comunidade não tem meios financeiros suficientes para construir o negócio de turismo, numa área isolada;
3. Os impactes negativos no ambiente, gerados pelas obras, na construção de negócios de ecoturismo numa área remota, indo contra o princípio do ecoturismo, que é conservar o ambiente.

A partir dos resultados deste inquérito, a comunidade decidiu-se por um programa de construção de negócios de turismo na Praia de Valu Sere. Este programa seguirá um modelo de negócio cooperativo que pode ser utilizado pelas comunidades das quatro aldeias, de forma rotativa. Com o resultado da reunião e da observação, todas as comunidades concordaram que farão cooperação mútua para construir negócios de turismo com um modelo cooperativo, em Valu Sere.

Formalização dos grupos (SI.1.7)

A formalização dos grupos é uma fase de fortalecimento da comunidade. Após a formação de um grupo comunitário, a próxima etapa é fortalecê-lo. Este reforço destina-se a formalizar a estrutura organizacional do grupo para que cada um seja responsável pela sua função, na realização de atividades empresariais. Para este apoio, o grupo cooperativo em Valu Sere foi originalmente liderado pela Sra. Angelina, o grupo de pesca em Tutuala coordenado por Adriano da Costa, o grupo de pesca em suco Com coordenado por Deonigio Viegas, e o grupo de conservação liderado pelo Sr. Raul no Suco Com. Por outro lado, também concordaram que as pessoas ao ter os seus próprios negócios, fazem a sua própria gestão e permanecem em coordenação com as partes interessadas, que têm vontade de trabalho. Os inquiridos disseram que:

Depois de inaugurar o grupo da cooperativa, os turistas começaram a entrar no nosso lugar, e nessa altura eu era empregado na parte do atendimento. (P21, P19)

Esses resultados ilustram que, com o apoio dos intervenientes ao nível local, municipal e nacional, é possível incentivar iniciativas comunitárias associadas ao potencial costeiro e acelerar a vinda de turistas para as zonas costeiras.

8.2.2 Construção de conhecimento (Comunitário) (CI.2)

Os intervenientes utilizaram várias abordagens para desenvolver a comunidade, através de capacitação e de acordo com o setor existente, tal como pescar, restaurantes e alojamento, artesanatos, pequena negócio e agricultura, ou seja, é a construção do conhecimento da comunidade. A construção do conhecimento comunitário é uma ação desenvolvida pelos intervenientes para melhorar o conhecimento da comunidade (Duffy *et al.*, 2017; Nur Syamsi & Lee, 2021; Shannon & Walker, 2006), para explorar os valores culturais com potencial, mas que ainda não foram desenvolvidos, para fomentar a consciencialização da comunidade, para aproveitar o potencial da área costeira e ainda para direcionar a comunidade para a criação de consciência da sustentabilidade, construindo assim mercados turísticos (Manu & Kuuder, 2012; Timothy & White, 1999) mais próximos das comunidades, que são orientadas para a inovação social. A construção conhecimento é realizada na base da capacitação em cada setor. Assim, a capacitação a partir da comunidade foi realizada em várias áreas de atividade, nomeadamente restaurante e alojamento.

Capacitação para a restauração e alojamento (SI.2.1)

Depois do processo de abordagem e formação dos grupos é realizada a formação da comunidade (Atanga, 2019). A formação ministrada pelos intervenientes pode ser realizada no formato de seminários e de formação prática e direcionada para o fortalecimento organizacional, no processo de atingir objetivos comuns, por meio de simulações de formação e também de esforços de melhoramento dos negócios comunitários. Na formação feita em forma de seminário (Figura 0.39, nº 1), os intervenientes descrevem as potencialidades da costa, relacionadas com o turismo, apoiada nos princípios do ecoturismo de base comunitária (Syamsi & Lee, 2021) e obtêm *feedback* da comunidade. Além disso, antes da comunidade implementar os seus negócios, os intervenientes também dão a capacitação através de treinamento em relação da qualidade serviços e a conservação ambiental. Nas organizações, os parceiros criam confiança no relacionamento uns com outros, como forma para atingir os objetivos definidos (Figura 0.39). Após construir o conhecimento sobre a organização, a comunidade é formada especificamente em negócios de alojamento e restaurantes. Os intervenientes afirmaram:

Nós damos formação à comunidade especificamente na hospitalidade, gestão ambiente, finanças, e estudo comparativo pela comunidade. (P8 e P4)

A formação que foi realizada também está relacionada com a visão e missão coletiva das ONG, do governo e da comunidade, nomeadamente lutar por um desenvolvimento equitativo desde o nível base até ao nível nacional. Uma das partes fundamentais para atingir a meta é lutar para que a comunidade tenha recursos para viver (Timothy & White, 1999) e ser dotada de conhecimento na gestão de seus negócios. As informações foram recolhidas e analisadas em quatro componentes, consoante o tipo de formação dada: (i) gastronomia e alojamento; (ii) capacitação da ligação com o ambiente; (iii) gestão financeira; (iv) capacitação no exterior sobre os estudos comparativos.

A capacitação na componente – gastronomia e alojamento – aborda desde a criatividade na construção de *bungalows* (pousadas) com materiais tradicionais (bambu), à criação de um serviço de qualidade, à comunicação e língua estrangeira (inglês), à formação em serviços de guia turístico, à inovação na gastronomia local e *housekeeping* (Figura 0.39, nº 4). Por exemplo, a comunidade Lautém tem gastronomia local própria como *maca-maca*, *umu-umu*, *cucu-ana*, *leku-leler*, *rukutana*, *leura papakana*, *sukurana*,

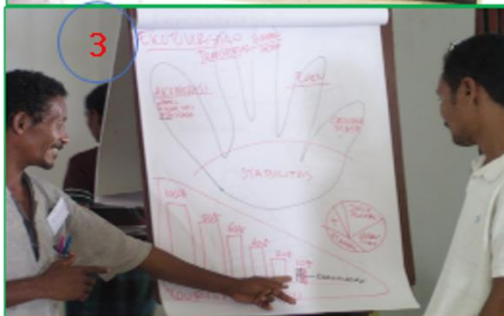
tokir, katupat, e outros produtos que podem ser desenvolvidos e constituírem um produto turístico.

Figura 0. 39 – Formações ministradas pelos intervenientes

**Formação ecoturismo pelo Sr.
Demétrio Carvalho
(Foto de António Fonseca)**



**Formação da simulação pelo Sr.
Pedrito V.
(Foto de António Fonseca)**



**Apresentações dos grupos sobre o
conhecimento do Ecoturismo
(Foto de António Fonseca)**



**Capacitação para as comunidades sobre
culinária e *housekeeping*
(Foto pelo Fernando da Costa)**

Na capacitação ligada com o ambiente foram realizadas formação para as comunidades que pretendem ter negócios de restaurantes e alojamento, relacionada com a gestão do lixo, a reciclagem, o *cleaning service* e a ecologia e conservação (Figura 0.39, nº 3). A capacitação das comunidades costeiras focada sobre a gestão financeira abordando o fluxo de dinheiro, os gastos e o retorno, como depositar o dinheiro no banco, a gestão salarial, a gestão financeira empresarial e os procedimentos de acesso ao crédito. Foi realizada capacitação no exterior, nomeadamente através da visita a casos semelhantes em Bali, Indonésia, Austrália, Macau e em Fiji, permitindo aumentar o conhecimento da comunidade através da comparação com outras experiências.

Capacitação para a pesca e conservação (SI.2.2)

Refletindo sobre as características dos pescadores e da atividade pesqueira na zona costeira do município de Lautém, consideramos que esta é realizada em pequena escala e ao nível local, tendo em conta a profissionalização, as instalações utilizadas, as áreas operacionais de pesca, os métodos de pesca e também o nível de acesso ao mercado pesqueiro. Os intervenientes do governo, nomeadamente do Ministério da Agricultura e Pescas atuam no sentido de transformar a atividade de pesca de pequena escala, para média ou grande escala. Esse papel também tem como objetivo aumentar a produtividade e o bem-estar das famílias dos pescadores. Neste âmbito os intervenientes disseram que:

Os tipos de formação que nós damos desde natação, operacional, manutenção, gestão financeira, comércio, conservação e gestão de passageiros no transporte marinha. (P7)

As expressões veiculadas pelos intervenientes refletem a vida dos pescadores do litoral. A formação dada vai desde o nível básico, até à orientação para o mercado. A finalidade é que a comunidade melhore as suas vidas através do potencial dos recursos marinhos, mas também que se preocupe com a proteção da riqueza marinha. Considera-se que o papel atribuído às comunidades piscatórias tem três componentes: pesca, conservação e transporte de turistas.

A capacitação em relação à pesca foi iniciada com a formação básica de natação. Relativamente a esta componente da formação, *“as comunidades disseram que os intervenientes às vezes vieram aqui só para perder o seu tempo, porque vieram para repetir o que já sabemos desde a infância”* (P25). Receberam também formação sobre a forma de conduzir o barco, lançar a rede, serviço de transporte de passageiros, salvamento do barco, formação sobre o uso do colete de salva-vidas. As formações ministradas deram aos pescadores um mecanismo de elevar à vontade e promover o resultado da pesca para a comunidade ter atividade económica (Darwis *et al.*, 2021). A formação sobre utilização do equipamento foi direcionada para a segurança e redução do risco no desempenho da atividade de pesca, a proteção do ambiente e a manutenção do equipamento, nomeadamente a instalação, fixação do motor, e a reparação da rede, para que no futuro a comunidade seja mais independente. Os intervenientes também capacitaram relativamente à gestão financeira dos rendimentos obtidos com a pesca para que os pescadores saibam gerir o dinheiro ganho, ou seja, ensinaram sobre o a afetação do dinheiro a diferentes aspetos relacionados com a gestão do rendimento: dinheiro para manutenção, dinheiro para

as necessidades sociais e aforro para investimento futuro (e.g. compra de equipamento pesca novo).

Os pescadores também fazem parte do grupo de conservação, por isso, eles também tiveram formação sobre a conservação no mar e em terra. O objetivo esperado pelas partes interessadas na promoção das comunidades nas áreas de conservação é, que haja um aumento da biodiversidade como, por exemplo, o crescimento dos recifes de coral, o aumento do número de peixes, a conservação de peixes que são valiosos e potencialmente úteis para o turismo, conservação da flora e a fauna do litoral para que possa contribuir para a melhoria da segurança alimentar no litoral, tanto do ponto de vista de uma melhoria nutricional para a comunidade como na melhoria da economia comunitária através do turismo e das vendas.

Capacitação para pequenas empresas - Quiosques (SI.2.3)

A presença do turismo no litoral não contribui apenas para o desenvolvimento da área de alojamento, e restaurantes, mas também dar os benefícios aos negócios pequenos, tais como quiosques, e os outros setores que ligado com o turismo. Assim, as formações focadas nos pequenos negócios foram ministradas pela IADE e Instituto Financeiro de Crédito de KAEBAUK. Os princípios da formação (comunidade no município de Lautém) é dar prioridade às pessoas que já têm negócios, seja um pequeno negócio, um negócio de construção ou industrial. Relativamente ao tipo de capacitação nesta área, os intervenientes referiram o seguinte:

A capacitação que nós damos: tal como poupança, utilização de dinheiro de acordo com as necessidades: famílias, social, cultura, negócio, poupança, o acesso giro²⁰(capital de trabalho), formação sobre como começar o negócio, melhoria do negócio (comercialização); planeamento; comprar; contabilizar; controlo de estoque; gestão de custo; procurar ideias. (P11)

A formação teve como base um modelo preparado pelas instituições intervenientes. O modelo usado pela IADE tem três tipos de módulos: (i) procurar a ideia de negócio (*Buka Ideia Negosiu-BIN*), que se foca na busca da oportunidade e potencialidade de negócio para realizar no futuro; (ii) começar o nosso negócio (*Komesa Ita Nia Negosiu-*

²⁰ Giro: o dinheiro necessário para manter a empresa funcionando no intervalo de tempo entre os investimentos, como compras feitas a fornecedores, e o retorno dos lucros em caixa.

KIN), que se foca na fase de desenvolvimento inicial do negócio e visa incentivar os empresários a gerir bem o seu negócio através da procura de ideias e da visualização de planificação do negócio para atingir os resultados esperados, sendo explicado o planeamento de negócio, o desenvolvimento do plano e a sua execução para construção do negócio; (iii) melhorar o nosso negócio (*Hadia Ita Nia Negosiu-HIN*), que tem várias componentes, nomeadamente: (i) planeamento, (ii) compra, (iii) vendas, (iv) contabilidade e gestão financeira, e (v) supervisão ou controlo de estoque, sendo um módulo de gestão direcionado para as comunidades que já têm negócio para ajudar a melhorar a gestão dos seus negócios. De entre estes módulos as comunidades escolhem qual o tipo formação que querem seguir, de acordo com as condições dos seus negócios.

A formação referente ao acesso ao crédito é dada pela instituição financeira KAEBAUK. Antes da comunidade aceder ao crédito, o pessoal da instituição financeira dá a capacitação em termos de conhecimento básico, para os clientes que requerem o crédito de capital de giro. Dão formação sobre o processamento de crédito, o pagamento de juros e depósitos. Esta formação é um dos mecanismos que visa capacitar as comunidades a olhar para as oportunidades e a serem capazes de enfrentar os problemas relacionados com o negócio e ter confiança no acesso ao financiamento.

Capacitação para o artesanato (SI.2.4)

No município de Lautém, especialmente nas área do Suco Com, Mehara e Tutuala, as comunidades tem a sua própria criatividade no tecer. De acordo com a observação de campo, a maioria das comunidades e particularmente as mulheres não tecem com regularidade, apenas tecem em algumas ocasiões especiais ligadas a atividades culturais e identitárias, tal como os dotes, instrumentos da paz, fortalecimento da relação familiar. Quando foi perguntado às autoridades locais sobre o número de mulheres que exercem a atividade de tecelagem direcionada para o mercado, foi referido que uma em cada três tecedeiras o faz. Neste contexto os intervenientes fazem a promoção desta arte e saber fazer da comunidade através da feira nacional, onde convidam as comunidades a apresentar e vender o seu artesanato, nomeadamente os tecidos. Além disso, o Ministério Turismo, Comércio e Indústria continua a desenvolver os conhecimentos da comunidade para saber o valor de traje *Tais*, continua a dar formação sobre a arte de tecer e a sua

valorização económica, como atividade que pode sustentar o bem-estar da família. Esta formação inclui vários aspetos:

O tipo de formação foi sobre: corante, cortar, costurar, cozinhar o pano tecido²¹, desenhar tecer tecido; a duração da formação, o estudo comparativo e formação em estrangeiro, inovar, preservar, tecer e vender. (P4, P35, P36)

O traje *Tais*²² é tecido pelo povo Fataluku, sendo um elemento tradicional e um atributo da sua identidade. A comunidade produz manualmente este tecido num processo que é muito demorado. Por vezes, o traje *Tais* (tecido tradicional) perde qualidade porque quando se lava as cores desbotam. Assim, a formação que as comunidades seguiram na Indonésia foi aprender a cozinhar o pano para conservar as cores. Também aprenderam a inovar no uso do tecido para a criação de outro tipo de produtos tal como malas das mulheres, vestidos, carteiras, sandálias das mulheres, chapéus e outros produtos. Esta inovação mostrou que a capacitação tem significado para as comunidades, especialmente para as mulheres na costa. Os restos dos panos que resultam do corte do tecido são recolhidos para produzir novos produtos, tal com espanador, tapete de entrada e outros produtos (economia circular).

Acompanhamento (SI.2.5)

Para além da formação, as instituições intervenientes acompanharem a comunidade de forma a perceber se estão a conseguir aplicar o conhecimento, que lhes foi dada. Na sua atuação como facilitadores e motivadores da autonomia da comunidade até uma fase mais madura e independente, têm a obrigação de ajudar na correção de deficiências que são identificadas no processo de acompanhamento, tal como disseram:

Descemos direta para acompanhar os nossos clientes, para ver a condição no terreno, sobre o desenvolvimento do negócio. (P8)

Muitas vezes há eventos eu sempre acompanho e explico, pouco a pouco, sobre os impactos negativos e positivos às comunidades. (P21)

Se as comunidades enfrentam dificuldade nós melhoramos diretamente. (P4 e P8)

Alguns projetos de desenvolvimento comunitário não são bem-sucedidos porque falte de acompanhamento e quando o projeto fica concluído e entregue às comunidades, é como se a missão estivesse concluída. Esta atuação causou quebras de produtividade em

²¹ Cozinhar pano: As pessoas cozinham os panos coloridos para preservar a cor e não desbotar.

²² Tais: nome de traje tradicional na língua Nacional tétum, e na língua Fataluku é Larin Lau.

vários setores e criou marginalização, especialmente em setores produtivos como o turismo. O acompanhamento que é realizado desde cedo é para orientar a comunidade a seguir o processo de forma a mostrar os resultados do profissionalismo como um valor acrescentado ao desenvolvimento comunitário. As pessoas que entram num processo deste tipo são, lentas e precisam de muita acompanhamento para adquirirem a destreza e autonomia suficientes para manterem a atividade. Além disso, nem todas as pessoas são iguais, ou seja, alguns são sérios, pretendem efetivamente desenvolver essas competências, outros vêm apenas para mostrar lealdade aos intervenientes, portanto, é necessária uma abordagem cultural como mecanismo para acelerar o desenvolvimento da comunidade.

Monitorização (SI.2.6)

O desenvolvimento comunitário não se limita apenas à capacitação, ao acompanhamento, mas também à cooperação entre cada interveniente para monitorar os programas executados pela comunidade, como um mecanismo para melhorar e realizar as expectativas e metas estabelecidas. O sistema de monitoramento centralizado, muitas vezes torna o programa implementado confuso e pouco bem-sucedido. Por exemplo, no município de Lautém, até agora não há um representante do Ministério do Turismo no terreno, pelo que o programa a implementar é supervisionado pelo governo central. Assim, é necessário o envolvimento dos líderes comunitários na supervisão e monitorização, porque o desenvolvimento é um direito e útil para todos, tal como disseram:

O governo, organização, chefes dos sucos também continuam a assistir, monitorar e apoiar a comunidade por meio de coaching e formação para que a assistência prestada seja bem utilizada e obter o resultado desejado. (P4, P6, P8)

O monitoramento feito por cada interveniente serve para garantir que a comunidade não caia na dependência e apenas aproveitamento da assistência prestada pelos supervisores, na forma moral e material. Além disso, o monitoramento passa pela revisão de todos os programas e desempenho dos negócios da comunidade e ainda garantir que as atividades realizadas estão de acordo com os princípios e os programas.

Avaliação (SI.2.7)

Depois da capacitação, tendo por base cada setor existente, a última etapa é a avaliação. A avaliação realizada pelas partes interessadas serve para medir e avaliar o

sucesso de um programa. Esta é a etapa final para verificação da eficácia e da produtividade dos programas executados pelas comunidades costeiras, tal como disseram:

De acordo com a avaliação que fizemos das atividades, que a comunidade fez até agora, economicamente já apresentam benefícios. Além disso, a sua mentalidade no início poderia prejudicar o ambiente, mas começou a diminuir e ficou autónoma. (P8 e P21)

A partir da perceção dos intervenientes, vista na perspetiva da capacitação e empoderamento voltados para a atividade económica no âmbito do turismo, pode-se entender que, desde o início das atividades da comunidade, os intervenientes estiveram diretamente envolvidos nas atividades, de modo que podem entender onde estão as forças e as fraquezas para poder atuar. Verifica-se que o envolvimento no desenvolvimento comunitário tem uma contribuição qualitativa para o desenvolvimento comunitário porque há uma mudança no comportamento das pessoas, em relação à natureza. Para além disso, pode-se dizer que a sociedade é independente porque as pessoas sentem que há um aumento no conhecimento, no sentido de pertença, justiça social, unidade, democracia e responsabilidade, embora, ainda não represente todas as comunidades que moram na zona costeira.

8.2.3 Empoderamento (C1.3)

O desenvolvimento da capacitação, como parte do empoderamento, procura que a comunidade recupere ou aumente a sua capacidade de agir, de acordo com sua dignidade no cumprimento de seus direitos e responsabilidades (Fraser *et al.*, 2006) como membros da comunidade. Além disso, para reforçar o poder da comunidade, os parceiros e a ajuda humanitária produtiva intervêm (Finlayson & Roy, 2019) para fortalecer as iniciativas das comunidades a confiança (Mayaka *et al.*, 2020) e a capacidade em termos de envolvimento na vida económica, social e ecológica e outras atividades que contribuam para o desenvolvimento sustentável (Thornburg, 2017). O empoderamento pode vir da própria comunidade (Fraser *et al.*, 2006), mas também das partes interessadas. Assim, na costa do município de Lautém, os intervenientes prestam apoio sob a forma de materiais, desde o processo de disponibilização de instalações até à fiscalização do estado das instalações dadas à comunidade.

Processo de obter assistência (S1.3.1)

A presença do governo, de instituições financeiras de microcrédito de Kaebauk, Moris Rasik, do Banco Nacional do Comércio de Timor-Leste e o Secretário Estado das Cooperativas com vista ao reforço da resiliência comunitária na zona costeira do município de Lautém, são um fator de empoderamento que busca que as comunidades tenham acesso ao capital, na forma de subsídios, ou na forma de empréstimos com juros suaves. Os intervenientes esforçam-se para que o processo de distribuição de assistência seja um mecanismo para facilitar o acesso ao capital por parte da comunidade (Tamir, 2015), e para que evitar o uso indevido da assistência prestada à comunidade.

*Preparamos os documentos de acordo com os critérios que eles determinaram, depois fazemos uma proposta de acordo com o dinheiro que queremos. (P32, P30, P34, P3, P15)
Submetendo uma proposta, de acordo com as suas necessidades. Depois, o SECOOP avaliará a viabilidade da proposta submetida, se atender aos critérios disponíveis ou não. (P3)*

Os membros da comunidade que recebem assistência sob a forma de subsídios, ou sob a forma de empréstimos com juros suave, são as pessoas de quiosques (negócios pequenos), vendedores de legumes, pescas, bem como empresas de restauração e alojamento. Inicialmente a concessão de crédito era um processo muito complicado em que a havia necessidade de apresentar garantias.

Quando houve uma nova abordagem e foi eliminada a necessidade de garantias, contando apenas com o supervisionamento ativo dos funcionários de empresas e bancos que, verificou-se que muitas pessoas passaram a ter intenção de aceder ao crédito. Além disso, o governo também distribuiu o fundo de assistência à comunidade (subvenção pública) com base no pedido da comunidade, nesse âmbito seleciona propostas, faz entrevistas e no momento da assinatura dos fundos para as comunidades, estão presentes os líderes comunitários e a Comissão Anticorrupção, como testemunhas do recebimento de fundos pelas comunidades, para que os fundos possam ser bem utilizados pelas comunidades.

Benefícios da assistência (S1.3.2)

A partir do acesso ao crédito e da assistência prestada em forma de material e de financiamento, espera-se que o fardo da comunidade possa aliviar. Como já foi dito, o desenvolvimento comunitário está intimamente relacionado com o processo de aumento da capacidade da comunidade, mas também, com o tentar fazer com que as pessoas se

preocupem com o ambiente, a saúde, os aspetos socioculturais e a economia. O Ministério do Turismo, Comércio e Indústria observa que as zonas costeiras podem ser um local para melhorar a saúde, com o exercício, a natação e os banhos de sol, contudo, se o impacto do lixo e sujidade na qualidade dá água do mar e da faixa costeira não for considerado acabará por diminuir o interesse dos turistas em visitar estas áreas. Portanto, a assistência distribuída à comunidade pode ser utilizada para promoção da saúde pública. Para além disso os subsídios governamentais e empréstimos podem ser usados para melhorar e expandir os negócios, aumentando o poder de compra do consumidor e criando oportunidades de emprego (Tamir, 2015).

Depois, deram-nos 150 dólares para melhorar o saneamento e a higiene. (P35, P36 e P34)

Os membros do grupo podem adquirir materiais e outros equipamentos baseados nos itens na proposta para reforçar e melhorar os seus negócios. (P3)

As ajudas, nós usámos para reparar a casa de hóspede que foi danificada. (P33)

Usámos para comprar um barco novo para a pesca. (P12, P25, P27, P29)

Pode-se afirmar que a assistência prestada à comunidade tem resultados significativos na vida da comunidade e dos visitantes. Por exemplo, a disponibilidade de instalações conseguida com a assistência, pode responder às necessidades dos visitantes. Outro exemplo é em termos de saneamento. Antes do governo dar assistência para reparar o banheiro e o saneamento (canalização e tratamento dos esgotos), havia poluição no litoral, mas agora está bem organizado. Outro exemplo são os negócios de quiosque, onde o fator de restrição do capital de giro faz com que o negócio inicialmente não seja bem desenvolvido, mas com a assistência tem um bom desenvolvimento. Restaurantes e casas de hóspedes, como a Katy Guest House, construíram inicialmente um negócio com apenas 4 simples quartos e atualmente disponibiliza já mais de 10 quartos. Os pescadores da costa no Suco Com costumavam depender da ajuda do governo, mas agora alguns pescadores já conseguem comprar os seus próprios barcos. Os pescadores da costa de Valu Sere também costumavam concentrar-se apenas na pesca, mas agora existe outra atividade – transporte de turistas para a ilha de Jaco em barcos, comprados pelos próprios em Surabaya-Indonésia, através de assistência do governo. O desenvolvimento destes negócios, mostra que a comunidade já tem uma fonte de renda clara porque intervenientes implementaram boas políticas na área turística, através de acompanhamento e empoderamento.

Tipo de assistência (S1.3.3)

Além da assistência que é distribuída à comunidade na forma de financiamento, existe também outro tipo de assistência na forma de material. Os beneficiários do auxílio em forma de material revelaram que receberam auxílio do governo de diversos tipos. Os inquiridos disseram:

Sim, nesta nova administração recebemos um barco completado com o motor, frigoríficos, casas de apoio à pesca e um gerador. (P25)

O governo anterior deu-nos barcos e motores de barco. (P27)

Eu recebi um barco com motor dos Padres de Missão Fuiloro. (P29)

Nós recebemos só o motor do barco, mas não há barco. (P26).

O trator pertence ao governo, por isso nós pedimos para virem arar as nossa terras. (P38)

Eles forneceram três espelhos de quarto, três colchões, porque eles viram os nossos esforços para cumprir os padrões de qualidade. (P34, P35, P36)

Os diversos tipos de assistência identificados nas vertentes da agropecuária e empresarial do turismo de base comunitário traz benefícios para a comunidade (Stone & Stone, 2011; Stone & Stone, 2020) pois pode aumentar a produtividade, aliviar os encargos dos empresários e atividades comunitárias. No entanto, a distribuição da ajuda não está organizada criando desequilíbrios na provisão de facilidades. Por exemplo, no aspeto pesqueiro, há pessoas que só recebem assistência na forma de máquinas, mas não têm barcos. Há pessoas que recebem fundos de assistência que são bastante grandes em comparação com outras comunidades. Esta desigualdade mostrou que algumas comunidades estão bem motivadas, mas outras parecem criar novos problemas, como por exemplo a receção de motores de barcos não são usados, diminuindo o seu valor. Situações desta natureza fazem com que as pessoas fiquem desapontadas, percam a confiança e prejudicou o orçamento do estado porque a assistência prestada não é usada adequadamente.

Montante e frequência da assistência (S1.3.4)

O montante de assistência é a quantidade de assistência prestada à comunidade, de acordo com o tipo de pedido ou necessidade. Verifica-se que o montante de assistência prestada às comunidades costeiras varia, tal como disseram alguns membros da comunidade:

A forma de ajuda que o governo nos deu foram colchões e um grande espelho de quarto. Depois deram-nos 150 dólares para melhorar o saneamento e a higiene. (P34, P35, P36)

Ontem o secretário de estado para as cooperativas concedeu uma subvenção pública de 12.000 dólares como capital de trabalho (giro) para melhorias dos negócios. (P33)
Eu também tive ajuda da ONG Plan International de \$500 em 2010, que usei para construir o meu negócio. (P30)

Parece haver diferenças na alocação de fundos de assistência e de facilidades oferecidas à comunidade, porque as fontes de assistência não são as mesmas. As fontes são várias: governo, ONG e instituições financeiras. Os fundos de ajuda distribuídos à comunidade estão de acordo com a escala e o tipo de negócio. No entanto, o que se observa é que alguns negociantes receberam assistência duas vezes, enquanto outras comunidades precisam dessa assistência. Esses resultados ilustram que se houver assistência continuada à comunidade, repetida na mesma quantidade, local e pessoa, prevê-se que essa pessoa não se vai sentir motivada para trabalhar, mas vai ficar dependente.

Supervisão pelos intervenientes (SI.3.5)

Controlar as atividades e a assistência que os intervenientes oferecem é necessário para continuar a dar benefícios às comunidades. A supervisão realizada pela comunidade e pelos intervenientes é realizada desde o início até aos resultados do processo, de notar que antes de intervenientes *stakeholder* concede assistências as comunidades tanto em termo de financeiro e materiais sempre, vinculada à regulamentação aplicável no país, bem como à regulamentação costumeira relacionada com o Tara Bandu.

Para que eles não abusem nem violem o acordo estipulado no contrato, solicitei à comissão anticorrupção (CAC) para saber como é que é o processo de utilização da assistência. Nós continuamos a ter supervisão de acordo com a lei para que não possa prejudicar a comunidade e o governo. (P3)

O modelo de supervisão foi definido para: (i) evitar o uso indevido da assistência social; (ii) melhorar e apoiar a transparência; (iii) apoiar a independência da comunidade relacionada com a sustentabilidade costeira, contribuindo assim a nível social; e (iv) oferecer oportunidades para outras comunidades de forma rotativa, com a fiscalização realizada e o sucesso alcançado.

Condições da assistência (SI.3.6)

É necessário monitorar quais as condições da assistência aos negócios, prestada pelos intervenientes, para ver até onde a comunidade conhece e cuida da assistência. As condições da assistência variam, em relação à sua duração, sobre quem presta assistência e

como é realizada e ainda, como é cuidada. Os dados mostram que a comunidade recebeu assistência desde 2007. Durante alguns anos e na liderança do Ministério da Agricultura, o Sr. Mariano Assanami Sabino prestou assistência fornecendo barcos para as comunidades do litoral, mas depois não receberam mais nada.

Além disso, as comunidades do litoral que fazem negócio em Valu Sere, desde 2006, construíram alojamento e restaurantes com a ajuda da ONG Haburas, chegando a empregar 67 pessoas. As comunidades expressam-se sobre as condições da assistência:

Portanto, agora há apenas dois ou três membros que usam um barco, e dos 12 barcos que recebemos hoje, há dois ou três barcos que estão danificados. (P24)

E estamos a reparar alguns bungalows dos quais foram danificados, espero que esta reabilitação seja rapidamente concluída para que o turista possa usar. (P33)

Os resultados da aplicação da assistência prestada às comunidades costeiras são muito sensíveis a vários fatores, nomeadamente às influências climáticas. A comunidade revelou que parte da assistência prestada (em forma de materiais) havia sido danificado, tendo o grau de depreciação das instalações pesqueiras aumentado bastante. Houve danos à instalação, porque a infraestrutura não foi adequadamente construída, assim, não havia cais de pesca e nem locais para guardar os barcos. A casa de hóspedes da comunidade danificou-se rapidamente no telhado e nas paredes (feitas de bambu), devido ao forte vento e a ter sido infestado por cupins (Isóptera). Deste modo, a assistência prestada pelo governo foi parcialmente utilizada para melhorar as instalações de pesca e os negócios de alojamento e restaurantes para que atividades económicas continuassem a funcionar, na zona costeira.

O papel dos intervenientes no desenvolvimento da comunidade começa com as regras institucionais e passa pela cooperação, supervisão e capacitação (Boon *et al.*, 2013; Lello *et al.*, 2021; Menezes & Vieira, 2021); e reflete as condições reais da comunidade visto ser obrigação dos intervenientes dirigir a comunidade. Os intervenientes, durante processo de aproximação às comunidades, conseguem exercer as suas funções ao convencê-las a seguir o objetivo de melhorar a vida da comunidade, na zona costeira.

Os resultados de campo revelaram que o papel dos intervenientes sobre a capacitação e empoderamento das comunidades teve um impacto positivo nas pessoas que exercem atividades empresariais (Butler, 2017), contudo, ainda existem lacunas ao nível da oferta de instalações e ao nível da formação.

Ao nível da oferta de instalações parece que não haver equilíbrio em relação às necessidades da comunidade. Há pessoas que exercem atividades económicas no litoral, mas não receberam assistência material ou motivacional, como outras comunidades.

Ao nível da formação, algumas comunidades ainda não receberam formação porque não entraram no grupo e não tiveram a oportunidade de ser identificadas pelos intervenientes. Além disso, há pessoas que receberam formação, mas apenas uma introdução, visto que a formação adicional é apenas para pessoas cujos negócios se desenvolvem há muito tempo. De notar que estas desigualdades criam um “ciúme social”.

Toda a capacitação disponibilizada à comunidade está sempre associada com formação ambiental, mas, esta formação ambiental, por vezes, limita-se às pessoas que possuem negócios e que foram assistidos pelos intervenientes. A razão de oferecer formação sobre aspetos de sustentabilidade para a comunidade é porque são as pessoas que vivendo no litoral, usam os recursos naturais de forma plena. E o tipo de comunidade que está estabelecida numa área, vai influenciar as outras comunidades e os turistas que visitam a área. A capacitação foca sempre o ambiente porque a zona costeira está associada com o ecoturismo de base comunitária e ao promover o conhecimento da comunidade na prática da sustentabilidade, reduz a pobreza e melhora a resiliência da comunidade, na zona costeira.

8.3 Dimensão 2 – Construção do ecoturismo de base comunitária

Como já foi referido no Capítulo 3, o ecoturismo de base comunitária é um conceito guarda-chuva que abrange o ecoturismo e o turismo de base comunitária (Mtapuri & Giampiccoli, 2019). Assim, os intervenientes, para ajudar na construção do ecoturismo de base comunitária, têm de ter em consideração não só aspetos da ecologia e do ambiente (ecoturismo), como aspetos sociais e económicos da comunidade local.

Observando as condições de algumas comunidades na zona costeira do município de Lautém, constata-se que têm capacidade para construir o turismo de base comunitário. Deste modo, os intervenientes abordam a comunidade para se envolverem na conservação, para promoverem os aspetos socioculturais e o empreendimento no turismo, sendo que a primeira fase deste processo corresponde à observação inicial.

8.3.1 Observação inicial (C2.1)

Com base na perspectiva da economia azul, da conservação e da sustentabilidade, os papéis dos intervenientes têm relevância para reforçar a concentração da comunidade no ecoturismo de base comunitária, na zona costeira.

O ecoturismo de base comunitária é uma forma de turismo que permite aos visitantes respeitar os costumes e conservar o ambiente e reforçando a existência de pequenas empresas que as comunidades tem (Timothy & White, 1999). Considerando esta perspectiva, as comunidades costeiras demonstram as suas iniciativas através da criação de pequenas empresas com a orientação e assistência dos interessados. As comunidades têm a sua vivência do local e observam as movimentações dos turistas. Assim, constroem os seus negócios e os intervenientes acompanham estas iniciativas com assistência técnica e material.

Deste modo, em conjunto as partes interessadas e as comunidades observaram aspetos como a geografia, a condição da comunidade e a identificação de outros recursos que permitem desenvolver o ecoturismo de base comunitária. Após o estabelecimento do grupo de trabalho e da capacitação das comunidades (na parte da dimensão do processo de envolvimento das partes interessadas) é feito um trabalho em conjunto, das partes interessadas e das comunidades. Este trabalho feito no terreno visa compreender a viabilidade da construção de um ecoturismo de base comunitária, conforme disseram os inquiridos:

Trabalhamos com a comunidade para identificar o lugar potencial para construir o negócio da área do turismo. (P21)

Depois de cada grupo estabelecido, vão realizar uma observação para levantar os dados no local para ver se é possível construir o negócio. (P21, P33)

E nós vemos que o turista também procura o lugar para descansar, quer experimentar a comida local, então nós vemos o nosso lugar como uma área potencial para construir uma casa hóspede. (P34, P36, P35)

Esta recolha de informação feita pelos interessados permite que as comunidades construam os seus negócios de modo informado. Procura-se prevenir futuros fracassos, construindo um negócio com base nas suas capacidades, tendo em conta o respeito pelo equilíbrio ambiental, alinhado com as necessidades humanas, tanto dos turistas como das próprias comunidades.

8.3.2 Percepção da comunidade sobre os turistas (C2.2)

A percepção refere-se a conhecer a prontidão da comunidade para se comportar em relação ao objeto turístico e à presença dos turistas. Assim, cada inquirido da comunidade expressou a sua opinião sobre os turistas que estiveram no seu lugar.

Ah, ouvimos isso desde o tempo da Indonésia e também em 2000, depois que sermos pescadores ativos na praia de Valu Sere continuamos a encontrar o que nós chamamos de Malay Pitinu (o rei branco) e Malay Lakuar (o rei preto). (P24, P25)

Desde que os nossos antepassados chamavam Malay Pitin e Malay Lakuar, desde criança também ouvi estas palavras, e no tempo da Indonésia há quem diga sobre os turistas, e na nossa língua o que ouço muitas vezes é o Malay Pitin e o Malay Lakuar. (P32)

A percepção da comunidade sobre os turistas é um fator importante para a construção do ecoturismo de base comunitária. Os turistas que fazem as suas viagens para além de conhecer a estética da cultura de um lugar, podem ser também um elemento de reforço para conservar o ambiente e trazer benefícios para as comunidades. Por outro lado, a comunidade deve procurar compreender a cultura dos turistas, sobre qual é a motivação que os leva a visitar estes lugares. As expressões de *Malay Pitinu e Malay Lakuar* são formas de consideração da comunidade dar respeito aos turistas, com a designação de Rei ou Rainha. Para além da comunidade respeitar a cultura dos turistas, também deve cuidar da sua própria cultura.

A cultura única não deve ser posta em perigo pela evolução do turismo, mas a presença do turismo deve ser vista como uma oportunidade para reforçar o valor da cultura, como a base no melhoramento da vida da comunidade devido ao seu valor enquanto atração turística.

De notar que a presença do turismo sempre teve impacte positivo e negativo, por isso o desenvolvimento comunitário e o envolvimento dos intervenientes no turismo deve assegurar o equilíbrio entre o efeito positivo e negativo (Canalejo *et al.*, 2016).

8.3.3 Construção da infraestrutura (estrada) (C2.3)

O turismo pode ser um veículo de desenvolvimento comunitário. O ecoturismo de base comunitária pode ser implementado na zona costeira respeitando a natureza, a originalidade e focado na sustentabilidade. Um fator que contribui para o desenvolvimento da comunidade são as infraestruturas rodoviárias; este também é um elemento no desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária.

No município de Lautém, as partes interessadas trabalham em conjunto e orientam a comunidade a se engajar no ecoturismo de base comunitária, devido às limitações de infraestrutura que o turismo pode ajudar.

A infraestrutura rodoviária do município de Lautém tem características próprias. Na zona do Suco Com, a comunidade e os turistas têm fácil acesso às estradas, no entanto, no posto administrativo de Tutuala, antes de dezembro de 2019 a estrada ainda estava danificada, não havia transporte público. A estrada para a praia de Valu Sere é percorrida apenas por carro alugado, carro privado e caminhões basculantes.

Naquela época, era muito difícil, então eu sempre me juntei com a comunidade para consertar manualmente a estrada até à praia de Valu Sere. (P21)

As comunidades agem voluntariamente porque têm capital social, respeitam sua cultura, seguem uma liderança honesta, que se preocupa com suas vidas e está orientada para uma mudança social mais ativa. A Figura 0.40 mostra que a comunidade está ativamente envolvida no seu trabalho, apesar das limitações em termos de equipamentos de construção e equipamentos de proteção de obra, como luvas e botas, continuando a cumprir o seu dever de busca por uma mudança de vida.

Figura 0. 40 – Construção da estrada pela comunidade



Fonte: chefe do Suco de Tutuala, António Fonseca (2006)

Apesar de todas estas limitações o envolvimento da comunidade no trabalho manual mostra a vontade que tem de construir seu lugar, o compromisso com a vontade de mudança, demonstrando o seu valor através do serviço coletivo. Esses resultados também

ilustram que o voluntariado no desenvolvimento do ecoturismo comunitário pode ser uma estratégia viável a ser implementada nas áreas rurais como uma oportunidade para melhorar os meios de subsistência, porque a comunidade se sente proprietária como resultado dos seus esforços. O ecoturismo pode ser controlado localmente trazendo benefícios para a comunidade e proporcionando experiências ambientais aos voluntários, mas feitas sem infringir os direitos da comunidade (Gray & Campbell, 2007).

8.3.4 Desenvolver o ecoturismo de base comunitária baseada na evidência (C2.4)

Kunjuraman (2020), Syamsi e Lee (2021) referem a evidência do impacto do ecoturismo de base comunitária no empoderamento das comunidades. Este empoderamento exerce influências positivas nos meios de subsistência da comunidade, em termos de oferta de oportunidades de emprego verde, criação de rendimento, fortalecimento do capital social, preservação da cultura local, empoderamento das mulheres e conscientização sobre a proteção ambiental.

Nesta base, depois de a comunidade construir a estrada, começou a pensar que tipo de negócio de turismo se poderia desenvolver na zona costeira. Assim, eles falaram entre si e consultaram especialistas, pesquisaram artigos acadêmicos na internet, sobre como construir com sucesso o turismo de base comunitária. O participante disse que:

Começamos a identificar estudos e experiências de turismo com mais sucesso no mundo. Por fim, encontramos uma referência sobre o turismo ético no Brasil. (P21)

A comunidade recolheu informação sobre o turismo adequado na internet para implementar turismo alternativa nas zonas costeiras, porque a comunidade ainda não tinha experiência e em 2006 ainda não estabelece o Ministério do Turismo. Nessa altura, as comunidades do Suco Com também começaram a construir o seu negócio e no setor do turismo devido procurados turistas que chegavam e pediam comida e um lugar para descansar da comunidade, mas ainda não sabiam o que tipo de negócio turístico que estavam a adotar. Por fim, os intervenientes encontraram as informações na Internet como uma evidência para construir acomodação e restaurante de acordo com o ecoturismo de base comunitária com a comunidade.

Após a formação do Ministério do Turismo em 2007, a população do Suco Com também começou a receber informações sobre o tipo de ecoturismo de base comunitária diretamente pelo ministério. Com as informações recolhidos, fortalece a vontade das

peessoas para lutar por suas vidas, mas sempre considerando o equilíbrio entre a conservação da natureza e o desenvolvimento social.

8.3.5 Construção de alojamento e restaurantes (C2.5)

A comunidade construir o alojamento e o restaurante que reflete ecológico e usou todos dos materiais locais. O alojamento e o restaurante foram construídos de acordo com o modelo *bungalow*, com telhados feitos de folhas de coco, fibra de palma e madeiras locais e as paredes de bambu. As comunidades disseram:

Tivemos tempo para construir uma pousada com modelo de ecoturismo, todos feitos com materiais locais. As casas que construímos são de vários tipos, como casas de bangalô. (P33, P21, P36, P34, P35)

Os intervenientes, orientaram a comunidade para construir casas de hóspedes no tipo de bangalô (casa ecológica) e os restaurantes com materiais locais, de modo a servirem de modelo para uma educação ambiental que ligado com ecoturismo de base comunitário possa contribuir para a sustentabilidade, a resiliência das comunidades costeiras e a preservação dos ecossistemas nas zonas costeiras (Sakata & Prideaux, 2013).

8.3.6 Instalações (C2.6)

As acomodações e os equipamentos são instalações localizadas no destino turístico, complementada com outras instalações que normalmente associadas a férias e atividades recreativas dos turistas. Assim, para além as comunidades construírem as suas acomodações, os pescadores na zona costeira também aproveitam para dar apoio às atividades turísticas ligadas ao litoral e aos recifes de coral, através do fornecimento de equipamentos para os turistas nadarem, o dinheiro que os turistas gastam aumenta o rendimento da população nas zonas costeiras. Os participantes disseram que:

Também podemos facilitar aos turistas alguns equipamentos como óculos ou outro material para nadar ou mergulhar. (P25)

Os equipamentos que as comunidades preparam e disponibilizam são elementos que podem aumentar a vontade dos visitantes permanecer mais tempo (Syamsi & Lee, 2021).

As facilidades que comunidades preparam para oferecer aos turista com o ritmo de ecoturismo, devido as comunidades querem conservar os recifes de corais e proteger os peixes atrativos, o que permite aos recifes de corais desenvolver-se bem e dar benefícios a

comunidade. Assim, os turistas querem ver esta atração e alugam os equipamentos dos pescadores, tais como óculos, espingarda tradicional, equipamentos de natação e mergulho.

8.3.7 Benefícios do turismo (C2.7)

As comunidades participam de modo entusiasta e voluntariamente na construção do turismo de base comunitária, nomeadamente construindo a estrada, a casa bangalô, preparando a comida local e fornecendo os equipamentos de recreação, conservando o ambiente, trazendo direta e indiretamente vários benefícios à comunidade, que os partilham (Snyman & Bricker, 2019). As comunidades disseram:

A presença do turismo aqui é muito útil para nós, além de vender o peixe, mas também podemos transportar os turistas para a ilha de Jaco. (P24, P29, P27, P25)

Podemos sentir que o turismo é muito útil para nós em termos de conhecimento e em termos de economia. Estamos felizes porque os turistas vêm aqui para os transportar, e com isso aumenta o nosso rendimento, o que também é bom. (P34, P35, P36, P30, P32 e P33)

O benefício direto para a comunidade traduz-se no rendimento do alojamento e casa de hóspedes, da comida tradicional, da venda de peixe pelos pescadores, bem como dos produtos agrícolas, do artesanato, do trabalho de guia, do transporte marítimo e da criação de novos empregos. O benefício indireto por outro lado surge na forma de infraestruturas e acessibilidades e no aumento do poder de compra na zona costeira que motiva a comunidade a ser mais ativa nas suas atividades de negócios criando benefícios económicos (Chami, 2018; Stone & Stone, 2020). Por outro lado, há um aumento do conhecimento porque as comunidades estudam a língua inglesa, são sensíveis às questões da educação ambiental e da conservação da natureza e respeito das atividades ligadas ao turismo como fonte de vida (Timothy & White, 1999).

8.3.8 Laboratório do turismo (C2.8)

Normalmente, a palavra laboratório é associada a uma sala devidamente equipada com instrumentos próprios para fazer experimentos e pesquisas científicas diversas, de acordo com a área da ciência.

A zona costeira do município de Lautém pode ser considerada um laboratório de turismo porque a comunidade construiu as casas ecológicas (bangalô) com restaurantes de modo sustentável o que permite a quem faz investigação na área do turismo estudar este caso. A partir de vários recursos turísticos, como por exemplo ligados à história, à cultura,

gastronomia, floresta, ecoturismo, turismo da praia, turismo de mergulho, turismo de nadar, turismo de montanha, turismo de pesca, artesanato, turismo de lago e turismo religioso, verifica-se que é possível desenvolver uma zona costeira de modo sustentável. Mesmo que, considerando neste contexto que o desenvolvimento do turismo ainda está numa fase inicial a sua observação e acompanhamento é inspiradora. Hall (2010) também reforçou que o destino turísticos em ilhas é como um laboratório para o turismo no futuro, ideia esta reforçadas pelos participantes:

Todos os recursos que tem ligação ao turismo estão disponíveis na zona de Valu Sere e arredores, que serve para um laboratório para o sector do turismo, para que toda a gente que venha a visitar tanto para os académicos, os próprios turistas, ou os pesquisadores. (P21)

A presença de ecoturismo de base comunitária é uma abordagem para a vida da comunidade indígena que é parte integrante da zona costeira. É necessário assegurar que todas as potencialidades turísticas, na terra e no mar, sejam canalizadas para a promoção da economia azul, assegurem a sustentabilidade e procurem reduzir os impactos das mudanças climáticas. Além disso, iniciativas conscienciosas das comunidades devem aproveitar a potencialidade do turismo na zona costeira com cuidado. Este contexto pode ser um laboratório experimental para que outra comunidade se possa desenvolver de modo a ter impacto no desenvolvimento, tanto ao nível local como nacional (Piñeiro-Antelo & Lois-González, 2019).

8.3.9 Potencialidade do turismo (C2.9)

A potencialidade turística considera todos os produtos turísticos que pertencem ao destino turístico e é constituído um atrativo para que os turistas queiram vir visitar esse destino, aumentando as oportunidades e reduzindo a pobreza (Manu & Kuuder, 2012). A comunidade também falou das potencialidades turísticas:

Os turistas dizem que estão muito felizes em visitar este lugar; ver os crocodilos no Lago Ira-Lalaro, em Mehara, ir à caverna Ili Kere-Kere, na ilha Jaco, e a paisagem é muito linda. (P16)

A nossa área tem várias potencialidades por isso o nosso estado definiu área para turismo e área para habitação da comunidade. (P2, P5)

A comunidade constrói o ecoturismo de base comunitária, procurando alinhar os interesses da comunidade com o que os turistas procuram, valorizando as potencialidades da Natureza e os benefícios de um turismo consciente e com literacia sobre a preservação do ambiente e sua convivência entre os seres humanos.

Todas as potencialidades devem ser identificadas, mas as contribuições das competências dos recursos humanos são determinantes para fazer as comunidades mais maduras e ter autoconfiança, de modo que não sejam orientadas só em termos financeiros, mas também aumentando os seus conhecimentos. Além disso, os intervenientes, tanto do governo como os não-governamentais devem procurar desenvolver o turismo de modo equilibrado, tendo em conta as especificidades das comunidades que as tornam únicas, com uma perspetiva de futuro que respeita as tradições culturais e os direitos e liberdade das pessoas.

8.3.10 Qualidade do turismo (C2.10)

Os turistas vêm às zonas costeiras procurando encontrar experiências inesquecíveis de modo que queiram voltar. Neste contexto, os serviços e produtos turísticos oferecidos devem corresponder ou mesmo superar as expectativas dos turistas. A comunidade costeira também percebe esta ideia:

Os turistas sempre vieram ao nosso lugar em grande número porque estamos bem preparados para os receber. (P4, P34)

Vemos todos os turistas no sábado e domingo a aumentar de número, mas os nossos barcos são apenas de três unidades que não contêm o número de turistas, então às vezes, os turistas querem ir a Jaco, mas nós não os conseguimos transportar porque não há lugares suficientes. (P25, e P24)

As diversas falas dos entrevistados ilustram como a comunidade tem um compromisso de bem receber os turistas, com base nas suas competências e produtos.

Por outro lado, a comunidade sente que tem limitações, tanto em equipamentos como em instalações para atender às necessidades. Embora no fim da semana haja procura não existe suficiente oferta para os turistas. Existem flutuações no nível de visitas turísticas, devido a facilidades e fatores de capacidade nos serviços das comunidades para os turistas. Por isso, o papel dos intervenientes em termos de empoderamento e de tomada de decisão pelas comunidades, pode melhorar o atendimento aos turistas no sentido de desenvolvimento comunitário.

8.3.11 Tara Bandu e o turismo (C2.11)

A presença dos turistas aumenta num destino quando estes têm boas e inspiradoras experiências e quando conseguem participar em eventos únicos durante as suas viagens.

A sabedoria local de Tara Bandu é uma sólida base para o desenvolvimento do ecoturismo de base comunitária, no município de Lautém, porque esta faz parte da cultura das comunidades que adotam um comportamento amigável com os turistas.

Existe uma percepção positiva sobre os visitantes, o que leva a comunidade a bem receber. A comunidade tem a consciência e a tradição de apreciar a presença dos turistas com a língua *Fataluku*, *Malay Pitinu* (o rei branco) e *Malay Lakuar* (o rei preto) o que incentiva as comunidades a respeitarem a natureza como parte da vida humana e os visitantes como integrantes desse meio. Os participantes disseram:

Costume local também pode contribuir para o turismo, porque regula as pessoas a não cometer crimes, visto proibir as pessoas de roubar os bens ou equipamentos dos turistas. (P20, e P17)

A sabedoria local Tara Bandu aplicada ao turismo pode ser entendida como um conjunto de ideias e conhecimentos locais, cheios de sabedoria, de valores positivos e virtuosos, que são pertença e postos em prática pelos membros da comunidade, no município de Lautém. Este comportamento social leva a um entendimento local que associa o ecoturismo como sendo uma alternativa de turismo que prioriza os valores naturais, os valores comunitários e sociais gerando relações positivas com os turistas.

Além disso, a comunidade local é capaz de otimizar o uso de ativos e recursos para atividades económicas, não descuidando a conservação da cultura e do ambiente existente no Suco, e tendo em conta que as atividades económicas devem beneficiar a comunidade (Sutawa, 2012). Porque a ênfase está nas viagens feitas pelos turistas que valorizam a natureza, a cultura, o social que deve proporcionar qualidade de vida à comunidade. Com uma abordagem de respeito pela sabedoria local, respeitosa da preservação de um ambiente saudável e de prestação de bons serviços eco sistémicos é possível estimular o gasto turístico para melhorar a vida das comunidades, e promover o seu social capital (Stone & Nyaupane, 2018).

Existem muitas referências e projetos de ecoturismo que são “pró-pobres”, que geram rendimento para as comunidades locais e melhoram as atitudes locais em relação à conservação, mas a contribuição do CBET para a conservação e o desenvolvimento económico local também pode ser limitada por fatores relacionados com uma pequena área operacional, com poucas pessoas envolvidas e com rendimentos limitados.

A indústria do turismo por vezes só se baseia numa natureza competitiva, no sucesso comercial e não atende aos ganhos da preservação da biodiversidade. Neste estudo

empírico mostrou-se que o ecoturismo tem um impacto significativo no comportamento, na compreensão e na vida da comunidade na zona costeira do município de Lautém. Através do fortalecimento de financiamento, de conhecimento e de assistência séria é possível acelerar o ritmo de crescimento económico das comunidades locais, mas sempre com o foco na sustentabilidade e no respeito pelo ser humano.

8.4 Dimensão 3 – Sustentabilidade

A dimensão sustentabilidade (ou preocupação da comunidade com a sustentabilidade), como já foi referido, é um ato para pensar o futuro através da partilha de ideias, de estratégias e demais atitudes ecologicamente corretas, economicamente viáveis, socialmente justas e culturalmente diversas. Pelo acompanhamento da ação dos intervenientes apercebemo-nos que a sua orientação promoveu na comunidade a consciencialização sobre a sustentabilidade na zona costeira do município de Lautém. A orientação passou pelo desenvolvimento do conhecimento existente e pela ação coletiva no ecoturismo de base comunitária. Nesta secção é analisada a dimensão Sustentabilidade, que tem quatro categorias principais (economia, ambiente, sociedade e cultura) e 28 subcategorias.

8.4.1 Economia (C3.1)

A vida em comunidade nas zonas costeiras é complexa e depende muitas vezes do clima que torna as condições de vida instáveis. O clima em Timor-Leste é caracterizado por ter duas estações bem nítidas: a estação chuvosa e a estação seca. Como já foi referido na secção Clima do Capítulo 6, o Banco Mundial, no relatório intitulado “*Climate Risk Country Profile*”, refere que as alterações climáticas deverão alterar os padrões de precipitação e o aumento da temperatura em Timor-Leste (World Bank, 2021a). As alterações climáticas criam muitas dificuldades para as comunidades, nomeadamente nas comunidades costeiras de Lautém, por exemplo, secas mais prolongadas e consequente diminuição dos recursos alimentares.

A comunidade esteve sempre num patamar de subsistência, apenas consegue recursos para sobreviver. Uma alternativa a esta condição foi apresentada pelos intervenientes. Estes mudaram o pensamento da comunidade para desenvolver atividade

própria, como uma abordagem de ecoturismo de base comunitária de modo a melhorar as condições de vida. Aos turistas é dada a oportunidade de fazer uma viagem ecológica, respeitar a cultura, o sociedade e contribuir para a economia da comunidade local (Kiss, 2004). Foram várias as atividades económicas que a comunidade criou, como se verá nos seguintes pontos.

Criar emprego (S3.1.1)

As comunidades costeiras do município de Lautém sentem o impacto positivo da presença do turismo nessa área. As comunidades que têm uma atividade económica, seja na restauração, na agricultura, na pesca ou no artesanato, dão oportunidade a que várias pessoas sejam contratadas a tempo inteiro ou sazonalmente e até mesmo a contratação de familiares (Tolkach & King, 2015). Esta ideia vem de encontro ao que os inquiridos disseram:

Tenho 4 empregados, cada empregado tem um salário \$120,00 por mês, mas se estiverem de excesso de tempo, então cada empregado tem o bonos e salário montante \$150,00. (P38)

Empregamos 3 funcionários com um salário de \$115.00 por pessoa, de acordo com o padrão de salário mínimo do governo. (P34)

Inicialmente, os membros do grupo atingiram 76 pessoas, que trabalhava nesta cooperativa, depois divididos em 6 grupos, mas agora diminuem para 4 grupos. (P33)

Os empregos que a comunidade cria, e que estão ligados à economia do turismo, são diversos. Por exemplo, os comerciantes agrícolas podem empregar mais pessoas para trabalharem no campo porque com o turismo é mais fácil vender os seus produtos agrícolas aos restaurantes. Assim, os produtores agrícolas promovem os seus negócios e aumentam o número de empregados. A zona costeira está muito ligada à presença de turistas. As comunidades da zona costeira, que criaram restaurantes e alojamento (privado e cooperativo), empregaram trabalhadores das próprias comunidades, de acordo com o nível salarial que o governo determina. Tal como na área cooperativa de Valu Sere, as comunidades que aí trabalham provêm das aldeias de *Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru*²³. Trabalham em conjunto e o dinheiro que conseguem no final do mês e que varia com a maior ou menor presença de turistas, é partilhado de acordo com o sistema financeiro cooperativo.

²³Em Língua Fataluku: *Hihoru, Pitileti, Veru e Tchailoru*

A presença dos restaurantes motivou também os pescadores a prestarem os seus serviços nas zonas de pesca, porque o mercado atual é próximo e claro, em comparação com a situação anterior em que não havia mercado e capturavam o peixe apenas para alimentação da família. As perceções das comunidades observadas, revelam que as oportunidades de trabalho ainda não atingem todas as comunidades nas zonas costeiras, mas o que é importante é que já começaram, o que pode influenciar outras comunidades a seguir as iniciativas feitas pelas outras comunidades.

Crescimento do negócio (S3.1.2)

A iniciativa de criação de empresas também reflete o desenvolvimento económico. No início, devido às limitações do capital circulante, as comunidades abriam os seus negócios de acordo com as suas capacidades monetárias. Embora algumas iniciem os seus negócios através do crédito, outras vendem os seus bens, por exemplo os búfalos, para abrir negócios e outras ainda abrem com a assistência das partes interessadas. Através da assistência das partes interessadas na promoção do conhecimento de negócios orientados para a área do sector do ecoturismo de base comunitária, as comunidades sentiram que havia um progresso empresarial (Litheko, 2021). Os inquiridos disseram:

No passado, apenas dois ou três tipos de produtos nós vendíamos, mas agora aumentou para mais de vinte (20+) tipos de produtos disponíveis para nós vendermos. (P30, P32)

Os visitantes também aumentavam sempre todos os dias, por isso começámos a adicionar quartos gradualmente, até a 2006. (P35, P34 e P36)

Anteriormente fazíamos apenas 20 kilos de peixe, mas agora, depois do peixe ter bom preço fazemos a partir de 200-400 kilos. (P24, P25, P27)

De todos os negócios que observamos, o turismo tem certamente impactos positivos nos negócios das comunidades. No início as comunidades tinham limitações de capital financeiro para alargar seus negócios, poucas instalações, mas com a tomada de consciencialização do potencial do turismo e o acompanhamento dado pelos intervenientes, o volume de vendas aumentou e a facilidade de financiamento.

Rendimento da comunidade (S3.1.3)

O rendimento que as comunidades recebem depende da presença dos turistas. Quando a presença dos turistas sobe (turismo de base comunitária), o rendimento da comunidade também aumenta (Stone & Stone, 2020) o que permite responder às suas necessidades diárias e também expandir os seus negócios. As comunidades na zona

costeira recebem os rendimentos de várias fontes: os trabalhadores recebem o dinheiro do salário mensal, a remuneração do capital, nomeadamente da receita dos negócios. São diversos os tipos de negócios: pequenos negócios (quiosque), pescas, artesanato, alojamento, transporte terrestre ou marítimo, agricultura, venda de algas, venda de pedras e conservação do ambiente.

O nosso rendimento aqui é flutuante, depende dos resultados de peixe que nós capturamos ou do número de passageiros que levamos para a ilha de Jaco. Normalmente, num bom dia (tempo férias ou evento) podemos receber a \$500.00-1000,00 por dia, mas num dia normal só recebemos \$200,00-\$300,00 é apenas os produtos que foram vendidas. (P32)

Para o rendimento, às 18h00 eu vou a todos os restaurantes em Suco Com e de volta a casa, o retorno \$ 60,00, está no meu bolso, isto é só em uma hora e num lugar”. “Sim, se não for desvinculado de nossos costumes, podemos sentir que há uma grande mudança no rendimento que recebemos. (P38)

Olhando para todas as rendas recebidas pela comunidade, não é só no setor do turismo, mas em todos os setores ligados a este que se obtém renda. Esses resultados ilustram que no passado, apenas o setor pesqueiro recebia renda sazonal, mas com a presença de turistas, os setores relacionados ao turismo também obtêm renda.

Retenção do rendimento (S3.1.4)

O turismo tem múltiplas funções. Para além de criar oportunidades de emprego, promover o progresso empresarial, reforçar o rendimento familiar na comunidade, também atrai as comunidades com vontade de continuar a criar emprego próprio e assim evitar que o dinheiro flua para outro país. Neste momento Timor-Leste é ainda considerado um país consumidor, porque as necessidades básicas e os produtos secundários dependem sobretudo de outros países. Além disso, o ecoturismo de base comunitária ensina a comunidade a implementar os seus conhecimentos para melhorar o serviço de hospitalidade de modo a ganhar a lealdade e a confiança dos hóspedes, aumentando a mobilidade dos turistas e assim o dinheiro pode circular no interior do país. Os participantes disseram:

As comunidades da zona costeira também dependem do peixe, mas depois de venderem os peixes todo o dinheiro sai para outro lugar, porque não há outra alternativa que impeça o dinheiro regressa aqui; se todas as pessoas querem plantar, os vegetais, temperos, e matérias-primas aqui, o dinheiro também fica girando daqui. Porque o turismo já começou no nosso lugar. (P18)

O serviço da hospitalidade está ligado muito intimamente com a confiança, com a honestidade, diligência e criação de empatia para fortalecer o valor adicionado na zona

costeira, as rodas da economia continuam a girar, o dinheiro não fica estacionário na forma de poupança, mas funciona em outros ativos que geram renda.

8.4.2 Ambiente (C3.2)

A indústria do turismo é largamente dependente do ambiente e é baseada nos recursos (McNamara & Gibson, 2008). Esta condição é mais relevante no litoral, onde o sistema ecossistémico é sempre perturbado o que diminui os valores ambientais, afetando a presença de turistas e tendo impacto na resiliência das comunidades costeiras. Assim, as comunidades têm consciência e preocupam-se com o ambiente.

Preocupação com o ambiente (S3.2.1)

A preocupação com o ambiente não é apenas da responsabilidade das comunidades, mas de todos intervenientes devem tomar atenção. A comunidade e os intervenientes em conjunto preocupam-se com o ambiente. Esta preocupação é um desejo racional que surge na mente dos indivíduos, grupos ou organizações para realizar atividades que tenham em consideração o que vive ao seu lado de forma a cuidar o presente e o futuro de um território. A zona costeira é uma zona ecológica onde há intersecção entre terra e mar e está interligada com a vida da comunidade. A complexidade das atividades na zona costeira e a mudança climática têm impacto num ambiente costeiro muito vulnerável. No tempo da estação seca tem muito ventos que criam muita poeira na praia, a terra também seca o que implica a segurança alimentar da comunidade. Por outro lado, a independência total escrita na Constituição da República de Timor-Leste (RDTL, 2002) também dá o direito aos seres vivos de viverem no seu ambiente sem perturbação. Os participantes disseram:

*A saúde é muito importante, por isso sempre limpamos intensamente a nossa casa. (P35, P36).
Na era da independência, os pássaros e animais selvagens também devem ser livres. É por isso que agora precisamos de proteger a nossa flora e fauna, porque agora tudo nos pertence. (P6, P22, P23, P41)*

Prestamos atenção ou cuidado com o ambiente no mar porque muitas vezes levamos turistas que mergulham para ver a variedade de peixes e recifes de corais no nosso mar. (P27)

Preservar o ambiente no litoral para garantir a soberania alimentar, porque vivemos na zona costeira não há terra para fazer campos de arroz. (P22, P23 P41)

O ambiente é a nossa vida. (P16)

Os intervenientes alertaram as comunidades começando com a consciencialização da necessidade da preservação do ambiente, salientando os benefícios ao nível da saúde e da

conservação e os benefícios futuros. As casas da comunidade situam-se junto à praia e perto da estrada, por isso eles regam-na para que a poeira não tenha um impacto negativo. A comunidade está atenta à sua horta e mantém-na sempre limpa: “*a nossa casa está sempre limpa, e nós temos a nossa horta também sempre limpa de ervas daninhas*” (P36). A presença do turismo reforça o acompanhamento dos intervenientes na capacitação das comunidades mais maturidades, tendo presente a preocupação do ambiente (Syamsi & Lee, 2021) porque eles já sabem que o ambiente é um recurso da vida e também tem limites.

Ambiente no passado (S3.2.2)

No tempo da resistência o mato era um lugar estratégico usado pelos guerrilheiros Timorenses para se esconderem. Os militares indonésios queimaram plantas, cortaram árvores, algumas centenárias, com a intenção de buscar e capturar os guerrilheiros. Eles mataram os animais para comer e capturaram as aves, como por exemplo as catatuas que eram uma atração para as levarem para as suas terras, na Indonésia. Também bombardearam a montanha e o mar, o que fez com que os animais fossem mortos e os recifes corais fossem estragados. Os guerrilheiros timorenses também mataram os animais como forma de sobrevivência, face à falta de alimento. As populações com fraca capacidade económica cortaram árvores para vender. Tudo isto afetou o ambiente muito frágil, no tempo da resistência e no início da pós-independência. Os inquiridos disseram:

Durante os 24 anos da ocupação indonésia, não apenas os humanos viveram sob pressão, mas também os animais, porque as pessoas eram livres para caçar com várias armas sofisticadas. Muitos locais sagrados, árvores com valor económico também foram destruídas. Muitos animais selvagens como veados, papagaios, macacos e outros animais foram abatidos com o motivo para encontrar os guerrilheiros. (P6, P1, P21)

Foi elaborada legislação para as comunidades tomarem mais consciência sobre a proteção do ambiente e também com intenção de recuperar o ambiente que foi danificado no passado.

Em 2000, a Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste (*The United Nations Transitional Administration in East Timor – UNTAET*) definiu o Regulamento n.º 2000/17 sobre a Proibição de Exploração e Exportação de Madeira de Timor-Leste (UNTAET, 2000b) e o Regulamento n.º 2000/19 sobre as Zonas Protegidas (UNTAET, 2000a). O governo de Timor-Leste também elaborou variada legislação, nomeadamente a Lei de Bases do Ambiente (Governo de Timor-Leste, 2012b). A ação dos

intervenientes é de, para além de criar “paz verde”, beneficiar as comunidades, como se pode observar na subcategoria seguinte.

Socialização (S3.2.3)

A socialização como um processo em que as partes interessadas introduzem, informam sobre o planeamento, os objetivos e os sistemas para a comunidade. Para melhorar a vida ambiental de forma sustentável, os intervenientes realizam a socialização direta ou indiretamente. Os intervenientes realizam a socialização diretamente por meio da realização de seminários de nível universitário e por meio de reuniões na comunidade. Além disso, a socialização feita pelos media, como por exemplo a televisão, ou por meio de painéis de aviso montados na beira das praias das estradas. A socialização veiculada estava relacionada com as políticas governamentais sobre ambiente, as regulamentações relacionadas ao ambiente, para aumentar a conscientização pública. Além disso, os líderes locais que participaram na formação ao nível nacional, relacionada com o ambiente, puderam transferir eles próprios a informação para a comunidade que não conhecia as regulamentações relacionadas ao ambiente. Os participantes disseram:

Também já sei porque o governo informava através do quadro do aviso colocado ao lado da estrada. (P40)

Informamos sobre o estatuto da terra e o domínio público, e o direito da propriedade, de acordo com a lei. (P2, P5)

Mas depois de entrar nos anos 2008-2010, a socialização sobre o ambiente, mesmos nós que procuramos a solução porque prejudica o ambiente, principalmente no setor florestal. (P21)

Eu, como coordenador de conservação daqui, sempre informei o chefe do Suco Com, então, o chefe do Suco passava a informação ao chefe das aldeias que pertence ao Suco Com. (P41)

As partes interessadas realizaram a socialização porque consideram que a exploração do ambiente em Timor-Leste, pode-se dizer que ainda é recente, embora durante a era da ocupação, o ambiente já tinha sido explorado. Portanto, essa socialização pode manter a singularidade do ambiente relacionada aos aspetos sociais, culturais e económicos, permitindo um futuro responsável.

Benefícios da sustentabilidade do ambiente (S3.2.4)

Através da política arar a terra agrícola de forma gratuita, da socialização, da implementação de regulamentos, da educação ambiental e reforçado com a sabedoria local *Tara Bandu*, as comunidades voluntariamente levam à prática esses conhecimentos pelo

bem do ambiente. A orientação dos intervenientes nas comunidades passa por explicar os benefícios da preservação do ambiente. Os benefícios que as comunidades esperam dos serviços ecossistemas são a melhoria das suas plantações, o aumento do seu rendimento, promoção da saúde, o respirar o ar mais fresco, e a diminuição da ocorrência de desastres ambientais. No turismo em particular, a ética tem ligação com os princípios da sustentabilidade.

Tem benefícios para as nossas vidas como pescadores aqui porque, através da conservação, eu obtenho facilmente peixe porque a quantidade dos peixes que vivem no mar estão a aumentar. (P24)

De acordo com a avaliação que fizemos, as atividades que a comunidade fez até agora, economicamente já têm benefícios. Antigamente a sua mentalidade podia prejudicar o ambiente, mas começou a mudar porque os turistas que visitaram querem ver a floresta e a beleza, a paisagem daquela área. (P8)

Neste momento, ainda não posso dizer que tenho um resultado económico, devido às muitas limitações que enfrentamos, mas as próximas gerações poderão colher as recompensas económicas, sociais e culturais. (P41)

O acompanhamento que os intervenientes fizeram tem impacto significativo nas vidas das comunidades. As orientações dadas servem para que as comunidades utilizem os recursos mais eficientemente, tenham mais cuidado com utilização desses recursos e ou mantenham um equilíbrio entre as suas necessidades e os recursos existentes.

O resultado de cuidar o ambiente mostrou que as comunidades estão motivadas para pescar no mar, apenas até 1 km da terra, visto já obterem o peixe para vender aos clientes. O “verde” e os animais prosperam e beneficiam de um ambiente preservado que motiva os turistas a continuar a visitar os lugares e a hospedarem-se nos locais que as comunidades residem e assim fazer gastos na própria comunidade.

Conservação (do ambiente) (S3.2.5)

No município de Lautém foi identificado um território que faz parte do Parque Nacional Nino Konis Santana que o governo definiu como área de proteção e conservação. Além disso, no Suco Com as comunidades e os intervenientes definiram uma parte ao lado do Porto, como área de conservação e no Suco Tutuala, nas áreas Zonu, Hilapuna e Perevenu, na ilha de Jaco. Na zona costeira de Com e do Suco Tutuala as comunidades têm atividades económico próprias tal como pesca, alojamento, artesanato, agricultura, negócios pequenos e grupos voluntários, mas ao mesmo tempo, têm o dever de cuidar e conservar o ambiente. Eles contribuem para a conservação ambiental porque são eles que obtém os

benefícios económicos e sociais naquela área (Kontogeorgopoulos, 2005; Timothy & White, 1999) e reduzem a pobreza (Stone & Stone, 2011).

Mas depois de termos voluntariamente conservado o mar e a costa, isto trouxe enormes benefícios e mudanças, especialmente relacionadas com as nossas vidas e o nosso turismo. (P22, P24, P41)

De modo que precisamos continuar a conservar e a proteger as áreas marinhas para que seja benéfico para muitas pessoas, não apenas para determinados indivíduos ou grupos. (P7, P26). A segunda é utilizar os conhecimentos locais, anteriormente utilizados pelos nossos antepassados, para proteger e conservar os recursos naturais como o Tara Bandu (pendurar e proibir). (P6, P20, P17)

O objetivo principal da conservação é ter benefícios, como melhorar o ambiente no mar, salvar e proteger espécies marinhas tais como a tartaruga, a vaca do mar e peixes com valor económico. Esta conservação é reforçada pelo diploma ministerial conjunto, o Decreto do Governo n.º 5/2004 sobre o Regulamento Geral das Pescas (Governo de Timor-Leste, 2004b).

Contribuição da tecnologia (S3.2.6)

O governo observou que, a comunidade na montanha prejudicou o ambiente com o sistema tradicional de queimar a floresta para que desbravar a terra para ser a sua horta. As comunidades pensavam que para fazer a horta na montanha este era um método mais fácil do que usar a enxada, ou pé-de-cabra no campo, que demora muito tempo e é muito cansativo. Para mudar esses pensamentos, o Ministério da Agricultura e Pesca está a facilitar as comunidades, dando tratores ao pessoal de extensão para lavrar a terra gratuito, de forma subsidio para as comunidades.

A rede de distribuição eletricidade entrou nas áreas rurais; as comunidades começaram a cozinhar com panela de arroz (panela elétrica) e as empresas vendem as ferramentas elétricas, construção para telhado, e outras meterias das infraestruturas. A atitude da comunidade está totalmente diferente já não sacrifica o ambiente na montanha. Os inquiridos disserem:

Depois que o governo adotou uma política gratuita de arado da terra utilizando tratores, a exploração florestal para horta começou a declinar, porque a maioria já possuía campos. (P21)

Estamos felizes porque podemos aceder à internet e à tecnologia, em comparação com o acesso à Internet do ano interior. (P35, P34, P36)

A tecnologia pode tornar mais fácil para as pessoas trabalharem com eficiência. Como no passado, derrubar árvores com muito sacrifício, mas com o dinheiro que está disponível as pessoas só precisam comprar ferro para construir casas. (P17)

A promoção do ambiente, não é da responsabilidade de uma só entidade, mas diz respeito a todas as partes interessadas, respeitando a sabedoria local e o reforço das tecnologias torna mais fácil contribuir para o progresso da sustentabilidade na zona costeira e reforçar o resultado da atividade económica. A presença da tecnologia ajuda o homem em termos de energia (Timothy & White, 1999), mas também as pessoas estudam sozinhas através da Internet e veem o progresso ambiental noutros países para promover o seu conhecimento.

Educação ambiental (S3.2.7)

A educação ambiental é algo importante na vida das pessoas para apoiar a sustentabilidade e pode aumentar a conscientização (Syamsi & Lee, 2021) de cada cidadão de Timor-Leste. A educação ambiental dá sinais para que o ser humano não destrua o ambiente, o que terá impacto sobre si mesmo e outras criaturas e mude o pensamento e o comportamento de uma pessoa em relação ao ambiente. Por essa razão, o Secretário Estado do Ambiente em conjunto com autoridades locais, os professores escolares, os funcionários do secretário do estado, informam sobre a importância do ambiente na vida humana, nomeadamente através de um currículo escolar, as Escolas Verdes. Os participantes disseram:

Para as escolas, socializamos o ambiente no programa escolar todos os anos de acordo com as nossas capacidades financeiras. (P1)

Selecionamos escolas de 13 municípios para serem modelos na implementação de programas escolares verdes. (P6)

E trabalhamos em conjunto com o Ministério da Educação e Cultura para desenvolver um currículo relacionado com as Escolas Verdes, desde a escola Infantil até ao terceiro ciclo. (P8, P6)

A política do Secretário de Estado do Ambiente, era já uma forma de alertar os cidadãos timorenses para o seu dever de cuidar do ambiente e de estar atento a ele. A educação ambiental é importante para ser ensinada o mais cedo possível e nas escolas como saber como viver, prestando atenção ao ambiente e à prática presente e futura.

Prática da Comunidade para o ambiente (S3.2.8)

A prática do ambiente pode considera-se uma ação para proteger e conservar ambiente. O ambiente será melhor se todos forem conscientes e responsáveis pela sua limpeza e conservação que deve ser incutido desde cedo. A consciencialização deve ser

colocada em prática, no lugar que se vive ou nos lugares que se usam. As comunidades praticam atividades ambientais a partir de cuidar a saúde, na manutenção dos ambientes verdes, na utilização da energia (de acordo com a capacidade do ambiente), no respeito das regras que foram definidas pelo governo e das regras tradicionais (como Tara Bandu) que contribuem para um ambiente saudável e sustentável. Exemplos práticos da preocupação com o ambiente que a comunidade realizou foi a gestão do lixo e a reflorestação. Desde que a comunidade teve o conhecimento sobre o valor do lixo, começaram a implementar um procedimento para gerir o lixo de acordo com as suas características. Além disso, na zona costeira o risco de ocorrer desastres naturais é elevado, por isso as comunidades trazem plantas de viveiros de árvores da Indonésia-Kiser, para o suco Com, para plantarem à beira-mar de modo a fixar a areia e evitar os deslizamentos de terra. Sobre as práticas relacionadas com o ambiente, as comunidades disseram:

Ontem fiz o meu saneamento e acesso à água própria. Só o usamos há alguns meses, e agora sentimos que estamos a melhorar. (P40)

Todas as famílias acedem sempre a água limpa, para aproveitá-la para o saneamento e um ambiente limpo. (P36)

Nós que vivemos na zona costeira, sempre enfrentamos a poeira da praia. Mas aqui tínhamos água suficiente, por isso se houver poeira aqui, regularmente regamos, começando de manhã até a tarde. (P34, P35, P36, P37)

Os plásticos, que não foram usados, nós recolhemos juntos num lugar que definimos. (P30)

Depois da limpeza, todos os sujos ou lixo colocamos num lugar seguro, e tentamos reutilizar. (P34)

O lixo é classificado em vários itens: papeis, alumínio, vidros, verduras e restos dos alimentos, que têm de ser separados. Os restos dos alimentos que não usamos devem ser separados para virar ração dos suínos. (P33, P39)

Pode se aplicar Tara Bandu para fazer a comunidade evitar o problema do lixo; 100% da comunidade tem latrinas interiores, de um Suco chamado Loy Dahu está livre de defecação aberta (Open Defecation Free). (P1)

A reflorestação destina-se a que, quando o mar se ergue, a terra possa ser protegida por árvores. Então, todas as árvores que estão na praia foi a própria comunidade que as plantou. (P14)

Utilizamos a energia elétrica para o nosso negócio e são de 20 amperes, de acordo com as nossas necessidades no local do negócio. (P35, P10).

Identificamos o lugar de criação de tartarugas, ou o local de guardar os ovos de tartarugas. (P41)

Proibir lançar a rede na área protegida. (P27).

As comunidades adotaram práticas ambientais por forma a evitar doenças causadas por um ambiente insalubre e assim poder viver num ambiente mais fresco e livre de poluição. O ambiente e o desenvolvimento têm correlação muito significativa na vida da comunidade costeira. Com o conhecimento e o empoderamento, as comunidades realizam práticas ambientais que possam contribuir na gestão costeira. As práticas que a comunidade realiza são para salvar o ambiente da perda de espécies e reparar os danos

feito ao ecossistema durante a época de resistência timorense (fatores históricos) e para proporcionar uma vida mais digna para a própria comunidade.

Resultado de cuidar do ambiente (S3.2.9)

A comunidade também tem consciência que as ações que desenvolvem se traduzem em resultados observáveis. Por isso, quando os diretores nacionais das pescas (do Ministério da Agricultura e Pescas), visitaram as áreas que tinham sido designadas como zonas de conservação no Suco Com e no Suco Tutuala, viram imediatamente os resultados da conservação do ambiente. A quantidade e a variedade de peixes aumentaram, embora essa constatação necessite de confirmação científica. A conscientização da comunidade é revelada pelas suas falas:

Em relação aos peixes eles aumentaram; há quem tenha dito que já se assiste mudança porque quando eram crianças não encontravam esse tipo de peixe, mas agora já existe, e outro também tinha dito que esse tipo de peixe quando era criança ainda existia, mas durante o tempo da ocupação Indonésia desapareceu, mas após a implementação de áreas marinhas protegidas, esses peixes reaparecem. (P7)

As mudanças crescentes não são apenas no mar, mas também nos animais em terra. Quando o autor realizou a pesquisa na costa de Valu Sere e visitou a ilha de Jaco, verificou que houve um aumento do número de veados, mas a insuficiência de água, fez com que muitos veados morressem. Além disso, muitas aves cantoras que antes da implementação da conservação raramente se aproximavam da costa, agora são ouvidas e algumas começam a ser domesticadas.

Há vegetação na costa que cresceu bem, devido à supervisão da guarda costeira que é contratada pelo Ministério da Agricultura e Pescas, e também devido à cooperação entre a comunidade e os voluntários da conservação. Estes resultados ilustram que quando as pessoas estão mais conscientes do ambiente, haverá mudanças significativas na vida da natureza e dos seres humanos

Tara Bandu para o ambiente (S3.2.10)

No regulamento governamental, do Secretário Estado do Ambiente, n.º 26/2012 artigo 8.º, foi estabelecido que a sabedoria local *Tara Bandu* é um mecanismo de apoio ao desenvolvimento ambiental (Governo de Timor-Leste, 2012b). A comunidade também adere à sabedoria local de *Tara Bandu* como o instrumento mais adequado para proteger o

ambiente, resolver problemas de conflito e fazer a reconciliação entre os seres humanos e a natureza. *Tara Bandu*, na língua Fataluku pode ser traduzido como *Lupur Asa*. O significado literal desta expressão é *pendurar e proibir*. Este significado provém de um símbolo que é pendurado numa horta, ou floresta de conservação ou junto a plantas de frutos, que avisa que é proibido ser tomado por qualquer pessoa, até que o fruto esteja maduro e o dono de *Lupurasa*²⁴ realize o ritual *Tara Bandu (Mamihe*²⁵) e depois dá a oportunidade as outras pessoas de o poderem tomar. Os participantes disseram:

Tara Bandu é um mecanismo e ação tradicional herdado pelos nossos antepassados para mediar os conflitos e proteger o ambiente, mas na era moderna não adotamos o sistema de Tara Bandu como antes; mas depois de fazer uma observação, por fim encontramos o Tara Bandu como uma das tradições que possa ser usada para preservar e proteger a nossa natureza. (P6, P1, P20, P17)

Tara Bandu, para além de proporcionar vida, também impede a degradação, e diminui o impacto das alterações climáticas, contribuindo para a fotossíntese, ecossistemas existentes e para proteger os animais na floresta. (P17, P6)

A contribuição de *Tara Bandu* é muito significativa no desenvolvimento da sustentabilidade ambiental em Timor-Leste, porque através da sabedoria local pode aliviar o fardo do governo. Digamos que através da socialização, e da abordagem *Tara Bandu*, o governo gasta apenas uma pequena parte do dinheiro que gastaria numa abordagem mais burocrática, para resolver problemas relacionados com o ambiente. Com a obediência da comunidade ao *Tara Bandu* pode-se contribuir para a sensibilização da comunidade sobre o ambiente, tal como a sensibilização sobre o desperdício, evitar o corte de árvores, respeitar os outros e obedecer às proibições do governo sobre o ambiente. A presença da sabedoria local contribuir o desenvolvimento ambiental, de modo que Timor-Leste foi colocado, em 2021, na 114ª posição (num universo de 168 países) no Índice de Progresso Social (Green *et al.*, 2021). O Índice de Progresso Social é “a única ferramenta de medição que se concentra, de forma abrangente e sistemática, exclusivamente nas dimensões não económicas do desempenho social, em todo o mundo e com dados transparentes e práticos” (Green *et al.*, 2021, p. 1).

²⁴ *Lupurasa* é um símbolo pendurado feito da folha do coco, que, colocado em qualquer lugar, mostra que aquela área foi proibida entrar, ou ser tomada por qualquer homem.

²⁵ *Mamihe* é um ato ritual através de palavras à natureza ditas pelo dono de *Lupurasa* (*Tara Bandu*), sem saber de outra pessoa que não integre o clã, um suco ou uma aldeia.

Política zero plástico (S3.2.11)

Existem muitos relatórios que referem que espécies de megafauna, como crocodilos, tartarugas e peixes grandes, morreram porque consumiram plásticos, incluindo ainda os pássaros migradores. Outro efeito dos plásticos é na saúde humana, os micro plásticos entram no nosso corpo e danificam o trato digestivo, os canais de secreção, como as glândulas endócrinas e isso faz com que muitas pessoas sofram de câncer linfático e câncer da glândula endócrina. Assim, vários esforços têm sido feitos pelo governo para reduzir e eliminar o plástico em Timor-Leste, como a proibição de importações de plástico do exterior. Além disso, o governo também coopera com lojas, supermercados para vender plástico que foi identificada pelo governo, para reduzir a importação plástico química. Como o plástico produzido internamente é à base de mandioca, quando o plástico é utilizado e ou descartado no solo, na floresta, ele é rapidamente bio degradado e não contamina o solo com produtos químicos. Os participantes disseram:

Sabemos que os lixos (resíduos) são um grande problema para o ambiente em Timor-Leste e em todo o mundo. Em Timor-Leste, 20% dos resíduos são resíduos de plástico, por isso, se pudermos resolver o problema dos resíduos de plástico, também reduziremos a quantidade de resíduos ou a força dos resíduos. (P1)

O principal conceito da política de Zero Plástico é que queremos promover esse plástico como matéria-prima, num conceito económico diz-se que é uma economia circular, dos produtos de resina e da resina de volta em novos produtos; para que possamos concluir que numa política de zero plástico, queremos promover o plástico como o matéria-prima, que pode ser reaproveitado e ser benéfico para a sociedade e para o país. (P1)

O governo tomou a iniciativa de inovar o plástico transformando-o em outros produtos que tenham valor económico, através da reciclagem transforma o plástico em novos produtos. O governo está tentando reduzir ou eliminar o plástico com o objetivo de melhorar a economia da comunidade, mas também melhorar a saúde do ambiente e da sociedade. O resultado da preocupação da comunidade com o ambiente não depende apenas de um lado, mas das sinergias dos intervenientes, da comunidade, da tecnologia, dos académicos, entre outros. Tendo uma visão com base na sabedoria local poderá acelerar o ritmo de crescimento ambiental sustentável e contribuir para o universo.

8.4.3 Sociedade (C3.3)

O setor do turismo pode ser entendido como uma das estratégias para estimular o desenvolvimento sustentável. No entanto, a utilização desse setor também requer uma atenção, levando em consideração a existência da comunidade onde o turismo é

implementado para proporcionar benefícios para todos e manter uma boa imagem do destino. As comunidades costeiras de Lautém adotam o ecoturismo de base comunitária porque este modelo de turismo é adequado às condições de vida das comunidades costeiras deste município, especialmente na comunidade do Suco Com e na comunidade do Suco Tutuala. Por isso, a comunidade está atenta à sustentabilidade no aspeto social porque que permite o desenvolvimento da paz, o investimento na educação, na promoção dos produtos da comunidade, na promoção da igualdade de género, na qualidade de vida e no capital social.

Desenvolvimento da paz (S3.3.1)

O turismo exige segurança, tranquilidade e serenidade (Seyfi *et al.*, 2022). Com base nisso, os intervenientes, especialmente os líderes comunitários, sempre se coordenam com a comunidade. Além disso, a comunidade também deposita a sua confiança na instituição Policial Nacional de Timor-Leste (PNTL), para estar sempre atenta caso ocorra um conflito rapidamente ser resolvido e manter a estabilidade da segurança na zona costeira. Os participantes disseram:

Estamos aqui muito seguros, e nunca houve um problema aqui. (P13 e P14)

Os turistas que vêm aqui também estão muito confortáveis. (P33)

Não há crimes neste posto administrativo de Lautém, os turistas também são livres de visitar.

Mesmo que só as vezes haja algumas pessoas que se embebedam e gerem confronto, mas durante 24 horas a polícia sempre tem o dever de resolver. (P13)

Com Tara Bandu podemos criar respeito mútuo entre a comunidade, criar segurança e também ajuda a polícia a prevenir os conflitos. (P6)

A zona costeira do município de Lautém é segura, sendo idêntico o comportamento das pessoas de todo o município, estando mais inclinadas a escolher a fraternidade do que a criar conflitos. Na comunidade de Fataluku, a estratificação social está muito ligada à compreensão dos membros da família. Ou seja, na comunidade todos estão ainda ligados por laços de parentesco. Também, devido ao nível de confiança pública nos mais velhos, os líderes locais chamados (*Nita fiare*) respeitam-se uns aos outros, tornando a comunidade pacífica. No caso de Tutuala, quando as pessoas estão muito zangadas, nunca proferem obscenidades contra as outras pessoas. Por conseguinte, a presença do turismo pode aumentar a compreensão para amar a paz na costa, devido a presença dos turistas, a comunidade ter lucro da atividades econômico.

Investimento na educação (S3.3.2)

A comunidade entende que a renda que auferem não é apenas para as necessidades primárias, mas o importante é facilitar aos seus filhos o acesso à educação desde o nível básica até ao nível universitário. As pessoas que exercem atividades económicas como a pesca, alojamento e restauração, artesanato, quiosques, alimentação local e venda de hortícolas dizem que, com a presença do turismo no litoral, podem vender os seus produtos e serviços. Assim, parte dos rendimentos auferidos beneficia os seus filhos no acesso à educação ao nível do ensino secundário que existe na capital do município Lautém em Lospalos e ao nível universitário na capital nacional em Díli tanto na escola pública ou privada. Os membros da comunidade disseram:

Assim, o nosso rendimento é guardado para ser usado nos estudos dos nossos filhos. (P28, P36, P35, P25)

O suficiente para apoiar as necessidades diárias, incluindo o pagamento da educação das crianças, é por isso que nos esforçamos. (P25, P27)

A preocupação da comunidade com o capital humano é muito importante, porque de acordo com as condições reais que o investigador observou no terreno, a maioria dos inquiridos que responderam apenas tiveram acesso ao ensino básico e ensino secundário. As comunidades concentram os seus rendimentos na educação, isto mostra que as pessoas querem obter uma mudança nas suas famílias através do rendimento obtido com o turismo

Promoção (S3.3.3)

Os fatos no terreno mostram que a comunidade desenvolveu suas próprias iniciativas, tanto por conta própria como por meio do incentivo de intervenientes. A presença dos intervenientes, para desenvolver as iniciativas existentes, é um instrumento para melhorar o desempenho do negócio da comunidade e criar a confiança dos turistas, nos bens e serviços. Os tipos de assistências, tais como a promoção dos produtos da comunidade passa pela sua presença no *website* do Ministério do Turismo e no fornecimento de materiais à comunidade. Além disso, com a presença dos turistas, a comunidade também se motiva a apresentar e a publicitar os atributos culturais, por exemplo, por meio de danças tradicionais.

Agora estamos a pensar, como podemos apoiar a comunidade, uma facilitando a motivação para continuar a desenvolver competências na pesca e também continuar a preservar áreas protegidas. (P7)

Os grupos tradicionais das crianças se revezam a apresentar a dança tradicional Sikire-Vaure para os turistas. (P34)

Os negociantes não monopolizam os rendimentos auferidos pelos turistas. Com o conhecimento que existe, eles convidam as crianças para fazerem danças tradicionais para dar as boas-vindas aos turistas. Ao mesmo tempo que promovem as suas habilidades nas danças tradicionais, também apresentam aos turistas os seus produtos como roupas e utensílios de arte. No final a renda que os negociantes de alojamento e de restaurantes obtêm é parcialmente transferida para crianças que vêm promover os atributos culturais da comunidade Fataluku.

Promover a igualdade de género (S3.3.4)

O turismo mudou sutilmente o comportamento das comunidades. Antes apenas as mulheres cozinhavam e lavavam a louça, mas agora a igualdade de género foi incorporada na comunidade (Tran & Walter, 2014). Na cultura Fataluku, os homens têm autoridade para serem responsáveis pela família, ou seja, por procurar sustentar financeiramente a vida da família, fazer a horta e cuidar dos animais, para a vida familiar. Enquanto isso, as mulheres como donas de casa têm responsabilidades para com as crianças, dando comida às crianças, e cuidam dos assuntos domésticos. Nesta situação, cada geração da sociedade Fataluku parece que estava orientada para sempre seguir os passos dos seus pais e ancestrais, mas por trás disso criava-se uma lacuna cooperativa na família e na sociedade. Para além disso, compreendeu-se que a tarefa das mulheres é mais pesada do que a dos homens, portanto, com a presença do ecoturismo de base comunitária, o comportamento da comunidade interdependente foi-se alterando. Atualmente há cooperação na promoção da igualdade de género, no litoral. Os participantes disseram:

Antigamente, os homens de Fataluku raramente coziam o arroz na cozinha, mas com a presença do turismo, hoje os homens e as mulheres ajudam-se mutuamente na cozinha. Se as mulheres limpam o arroz, então os homens também limpam os vegetais, ou amanhã o peixe. (P21)

A maioria com sucesso na cooperativa de crédito em Timor-Leste são mulheres. (P3, P12)

Na zona costeira, por meio dos intervenientes houve a capacitação e orientação da comunidade, para realizar ações coletivas com o objetivo de atingir objetivos comuns. De notar que as mudanças nas características na comunidade, em termos de igualdade de género, ainda não são completas. Mas, no desenvolvimento comunitário, o processo é mais importante do que o resultado, portanto, se esse resultado for analisado mais profundamente, quando as pessoas começarem a entender a importância da igualdade de

género nas suas vidas, irá afetar gradativamente outras comunidades. Isto também está relacionado com o envolvimento das mulheres na vida política que atingiu 40% dos lugares do Parlamento Nacional. Desta forma Timor-Leste, de acordo com *Democracy Index 2016*, foi colocado em primeiro lugar da região do Sudeste Asiático, com base no processo eleitoral e pluralismo, no funcionamento do Governo, na participação política, cultura e liberdades civis (Governo de Timor-Leste, 2017b). Este índice, publicado pela *Economist Intelligence Unit* procura dar um retrato do estado da democracia em 165 estados independentes e dois territórios.

Estes resultados ilustram que quanto maior a capacitação das mulheres maior será o apoio num desenvolvimento mais progressivo em Timor-Leste. Neste estudo, também se verificou que as mulheres foram mais bem-sucedidas no cumprimento das suas responsabilidades do que os homens. Nos esforços cooperativos na prestação de serviços de crédito a clientes, em Timor-Leste, as mulheres foram maioritariamente mais bem-sucedidas do que os homens porque, ao serem mais responsáveis, obtêm mais facilmente crédito do que os homens.

Qualidade de vida (S3.3.5)

Todos os esforços realizados pela comunidade são, em sua essência, para alcançar a vida ideal de acordo com suas expectativas (Kontogeorgopoulos, 2005). A motivação do turismo para a comunidade tem importância na melhoria da vida, tanto do setor pesqueiro, como hoteleiro, artesanato, comércio em quiosques, agricultura e guias turísticos. Os factos no terreno mostram que a construção de uma casa própria exige muito dinheiro, especialmente para as pessoas que vivem na parte leste de Timor-Leste. No caso do Suco de Tutuala, para construir uma casa o custo médio é de \$15.000 ou mais. Há quem diga que às vezes os servidores públicos não têm casa própria com paredes de cimento, mas quem é pescador ou empresário do setor cooperativo já tem. A mesma coisa foi expressa por proprietários e empresários.

Construirmos nova casas para responder a outras necessidades. (P24)

Então, com o dinheiro inesperado encoraja-nos a construir um quarto de bungalow e estávamos a construir outro quarto, mas, os turistas começaram a visitar. (P34)

Posso sentir que já há mudanças e benefícios agora, porque já posso construir a minha casa através do rendimento que eu tive pelo negócio cooperativo. (P33)

Porque tudo isso está relacionado com a saúde e higiene, mas também dá conhecimento para responder à presença de turistas na Suco Com. (P18)

O conhecimento e a iniciativa têm um grande contributo na mudança de vida, especialmente para as populações na zona costeira. Antes do desenvolvimento do turismo naquela área, as casas eram construídas com uma grande variedade de materiais. Após o desenvolvimento deste setor e a valorização dos produtos, a composição das casas das comunidades na costa tornou-se mais variada, proporcionando a oportunidade de as pessoas melhorarem suas casas.

Capital social (S3.3.6)

Os valores, a confiança e redes pessoais tem uma função importante no desenvolvimento do turismo na área costeira no município de Lautém. As palavras *Nita Fiare* (respeito mútuo pelo outro ou confiar no outro) são um elemento no desenvolvimento do turismo na zona costeira. As palavras “respeito mútuo” são da cultura de Fataluku e oferece a oportunidade aos líderes comunitários de direcionarem a comunidade com respeito e a comunidade também respeita e é leal aos seus líderes. Essa união pode ser usada numa ação conjunta de construção de um negócio de turismo no litoral, tanto individual quanto coletivo. Os resultados do esforço também refletem o caráter da comunidade Fataluku nomeadamente com as palavras “*Nita Eceremu*” (ajudando uns aos outros). Um participante disse:

Eu participei numa formação na ilha de Ataúro, toda a taxa por dia que recebi, eu mesmo não usei; quando voltei para casa reuni com as mães e depois compartilhei as experiências que recebi na ilha de Ataúro, e cada uma recebeu \$1.00, o resto compramos água quente para a nossa reunião. Não só isso, mas quando eu tive muitos turistas na minha casa eu chamei as mães minha vizinhas para me ajudar, e depois que o evento acabou, eu dei-lhes os seus salários. Faço isso porque os nossos ancestrais nunca nos ensinaram a ser mesquinhos(avarento). (P36)
A comunidade compreende que somos do Suco Tutuala, temos uma relação familiar entre nós, por isso quando um problema acontece podemos sentarmos juntos para o resolver. (P21)
Criar a confiança em cada, um no outro, para que o que planeamos seja bem executado. Honestos na determinação dos preços, na confiança dos clientes, na manutenção da qualidade do produto são fatores importantes para alcançar o progresso do negócio e a competitividade saudável. (P11)

Uma viagem tem valor quando há uma boa experiência. Portanto, as comunidades prestam atenção ao capital social porque a vida das comunidades costeiras depende, em grande parte, da presença de turistas. Os turistas também têm confiança na comunidade, pelos serviços e produtos que lhes são oferecidos, tanto em termos de qualidade, preço e embalagem. As comunidades dão atenção umas às outras e os benefícios derivados da presença dos turistas não são recebidos apenas por algumas pessoas, mas os lucros, grandes ou pequenos, podem ser divididos de acordo com as condições de negócio

existente. Ter confiança uns nos outros aumenta a presença de turistas e a criação de uma rede entre a comunidade e os turistas o que permite que o turismo tenha valor tanto para os turistas como para as comunidades (Hwang & Stewart, 2017).

8.4.4 Cultura (C3.4)

A cultura é um dos hábitos ou identidades de uma comunidade (Xue *et al.*, 2017), neste caso as comunidades costeiras do município de Lautém. A cultura pode ser entendida como parte de uma atração turística a ser desenvolvida para aumentar a competitividade e estimular o interesse do turista. A estética cultural pode inspirar, dar lições, e a singularidade cultural pode fazer com que turistas atuais influenciem outros turistas a continuarem a vir. Portanto, com o apoio dos intervenientes, por meio do ecoturismo de base comunitária, todas as comunidades prestam atenção aos componentes dos aspetos culturais, tais como as suas contribuições para desenvolvimento.

Contribuição para desenvolvimento (S3.4.1)

Todas as pessoas têm os seus próprios hábitos e por vezes sentem que os hábitos que seguem são muito bons para elas. Mas, os outros, por vezes, apercebem-se de que os hábitos que adotaram do contexto global não são úteis para eles. Mas depois de comunidade ter conhecimento e associado com sabedoria local, promover a paz, a comunidade ter consciência e respeitada, de conservar ambiente, possa criar a fonte de rendimento a comunidade. E variedade de identidade é riqueza do país que deve ser promovido para elevar a identidade do país a nível internacional pela presença turística internacional. Os participantes disseram:

No início era muito difícil orientar a comunidade devido ao fator cultura, e eu também tinha limitações na minha família, mas etapa por etapa o meu programa foi bem planeado e realizado; no fim a comunidade já foi para o mercado. (P21)
A primeira coisa que precisamos entender é que os turistas fizeram uma viagem para desfrutar a experiência e querem ver a cultura local autêntica. (P6)

Para que a cultura adotada pela comunidade produza benefícios, a abertura e o entendimento é muito importante. A presença de turistas não tem apenas impactos positivos, mas também tem impactos negativos. Assim, os intervenientes orientam a comunidade a realizar atividades económicas, relacionadas com o turismo, como uma forma de preparação para o desenvolvimento do turismo no futuro. A cultura é muitas

vezes riscada por falta de menor compreensão, fatores económicos e fragilidades na gestão do turismo de base comunitária.

Cultura católica e animismo (S3.4.2)

Durante centenas de anos, o povo de Timor-Leste aderiu à religião católica, mas mesmo atualmente o povo costeiro ainda tem uma cultura que acredita em espíritos ancestrais, casas tradicionais e também realiza rituais em locais onde os seus antepassados viviam. As pessoas mantêm a sua cultura em termos de crenças, porque se sentem confortáveis e é útil para elas. Um dos benefícios que obtêm é a unidade e reforçam o sentido de fraternidade em cada clã que existe. Além disso, através da cultura das crenças católicas é possível alargar a compreensão das pessoas entre a natureza e o criador. Os participantes disseram:

Os turistas que visitam querem ver a natureza autêntica, a cultura única, especialmente uma cultura que conjuga a religião e o animismo (tradições herdadas), único no mundo porque a maioria das pessoas aderem à religião católica, mas ainda acreditam nos ancestrais, nas casas sagradas, acreditam ou têm fé. (P6)

O ecoturismo de base comunitária está intimamente relacionado com as condições culturais adotadas pelas populações do município de Lautém. A viagem feita pelos turistas é para conhecer e ver a singularidade da cultura de um destino turístico. As pessoas preocupam-se com a cultura porque é preciso ter produtos diferentes em cada destino turístico. Da variedade de produtos turísticos, também a comunidade tem benefícios, nomeadamente a interação, a comunicação e a oferta de produtos, de acordo com os gostos dos turistas. Além disso, a variedade da fé foi oportuna para desenvolver Turismo Religioso, ligado ao Ecoturismo de Base Comunitária.

Criatividade (S3.4.3)

Para além do tipo de crenças culturais que as comunidades de Lautém têm, também há toda a criatividade das comunidades relacionada com produtos turísticos que são benéficos para a experiência de compra turística, neste caso a experiência económica. Ou seja, todo o viajante quer ter uma experiência em termos de provas e memórias relacionadas com a criatividade turística. Antigamente, a comunidade de Lautém tecia o tecido *Tais* apenas para o vestuário tradicional e para servir como dote. Atualmente a comunidade inovou em vários tipos de produtos de tecido *Tais* a serem oferecidos aos

turistas, como bolsas, sapatos de mulher, carteiras ou chapéus. Os membros da comunidade disseram:

Sim, quando eu era criança os meus pais encorajavam a tecer Tais; depois, quando tive a minha própria família, continuei a usar este conhecimento para tecer Tais. Porque nessa altura, frequentámos a escola e era muito limitado, só apenas na escola primária, que não terminei, então os nossos pais obrigaram-me a aprender a tecer; a mulher que sabe tecer é mais respeitada do que outras que não sabem tecer. (P37, P36)

As pessoas ainda se preocupam com a criatividade da tecelagem de cultura porque envolve a identidade. Atualmente, está orientada para o mercado porque há valor agregado na oferta de vários produtos com tecido *Tais*. Neste caso, vende-se estes produtos artesanais no mercado com a intenção de ganhar dinheiro, mas também apresentar aos turistas o modo de vestir tradicional da sociedade timorense. Ao agregar valor, pode incentivar as mulheres a aprimorar os seus conhecimentos em termos de desenvolvimento de negócios de tecelagem de tecidos tradicionais.

Fortalecer os laços familiares (S3.4.4)

O povo de Lautém valoriza o turismo como um momento de fortalecimento das relações fraternas. Desde o tempo dos nossos avós tem havido um bom relacionamento familiar, mas com o turismo o sentimento de parentesco está a melhorar porque a renda que a comunidade ganha alivia o fardo entre as famílias. Além disso, as lideranças comunitárias, como agentes de transformação, constroem a paz e estão sempre atentas à comunidade, para que a união que existe possa contribuir para a presença do turismo, e para que a comunidade também beneficie com o turismo. Os participantes expressaram:

A Cooperação (organizada oficialmente) não é do tempo em que estive na minha sede, mas começando no aspeto de social, a cultura já era uma parte da cooperação. Por isso, um evento de alegria ou tristeza que aparecia dentro da comunidade, a minha presença era parte da inspiração para encorajar a comunidade, a enfrentar as dificuldades, tristezas ou alegrias. (P21)

Na verdade (como povo Lautém) temos uma identidade cultural clara porque por meio da cultura podemos respeitar e apreciar-nos uns aos outros. (P9)

A comunidade Fataluku está normalmente muito preocupada com a entreajudada. Esta preocupação está associada à cultura do dote, a eventos tradicionais de casamentos e outros eventos sociais. Após o IADE dá-lhes formação sobre gestão financeira empresarial, relacionada com dinheiro operacional para o negócio, para as famílias e para a cultura, a comunidade utilizou este conhecimento para responder a atividades culturais, em termos de casamentos tradicionais ou de encontros sociais de assistência mútua cultural *horu-horuno*

(encontro social). Para que não pode afeitar os negócios da comunidade, o orientado a poupança e progresso de negócio. As comunidades normalmente gastam em dotes e encontros sociais, de acordo com as suas possibilidades. Mas, geralmente, a chamada *Tupur-Moko* (irmã biológica casada), quando o irmão mais velho ou mais novo realiza a cerimónia do dote, tem a obrigação de contribuir com dinheiro a partir de \$500,00 dólares ou então sob a forma de animal, como um ou dois búfalos. A comunidade disse que, por vezes, isto afetava os seus negócios, mas com a ajuda da família, ajudavam-se mutuamente e a cultura mantêm-se sempre assim.

Identificar as atividades culturais (S3.4.5)

A comunidade está ciente de que a cultura local tem um enorme valor no desenvolvimento do turismo, por isso, as comunidades prestam atenção às características culturais, ou seja, os produtos elaborados à mão ou naturais, precisam de ser identificados para serem geridos adequadamente. Antes do turismo entrar no município de Lautém, a comunidade percebia que tinha potencial com as suas atrações culturais, para compreender mais profundamente os benefícios das atrações culturais e da criatividade limitavam-se apenas aos interesses culturais:

Danças tradicionais (Vaure-Sikire), roupas tradicionais como Tupur Lau e Nami Lau, dialetos locais, canções tradicionais como Vai ho-ho, Leu-le, Shau-fai, festivais tradicionais como a colheita de vermes do mar (meci-me), tudo isto faz parte da cultura positiva que precisamos de preservar e se tornaram atrações turísticas (Turismo Patrimonial). (P12)

O lugar aqui ainda é sagrado, e muitos lugares de ritual para a comunidade aqui. (P33)

Devemos promover essas coisas positivas através do teatro ou danças tradicionais para que os turistas possam conhecer esses valores positivos. (P9)

Os turistas que vêm não estão à procura de pizza, mas querem experimentar a comida local, por isso, a Cucuana, Maca-maca, Umu-umu, Sukurana, Saboko, e outras comidas locais precisam de ser preservados para ser servidas. (P4)

Por meio de observações e entrevistas, aos intervenientes e à comunidade, relacionadas com as suas perceções e entendimentos, constata-se que as pessoas se preocupam com o turismo porque querem desenvolver os valores culturais. Não só enfatizam o valor económico, mas também consideram que devem ser mantidos e desenvolvidos de acordo com a razão do seu uso. As atrações culturais vão desde eventos, cantos tradicionais, criatividade manual, locais rituais, até à gastronomia local. Além disso, o potencial cultural está intimamente relacionado com o Turismo Cultural. Primeiro deve ser identificado para poder ser usufruído pelos turistas e estes devem ser sensíveis às condições culturais do povo de Lautém, para que haja sustentabilidade.

Preservar a cultura (S3.4.6)

A comunidade preserva a sua cultura de várias maneiras. Uma delas foi a identificação e determinação da ilha do Jaco como um local para os turistas conduzirem as suas atividades, nomeadamente balneares, para que o uso da roupa usada pelos turistas não afete a forma como a comunidade Lautém se veste. Outras formas de preservar a cultura é mostrar a comida local para que os turistas a provem, e alterar o tempo das cerimónias de morte, que costumam ser de até uma semana, reduzindo-as, de acordo com as condições da comunidade.

A cultura é a nossa identidade, que é herdada dos nossos antepassados. Mas, temos que diferenciar entre cultura positiva (que pode construir) e cultura que é prejudicial para nós, para que a nossa cultura positiva continue a existir com as suas características e podermos promover globalmente. (P12)

As comunidades tendem a prestar atenção à preservação da cultura no município de Lautém, considerando que existem em algumas áreas que sofreram um declínio de turistas devido à perda de valor estético e autenticidade cultural (Xue *et al.*, 2017), não havendo assim diferenças entre os produtos de um destino turístico para outro. Isto faz com que os turistas se sintam aborrecidos e como não tiveram novas experiências os turistas não pensam em voltar outra vez.

Valores culturais (S3.4.7)

Os valores culturais dependem da perspetiva de cada pessoa. Por isso, a comunidade presta atenção aos valores culturais porque são um modo de vida, e incentiva a mentalidade da comunidade, ou seja, incentiva a preservação desses valores culturais, nomeadamente na zona costeira no município de Lautém. Os valores culturais são referência de vida e diretrizes no comportamento, como o modo de vida para com o ambiente, unificar amizade, conservar vestuários, dialética, e por fim dar o valor de rendimento ao comunidade pela atração que vender ao turista.

A nossa cultura é muito importante, há impactos positivos e negativos, mas seguimos sempre as nossas boas intenções de a viver. (P32)

Assim, Tara Bandu é criada para que haja paz na comunidade, crescimento, honestidade na vida comunitária e para resolver os conflitos. (P20)

Diz respeito à cultura e à forma como as pessoas valorizam o universo, para além das regras para proteger a natureza, como as pessoas interagem com a natureza para que a vida, a tranquilidade e o crescimento esteja sempre lá. (P17)

A cultura de valores é boa para o turismo e pode ser desejada, aspirada e considerada importante por todos os seres humanos como membros da sociedade. Portanto, diz-se que algo tem valor se for útil e valioso e tem um valor verdadeiro, um valor estético e um valor moral baseado na sabedoria local. Para além disso, os valores culturais mais valioso quando responder algo. Nomeadamente era os patrimônios culturais nunca conhecer pelas outras pessoas. Entretanto, pela presença dos turistas começando a promover e dar uma mudanças nas comunidades

Como forma de **conclusão**, podemos considerar que por meio dos intervenientes, pode-se orientar a comunidade para a construção do turismo de base comunitária, sensibilizando o público nos aspetos económicos, ambientais e socioculturais deste tipo de turismo. Observamos que os resultados e os benefícios da preocupação com a sustentabilidade não são iguais em todas as comunidades. Algumas comunidades não têm recebido benefícios significativos, mas aquelas que estão envolvidas em atividades económicas relacionadas com o litoral têm seguido os princípios de sustentabilidade no litoral, de acordo com a declaração do Rio de Janeiro (Declaração do Rio sobre Ambiente e Desenvolvimento). É importante cultivar a preocupação com a sustentabilidade nas comunidades. Isso traduz-se em cuidar da parte ambiental, económica, da cooperação mútua para reforçar a inclusão social, e a promoção e conservação dos valores culturais. O objetivo é que as comunidades no município de Lautém tenham bem-estar e o desenvolvimento de uma zona turística que seja confortável, limpa, bonita e, claro, cheia de memórias para aumentar o número de visitas turísticas no futuro.

8.5 Dimensão 4 – Acesso ao mercado turístico pela comunidade costeira

Considera-se o mercado como um lugar de encontro entre produtores e consumidores para realizarem uma transação de compra e venda dos produtos disponíveis. Os mercados turísticos surgem em variedade de objetos e locais que podem empurrar os produtores e consumidores para interagirem através dos bens e serviços oferecidos e assim criar valor de utilização. O turismo, como a base de criação de vários tipos de negócio, permite que o mercado turístico também possa aparecer nas zonas costeiras. Forstner (2004) mostrou que os empreendedores do turismo de base comunitária enfrentam problemas de comercialização a nível rural. Eles dependem de intermediários, como empresas privadas,

organizações associativas, instituições do setor público e organizações não governamentais, para facilitar o acesso ao mercado. No caso do município de Lautém, o resultado que a comunidade obtém atualmente ainda é variável. Em termos de atividades e fruto da mudança de comportamentos, a comunidade conseguiu criar uma variedade de negócios na zona costeira. Assim, as categorias da Dimensão 4 estão relacionadas com: as comunidades acederem ao crédito financeiro, a informação, o lugar de venda, o acesso a matérias-primas, a promoções (publicações), a qualidade de bens e serviços, a concorrência (colaborativa), a oferta de diversos tipos de produtos e ao acesso ao transporte.

8.5.1 Acesso ao financiamento (C4.1)

O turismo pode ser uma oportunidade para as comunidades costeiras de Com e Valu Sere (Tutuala) construírem vários tipos de negócio. O turismo deu oportunidades às comunidades na zona costeira, mas devido à limitação de capital financeiro o progresso dos negócios das comunidades foi afetado. Havia comunidades com vontade de criação de negócios, mas não tinham capital financeiro. Depois que várias instituições financeiras surgiram, começaram a facilitar às comunidades o acesso ao crédito com juros suave. Entre as instituições financeiras que existem atualmente temos a instituição financeira governamental Banco Nacional de Comércio de Timor-Leste (BNCTL), fundada em 11 de julho de 2011, e instituições financeiras não governamentais, como a Moris Rasik, fundada em 20 de abril de 2000 e a Kaebauk, fundada em 2002. O objetivo é prestar serviços bancários e financeiros para reduzir a pobreza e apoiar o desenvolvimento de atividades económicas em todo o território nacional, proporcionando acesso a serviços financeiros para comunidades e para micro, pequenas e médias empresas, tanto nas zonas urbanas como nas zonas rurais. Especialmente empoderar as mulheres com fraco poder económico para que possam aceder ao crédito. Por isso, para as comunidades que têm vontade de aceder ao crédito, o banco estabelece um procedimento que as comunidades cumprem. O banco ou a instituição financeira faz uma avaliação e observa diretamente no terreno o pedido das requerentes. Com a cooperação mútua entre pessoas e instituição financeira, as comunidades que acedem ao crédito, na fase I a V têm sempre sucesso, de acordo com o montante de crédito pedido. Além de aceder ao crédito, a comunidade também teve ajuda dos intervenientes do governo através de subvenção pública para as comunidades que já tinham negócios, tanto privado como em cooperativa.

Tivemos uma assistência em dinheiro pelo governo, através do Secretário de Estado para as Cooperativas, para nós podermos comprar um novo barco e arranjar outro que estava danificado. (P25)

e renovar a nossa casa para os hóspedes. O meu negócio está bem desenvolvido porque eu acedi ao crédito no BNCTL. (P32)

Eu acedi crédito na Instituição de Crédito de Moris Rasik. (P30)

Dantes eu não tinha atividade de negócio, mas KAIBAUK deu-me crédito com juros baixos e eu comecei a vender aqui. (P39)

O meu capital é privado; nós vendemos os nossos bens e depois aplicamos no nosso novo negócio. (P36 e P35)

As formas de as comunidades sobre o modo de aceder ao capital financeiro são variadas, ou pelo banco, ou com ajuda do governo, ou com capital próprio (privado). O resultado observado é que as comunidades através da motivação, por terem acesso ao dinheiro, são empoderadas, aumentam a vontade de desenvolver o negócio, expandem os seus negócios, promovem os seus negócios, nas diferentes áreas e com os ganhos obtidos melhoram o seu bem-estar

8.5.2 Informação e comunicação (C4.2)

A informação e comunicação sempre realizada pelas comunidades costeiras em Com e Tutuala centra-se em duas direções, nomeadamente a comunicação entre a comunidade e os outros, como os turistas e os negociantes. Mas ao mesmo tempo as comunidades negociantes também divulgar alguma informação aos turistas ou seus clientes em relação seus negócios para manter a lealdade e confianças dos clientes ou turistas. Todas comunicação feitas pelo ferramentas que existe- A comunidade usa a ferramenta da comunicação para comunicar com outros negociastes que preparam as matérias-primas, tais com os empresários que vendem vegetais, os pescadores, ou empresários de retalho das lojas. Com uma mudança da tecnologia também mudou o pensamento da comunidade e o progresso dos negócios foi acelerado. Antes o retorno de uma dada mensagem era muito demorado. Agora, apenas têm de confirmar se os clientes vêm comprar os seus produtos ou se o negociante restaurante precisar de algum produtos apenas de ligar outros produtores tal como negociantes agrícola para entrega os produtos pedido.

As falas da comunidade relatam alguns dos instrumentos de comunicação utilizados pela comunidade para contactar e também para servir como uma forma de aprendizagem, ou ainda para realizar publicações sobre os negócios que a comunidade tem:

Agora a Internet também entrou no nosso lugar então também aprendemos o básico de inglês com o Google, ou os turistas que vêm aqui e não falam tétum e indonésio, usamos o novo tradutor do Google em indonésio, para que possa facilitar nossa comunicação. (P24)

Todo o meu conhecimento sobre negócio agrícola, eu estudei pelo Youtube. (P38)

A distribuição da rede de telecomunicação ajudou-nos. Para nós melhoramos o desempenho do nosso negócio usamos a Internet, a média social, o telefone, a promoção direta através rede social. (P34, P35, P33)

E nós informamos o nosso cliente face a face, as outras informações que tivemos foi informação direta dada pelo governo. (P36)

E outra através da televisão e quadro de informações. (P40)

Para ter o acesso ao mercado do turismo em 2003, a comunidade enfrentou muitas limitações em termos de comunicação, para melhorar o desempenho do trabalho empresarial. Na altura as pessoas que tinham a capacidade de aceder à informação eram apenas de certos círculos, como membros ou funcionários das Nações Unidas que eram capazes de transportar o telefone *de mão*, e nessa altura o modelo de ferramentas de comunicação estava abaixo da média da marca Motorola. Mas, entretanto, com a presença de várias empresas no domínio da comunicação como a Timor-Telecom, a Telemor, e a Telecomcel pode proporcionar oportunidades para que as pessoas hoje tenham um acesso mais alargado à informação, e a vários modelos de *smartphones*, tanto da Samsung, Oppo, Nokia e de outras marcas. Os vários instrumentos de acesso à comunicação utilizados pela comunidade podem proporcionar vários benefícios, entre eles: (i) ajudar a comunidade a fazer os preparativos; (ii) com o tipo de comunicação realizada, pode apoiar e acelerar os esforços da comunidade; (iii) aumentar a confiança; (iv) expandir o negócio; (v) criar uma rede; (vi) modelo como forma de promoção; (vii) pelo aparelho, em ligação do turismo, ensinar a comunidade.

8.5.3 Lugar de venda (C4.3)

O principal aspeto do acesso ao mercado é a distribuição. Ou seja, a comunidade desenvolve várias atividades comerciais, com a intenção os produtos que pretendem vender sejam facilmente alcançados pelos clientes e sejam vendidos rapidamente. Existem vários tipos de produtos que podem ser distribuídos aos clientes, incluindo alimentos (como vegetais e peixes), artesanato e os produtos de varejo. Os membros da comunidade disseram:

Já temos restaurante de cooperativa de Valu Sere, e outros restaurantes nas áreas costeira por isso quando nós temos peixe nós vendemos diretamente. (P25, P27, P24)

Ou ao distribuidor que vem diretamente de Díli. Nós vendermos o produto no nosso lugar. (P30, P34, P36, P35, P40)

E nós vendemos no mercado Lospalos, mercado Lautém Moro. (P38, P29 e P40)

A função do ecoturismo é promover o mercado na comunidade da zona costeira, a conservação do ambiente, os serviços do ecossistema, e assim, promover a segurança alimentar da comunidade. Com o turismo, a comunidade consciencializa-se de que há um mercado mais perto de si, como tal os pescadores vendem os seus produtos aos restaurantes ou a clientes que vieram de Díli, de Lospalos ou de comunidades vizinhas, ao redor da zona costeira. Os negócios que existem na zona costeira tem ligação uns com os outros, por isso quando o movimento dos turistas aumenta, prevê-se que todos os negócios da comunidade também cresçam e aumentem o rendimento.

8.5.4 Acesso as matérias-primas (C4.4)

Podemos considerar que no turismo existem dois tipos de produtos que são oferecidos aos turistas, nomeadamente os produtos naturais e os produtos manufacturados. Os produtos naturais estão intimamente relacionados com o potencial do litoral como o mar, a areia, o sol, a beleza natural, a diversidade de vida marinha, flora e fauna, na praia e nas montanhas junto do mar. Este produto está naturalmente disponível para ser apreciado por todos, tanto turistas como o público em geral. Os produtos manufacturados, como o artesanato, o vestuário, a comida, os edifícios, os transportes, as infraestruturas e outros produtos refletem são uma parte dos produtos turísticos. Neste caso, a comunidade acede aos produtos para depois oferecer aos turistas. Primeiro obtém as materiais primas, processa-as e transforma-as em produtos acabados, que podem ser vendidos aos clientes. Os membros da comunidade relataram:

*Em princípio, os produtos relacionados com a gastronomia, as matérias-primas nós compramos na comunidade, aos pescadores e ao talhante; as restantes, nós compramos no mercado local em Lospalos, e se aí não tiver então nós compramos em Díli, ou ao fornecedor de Baucau. (P34, P35, P36)
Nós vemos que às vezes a comunidade não prepara o produto local, então nós plantamos para responder às necessidades dos clientes. (P35)*

Os recursos locais disponíveis estão intimamente relacionados com o desenvolvimento do acesso ao mercado do turismo. Como a matéria-prima vem da comunidade local, e os empresários distribuem a riqueza para a comunidade. Assim, o mercado do turismo é uma motivação empresarial para as empresas e comunidades turísticas costeiras e também cria valor acrescentado, a jusante e a montante, e pode apoiar a sustentabilidade do turismo para um desenvolvimento sustentável. O mercado turístico ao estar mais próximo da comunidade tem custos mais reduzidos. Um exemplo são os custos

de transporte, que faz com que os locais vendam matérias-primas com preços relativamente baixos, dando oportunidade ao público em geral e aos empresários em particular de terem mais facilidade em comprar.

Assim, através do acesso a matérias-primas e materiais obtidos e produzidos pela comunidade, além de aumentar o poder de compra e de fazer crescer a economia da comunidade também dá a conhecer à comunidade a utilização e valorização potencial dos recursos naturais, melhorando as suas capacidades e a sua Independência.

8.5.5 Promoção (C4.5)

A rapidez do desenvolvimento da tecnologia afetou a existência do mercado em todos os lugares e fez com que todos os produtos que não eram de todo conhecidos fossem cada vez mais reconhecíveis e valiosos. No passado as pessoas que faziam promoção tinham de passar por um processo complexo e os custos eram elevados. Agora depende da sensibilidade, criatividade e conhecimento para tirar partido das ferramentas promocionais existentes. A promoção e a comunicação são uma parte muito importante no marketing e estão associadas à influência dos turistas ou consumidores no consumo de produtos fornecidos pela sociedade. Como foi referido sobre a informação e comunicação, as pessoas que abriram os seus negócios entre 2003 e 2008 experimentaram limitações, nomeadamente como divulgar ou persuadir os turistas ou consumidores a visitar locais comunitários no litoral. Na época devido à falta de acesso à tecnologia, os meios de comunicação utilizados eram muito limitados e a orientação da promoção parecia ser apenas sobre os turistas internacionais e através do face a face. Mas, com a orientação das partes interessadas para capacitar a comunidade, a comunidade de negócios foi se desenvolvendo. Atualmente, o modelo de ferramentas de comunicação tem ajudado as pessoas a acederem mais competitivamente ao mercado do turismo. Os membros da comunidade expressaram:

Não fizemos nenhuma promoção. (P32, P25, P24, P29, P30)

Eu tive uma apreciação de melhor negócio na área de turismo, versão Ministério do Turismo em Timor-Leste. Por isso a Katty Guest House e Restaurante teve a oportunidade de se promoverem no site do Ministério do Turismo. (P34)

Acedemos através do WhatsApp e do Facebook, porque a Sina e a Katty Restaurante e o alojamento têm o nível de promoção acrescido. Por isso, estamos felizes porque podemos aceder à Internet e à tecnologia, em comparação com o ano interior. (P35, P36, P33)

Os resultados ilustram que existem algumas pessoas que possuem atividades empresariais, mas ainda não realizaram promoção através das ferramentas de comunicação existentes. A promoção das zonas costeiras é realizada de 2 formas pelo governo e pela própria comunidade empresarial do turismo costeiro.

O governo promove os esforços da comunidade com a intenção de expandir divulgação da informação sobre as empresas comunitárias no litoral, mas, antes de fazer a promoção o governo realizou um inquérito, avaliando a qualidade das instalações e dos produtos e serviços disponíveis para os turistas de acordo com determinados requisitos. Por fim o governo escolheu os melhores negócios na área da hospitalidade para promover no website do governo (<http://www.cbettimorleste.com/cbt7/Lospalosmunicipality.html>). Assim, o Restaurante e a Katty Guest foram escolhidos como os melhores e representam todos os negócios da área da hospitalidade no município de Lautém.

A comunidade também faz a divulgação, sobretudo realizada através das redes sociais, cara a cara, e através de exposições, ainda não procedeu à divulgação através de outros meios, como a televisão, os catálogos, os jornais, porque o custo é elevado. A publicidade é um esforço para divulgar produtos ou serviços, com o objetivo de atrair potenciais consumidores. Com a promoção, a comunidade pode aumentar o número de vendas, disseminar produtos ou serviços a potenciais consumidores, com o objetivo que estes os possam adquirir e se possível, de forma rápida.

8.5.6 Qualidade de bens e serviços (C4.6)

Deve-se estar atento à qualidade dos produtos no mercado turístico. O município de Lautém, especialmente no Suco Com e Suco de Tutuala na área do Parque Nacional Nino Konis Santana, é muito diversificado. Os produtos que aparecem com frequência no turismo podem ser vistos sob dois aspetos, a saber, os produtos tangíveis e os produtos intangíveis.

Os produtos tangíveis são produtos que podem ser tocados e degustados como, por exemplo, os produtos naturais e os feitos pelo homem por exemplo, a comida, o artesanato, as praias e a beleza do mar. Enquanto os produtos intangíveis podem ser sentidos, apreciados, mas não podem ser vistos e tocados, como o ar fresco e um serviço excelente. Dos vários produtos mencionados que estão relacionados com a natureza, é claro que a sua

originalidade e singularidade fazem parte da qualidade. Com os produtos feitos a partir de mãos humanas deve haver sempre uma preocupação para melhorar a sua qualidade.

A avaliação feita pelo Ministério do Turismo tratava da qualidade do produto, do serviço e da higiene; eles escolheram o nosso restaurante como o melhor representante do município de Lautém para ser promovido ao nível nacional. (P34)

Os peixes que nós vendemos são mais frescos, às vezes a cauda ainda balança quando os vendemos aos clientes. (P25, P27)

A procura da qualidade pela comunidade pretende manter a fidelização do consumidor e do turista e assim aumentar o seu poder de compra. A qualidade do serviço pode ser medida de várias formas. Uma das formas foi realizada pelo Ministério do Turismo, que delegou nos seus representantes a avaliação dos negócios das comunidades, colocando-se no papel de turista sem que a comunidade soubesse. Os representantes do MT (anónimos) avaliaram os produtos fornecidos pela comunidade, que vão desde limpeza, atendimento, disposição do cardápio, os pratos, disposição dos quartos, métodos de comunicação, receção de hóspedes, guarda de resíduos, e matérias-primas utilizadas.

Outra forma de avaliação é realizada pela própria comunidade. A comunidade avalia diretamente a qualidade dos seus produtos através do seu entendimento, ou seja, após o *check-out* dos turistas, a comunidade sempre pede diretamente aos turistas a sua opinião sobre os serviços que foram oferecidos, e os turistas dizem que estão muito satisfeitos com os serviços comunitários. Essa qualidade também está relacionada aos sentimentos da comunidade Fataluku, ou seja, para os pescadores dizem: “*nunca damos peixes que foram danificados, como aos donos de restaurantes; alguns peixes ainda estão vivos e nós vendemos diretamente para eles*” (P27, P25). Os agricultores também vendem os seus vegetais, alguns dos clientes visitam diretamente as hortas para comprá-los lá.

8.5.7 Concorrência (C4.7)

A potencialidade e atratividade da zona costeira em Suco Com e em Valu Sere influenciaram a comunidade a oferecer os seus produtos através de mercados criados no litoral. O mercado que surgiu da presença do turismo, leva a que haja, naturalmente, concorrência que está relacionada com a satisfação e o valor de utilização do produto. No acesso ao mercado do turismo, a concorrência é importante, visto que ensina todos a mostrar conhecimento, energia, estratégia para alcançar a competitividade e aumentar a segmentação do mercado. Quanto à competição vivida pela comunidade, tem as suas

próprias tendências, nomeadamente na zona costeira a concorrência é colaborativa; as comunidades dizem:

Especificamente, a concorrência na costa de Valu Sere e na costa de Com, as comunidades não podem competir entre si, porque a orientação do desenvolvimento comunitário ali é pretende realizar mudanças sociais através da criação de uma economia social, onde não exista competição entre as comunidades, mas sim uma economia colaborativa que mutuamente as beneficie. (P21)

Nós dividimos tarefas, na pesca, no restaurante, na venda de produto na sua área, com o preço igual. Uma pessoa não pode ocupar todas as oportunidades que existem, mas deve colaborar com os outros. (P25, P34, P28, P27)

Na costa do município de Lautém ainda não houve uma real concorrência, devido ao número de turistas limitado, a comunidade faz um negócio colaborativo. Quando há muitos turistas, eles concordam em dividir os turistas e uniformizar os tipos de pratos que oferecerem aos turistas. No entanto, quando há poucos turistas, a comunidade recebe os turistas de forma flexível de acordo com suas capacidades. Além disso, os líderes comunitários e os intervenientes também cooperam com as comunidades negociantes no litoral de modo que todos estão proibidos de monopolizar todos os negócios. As comunidades que abrem os negócios de restaurantes e alojamento estão proibidas de comprar os barcos, e os pescadores não podem abrir restaurantes ou quiosques, cada comunidade se concentra apenas numa unidade de negócios. Este acordo é feito para que o dinheiro dado pelos turistas possa circular para a comunidade, para que outras pessoas também tenham a mesma oportunidade de ganhar dinheiro.

8.5.8 Tipos de produtos (C4.8)

Podemos considerar que os produtos são bens e serviços disponíveis, pelos produtores, para oferecer aos consumidores. A zona costeira é um território com vários produtos turísticos que podem ser oferecidos aos turistas. Dentro de produtos turísticos existem produtos principais e produtos complementares. Os produtos principais são considerados como os produtos que refletem as necessidades dos turistas e que se prevê que possam criar experiências. Os produtos complementares são produtos que reforçam aos produtos principais, por forma a aumentar a vontade do turista a ficar e a voltar, ou seja, a fidelizar e criar confiança.

Os tipos de produtos que nós temos na zona costeira são produtos agrícolas, algas marinhas, comida local, peixe, quiosque, serviços transportes, serviços e alojamento, traje com tecido Tais e pedras que a comunidade recolhe para vender aos empresários. (P18, P15, P19, P34, P35, P27, P31)

Os tipos de produtos, de propriedade da comunidade, estão relacionados ao turismo. Pode-se entender que a comunidade possui vários produtos principais relacionados com as necessidades do consumidor, por exemplo, a comunidade oferece uma variedade de alimentos de estilo local, como *Katupa*, *maca-maca*, *umu-umu*, *sukurana*, *cucuana*, *celetafan*, *haap papa kina*, *ilah papakina*, *etelusu papakina*, *saboko*, sopa de peixe e *tukir*. Dos alimentos tradicionais citados, esses são os produtos principais reais oferecidos aos consumidores e estão relacionados com a saúde, a satisfação e a experiência dos turistas. Outro produto principal são os vários tipos de produtos vegetais comercializados pela comunidade, como couve, mostarda, beringela, tomate, feijão, espinafre, salada e cenoura. Para agradar o consumidor, os pescadores procuram também os peixes preferidos pelos restaurantes do litoral e também pelo mercado, como o peixe vermelho, o atum, o polvo, o caracol e a sardinha. De acordo com a procura do mercado, cada pescador vai pescar no litoral desde a área do suco Com até a área do posto administrativo de Iliomar e pode obter peixe para vender aos clientes. Depois de ser vendida a restaurantes ou clientes do litoral, as comunidades cozinham ao estilo do município de Lautém para ser oferecida aos turistas. Além disso, também houve um produto que tem benefícios para o mercado que são as algas marinhas. As algas marinhas são um negócio adicional para as comunidades piscatórias na costa. São plantadas para serem vendidas para comunidades costeiras e no mercado. Esta alga, como vegetal marinho, tem benefícios para a saúde porque tem baixas calorias e é adequado para os turistas. Geralmente a comunidade oferece saladas com alimentos locais como mandioca, batata-doce, taro e bananas cozidas.

Existem tipos de produtos que são considerados como produtos complementares ao produto principal. A comunidade disponibiliza quartos de acordo com o tipo de colchão, de 60 a 120 cm, para responder às necessidades e ao número de turistas. Quando os turistas vêm sozinhos, eles podem escolher um tipo de quarto individual e se os turistas vierem com a sua família, eles podem escolher um quarto para a família. Além disso, se os turistas desejam a paisagem do mar ou querem ir para a ilha de Jaco as comunidades também oferecem o barco para transportar os turistas.

Outro produto que pode criar uma experiência turística é o artesanato que a comunidade produz. A procura de tecidos tradicionais *Tais* está a aumentar de forma que as mulheres que os produzem começaram a inovar e também utilizam o tecido *Tais* em saias, casacos, bolsas, sapatos de mulher, carteiras, chapéus. Esta variedade de produtos

feitos a partir de tecidos *Tais* veio responder às necessidades dos consumidores, especialmente os turistas estrangeiros.

8.5.9 Transporte (C4.9)

O mercado é o centro da vida das pessoas. Todas as atividades de mercado estão a correr bem quando há cada vez mais acessibilidades ao transporte. O transporte serve para trazer bens e serviços e para os consumidores se encontrarem com os produtores, ou para os produtores poderem obter matérias-primas para processar e transformar em produtos finais. Assim, o transporte é estratégico e central para o desenvolvimento económico, nomeadamente para o turismo. A viagem de cada turista incentiva as pessoas a procurarem, de forma rápida e precisa, os produtos desejados pelos turistas. Com transportes mais acessíveis para o mercado, este fica mais próximo da comunidade.

Em 2000-2007, as comunidades costeiras, especialmente no Suco Com e no Suco Tutuala, viram o desenvolvimento do transporte de duas e quatro rodas, mas apenas certos grupos tinham esse tipo de transporte e a maioria das pessoas usava transportes públicos tal como autocarros e mini camioneta (*Angguna*) para comprar e entregar produtos.

Através do desenvolvimento do conhecimento comunitário e da presença do turismo, as pessoas podem aceder ao mercado através de vários tipos de transporte. Os membros da comunidade disseram:

Nós distribuirmos o nosso produto através de transporte público até em Lospalos, depois nós continuamos a distribuir por cada restaurante. (P38)

Costumávamos aceder aos transportes públicos, mas atualmente já não o usamos, só ligamos para o distribuidor de Baucau pelo telefone para trazer os seus produtos aqui e depois pagamos o transporte. (P30, P34, P35, P36)

Além disso, quando as pessoas precisam de um produto, não é como antes, em que o público tinha de comprar diretamente os produtos no mercado. Atualmente os distribuidores de Baucau têm muitos produtos ou pacotes, especialmente no que diz respeito a produtos primários ou de necessidades básicas e depois de ser confirmado diretamente através do telefone, o distribuidor entrega no local da comunidade.

O acesso ao transporte pela comunidade tem implicação no desenvolvimento da comunidade, na conservação do ambiente e na presença do turismo na zona costeira. Devido ao progresso do negócio, além de usar o transporte público para trazer os seus produtos, algumas pessoas da comunidade já têm a capacidade para comprar os seus próprios meios de transporte, tal como camioneta, barcos e motor para o barco. Os

intervenientes orientam a comunidade para ter consciência ambiental e conhecimento que possa ser colocado em prática nos negócios no setor de turismo.

Vários autores também salientam esta linha de pensamento de desenvolvimento do turismo desenvolvendo simultaneamente a consciência ambiental. Manu e Kuuder (2012) referem que é o crescimento do ecoturismo de base comunitária em certas áreas fortaleceu o mercado global nos últimos dez anos, pois o impacto económico positivo sobre as pessoas da área torna a indústria do turismo ainda mais importante para a comunidade. As comunidades da zona costeira querem desenvolver os mercados turísticos na zona costeira para a intensificar as vendas, obter lucro, ser mais fácil aumentar a sua produção, promover a sua sobrevivência e reforçar a economia de azul; a economia azul é a geração de riqueza a partir de atividades relacionadas ao oceano, mas protegendo os ecossistemas marinhos (Phelan *et al.*, 2020).

8.6 Dimensão 5 – Inovação social

Relembremos que se considerou inovação social (ou implicação do desenvolvimento comunitário para a inovação social) como as mudanças que a comunidade sente precisar fazer para atender às suas necessidades – as condições de trabalho, o conhecimento e a saúde que possam fortalecer as comunidades costeiras. A importância desta dimensão é reiterada também nas falas dos entrevistados, nas comunidades e nas entidades intervenientes, como tendo um impacto na zona costeira do município da Lautém.

A inovação social pode ser considerada um meio para resolver problemas sociais, porque pode apresentar soluções alternativas alinhadas com o processo e o objetivo comum, mesmo que por vezes a inovação social possa acontecer sem planeamento (Cipolla & Moura, 2011).

No caso do município de Lautém, existe a esperança de resolver o problema social da comunidade de viver na pobreza, através do desenvolvimento sustentável da zona costeira. Considerando o curto período decorrido desde a independência, as comunidades enfrentaram várias dificuldades, mas conseguiram desenvolver-se; porém é necessário acelerar este desenvolvimento com a colaboração imediata dos principais intervenientes que poderão impedir a continuação de injustiça social. A colaboração entre a comunidade e os intervenientes pode ajudar a orientar o processo da inovação social, criando novas soluções, capazes de resolver as necessidades sociais de uma maneira mais eficaz e

eficiente, com impacto no desenvolvimento sustentável da comunidade. O desenvolvimento comunitário é um instrumento para inovar o pensamento da comunidade, porque se sustenta na ação coletiva orientada para atingir o objetivo de uma sociedade mais sustentável (Nordberg *et al.*, 2020).

Este desenvolvimento visa satisfazer as necessidades da sociedade, com a criação de mecanismos para atender às necessidades sociais, à melhoria da qualidade de vida, ao acesso ao mercado, à geração de trabalho e rendimento, entre outros aspetos (Mulgan *et al.*, 2007). Inovação social também pode ser uma técnica de transferência da capacitação para os beneficiários da comunidade, a fim de desenvolver as suas competências e os conhecimentos locais para produzir bens e serviços (Aquino *et al.*, 2018).

A inovação social relacionada com o turismo é um fator importante na vida da comunidade, devido a transformação do conhecimento que pode criar capital social, incrementado a fidelização do turista (Alkier *et al.*, 2017). Esta perspetiva pode ser ilustrada através do uso do turismo para criar soluções inovadoras para problemas sociais, ambientais e económicos diretamente no destino, mobilizando as ideias, capacidades, os recursos de um território, componentes necessários para a transformação social sustentável.

Um aspeto importante sobre a inovação social é que esta presta atenção às ideias e soluções ambientais para criar valor social, com foco na melhoria na qualidade de vida da sociedade. Nesta perspetiva, Cloutier, (2003) considera duas abordagens:

(1) Desenvolvimento: a inovação social é um elemento essencial para o processo de desenvolvimento das nações, uma vez que tem por objetivo mudar os padrões que causam problemas sociais, resultando em melhoria na qualidade de vida, acesso aos meios de produção, educação, capacitação, fomento ao empreendedorismo e novas formas de negócios e consequentemente, melhor distribuição de renda;

(2) Consumo: a inovação social tendo como resultado a mudança social a partir da melhoria na qualidade de vida do cidadão, pode representar também mudanças nos hábitos de consumo, uma vez que a qualidade de vida pode ser algo subjetivo, satisfazendo as necessidades do indivíduo de acordo com o seu poder de compra.

Cruzando este enquadramento teórico com as falas dos entrevistados podemos considerar, dentro da dimensão Inovação Social, 15 categorias que irão ser discutidas de seguida.

8.6.1 Acesso às tecnologias (pela comunidade) (C5.1)

O acesso às Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) pela comunidade costeira no município de Lautém é recente. De notar que desde o pós-independência de 2002 a 2011 a distribuição da energia elétrica estava centralizada na capital, nos municípios das áreas rurais e especificamente nas zonas costeiras, não havia acesso à eletricidade. A política do IV Governo constitucional definiu um plano estratégico nacional, onde definiu como meta a concretizar, entre 2011 a 2030, o acesso universal à energia elétrica a todas as populações dos territórios de Timor-Leste.

Atualmente, a maioria da população (98%) do município de Lautém acede à energia elétrica. No que concerne ao acesso a telemóveis, a sua introdução foi feita pela Missão das Nações Unidas para Timor-Leste (UNAMET) a partir de 1999. Inicialmente o telemóvel era só para as pessoas que trabalhavam com a UNAMET, usavam telemóveis com a marca Motorola e Ericsson, mas as comunidades em geral acediam a esta tecnologia. A partir da decisão do governo de distribuir a energia elétrica para todos os territórios, seguiram-se as instalações das redes telecomunicações no território Timor-Leste permitindo a comunidade começar a aceder a informação, tanto pelas notícias veiculadas pela televisão como pelo acesso à Internet e usar estes meios para, por exemplo, comunicar diretamente com os clientes.

A presença da tecnologia se ligada à inovação social pode ser entendida como novas soluções de serviços (Alkier *et al.*, 2017). Tal é reiterado pelas falas dos entrevistados:

A tecnologia também estava nos ajudando, tais como no acesso ao desenvolvimento em outro país, como se seguir a mudança. (P21)

Podemos utilizar a tecnologia como um canal de marketing. (P12)

Os turistas pedem algo em inglês, se não entendemos podemos aceder através do Google e traduzir para encontrar as respostas. (P33)

Nós podemos estudar diretamente pelo Youtube. (P38)

E tudo isso é mais fácil por causa da energia elétrica. (P10)

Através das falas dos entrevistados verificamos que a implementação da política de acesso universal às tecnologias pode ter impacto no empoderamento das comunidades que por própria iniciativa aproveitam as oportunidades desse acesso para ultrapassar as suas deficiências, criando negócios e criar uma mudança sobre a sua perceção sobre o valor económico das suas atividades. Os intervenientes poderão ter um papel importante nesta aceleração de uso eficaz das tecnologias.

8.6.2 Aumentar o conhecimento (C5.2)

A comunidade tem conhecimento acumulado que é um recurso importante. Os intervenientes têm o dever de capacitar as comunidades costeiras de modo que possam aumentar o seu conhecimento. Trunfio e Campana (2019) consideraram a inovação social como uma abordagem para produzir mudanças na comunidade, introduzir novas soluções, novos produtos, serviços, modelos, processos e para desenvolver o conhecimento local. Neste sentido, os participantes expressaram as suas perceções:

Sinto que o meu conhecimento, comparado com o passado, é melhor, mesmo que ainda não atingi 100%. (P33)

Bom porque pode aumentar o meu conhecimento e melhorar a minha mentalidade, capaz de comunicar para fazer qualquer coisa relacionada com o negócio. (P30)

A formação ajudou-me tanto que também senti que havia uma mudança na minha vida porque antigamente eu só frequentei a escola primária no tempo português. (P36)

O desenvolvimento comunitário tem implicações positivas para as comunidades costeiras, agregando o conhecimento específico de cada pessoa, na zona costeira. Naturalmente a comunidade abarca pessoas com diferentes níveis de educação e diferentes comportamentos, mas com o desenvolvimento comunitário pode trazer mudanças tornando a comunidade mais ativa, comunicativa e inovadora.

8.6.3 Capacidade de construir a casa e comprar novo barco (C5.3)

A presença do turismo na zona costeira pode reforçar o desenvolvimento comunitário com impacto significativo no bem-estar da comunidade costeira. No caso do município de Lautém, na comunidade costeira, quando alguém quer construir uma casa precisa de preparar o orçamento que seja suficiente, bem a comunidade piscatória quer comprar o seu próprio barco novo precisa preparar de \$7000,00-\$15.000. Com a capacitação e o empoderamento que os intervenientes proporcionaram a algumas pessoas da comunidade verifica-se alguma mudança quanto a construção de casa nova e à compra de barco novo. Assim, é referido pelos respondentes:

Quando eu uso o meu barco para pescar, então com o rendimento da venda de peixe eu posso fazer poupança, depois de satisfazer as minhas necessidades diárias, incluindo o custo de educação da criança e construção de uma casa. (P27 e P33)

As falas dos entrevistados estão alinhadas com alguns aspetos veiculados por Nordberg *et al.* (2020) que consideram que a inovação social também incentiva os moradores a inovar para criar soluções de melhoria da qualidade de vida em geral,

especialmente as comunidades em áreas rurais. As comunidades sentem as porque a formação, providenciada pelos intervenientes, implica mudanças das práticas das suas atividades económicas e conseqüente mudança das suas características.

O IADE ensinou sobre o papel do dinheiro para operacionalizar os negócios, o atendimento das necessidades diárias individuais, das necessidades sociais, no valor da poupança para atingir algumas metas. Estes ensinamentos levaram as mudanças de atitude da comunidade que anteriormente usava o dinheiro apenas para responder as necessidades sociais (ajuda a outros familiares para dotes, festas tradicionais, casamento tradicionais, juntar o dinheiro para comprar as bebidas e jogar até se esgotar o dinheiro).

8.6.4 Capacidade de resolver problemas (C5.4)

A capacidade de resolver problemas em harmonia é uma característica ancestral das comunidades de Timor-Leste. A inovação social está na aplicação ao sector do turismo que emerge neste país. A sabedoria destas comunidades valoriza a paz e a sua permanência é um valor a ter também em conta quando se pensa no turismo.

A inovação social diz respeito a como, de forma individual ou coletiva, por meio de mudanças no modo agir, as pessoas criam oportunidades e resolvem os seus problemas (Santos *et al.*, 2018). Nas zonas costeiras as comunidades enfrentam muitos tipos de problemas diferentes, tais como a ligação dos negócios, ambiente, social, e os conflitos entre as comunidades. Entretanto, com a cooperação, a maturidade de pensamento e a presença do turismo, as lideranças comunitárias e própria comunidade também se sentem motivadas para resolver os seus problemas e contribuir o desenvolvimento sustentável.

Muitas questões relativas à vida da comunidade e até a conflitos na comunidade, mas no fim há sempre solução, há reconciliação, e capacidade de resolver o problema com consciência e cooperar com os outros. (P21)

Para resolver os meus próprios problemas e desenvolver a minha capacidade de relação com as outras pessoas. Todos os erros ou acidentes que ocorrem devemos tomar nota, para que, quando avaliarmos, identificarmos a causa e os impactos para depois buscar a solução. (P36)

Espontaneamente, a inovação social apareceu na comunidade por causa do turismo. Além disso, com a transferência do conhecimento a comunidade ficou consciente de que o turismo precisa de paz. Assim toda liderança comunitária sempre alertou a sua comunidade para assegurar a paz e as comunidades também sempre estiveram atentas para prevenir as percepções negativas que os turistas possam sentir relativamente à segurança, bem como a atenção à qualidade dos serviços ou dos produtos disponibilizados aos turistas.

8.6.5 Promover a saúde (e a qualidade da vida) (C5.5)

O desenvolvimento comunitário reflete-se no importante sector da saúde comunitária. A preocupação da comunidade sobre a saúde não é um fenómeno novo, mas atualmente é considerada com mais frequência, bem como assuntos com ela relacionados como por exemplo a gestão do lixo, a função do lixo, o valor do lixo que constituem os componentes de um novo conhecimento que a comunidade vai acumulando com o que já fazia de modo tradicional. Antigamente as comunidades queimavam o lixo, mas com a educação ambiental introduzida pelos intervenientes sobre adubos e reciclagem, iniciaram a separar o lixo conforme os diversos tipos, o que se pode considerar uma nova ação levada a cabo pela comunidade.

De notar que as preocupações com a higiene e a saúde alimentar sempre foram objeto de atenção da comunidade como forma de garantia para construir a confiança dos clientes bem como garantir a sua própria saúde. A comunidade melhorou a variedade das suas refeições não só para provar novos pratos, mas também porque as pessoas ao melhorar a sua economia familiar melhoram a sua vida quotidiana. A presença do turismo na zona costeira ajuda a promover todos os produtos com valor económico, o que tem impacto positivo na vida da comunidade, a todos os níveis, tanto na parte da nutrição, como na economia e na habitação. Os membros da comunidade disseram:

A saúde é muito importante, por isso sempre limpamos muito a nossa casa. (P30 e P32)

Estou sempre atento à saúde alimentar, por isso, a comida antiga vai para o lixo para não afetar a saúde dos turistas, e manter a nossa qualidade. (P34)

Com a presença do turista, aproveitamos para melhorar a nutrição dos nossos filhos, através dos restantes matérias-primas que consegue utilizarmos tudo. (P30, P36)

Neste âmbito, a promoção da saúde e qualidade de vida pode derivar da implementação de uma nova ideia com potencial para melhorar a qualidade de vida, que pode incluir aspetos de educação, bem-estar social e coesão social (Nordberg *et al.*, 2020). Outro aspeto é o aproveitamento de ideias criativas que a comunidade pode desenvolver com potencial de impactar positivamente a qualidade de vida das pessoas (Aquino *et al.*, 2018).

8.6.6 Competência para negociar (C5.6)

O conteúdo da inovação social não se limita a novos produtos ou formas de operar, abarcando também diferentes formas de pensar e agir que levam as mudanças nos paradigmas atuais e trazem uma mudança na comunidade (Alegre & Berbegal-Mirabent, 2016). Com a base das competências das comunidades, eles transformarem em várias atividades económicas, apesar de olhar ao nível de negócio ainda em fase de pequena, porque a capacidade de tamanho negócio, quantidade de produto, área cobertura de serviço, montante dos trabalhadores ainda não corresponde requisitos da escala negócios medio e grande. A criação da atividade económica no município de Lautém pode ser considerada uma nova ação para resolver problemas sociais. No caso da comunidade de Fataluku, especificamente nas comunidades da zona costeira a partir de Suco Com a Suco Tutuala, há uma vontade de investir agora já orientada para o mercado.

O comportamento da comunidade aqui é único. Antigamente os nossos ancestrais não traziam os seus produtos para vender no mercado, mas hoje em dia nós já levamos os nossos produtos para vender na praia em Valu Sere. Nós sorrimos para os clientes, mas antes só se dava um sorriso às pessoas que se conhecia. (P21)

Este resultado está em linha com a ideia de que as estratégias de inovação social devem influenciar a “orientação para o mercado” (Aquino *et al.*, 2018); tal pode provocar uma mudança do pensamento da comunidade no sentido de adquirir mais conhecimento, competências, familiarização da vida do negócio, de modo que os negócios da comunidade tenham sucesso e sejam sustentáveis. Por outro lado, o turismo e o desenvolvimento comunitário, podem ter impacto na inovação social, porque as comunidades conseguem negociar os seus produtos no mercado, incrementam a sua capacidade de expressão, aplicam a sua empatia e melhoram o seu atendimento aos clientes e turistas.

Este processo de melhoria da competência de negócio foi feito em cooperação com os intervenientes que usaram várias abordagens para persuadir as comunidades a melhorar. Isto está de acordo com a ideia de que “as estratégias de inovação social referem-se às táticas práticas utilizadas para promover a inclusão de indivíduos marginalizados no processo de desenvolvimento comunitário e erradicar os problemas sociais identificados” (Aquino *et al.*, 2018, p. 28).

8.6.7 Ética no serviço (C5.7)

A ética no serviço pode-se manifestar nos modos de agir e na responsabilidade dos atos. Os intervenientes têm vindo a reforçar o conhecimento das comunidades sobre como agir acertadamente e como lidar com os erros dos serviços de hospitalidade. Outros aspetos éticos referem-se à utilização dos recursos com responsabilidade e à procura do equilíbrio entre as necessidades e os recursos existentes. Os inquiridos revelaram que:

A formação da qual participei diversas vezes tornou os meus pontos de vistas mais amplos. Nomeadamente no que diz respeito à ética no serviço e melhoria mentalidade” (P34) e atender os hóspedes com as regras (P35), conservar o nosso ambiente porque o recurso natural do nosso país é limitado. (P41)

As falas dos entrevistados mostram o seu respeito pela ética no serviço e nos negócios que devem ser orientados para a satisfação dos clientes, mas, garantindo uma exploração dos recursos naturais pensando no futuro. Os intervenientes podem introduzir mudanças nos processos através de uma alteração do pensamento da comunidade, alinhada com o Código Mundial de Ética do Turismo (em inglês, *Global Code of Ethics for Tourism*) introduzido pela Organização Mundial do Turismo (UNWTO, 2001). Este código é um conjunto de princípios concebidos para orientar os principais intervenientes (governos, indústria de turismo, comunidades e turistas) para promover o desenvolvimento sustentável na indústria do turismo, visando ajudar a maximizar os benefícios do setor, minimizando o seu impacto potencialmente negativo no ambiente, património cultural e sociedades em todo o mundo (UNWTO, 2022).

Para além desta preocupação, as comunidades também devem ter uma consciência do ambiente, ou seja, uma ética ambiental que respeite toda a vida (Han *et al.*, 2014).

8.6.8 Autonomia (C5.8)

Oportunidade de vida sempre existe em qualquer lado, mas a falta de conhecimento e de meios para aproveitar as oportunidades podem fazer com que as pessoas se sintam abandonadas e sem esperança. A inovação social é um meio para criar uma sociedade independente e capacitada para gerenciar e resolver os seus próprios problemas e necessidades através do empreendedorismo social (Ebrashi, 2013).

Os intervenientes tentaram orientar as comunidades para serem mais independentes, começaram por se aproximar das comunidades, seguindo-se a capacitação, a coordenação e

a assistência através dos materiais necessários para os negócios. Por fim, quando as comunidades têm os seus próprios negócios para responder às suas necessidades, sentiram as mudanças nas suas vidas.

A autonomia é uma parte da independência, entendida como o poder da comunidade que prevê seu projeto integral de vida, é o direito de decidir o próprio destino, levando em consideração o passado cultural e a realidade atual para prever um futuro mais próspero na base de práticas habituais (Durán-Díaz *et al.*, 2020), com pensamento global. Autonomia significa a capacidade de gerenciar bem os recursos, não se referindo apenas a uma autonomia administrativa (Ciro *et al.*, 2019). Os inquiridos relevaram:

Em relação ao ecoturismo, um dos componentes que foi muito difícil de mudar a dependência da comunidade, mas hoje ela consegue ser autónoma. (P1)

Eu quero abrir um negócio sozinho, porque eu não quero depender de outra pessoa. (P31)

Eu era dependente do governo, mas agora eu compro o próprio Barco. (P27)

Uma maneira que o interveniente usa para orientar a comunidade no sentido de mais autonomia é o ecoturismo de base comunitária, que vai sendo compreendido pela própria comunidade. Os intervenientes foram persuasivos na maneira de orientar a comunidade, no seu envolvimento no ecoturismo de base comunitária através da implementação de atividades económicas lucrativas, o que criou poder de compra na zona costeira, tornando as comunidades independentes com os seus próprios negócios e independentes das entidades governamentais e não-governamentais, de notar que as variadas comunidades têm diferentes graus de autonomia.

8.6.9 Motivação (C5.9)

No início as comunidades construíram os seus negócios sem terem feito um planeamento, além de que não tinham experiência de negócio na área do turismo e as infraestruturas também não eram adequadas. Por outro lado, as infraestruturas também eram deficientes.

Os turistas querem provar a comida local no Suco Com o que motiva as comunidades a se envolverem nos negócios na zona costeira, especificamente na restauração. A iniciativa e a vontade da comunidade são apoiadas pelos intervenientes que contribuem para o empoderamento da comunidade através da capacitação e da distribuição de materiais. A comunidade também aumenta a sua confiança e assume empréstimos com

juros baixos que permitem desenvolver os seus negócios. Assim, vão surgindo novos negócios na área do turismo, conforme afirmaram os membros da comunidade:

Através da formação que eu frequentei consegui melhorar os meus negócios. (P36)

Então, com o dinheiro encorajamo-nos a construir um quarto de bungalow e estávamos a desenvolver outro quarto. (P34)

O meu cliente permanente é do restaurante na zona costeira porque quando nos levamos o nosso produto eles sempre comprar. (P24, P25 e P38)

As falas dos entrevistados mostram que a presença dos turistas e a ação dos intervenientes ajudaram a reforçar a vontade de empreender da comunidade. A expansão e diversificação dos negócios, o aumento do volume das vendas e do rendimento contribuíram para a melhoria da satisfação da comunidade. De acordo com Nordberg *et al.* (2020), a mudança social pode trazer a satisfação e a felicidade, componentes da inovação social. As novas oportunidades incentivam as comunidades a serem mais ativas na procura de soluções que melhorem a qualidade de vida em geral e em particular, a preservação do ambiente em que estas comunidades se inserem (Aquino *et al.*, 2018).

8.6.10 Mudança de comportamentos (C5.10)

A motivação da comunidade leva a uma mudança de atitude face aos recursos da zona costeira, no município de Lautém. Desde os antepassados, a cultura patriarcal era dominante, onde o homem tinha as responsabilidades máximas na sociedade. A comunidade por vezes gastava o seu tempo em atividades sem valor económico. Na cultura Fataluku normalmente as pessoas com mais de 80 anos que faleciam eram guardadas pela família durante uma semana ou duas para fazer a cerimónia fúnebre de modo a ter tempo de os familiares mais distantes poderem estar presentes. Este costume Fataluku apesar de não ter valor económico tinha valor de coesão social e familiar. As mulheres tinham como responsabilidade cuidar dos filhos e poderiam visitar os vizinhos ou a família.

Esta situação foi-se alterando aquando da chegada de instituições, nomeadamente a instituição financeira não-governamental KAEBUK e a Moris Rasik que abordaram a comunidade para providenciar créditos com juros baixos preferencialmente às mulheres. Estas aproveitam estes financiamentos e trabalham para os pagar, o que leva a uma mudança da perceção do papel das mulheres na comunidade. Os líderes comunitários também têm um papel de aproximar a comunidade a novas atividades produtivas,

conseguindo explicar o impacto negativo e positivo da cultura da comunidade Fataluku. Os inquiridos disseram:

Outro impacto, vimos que começou a haver uma mudança de comportamento, a comunidade que costumava reunir-se para contar histórias não produzia nada, agora começou a mudar, à procura de dinheiro para cobrir o principal e os juros dos empréstimos, começaram a focar-se em atividades produtivas. (P15)

A comunidade vem mudando de pensamentos e atitudes, desde a movimentação de turistas na zona costeira. As mulheres preparam a comida tradicional, tal como *Katupa* e o peixe grelhado para vender, de modo que possam juntar dinheiro para cumprir os seus deveres de pagamento do empréstimo e dos juros. Desta forma, usam o seu tempo de modo mais eficaz e o seu trabalho passa a ser valorizado economicamente. O homem também fica mais ativo porque se responsabiliza para ajudar as mulheres nas suas tarefas para que elas possam cumprir as suas obrigações financeiras. O não cumprimento do pagamento do empréstimo é visto pela comunidade como uma falha na dignidade e dos deveres do homem, que é considerado irresponsável pelos seus vizinhos.

De acordo com Neumeier (2012), a inovação social passa pelas mudanças de atitudes, de comportamentos ou das perceções de um grupo de pessoas unidas numa rede de interesses comuns, levando a novas formas de ação colaborativa dentro do grupo. Assim, pode-se entender que a inovação social ganha importância para que as mudanças positivas aconteçam no seio da sociedade, uma vez que estas surgem com o intuito de alavancar a melhoria nas condições de vida e promoção do desenvolvimento, através de alternativas que sejam capazes de abordar os problemas de maneira diferenciada e com ações mais efetivas para atingir os objetivos sociais.

8.6.11 Poupança (C5.11)

O conhecimento que os intervenientes transferiram para a comunidade costeira, levaram a lidar com o dinheiro de modo diferente. Os entrevistados indicaram que guardaram o dinheiro no banco para atender às suas necessidades diárias, mas também o usavam como capital para criar e expandir os negócios. Os membros da comunidade revelaram:

Portanto, o dinheiro que recebemos dos resultados das nossas pescas, poupamos para quando os nossos filhos vêm para casa, damos-lhes para pagarem os seus estudos em Díli. (P29)
Uma semana eu já recebo crédito; além disso, quando eu pago as minhas obrigações, eu também deposito dinheiro o restante dinheiro para minha poupança. (P30)

A intervenção dos intervenientes para orientar a comunidade na utilização do dinheiro fez com que a comunidade altere o seu comportamento; anteriormente, usava o dinheiro que provinha da pesca, agricultura, ou da venda dos animais, para as suas necessidades diárias. De notar que, entre 1999 a 2006, não existiam bancos no município de Lautém. Posteriormente, apareceram instituições financeiras não-governamental que se implementaram no município de Lautém, permitindo que as comunidades fizessem depósitos com o seu dinheiro. A população para além de poupar para investir nos negócios também poupa para investir na educação das crianças.

8.6.12 Profissão (C5.12)

A importância do desenvolvimento comunitário é orientada pela necessidade de a comunidade agir para desenvolver as suas competências.

As zonas costeiras são consideradas como recursos naturais que devem ter livre acesso a todas as pessoas, tais como turistas, empresários, e a própria comunidade. De modo a rentabilizar estes recursos para a comunidade é necessário profissionalismo.

O ministério de interligação em Timor-Leste, tais como o Ministério da Agricultura e Pescas e o Ministério Turismo, Comercio, e Industria capacitaram as comunidades na melhoria das suas competências, que começaram a aplicar estas novas competências para resolver os seus problemas de modo autónomo.

Temos uma boa compreensão em termos de gestão dos pescadores, pescar profissionalmente, pensar no mercado, ser capaz de resolver os problemas relacionados com os pescadores, como a reparação de motores, ou a reparação de redes e também ajuda a pescar de modo mais eficaz. (P24)

Nós reparamos o nosso motor de barco sozinhos, mesmo quando temos limitação de peças. (P25)

Neste sentido, as falas dos entrevistados confirmam que a inovação social pode mudar o pensamento da comunidade, a partir de novos processos e novas capacitações, o que provoca mudanças de vida e de pensamentos.

8.6.13 Transparência (C5.13)

A inovação social também pode promover a confiança. Tal como no grupo piscatório, a comunidade que se envolve na cooperativa na área do alojamento sentem a

necessidade de transparência nos seus negócios. A presença dos intervenientes também contribui para que a comunidade haja de modo honesto e transparente.

De notar que na cultura Fataluku, no município de Lautém, a transparência é refletida na própria língua Fataluku. A palavra Fataluku resulta de duas palavras Fata=clara, aberta e Luku=dizer ou fala. Ou seja, as comunidades devem agir e fazer tudo de forma aberta, fala mais clara e transparente. O relacionamento entre as pessoas deve obedecer a estes princípios para evitar a confusão entre elas. Os membros da comunidade disseram:

Sim, há uma mudança, porque pode aumentar muito o nosso conhecimento, trabalhamos em grupos e também há transparência. (P24)

A socialização, a transparência, a responsabilização e a cooperação através de abordagens sociais e culturais é muito importante para aumentar a confiança. (P17)

A assimilação do costume tradicional positivo integrado com a orientação dos intervenientes tem contribuído de modo significativo para mudanças de comportamento, incremento do profissionalismo, o que provoca o fortalecimento da unidade, da confiança e da vontade de trabalhar em conjunto, no seio da comunidade.

8.6.14 Vontade de trabalhar (C5.14)

O conhecimento que a comunidade desenvolve para implementar a sua atividade deve ser construído com base numa cultura de transparência, de modo a construir a confiança entre os membros do grupo, o que aumenta a vontade de trabalhar juntos. Com a presença dos turistas na zona costeira, as atividades processam-se de modo que haja conservação tanto no mar como na terra, visto que há a consciencialização da comunidade da necessidade de preservar os recursos.

Criámos um método amigável, para que as pessoas possam facilmente compreender e expressar os seus conhecimentos e tinha vontade trabalha junto, e evite problemas. (P1)

A comunidade aqui, estamos fazendo à nossa maneira para que a nossa sociedade também esteja bem motivada e eles tenham a vontade de trabalhar sempre connosco. (P35)

Trabalhar em conjunto, de modo amigável, resulta no desenvolvimento comunitário e melhoria da prestação de serviços com benefícios para todos. As pessoas valorizam o trabalho em conjunto porque sentem que podem resolver os problemas da comunidade tendo em conta o objetivo comum de melhorar as suas vidas.

8.6.15 Capacidade de comunicar (C5.15)

A capacitação da comunidade na área da comunicação tem várias vertentes: curso de inglês na área turismo, uso da tecnologia, capacitação para a interação comunicacional (verbal a não-verbal).

No passado a deficiente distribuição de energia elétrica e das redes de telecomunicação eram barreiras para o desenvolvimento. Com a participação dos intervenientes e com a implementação da infraestrutura elétrica e das redes de telecomunicação a comunidade viu facilitada a sua capacidade de comunicar com os turistas e outras comunidades.

A tecnologia entrou no nosso lugar e nós falamos diretamente com os turistas. A eletricidade entrou, a linha telecomunicações instaladas em todos os territórios, e a formação administrada pelo Ministério do Turismo, ONG Haburas, e outros intervenientes permitiu que nós habituássemos a falar com os turistas, tanto pessoalmente como pelo telefone, ou Internet. (P34, P35 e P34)

A comunicação clara e eficiente é uma maneira de criar a confiança e aumentar a vontade dos turistas em visitar as comunidades e retornar. A aprendizagem de várias línguas é um fator para promover a comunicação e os negócios, criando um ambiente hospitaleiro, tornando cada pessoa da comunidade um guia turístico que incentiva a visitar as atrações turísticas.

Em síntese, a transição de um estado de sobrevivência e subsistência para uma situação que valorize o território da sua população passa por ter de definir o objetivo de melhoria de vida para todos. Esta preocupação básica faz com que se respeite as tradições ancestrais que sabiamente procuram a harmonia entre as pessoas e o seu ambiente.

Analisado o modelo de inovação social que existe no município de Lautém, podemos dizer que a maioria da população se rege pela vontade de melhorar a sua qualidade de vida incluindo a qualidade ambiental. Nesta perspetiva, a inovação social ajusta-se à cultura da comunidade, nomeadamente respeitando o *Tara Bandu*. Esta cultura de honestidade do município de Lautém direciona a transformação social de modo que a comunidade esteja consciente de exercer as atividades económicas visando o lucro como um meio de desenvolvimento sustentável, tendo a noção de não estragar o ambiente é fundamental para atrair turistas e, deste modo, criar um efeito multiplicador na zona costeira.

8.7 Síntese conclusiva

O turismo como instrumento de desenvolvimento comunitário, oferece oportunidades para as comunidades construírem os seus negócios de acordo com suas iniciativas. Os intervenientes também aproveitam esta oportunidade para desenvolver a comunidade através de capacitação e da disponibilização de facilidades para empoderar a comunidade no litoral, nos setores de alojamento e restauração, das pescas e agricultura, pequenos negócios de quiosque, de artesanato, e outros setores económicos que existem no litoral. A capacitação reflete o ambiente porque a zona costeira está mais associada com o ecoturismo de base comunitária, que pode promover o conhecimento da comunidade para implementar a prática da sustentabilidade e reduzir a pobreza na zona costeira, melhorado a resiliência da comunidade.

A oferta de conhecimento comunitário baseado no ecoturismo, fortalecido pelo empoderamento por meio de facilidades a comunidades, origina o turismo de base comunitária. Ou seja, inicialmente a comunidade não tinha conhecimento básico sobre o turismo, mas com o incentivo dos intervenientes por meio de acompanhamento, orientação, trabalho conjunto para construção de empreendimentos de alojamento e restauração, influenciam outras comunidades no litoral a engajarem-se em atividades empresariais no setor de turismo, proporcionando oportunidades para que os pescadores sejam motivados a melhorar o seu profissionalismo na área do turismo, melhorar económica familiar, bem como outros setores.

No setor de sustentabilidade, percebe-se como a conscientização da comunidade, afetou a vida no litoral, a vida na terra e também a vida abaixo no mar. Mesmo que a mudança de vida ainda não tenha significativa representatividade em todas as comunidades as costeiras, por causa de presença do turista da praia também é limitada devido as políticas governamentais na área do turismo, que ainda não conseguiram influenciar os turistas a nível nacional e nível internacional. Mesmo assim, a comunidade continua a manter, a proteger e a conservar voluntariamente a costa. Porque algumas pessoas dizem: *“A realidade é que a nossas vidas ainda não melhoraram, mas também temos a consciência de sinceridade que fazemos com o ambiente que neste momento ainda não recebemos benefício real na nossa vida. Mas no futuro creio que os nossos filhos poderão ter os resultados reais e significativos em suas vidas” (P41).*

A conscientização, o conhecimento e as atividades socioeconômicas que ocorrem no litoral têm boas implicações para as comunidades que tem atividades económicas e podem aceder ao mercado. Porque, os ancestrais da comunidade, principalmente a comunidade Fataluku, raramente vendem os produtos nos mercados tradicionais, regionais e nacionais. No entanto, quando os intervenientes estão envolvidos no direcionar a comunidade, a presença do turismo, fez o mercado estar mais próximo a comunidade, porque a comunidade tem acesso financeiro, matérias-primas, facilidade de comunicar, acesso à tecnologia e ao transporte, possa facilitar a comunidade para trazer os seus produtos ao mercado.

A inovação também afeta o mercado, mas o acesso das comunidades ao mercado também aumenta a inovação social. Devido a existir uma fonte de rendimento mais clara, o conhecimento pode influenciar a comunidade a ter novas ideias e ações, ou seja, as comunidades estão a começar a se consciencializar sobre o ambiente, mudando a ideia de que não trazia benefícios. Há também mudanças em relação àqueles que são ativos na atividade económica. Na cultura Fataluku, os homens nunca cozinhavam, agora a igualdade género é visível; homens e mulheres se ajudam na melhoria dos serviços turísticos. Estes estão cientes acerca da saúde, limpeza e utilizam a sabedoria local (*Tara Bandu*) como uma nova abordagem para fortalecer a mudança, nomeadamente a reconciliação entre a natureza e o ser humano, e a redução da taxa de criminalidade, oferecendo oportunidades para os turistas desfrutarem as suas atividades. Podemos considerar que, a presença ecoturismo de base comunitária, com os conhecimentos da comunidade costeira no município de Lautém, passa a reforçar a resiliência da comunidade, contribuir para a sustentabilidade e a inovação social.

Capítulo 9 - Conclusão

9.1 Principais conclusões

Nesta seção são sintetizadas as conclusões do estudo realizado, procurando integrar a reflexão teórica e os resultados do estudo empírico. Procurou-se garantir uma coerência interna, através do alinhamento entre a questão de investigação, os métodos utilizados e a análise dos dados obtidos. Neste estudo procura-se associar o conceito de turismo com o conceito de desenvolvimento comunitário, nas zonas costeiras. A ideia condutora defende que o turismo pode ser um fator de desenvolvimento comunitário nessas zonas, se for feito de modo sustentável. Nas próximas seções são apresentadas as principais conclusões relativas a cada tópico em estudo.

9.1.1 Área de estudo

Pode-se considerar que o turismo em Timor-Leste ainda está numa fase inicial de atração dos turistas e, por isso, interessa antecipar como o incremento deste fluxo turístico irá ter impacto nas comunidades. O município de Lautém tem diversas atrações turísticas, desde praias, a áreas históricas e recursos naturais, como o mangue, as florestas protegidas costeiras e o Parque Nacional Nino Konis Santana. Este último é uma área de conservação, com flora e fauna selvagem, incluído a marinha. A oferta turística em Lautém traduz-se por várias pequenas empresas (restaurantes, alojamento, artesanato) e a procura turística ainda é pequena e essencialmente ao fim de semana.

A comunidade Fataluku tem uma perceção positiva sobre os turistas, visto que há uma pré-disposição para acolher as pessoas que não pertencem à comunidade. Os turistas são recebidos com as palavras de *Malay Pitine-Malay Lakuare* (rei ou rainha da pele branca e preta); esta é uma saudação que reflete como as pessoas vindas de outros lugares são respeitadas, apreciadas e acolhidas de acordo com a cultura Fataluku *Nita Eceremu e Nita Fiare* (atenção mútua e confiança mútua), numa perspetiva de construção de relacionamento entre a comunidade e os turistas. Por outro lado, o desenvolvimento da zona costeira deve ter em atenção o contexto, o planeamento e a gestão costeira, bem como

a melhoria sociocultural da comunidade. Assim, defendemos que o turismo das zonas costeiras deve integrar tanto aspetos sociais como ambientais. O turismo deve, portanto, ser sustentável para promover a economia, a inclusão social e a singularidade cultural da comunidade Fataluku e também para encorajar os turistas a reconhecer a importância de manter o equilíbrio do ambiente.

De notar que o desenvolvimento de um turismo sustentável requer, por um lado, o envolvimento das partes interessadas e dos intervenientes e, por outro, que as comunidades sejam parte importante da tomada de decisão sobre o seu desenvolvimento, daí pode ser considerado ecoturismo de base comunitária.

9.1.2 O desenvolvimento comunitário

O desenvolvimento comunitário pode ser abordado numa perspetiva processual, onde as partes intervenientes (*stakeholders*) podem usar vários mecanismos para direccionar a comunidade a alcançar os seus objetivos comuns, de modo a encontrar as soluções partilhadas para resolver os problemas que a comunidade enfrenta.

Através da educação e formação é possível incrementar o conhecimento e as competências adequadas para que a comunidade seja capaz de realizar ações coletivas, no sentido da erradicação da pobreza e do subdesenvolvimento.

Os intervenientes, ao nível do município de Lautém, são capazes de realizar os seus papéis de acordo com os compromissos assumidos, impulsionados pelos regulamentos e pelas visões que foram identificadas em conjunto.

O processo de desenvolvimento comunitário pode ser realizado em duas direções: (1) de baixo para cima (*bottom up*) e (2) de cima para baixo (*top down*).

Numa visão de baixo para cima os intervenientes das ONG convivem com as comunidades locais, começando pela identificação de problemas, determinação dos objetivos (comuns), aproximando-se da comunidade para obter a legitimidade e reconhecimento comunitário para, em conjunto, atingir as metas estabelecidas pela comunidade, fortalecendo-a com aconselhamento sobre os programas que serão executados ao nível comunitário, com a coordenação, a cooperação, socialização, a formação e a formalização dos grupos.

Através de um acordo mútuo, os intervenientes identificam vários grupos na costa, nomeadamente grupos de negociantes de alojamento e restauração, de pesca, de artesanato, de pequenos negócios (quiosque), e de produtos hortícolas. Alguns grupos foram criados devido ao recente envolvimento da comunidade nos negócios do setor do turismo, enquanto outros setores mais tradicionais se vão alinhando com as iniciativas do turismo.

Após a identificação dos problemas, os intervenientes começam a partilhar os seus conhecimentos com a comunidade, de acordo com o tipo de negócio que a comunidade vai implementando na zona costeira. Nesta fase, pode-se considerar que é feita uma abordagem de cima para baixo (*top down*), nomeadamente na vertente governamental, quando se ajuda a reforçar as iniciativas comunitárias formadas com as organizações não governamentais e das próprias iniciativas comunitárias.

Neste caso, o governo identifica e apoia a existência de iniciativas comunitárias através da formação, avaliação e ajuda para diminuir as deficiências ou limitações que as comunidades enfrentam. Os intervenientes envolvem, incentivam e orientam a comunidade a gerir os seus negócios. As várias vertentes de gestão contempladas são: a gestão do negócio, a gestão das finanças, a procura e alocação dos recursos para se monitorizar os negócios, a poupança, as estratégias de expansão do negócio, a supervisão do negócio, a melhoria da qualidade do serviço e a renovação dos produtos turísticos.

Além disso, como a zona costeira é a fonte de vida da comunidade e em simultâneo, é um recurso turístico; toda a capacitação proporcionada à comunidade deve ter subjacente a preocupação com o ambiente, incluindo a preocupação com os recursos marinhos.

A distribuição da assistência à comunidade empodera a comunidade e deve ter em conta o tipo de negócios existentes e explorados pela comunidade, bem como os negócios que vão iniciar. A supervisão da gestão e a distribuição justa de instalações e equipamentos deve servir de motivação para a comunidade e para influenciar as outras comunidades a se envolverem na gestão de negócios na zona costeira.

9.1.3 Envolvimento dos intervenientes e da comunidade na construção do ecoturismo de base comunitária

O objetivo do desenvolvimento comunitário é o de fortalecer a comunidade para que esta seja capaz de realizar ações coletivas, para alcançar objetivos comuns. Com o

incremento do capital de conhecimento, construído em conjunto com os intervenientes, a comunidade costeira no município de Lautém foi construindo vários negócios turísticos relacionados com o ecoturismo de base comunitária.

Nesse esforço, a comunidade demonstra como o seu desempenho assenta nos princípios do ecoturismo de base comunitária. Ou seja, a comunidade não só considera o capital financeiro, mas também valoriza a conservação da zona costeira e o respeito pelos valores culturais que preservam a sua identidade comunitária. O turismo é, assim, um meio de valorização das características únicas da comunidade.

Uma forma da comunidade gerir o ecoturismo de base comunitária passa pela construção de alojamento e restauração, da disponibilização de produtos de consumo preferencialmente de produção local. A comunidade utiliza o produto local com a intenção de promover a singularidade e de diversificar os produtos locais, para ganhar posicionamento numa competitividade de produtos turísticos justos. Não só se aumenta a qualidade da experiência do turista, que busca experiências únicas e locais, mas também se considera a sustentabilidade na zona costeira, resultante do equilíbrio entre a comunidade, o ambiente e o ecoturismo.

9.1.4 Preocupações das comunidades locais sobre a sustentabilidade

A presença do turismo na zona costeira é encarada pelos intervenientes como um recurso de desenvolvimento das comunidades. Os negócios de ecoturismo de base comunitária devem ser planeados de modo a incrementar os impactes positivos e prevenir negativos na vida das comunidades. As comunidades percebem os benefícios que o ecoturismo pode acarretar no cuidado com o ambiente, nos aspetos sociais e culturais.

A consciencialização de como os recursos naturais das zonas costeiras são finitos deve ser o ponto de partida para a construção do conhecimento, necessário para implementar um ecoturismo de base comunitária.

As comunidades devem assumir a sustentabilidade como fio condutor do seu desenvolvimento, integrando os vários aspetos, relacionados com a economia, o ambiente, o meio social e a cultura.

No aspeto económico percebe-se o ecossistema como um recurso a usar pelo turismo, de modo a incentivar as comunidades a abrirem os seus negócios, tanto a nível

individual como de grupo. O incremento de negócios na área do turismo terá impacto nos outros setores, como o das pescas.

É a atividade piscatória na zona costeira que, para além de abastecer as comunidades, pode diversificar os seus clientes, fornecendo os estabelecimentos turísticos, para que estes apresentem uma gastronomia única e de qualidade. Como os turistas procuram experiências no mar surgem oportunidades de desenvolvimento de negócios ligados a estes serviços turísticos. Estes novos negócios trazem novas oportunidades de emprego qualificado que podem ser aproveitadas pela comunidade. De notar que a criação de negócios deve estar sustentada na formação, para que estes sejam viáveis e saibam explorar os recursos de modo sustentável.

Esta formação não se deve limitar ao setor do turismo, mas antes olhar para toda a comunidade, procurando que os seus rendimentos sejam garantidos ao longo de todo o ano. Por outro lado, o incremento dos rendimentos deve ser distribuído pela comunidade, evitando o aumento da desigualdade entre os seus membros. A comunidade olha para o negócio para além do seu valor financeiro, e procura que o lucro obtido seja investido na expansão do negócio, de modo a melhorar a sua comunidade. O ecoturismo de base comunitária é um fator de desenvolvimento local e nacional.

Relativamente ao ambiente, o envolvimento das partes interessadas passa pela informação e educação ambiental, informando a comunidade através de seminários, ou de conversas face a face sobre os benefícios e impactos negativos que o Homem pode ter na natureza. Estas ações de formação levam a que a comunidade se consciencialize relativamente ao ambiente. Esta consciencialização leva as comunidades a mudarem os seus comportamentos face à conservação, à reflorestação, à proteção da flora e da fauna, tanto no mar como em terra.

A implementação do ecoturismo de base comunitária pode ser facilitada pelo uso da tecnologia. Por exemplo, os pescadores usam a tecnologia para aumentar a quantidade de pesca e diversificar o seu pescado. A quantidade de peixe é importante para fornecer proteína à comunidade, em especial para as crianças. As pessoas tomam consciência de que um corpo saudável, uma comunidade saudável e um ambiente saudável são valores a respeitar.

A gestão e a reciclagem do lixo são aspetos a considerar para uma qualidade de vida num ambiente verde e amigável. A elaboração e implementação de políticas que conduzam

a um ambiente amigável deve apoiar-se na sabedoria local, como o *Tara Bandu*. Ou seja, a sociedade, consciente e respeitosa, começa por reconciliar as necessidades humanas e os recursos naturais limitados de forma integrada.

O envolvimento das partes interessadas com a comunidade produz a alteração de comportamentos, procurando diminuir a quantidade de plástico e a queimar da floresta, e eliminando os crimes ambientais, como matar animais na praia (tartarugas, tubarões, vacas marinhas) e na floresta (matar veados, caçar macacos e Cuscuz-malhado-comum, capturar as aves Catatuas, e a extração ilegal de madeira).

No aspeto social podemos considerar que o principal recurso da comunidade é a construção permanente da paz. Como o turismo muitas vezes é um setor económico que proporciona e depende da paz, este é um setor que pode trazer benefícios tanto económicos como de estabelecimento da tranquilidade e da harmonia, que são preocupações básicas de uma comunidade.

O rendimento das comunidades deve ser usado a longo prazo investindo na educação. Tal como a nível individual se procura poupar para investir na educação dos filhos, também as comunidades devem investir em infraestruturas e capital humano que garantam a educação da comunidade.

No aspeto cultural podemos constatar que a comunidade Fataluku tem uma diversidade cultural que lhe dá singularidade e riqueza, tornando-se necessário valorizar a cultura. Esta riqueza cultural está expressa na comida, vestuário, habitação, rituais, lugares culturais, canções tradicionais, dança e comportamento relacionado com a sua própria cultura. Por vezes, a presença dos turistas e a valorização da cultura que estes encontram nestas zonas costeiras acaba por mudar a perceção da comunidade sobre o valor da sua própria cultura.

Da mesma forma, as crenças do povo Fataluku devem ser respeitadas, tanto as crenças ligadas à religião católica, como aquelas ligadas com os rituais dos antepassados do povo Fataluku. O facto de a comunidade conciliar estas duas crenças é um fator de coesão e de singularidade desta. As pessoas preocupam-se com a sua cultura, nomeadamente com a preservação da sua autenticidade e criatividade. O turismo e o conhecimento podem contribuir para valorizar a criatividade das pessoas num ambiente de confiança mútua de cooperação e respeito pela natureza.

9.1.5 O desenvolvimento comunitário e o acesso ao mercado turístico pela comunidade local

O acesso ao mercado turístico é uma ideia defendida por Markelova *et al.* (2009), onde os esforços dos intervenientes para capacitar a comunidade devem estar sempre presentes.

O acesso ao financiamento, sob a forma de subsídios e empréstimos a juros baixos, é estruturante para aceder ao mercado turístico. Outros fatores são importantes, como o acesso a informações atualizadas e claras, o acesso a locais de venda, às matérias-primas e ao conhecimento, para produzir produtos com valor acrescentado. Outras componentes também fazem parte do acesso ao mercado turístico, como a promoção dos produtos, a melhoria da qualidade dos produtos, a aprendizagem do trabalho colaborativo e a diversificação de produtos a disponibilizar para consumidores locais e para os turistas.

A melhoria do transporte, tanto de mercadorias como de passageiros, incrementa não só o turismo como serve a comunidade.

As políticas públicas para melhorar o sistema de serviços turísticos podem ter, assim, um incremento do número de turistas a nível nacional e local, e em particular incrementar o mercado turístico nas zonas costeiras.

9.1.6 O desenvolvimento comunitário e a inovação social

O desenvolvimento comunitário através do ecoturismo de base comunitária passa pela compreensão das comunidades sobre as práticas da sustentabilidade e no acesso ao mercado turístico; este pode ser considerado um processo de inovação social. Os resultados da discussão sobre a inovação social, apresentados previamente, sublinham a forma, os objetivos, o reforço de recursos financeiros comunitários claros e o grau de inovação social, ao nível individual e da sociedade.

Pode concluir-se que as inovações sociais que ocorrem no litoral do município de Lautém podem ser incrementais ou radicais. As inovações incrementais têm em conta a sabedoria local com o *Tara Bandu*, quando se procura melhorar o comportamento da comunidade e antever quais os impactos negativos que possam ocorrer no litoral; procura-se ter uma orientação e socialização de forma sensata e autónoma. Considera-se uma

inovação radical quando a comunidade procura passar de um estado de sobrevivência para a construção de uma comunidade sustentável.

No caso do município de Lautém algumas comunidades desde os seus ancestrais nunca venderam os seus produtos no mercado, devido a fatores culturais, mas, com a intervenção das ONG este comportamento foi alterado. As ONG envolvem a comunidade das zonas costeiras, coordenam, formam grupos, dão formação, constroem empresas cooperativas, supervisionam e avaliam. Deste modo, a comunidade adquire conhecimento e torna-se autónoma na gestão dos seus próprios negócios, encontrando soluções e mudando o seu comportamento. Porém, a comunidade não se limita a ficar à espera da intervenção do Estado, das suas políticas e dos procedimentos administrativos.

Assim, a ligação entre o turismo e do desenvolvimento comunitário deve criar um ambiente propício e incrementar as iniciativas da comunidade. Na prática, as comunidades usam as suas competências e provocam mudanças positivas. Os intervenientes devem capacitar a comunidade para lidar com as alterações climáticas, a segurança alimentar, o reforço das finanças comunitárias e o desenvolvimento da economia azul. A igualdade de género poderá ser o motor de transformação quando se procura melhorar o desempenho dos grupos comunitários.

A compreensão comunitária do uso de tecnologias pode expandir a maturidade das pessoas para melhorar os negócios, melhorar continuamente os processos e aproveitar as oportunidades.

O ecoturismo de base comunitária tem implicações positivas porque incrementa as empresas ligadas a bens e serviços, a economia da criatividade, e o conhecimento empresarial.

O capital humano é o principal recurso baseado na educação para todos, no desenvolvimento das competências e na distribuição dos benefícios a todas as pessoas.

9.2 Contributos

Este estudo qualitativo explora a ligação do turismo e do desenvolvimento comunitário, através do papel das partes interessadas (*stakeholders*), na costa do município de Lautém. O propósito específico é discutir o processo de desenvolvimento comunitário através do envolvimento dos intervenientes com a comunidade, na construção do

ecoturismo, tendo em atenção a preocupação da comunidade sobre a sustentabilidade, as implicações do desenvolvimento comunitário no acesso ao mercado turístico pelas comunidades costeiras e também as implicações do desenvolvimento comunitário na inovação social no litoral.

Nesta secção são indicadas algumas contribuições teóricas, metodológicas e práticas. Foram recolhidos vários conceitos associando o turismo e as zonas costeiras, nomeadamente o turismo de base comunitária, o qual pode contribuir para o desenvolvimento das comunidades locais. Considerando o turismo e o desenvolvimento comunitário, foram identificadas várias dimensões, nomeadamente no contexto das áreas costeiras e em países em desenvolvimento. Esta perspetiva pode contribuir para a discussão sobre qual o tipo de turismo e qual o segmento de turistas a atrair, que interessa aos destinos. O envolvimento e a compreensão das comunidades, sobre o conceito de ecoturismo de base comunitária, poderá ser o caminho para garantir a sustentabilidade, o acesso ao mercado e a inovação social.

Perante o desafio do estudo de um tema complexo, a metodologia revelou-se como um sólido pilar para concretizar esta investigação qualitativa. A metodologia permitiu a garantia de coerência interna de todo o trabalho. O processo de investigação foi feito com a preocupação de alinhamento entre a questão de investigação, os objetivos, as escolhas metodológicas, a recolha e a análise de dados.

O uso de *software* de apoio à investigação requereu tempo de aprendizagem, mas este revelou-se muito útil. Por outro lado, a aprendizagem de como fazer a investigação em equipa desenvolveu as competências de colaboração e comunicação.

Ao nível específico do trabalho de campo, a metodologia ajudou a construir os instrumentos para realizar as entrevistas à comunidade e aos intervenientes. A experiência adquirida, aquando da realização das entrevistas, fez realçar alguns aspetos metodológicos a ter em conta quando se pretende entrevistar pessoas.

O cuidado com uma comunicação clara, esteve sempre presente; como exemplo deste cuidado foi o uso da língua em que os potenciais inquiridos se sentissem mais à vontade. Foram usadas a língua Fataluku, a língua Tétum e mesmo alguns termos em língua da Indonésia para facilitar o entendimento. Posteriormente todas as entrevistas foram traduzidas para o português, para dar homogeneidade aos dados a serem analisados.

Assim, foi dada prioridade às pessoas, visto serem elas as fontes de informação e de conhecimento. Foram usadas estratégias de criação de um ambiente social amigável, através de uma socialização prévia às entrevistas. Procurou-se uma autenticidade dos depoimentos o que incrementou a sua credibilidade e validade.

A nível prático, este estudo pode ajudar a fortalecer as políticas governamentais, especialmente focalizadas no desenvolvimento comunitário. Também pode contribuir para motivar as partes interessadas a construir a visão e empreender ações baseadas na e com a comunidade. Timor-Leste carece de desenvolvimento comunitário. O turismo pode constituir um importante instrumento para desenvolver todos os setores produtivos e contribuir para um desenvolvimento de modo sustentável. Este estudo indica que é uma boa prática envolver as comunidades começando pela sua consciencialização de como o ecoturismo de base comunitária pode ser uma solução para criar um ambiente saudável, uma comunidade mais justa, mais profissional, mas não descurando a sua cultura e o seu sustento.

9.3 Desafios e limitações

O investigador enfrentou várias barreiras e limitações, mas procurou sempre estratégias para as ultrapassar ou minimizar. Foi um processo de aprendizagem contínuo e colaborativo. A parte referente à narrativa de como foi feita a recolha de dados mostra essas dificuldades, mas também transparece a receptividade das entidades e das comunidades ao tema e aos problemas levantados. Também se verificou como os inquiridos estão cientes do papel do turismo e da necessidade de preservação do ambiente e da cultura destes povos únicos tão resilientes e sábios.

O primeiro desafio tem a ver com a informação académica sobre Timor-Leste. Quando o investigador tentou recolher e analisar as referências sobre o contexto de Timor-Leste ficou com a sensação de ter recolhido pouca informação ou que esta não está facilmente acessível. Olhando para o contexto da revisão literatura dos países desenvolvidos e em desenvolvimento parece que existe produção académica sobre Timor-Leste que não está devidamente visível e de fácil acesso. Por outro lado, quando se pretende obter dados estatísticos sobre o turismo em Timor-Leste, nomeadamente sobre o tipo e a origem dos turistas, esta informação está dispersa e é deficiente. Esta deficiência

informacional aparece tanto a nível central como distrital e rural. Por exemplo, quando se perguntou às entidades do município de Lautém sobre dados dos visitantes e dos turistas a este município a resposta foi de que ainda não havia dados disponíveis, argumentando-se que “não havia nenhum representante do ministério no município de Lautém”. Espera-se que este estudo possa fornecer alguns dados e benefícios pragmáticos, alertando para a necessidade de uma gestão de informação sobre o país, a todos os níveis administrativos e sectoriais, tanto do lado académico como das entidades com responsabilidade sobre a produção e gestão de dados estatísticos do país.

Segundo, parece que existem vários graus de sensibilização e compreensão das comunidades sobre o papel do turismo para o seu desenvolvimento económico. A experiência de outras comunidades situadas em outros países poderá trazer ensinamentos sobre erros a evitar, bem como identificar boas práticas que podem ser aplicadas com os devidos ajustamentos. Assim, as comunidades devem tomar consciência sobre o que pretendem, sobre as suas preocupações, a sua autonomia, consensualizar sobre que tipo de desenvolvimento querem e como devem explorar os seus recursos, para reforçar o desenvolvimento comunitário proporcionado pelo turismo, especialmente nas zonas costeiras.

Em terceiro lugar, a escolha da localização do estudo no município de Lautém foi deliberada, apesar de ter presente que seria uma tarefa desafiante, num contexto onde as condições das infraestruturas iriam dificultar o trabalho de campo.

Quarto, as decisões tomadas na fase de planeamento tiveram de ser ajustadas à realidade, aquando do estudo empírico no campo em interação com os participantes. As restrições e desafios que foram aparecendo tiveram que ser ultrapassadas, como exemplo quando o investigador tentou entrevistar alguns dos potenciais participantes-chave que poderiam fornecer informações pertinentes, mas devido às limitações de disponibilidade de tempo e outras tiveram de ser colocado de lado.

Quinto, este estudo baseia-se em entrevistas, privilegiando a comunicação pessoal entre o investigador e uma diversidade de participantes. O investigador procurou orientar-se sempre pela questão de investigação, tanto nas entrevistas com os participantes chave, como com os membros das comunidades costeiras. Apesar de o fenómeno do turismo em Timor-Leste ser ainda recente verifica-se a necessidade de um envolvimento da comunidade para que esta se possa apropriar das decisões de modo informado e

participativo. O investigador usou a língua Fataluku como um instrumento na abordagem para explorar as ideias das comunidades costeiras. Esta recolha de informação feita em Fataluku foi posteriormente traduzida para português para se proceder à sua análise.

Sexto, na realização das entrevistas procurou-se estar atento às diversas sensibilidades políticas, de modo que as perguntas não provocassem alguma tensão. Não se pretendia que o nosso questionamento fosse interpretado como uma crítica a qualquer ideologia política ou mesmo a algum programa dirigido pelo governo ou a pessoas que de algum modo apoiassem esse programa. Felizmente, o investigador como nativo compreendia as diversas relações e o modo de aceder a alguns inquiridos-chave. Também a recolha de informação na comunidade procurou fazer as perguntas atendendo ao contexto e respeitando o tempo e cultura locais.

Sétimo, o desafio mais premente prende-se com as infraestruturas. As infraestruturas são muito importantes para o desenvolvimento do turismo, bem como para outros aspetos, incluindo em termos de desenvolvimento e investigação. Desenvolver as infraestruturas para a população pode ser feita de modo alinhado com o desenvolvimento do turismo. Algumas infraestruturas como as rodoviárias precisam de melhorar, assim como as redes de telecomunicações que ainda não cobrem todo o país. Outro aspeto são as infraestruturas de distribuição de água potável e o saneamento.

Oitavo, parece ser enriquecedor prosseguir este estudo no futuro, para recolher e analisar as boas práticas de outros contextos internacionais com vista a aplicá-las, tendo em consideração as particularidades de Timor-Leste. Adicionalmente deve-se identificar os erros cometidos por outras comunidades internacionais para ajudar a evitar esses erros e contornar os impactes negativos do desenvolvimento do turismo que possa destruir o que é único e pertença dessas comunidades.

9.4 Recomendações

As limitações deste estudo podem ser oportunidades para futura investigação. (i) Ainda não se traçou o impacte económico quantitativo recebido por todas as componentes da comunidade após a entrada do turismo, nas zonas costeiras de Lautém. (ii) Neste estudo, considerou-se como importante o papel dos intervenientes através do turismo e do desenvolvimento comunitário, esta informação poderia ser enriquecida em futuros estudos

que recolhessem as perceções dos turistas sobre os serviços prestados. (iii) Esta investigação não incluiu a extensão da compreensão da comunidade sobre as características costeiras e os riscos ambientais e de catástrofes que as comunidades podem vir a correr no futuro, especialmente relacionados com o aumento do nível do mar. (iv) Outro aspeto a investigar prende-se com o impacto de poderes da regulação na vida das pessoas que vivem no litoral, tanto ao nível ambiental como de outros aspetos práticos, como por exemplo o uso e propriedade dos terrenos e a vida e os costumes das pessoas das zonas costeiras. A entrada do turismo na zona costeira no município de Lautém é assim um campo fértil para futuros desenvolvimentos de investigação, nomeadamente sobre os impactos negativos e os conflitos que podem surgir pela deficiente gestão do turismo.

Considerando o contexto das zonas costeiras, o turismo é cada vez mais um setor complementar para o desenvolvimento das comunidades, se tiver a preocupação de sustentabilidade do litoral. Nesta linha de pensamento, são indicadas recomendações para outros estudos e ações no terreno.

É necessário incrementar o desenvolvimento e a investigação do turismo nas zonas costeiras, abarcando, entre outros assuntos, a gestão dos destinos, a inovação de produtos, as acessibilidades, as atrações, a qualidade de serviço, os movimentos de entradas e saídas de turistas, em particular em Timor-Leste, especialmente nas zonas costeiras de Lautém. Desenvolver estudos nestas temáticas poderá trazer contribuições relevantes para as linhas de investigação em Timor-Leste, viradas para a ação.

A educação deve ser o investimento principal de Timor-Leste, particularmente em Lautém, proporcionando acesso a todos os níveis de educação (desde o jardim de infância, ensino básico, até ao nível universitário). Numa perspetiva de aprendizagem contínua, a população deve valorizar o seu território através de uma consciencialização sobre o seu futuro numa perspetiva de desenvolvimento sustentável. Esta formação deve abarcar aspetos do ambiente terrestre e marinho, mas também aspetos económicos.

A capacitação das comunidades costeiras, que carecem de conhecimento, de formação, deve dar origem a um currículo sectorial relacionado com as zonas costeiras, de acordo com o nível de compreensão da comunidade. A formação baseada em sectores pode melhorar o funcionamento e o profissionalismo das comunidades costeiras. A formação ministrada deve estar de acordo com a evolução atual, apoiada por instalações, orçamentos e também métodos de formação baseados na aprendizagem e na prática. A disponibilização

de instalações e financiamento concedidos à comunidade e aos agentes empresariais deve ser distribuída, sob a forma de fundos rotativos (*revolving fund*), e de modo que outras comunidades também possam ter a mesma oportunidade.

Fortalecer a cooperação mútua entre os hotéis da capital do país e os pequenos negociantes na área do turismo no meio rural pode criar sinergias para ambas as partes.

As políticas no domínio do turismo também devem considerar a descentralização no domínio do turismo. Neste caso, a dificuldade sentida pelos representantes a nível municipal, no âmbito dos postos administrativos e ao nível rural, no que diz respeito à distribuição de informação deve ser facilmente ultrapassada. Além de se construírem *websites* de informação turística é preciso criar estatísticas deste sector, criar um Observatório do Turismo para facilitar a tomada de decisões com base em dados válidos e atualizados. O governo deve implementar políticas na área do desenvolvimento do turismo sustentável, de acordo com Plano Estratégico de Desenvolvimento Nacional de Timor-Leste de 2011-2030.

Alguns aspetos devem ser considerados como, por exemplo, a necessária reforma agrária, a aplicação das leis, o mapeamento das áreas potenciais, o planeamento urbano das zonas costeiras, o levantamento e divulgação dos riscos costeiros, estudos sobre as alterações do nível do mar, estudos sobre os transportes e sobre a valorização das zonas costeiras.

A gestão de resíduos, em toda a sua cadeia processual, deve ser implementada de modo integrado a nível nacional, através de medidas imediatas, desde a sensibilização das comunidades na separação de lixos, passando pela recolha e processamento profissional dos lixos, o que terá impacte significativo na sustentabilidade.

Existem alguns regulamentos sobre o território, mas parece ser necessário a socialização com a comunidade, sobre a aplicação destes regulamentos e outros relacionados com a utilização e propriedade dos terrenos. Todos estes assuntos devem ser debatidos, de modo a evitar futuros conflitos.

A nível estatístico falta classificar as atividades da indústria transformadora e dos serviços, nomeadamente no turismo.

A reflorestação deve ser planeada atendendo às características climáticas e dos solos, procurando fazer esta reflorestação com plantas autóctones e, no caso das zonas costeiras,

plantas adaptadas a este ambiente particular. As plantas também poderão contribuir para o controlo do risco de catástrofes naturais e a gestão dos impactes das alterações climáticas.

O aumento da sensibilização do público requer também recursos financeiros públicos dedicados a esta tarefa. A construção de edifícios e infraestruturas e a disponibilização de instalações para mercados locais, regionais e nacionais poderão melhorar o acesso ao mercado, incrementando os rendimentos e o poder de compra das pessoas, das comunidades e do produto interno de Timor-Leste.

É necessário melhorar a produção de produtos hortícolas, da agropecuária e das pescas. Passar de uma economia de subsistência para uma economia de mercado com aumento da produtividade, tanto em quantidade como em qualidade dos produtos. O modelo de vendas de produtos precisa de infraestruturas frigoríficas e de logística, tanto na agricultura, agropecuária e no setor das pescas; estas infraestruturas são essenciais para a expansão geográfica dos mercados. A utilização de sistemas tecnológicos pode ajudar a implementar uma economia baseada na sustentabilidade, para responder às necessidades do mercado turístico e da segurança alimentar das comunidades no litoral.

A construção de um centro de cooperativas de pescadores poderá ter função para servir os produtos dos pescadores, instalações dos pescadores, processos de poupança e progresso dos pescadores possam dar emprego à outra comunidade e influenciar o fluxo de financiamentos retorna-se na comunidade.

Os transportes também precisam de ser planeados, construindo as infraestruturas rodoviários, portos e aeroportos de modo que o país tenha uma rede que facilite a mobilidade de pessoas e bens. Considerando as diversas recomendações parece ser também necessário um reforço institucional de modo transversal, tanto no domínio da sociedade civil como das partes interessadas, orientada para os processos e ações comuns, na procura da prosperidade comum.

A sabedoria local *Tara Bandu* pode contribuir para olhar o ambiente como parte integrante do equilíbrio da vida da comunidade, aumentando a consciencialização da comunidade para respeitar a natureza como parte da vida. Também pode facilitar a sensibilização, para reduzir os riscos de implementação do turismo, aumentar a autenticidade, criar valor para as comunidades locais e tornar o turismo mais acessível a vários grupos de turistas, residentes locais e atores de turismo que têm benefícios para as comunidades locais e para o governo.

Referências

- Agyeman, Y. B., Yeboah, A. O., & Ashie, E. (2019). Protected areas and poverty reduction: The role of ecotourism livelihood in local communities in Ghana. *Community Development*, 50(1), 73–91. <https://doi.org/10.1080/15575330.2019.1572635>
- Ahmad, M. S., & Abu Talib, N. B. (2015). Empowering local communities: Decentralization, empowerment and community-driven development. *Quality and Quantity*, 49(2), 827–838. <https://doi.org/10.1007/s11135-014-0025-8>
- Albuquerque, H., Martins, F., & Costa, C. (2009). Achieving forms of sustainable and competitive tourism in coastal areas: The case of Baixo Vouga. *Journal of Coastal Research*, 2009(SPEC. ISSUE 56), 1110–1114.
- Alegre, I., & Berbegal-Mirabent, J. (2016). Social innovation success factors: Hospitality and tourism social enterprises. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 28(6), 1155–1176. <https://doi.org/10.1108/IJCHM-05-2014-0231>
- Alkier, R., Milojica, V., & Roblek, V. (2017). Challenges of the social innovation in tourism. *Tourism in Southern and Eastern Europe*, 4, 1–13. <https://doi.org/10.20867/tosee.04.24>
- Almeida García, F., Balbuena Vázquez, A., & Cortés Macías, R. (2015). Resident's attitudes towards the impacts of tourism. *Tourism Management Perspectives*, 13, 33–40. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2014.11.002>
- Amado, J., Costa, A. P., & Crusoé, N. (2017). A técnica de análise de conteúdo. In J. Amado (Ed.), *Manual de investigação qualitativa em educação* (3rd ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Angelidou, M., & Psaltoglou, A. (2017). An empirical investigation of social innovation initiatives for sustainable urban development. *Sustainable Cities and Society*, 33, 113–125. <https://doi.org/10.1016/j.scs.2017.05.016>
- Aquino, R. S., Lück, M., & Schänzel, H. A. (2018). A conceptual framework of tourism social entrepreneurship for sustainable community development. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 37, 23–32. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2018.09.001>
- Aref, F., & Gill, S. S. (2010). Assessing the level of community capacity building in tourism development in local communities. *Journal of Sustainable Development*, 3(1), 81–90. <https://doi.org/10.5539/jsd.v3n1p81>
- Aref, F., Gill, S. S., & Aref, F. (2010). Tourism development in local communities: As a community development approach. *Journal of American Science*, 6(2), 155–161.
- Atanga, R. A. (2019). Stakeholder views on sustainable community-based ecotourism: A case of the Paga Crocodile Ponds in Ghana. *GeoJournal of Tourism and Geosites*, 25(2), 321–333. <https://doi.org/10.30892/gtg.25204-362>
- Ayob, N., Teasdale, S., & Fagan, K. (2016). How social innovation “Came to Be”: Tracing the evolution of a contested concept. *Journal of Social Policy*, 45(4), 635–653. <https://doi.org/10.1017/S004727941600009X>
- Badola, R., Barthwal, S., & Hussain, S. A. (2012). Attitudes of local communities towards conservation of mangrove forests: A case study from the east coast of India. *Estuarine, Coastal and Shelf Science*, 96(1), 188–196. <https://doi.org/10.1016/j.ecss.2011.11.016>

- Balint, P. J. (2006). Improving community-based conservation near protected areas: The importance of development variables. *Environmental Management*, 38(1), 137–148. <https://doi.org/10.1007/s00267-005-0100-y>
- Bansal, S. P., & Kumar, J. (2013). Ecotourism for community development: A stakeholder's perspective in Great Himalayan National Park. In *Creating a sustainable ecology using technology-driven solutions*. <https://doi.org/10.4018/978-1-4666-3613-2.ch007>
- Barbieri, C., Sotomayor, S., & Gil Arroyo, C. (2020). Sustainable tourism practices in indigenous communities: The case of the Peruvian Andes. *Tourism Planning & Development*, 17(2), 207–224. <https://doi.org/10.1080/21568316.2019.1597760>
- Bardin, L. (1977). *Análise de conteúdo* (4th ed.). Presses Universitaires de France.
- Barker, A. (2005). Capacity building for sustainability: Towards community development in coastal Scotland. *Journal of Environmental Management*, 75, 11–19.
- Bashir, M., Afzal, M. T., & Azeem, M. (2008). Reliability and validity of qualitative and operational research paradigm. *Pakistan Journal of Statistics and Operation Research*, 4(1), 35–45. <https://doi.org/10.18187/pjsor.v4i1.59>
- Bekci, B. (2021). A case study on the interdependence between the coastal ecosystem and humankind. *Ocean & Coastal Management*, 210, 105666.
- Bhattacharyya, J. (2020). Theorizing community development. In *50 years of community development* (pp. 51–80). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9781003103066-5>
- Boddy, C. R. (2016). Sample size for qualitative research. *Qualitative Market Research*, 19(4), 426–432. <https://doi.org/10.1108/QMR-06-2016-0053>
- Bogdan, R., & Biklen, S. K. (2003). Qualitative research for education: An introduction to theories and methods. In *Qualitative Research for Education: An introduction to theories and methods*. Pearson A & B.
- Boon, E., Bawole, J. N., & Ahenkan, A. (2013). Stakeholder participation in community development projects: An analysis of the quadripartite model of the International Centre for Enterprise and Sustainable Development (ICED) in Ghana. *Community Development*, 44(1), 38–54. <https://doi.org/10.1080/15575330.2011.651729>
- Boonratana, R. (2010). Community-based tourism in Thailand: The need and justification for an operational definition. *Kasetsart Journal of Social Sciences*, 31(2), 280–289.
- Bowen, G. A. (2008). Naturalistic inquiry and the saturation concept: A research note. *Qualitative Research*, 8(1), 137–152. <https://doi.org/10.1177/1468794107085301>
- Bowen, G. A. (2009). Document analysis as a qualitative research method. *Qualitative Research Journal*, 9(2), 27–40. <https://doi.org/10.3316/QRJ0902027>
- Brandão, F., Breda, Z., & Costa, C. (2019). Innovation and internationalization as development strategies for coastal tourism destinations: The role of organizational networks. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 41(Nov), 219–230. <https://doi.org/10.1016/j.jhtm.2019.10.004>
- Brankov, J., Glavonjic, T. J., Pešic, A. M., Petrovic, M. D., & Tretiakova, T. N. (2019). Residents' perceptions of tourism impact on community in national parks in Serbia. *European Countryside*, 11(1), 124–142. <https://doi.org/10.2478/euco-2019-0008>
- Brannen, J. (2005). Mixing methods: The entry of qualitative and quantitative approaches into the research process. *International Journal of Social Research Methodology: Theory and Practice*, 8(3), 173–184. <https://doi.org/10.1080/13645570500154642>
- Breda, Z. (2010). Network relationships and the internationalization of tourism economy. *Departamento de Economia, Gestão e Engenharia Industrial - Universidade Aveiro*.
- Brocklesby, M. A., & Fisher, E. (2003). Community development in sustainable

- livelihoods approaches: An introduction. *Community Development Journal*, 38(3), 185–198. <https://doi.org/10.1093/cdj/38.3.185>
- Burak, S., Doğan, E., & Gazioğlu, C. (2004). Impact of urbanization and tourism on coastal environment. *Ocean and Coastal Management*, 47(9–10), 515–527. <https://doi.org/10.1016/j.ocecoaman.2004.07.007>
- Butler, G. (2017). Fostering community empowerment and capacity building through tourism: Perspectives from Dullstroom, South Africa. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 15(3), 199–212. <https://doi.org/10.1080/14766825.2015.1133631>
- Buzinde, C. N., Kalavar, J. M., & Melubo, K. (2014). Tourism and community well-being: The case of the Maasai in Tanzania. *Annals of Tourism Research*, 44, 20–35. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.08.010>
- Camprubí, R., & Coromina, L. (2016). Content analysis in tourism research. *Tourism Management Perspectives*, 18, 134–140. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2016.03.002>
- Canalejo, A. M. C., Tabales, J. M. N., & Cañizares, S. M. S. (2016). Local Community' perceptions on tourist impacts and associated development: A case study on Sal and Boa Vista Islands. *Mediterranean Journal of Social Sciences*, 7(1 S1), 383. <https://doi.org/10.5901/mjss.2016.v7n1s1p383>
- Carneiro, M. J., Breda, Z., & Cordeiro, C. (2016). Sports tourism development and destination sustainability: The case of the coastal area of the Aveiro region, Portugal. *Journal of Sport and Tourism*, 20(3–4), 305–334. <https://doi.org/10.1080/14775085.2016.1220863>
- Céu, F., Pinho, I., Breda, Z., & Martins, F. (2022). Uma abordagem qualitativa para o desenvolvimento comunitário, no contexto turismo na área costeira no município de Lautém, Timor-Leste. *11º Congresso Ibero-Americano En Investigación Cualitativa*.
- Chami, M. F. (2018). Community involvement and sustainable tourism development in heritage management: Amboni Limestone Caves, Tanzania. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 7(2), 1–13.
- Chilufya, A., Hughes, E., & Scheyvens, R. (2019). Tourists and community development: Corporate social responsibility or tourist social responsibility? *Journal of Sustainable Tourism*, 27(10), 1513–1529. <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1643871>
- Cho, J., & Trent, A. (2006). Validity in qualitative research revisited. *Qualitative Research*, 6(3), 319–340. <https://doi.org/10.1177/1468794106065006>
- Cipolla, C., & Moura, H. (2011). Social innovation in Brazil through design strategy. *Design Management Journal*, 6(1), 40–51. <https://doi.org/10.1111/j.1948-7177.2011.00020.x>
- Ciro, A., Toska, M., & Nientied, P. (2019). Social innovation and sustainable economic development: Participatory tourism destination management. In M. Finka, M. Husar, & M. Jasso (Eds.), *The role of public sector in local economic and territorial development*. (pp. 173–192). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-319-93575-1_10
- Cloutier, J. (2003). *Qu'est-ce que l'innovation sociale? Document d'introduction* (No. 0314; Cahiers Du Crises, Collection Working Papers. Centre de Recherche Sur Les Innovations Sociales.).
- Conger, J. A., & Kanungo, R. N. (1988). The empowerment process: Integrating theory and practice. *Academy of Management Review*, 13(3), 471–482. <https://doi.org/10.5465/amr.1988.4306983>
- Cooper, C. E. (1947). Tourism. *Journal of Geography*, 46(3), 115–120. <https://doi.org/10.1080/00221344708986708>

- Costa, R. A. da. (2012). Dinâmicas Territoriais Geradas Pelo Investimento Privado no Turismo. In *(Tese de Doutorado, Universidade de Aveiro)*
- Costa, A. P., & Amado, J. (2018). *Análise de conteúdo suportada por software*. Ludomedia.
- Costa, A. P., Soares, C. B., Fornari, L., & Pinho, I. (2019). *Revisão da Literatura com apoio de software: Contribuição da pesquisa qualitativa*. Ludomedia.
- Costa, C., Breda, Z., Pinho, I., Bakas, F., & Durão, M. (2016). Performing a thematic analysis: An exploratory study about managers' perceptions on gender equality. *The Qualitative Report, 21*(13), 34–47. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2016.2609>
- Cowie, I. (2006). *A survey of flora and vegetation of the proposed Jaco-Tutuala-Lore National Park, Timor-Leste (East Timor)*. Department of Natural Resources, Environment and the Arts.
- Creswell, J. W. (2007). *Qualitative inquiry and research design: Choosing among five approaches*. SAGE Publication.
- Creswell, J. W. (2013). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. SAGE Publications.
- Cruz, R. F., & Tántia, J. F. (2017). Reading and understanding qualitative research. *American Journal of Dance Therapy, 39*(1), 79–92. <https://doi.org/10.1007/s10465-016-9219-z>
- Currie, S. (2018). Tourism and emerging island economies: An understanding of stakeholder perspectives in Timor-Leste. *Shima: The International Journal of Research into Island Cultures, 12*(1). <https://doi.org/10.21463/shima.12.1.12>
- Dahles, H., Khieng, S., Verver, M., & Manders, I. (2020). Social entrepreneurship and tourism in Cambodia: Advancing community engagement. *Journal of Sustainable Tourism, 28*(6), 816–833. <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1706544>
- Darwis, Ramadona, T., Septya, F., & Nugroho, F. (2021). Fisherman community development model with disaster mitigation perspective in Meranti Islands Regency. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science, 934*(1), 012041. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/934/1/012041>
- Díaz-Puente, J. M., Gallego, F. J., Vidueira, P., & Fernández, M. J. (2014). Facilitation in community development. twenty-five years of experience in rural territories in Cuenca, Spain. *European Planning Studies, 22*(1), 2231–2247. <https://doi.org/https://doi.org/10.1080/09654313.2013.830>
- Diedrich, A. (2007). The impacts of tourism on coral reef conservation awareness and support in coastal communities in Belize. *Coral Reefs, 26*(4), 985–996. <https://doi.org/10.1007/s00338-007-0224-z>
- Direção Geral de Estatística. (2017). *Timor-Leste em números, 2017*. Direção Geral de Estatística.
- Direção Geral de Estatística. (2019). *Lautém em números, 2019*. Direção Geral de Estatística.
- Dłużewska, A., & Giampiccoli, A. (2021). Enhancing island tourism's local benefits: A proposed community-based tourism-oriented general model. *Sustainable Development, 29*(1), 272–283. <https://doi.org/10.1002/sd.2141>
- Duffy, L. N., Kline, C., Swanson, J. R., Best, M., & McKinnon, H. (2017). Community development through agroecotourism in Cuba: An application of the community capitals framework. *Journal of Ecotourism, 16*(3), 203–221. <https://doi.org/10.1080/14724049.2016.1218498>
- Durán-Díaz, P., Armenta-Ramírez, A., Kurjenoja, A. K., & Schumacher, M. (2020).

- Community development through the empowerment of indigenous women in Cuetzalan Del Progreso, Mexico. *Land*, 9(5), 163. <https://doi.org/10.3390/land9050163>
- Eagles, P. F. J. (1997). International ecotourism management: Using Australia and Africa as case studies. *IUCN World Commission on Protected Areas, Protected Areas in the 21st Century: From Islands to Networks*, Albany, Australia, Nov 23-29.
- Ebrashi, R. (2013). Social entrepreneurship theory and sustainable social impact. *Social Responsibility Journal*, 9(2), 188–209. <https://doi.org/10.1108/SRJ-07-2011-0013>
- Elsevier. (2020). *What is Scopus about*. Elsevier. https://service.elsevier.com/app/answers/detail/a_id/15100/supporthub/scopus/citedon/22/08/2020
- ENGIZC. (2009). Estratégia Nacional para a Gestão Integrada da Zona Costeira. *Resolução do Conselho de Ministros Português n.º 82/2009. Diário da República n.º 174/2009- I Série*. Acedido em 13 de setembro de 2022 em <https://docs.google.com/>
- European Environment Agency. (2006). The changing faces of Europe's coastal areas. In *Publications of the European Communities*. EEA. https://www.eea.europa.eu/publications/eea_report_2006_6
- Ferreira da Silva, M., Macias, J. V., Taylor, S., Ferguson, L., Sousa, L. P., Lamers, M., Flannery, W., Martins, F., Costa, C., & Pit, C. (2022). Tourism and coastal & maritime cultural heritage: A dual relation. *Journal of Tourism and Cultural Change*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/14766825.2022.2073825>
- Finlayson, E., & Roy, M. J. (2019). Empowering communities? Exploring roles in facilitated social enterprise. *Social Enterprise Journal*, 15(1), 76–93. <https://doi.org/10.1108/SEJ-04-2018-0035>.
- Fornari, L., & Pinho, I. (2019). Ferramentas digitais para revisão da literatura. In C. Soares, L. Fornari, I. Pinho, & A. P. Costa (Eds.), *Revisão da literatura com apoio de software: Contribuição da pesquisa qualitativa* (pp. 15–20). Ludomedia.
- Fornari, L., & Pinho, I. (2022). Revisão da Literatura com apoio de ferramentas digitais: Avanços e desafios. *New Trends in Qualitative Research*, 10, e512.
- Forstner, K. (2004). Community ventures and access to markets: The role of intermediaries in marketing rural tourism products. *Development Policy Review*, 22(5), 497–514.
- Fransson, N., & Gärling, T. (1999). Environmental concern: Conceptual definitions, measurement methods, and research findings. *Journal of Environmental Psychology*, 19(4), 369–382. <https://doi.org/10.1006/jevp.1999.0141>.
- Fraser, E. D. G., Dougill, A. J., Mabee, W. E., Reed, M., & McAlpine, P. (2006). Bottom up and top down: Analysis of participatory processes for sustainability indicator identification as a pathway to community empowerment and sustainable environmental management. *Journal of Environmental Management*, 78(2), 114–127. <https://doi.org/10.1016/j.jenvman.2005.04.009>
- Ghaderi, Z., Aboali, G., & Henderson, J. (2018). Community capacity building for tourism in a heritage village: The case of Hawraman Takht in Iran. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(4), 537–550. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1361429>
- Ghosh, T. (2011). Coastal tourism: Opportunity and sustainability. *Journal of Sustainable Development*, 4(6), 67–71. <https://doi.org/10.5539/jsd.v4n6p67>
- Gilchrist, A. (2003). Community development in the UK: Possibilities and paradoxes. *Community Development Journal*, 38(1), 16–25. <https://doi.org/10.1093/cdj/38.1.16>
- Gill, S. L. (2020). Qualitative sampling methods. *Journal of Human Lactation*, 36(4), 579–

581. <https://doi.org/10.1177/0890334420949218>
 Global Forest. (2022). *Cobertura arbórea*.
<https://www.globalforestwatch.org/map/country/TLS>
- Goetsy. (2021). *Tempo e clima para município de Lautém, Timor-Leste*.
<https://geotsy.com/pt/timor-leste/lautem-24447/clima-e-condicoes-meteorologicas>
- Gohori, O., & van der Merwe, P. (2020). Towards a tourism and community-development framework: An African perspective. *Sustainability (Switzerland)*, 12(13).
<https://doi.org/10.3390/su12135305>
- Gomes, F. V. (2007). A gestão da zona costeira portuguesa. *Revista de Gestão Costeira Integrada*, 7(2), 83–95. <https://doi.org/10.5894/rgci19>
- Google Maps. (2021a). *Timor-Leste, suco Com*.
<https://www.google.com/maps/place/Com,+Timor-Leste>
- Google Maps. (2021b). *Timor-Leste, suco Tutuala*.
<https://www.google.com/maps/place/Tutuala,+Timor-Leste/>
- Governo de Timor-Leste. (2003). *Decreto de Lei n.º 13/2003 de 24 de setembro que estabelece as bases do sistema nacional de electricidade*. *Jornal da República, Série I*, nº 76 (pp. 147–173).
- Governo de Timor-Leste. (2004a). *Decreto-Lei n.º 16/2004 de 27 de outubro. Lei das Cooperativas de Timor-Leste*. *Jornal da República, Série I*.
- Governo de Timor-Leste. (2004b). *Decreto do Governo n.º 5/2004 sobre o Regulamento geral das pescas*. *Jornal da República*.
http://www.mj.gov.tl/jornal/public/docs/2002_2005/decreto_governo/5_2004.pdf
- Governo de Timor-Leste. (2006). *Resolução do Governo n.º 6/2006 onde é Aprovada a Política que Institui a Descentralização e Governo Local em Timor-Leste*. *Jornal da República, Série I*, nº 17 (pp. 1510–1514).
- Governo de Timor-Leste. (2007a). *Resolução do Governo n.º 8/2007 de 1 de Agosto. Cria o Parque Nacional Nino Konis Santana*. *Jornal da República, Série I*, nº 21 (pp. 1805–1807).
- Governo de Timor-Leste. (2007b). *Resolução Governo n.º 9/2007, 01 de agosto de 2007. Política Nacional e Estratégias para o Sector Florestal*. *Jornal da República, Série I*, nº 21 (pp. 1808-1809).
- Governo de Timor-Leste. (2008). *Decreto-lei n.º 18/2008 de 19 de Junho sobre a Orgânica do Ministério da Agricultura e Pescas*. *Jornal da República, Série I*, nº 24 (pp. 2360-2371).
- Governo de Timor-Leste. (2009a). *Lei n.º 11/2009, 7 de Outubro. Divisão Administrativa do Território*. *Jornal da República, Série I*, nº 35 (3656-3659).
- Governo de Timor-Leste. (2009b). *Lei n.º 3/2009 de 8 de Julho sobre lideranças comunitárias e sua eleição*. *Jornal da República, Série I*, nº24 (pp. 3269).
- Governo de Timor-Leste. (2010). *Resolução do governo n.º 33/2010, sobre a Revisão do tarifário para fornecimento de energia eléctrica*. *Jornal da República, Série I*, nº 28 (pp. 4241-4242).
- Governo de Timor-Leste. (2011a). *Decreto-Lei n.º 5/2011 de 9 de fevereiro sobre Licenciamento Ambiental*. *Jornal da República, Série I* (pp. 4603–4623).
- Governo de Timor-Leste. (2011b). *Diploma Ministerial 430/11/Dm/Xi/10 sobre empreendimento turismo natural em zona de utilização áreas protegidas no parque nacional*. *Jornal da República, Série I*, nº 31 (pp. 1-7).
<http://mj.gov.tl/jornal/?q=node/3411>
- Governo de Timor-Leste. (2012a). *Decreto-Lei n.º 24/2012 de 4 de Julho sobre o Instituto*

- de Apoio ao Desenvolvimento Empresarial (IADE)*. Jornal da República, Série I , nº 24 (pp. 6001-6007).
- Governo de Timor-Leste. (2012b). *Decreto-Lei n.º 26/2012 de 4 de Julho. Lei de Bases do Ambiente*. Ministério da Justiça.
- Governo de Timor-Leste. (2013). *Timor-Leste Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030*. Governo de Timor-Leste,. <http://timor-leste.gov.tl/wp-content/uploads/2011/07/Plano-Estrategico-Desenvolvimento-TL7.pdf>
- Governo de Timor-Leste. (2016a). *Decreto-Lei n.º 3/2016 de 16 de Março sobre Estatuto das Administrações Municipais, das Autoridades Municipais e do Grupo Técnico Interministerial para a Descentralização Administrativa*. Jornal da República, Série I, nº 1 (pp. 8951-8998).
- Governo de Timor-Leste. (2016b). *Decreto-Lei n.º 33/2016 de 17 de agosto. Regulamento do licenciamento da energia eléctrica e das tarifas*. Jornal da República, Série I , nº 32 (pp. 77-81).
- Governo de Timor-Leste. (2016c). *Decreto-Lei n.º 5/2016 de 16 de Março - Sistema Nacional de Áreas Protegidas*. Jornal da República, Série I , nº 11 (pp. 9003-9018).
- Governo de Timor-Leste. (2017a). *Diploma Ministerial n.º 1/2017 de 4 de Janeiro sobre as tarifas de ligação e tarifas de participação de energia eléctrica*. Jornal da República, Série I , nº 1 (pp. 1-2).
- Governo de Timor-Leste. (2017b). *Media releases: Timor-Leste ranked first in South East Asia in 2016 Democracy Index*. <http://timor-leste.gov.tl/?p=17298&lang=en>
- Governo de Timor-Leste. (2019a). *Decreto-Lei n.º 12/2019 de 14 de Junho sobre a Orgânica do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria*. Jornal da República, Série I, nº 23 B (pp. 35-48).
- Governo de Timor-Leste. (2019b). *Decreto-lei n.º 22/2019 sobre a Orgânica da Secretaria de Estado de Cooperativas*. Jornal da República, Série I , nº 30 (pp. 626-637).
- Governo de Timor-Leste. (2020). *Decreto-Lei n.º 5/2020 de 6 de fevereiro, sobre organização e funcionamento da comissão de terras e propriedades*. Jornal da República, Série I , nº 6A (pp. 6-17).
- Graue, C. (2016). Qualitative data analysis. *International Journal of Sales, Retailing and Marketing*, 4(9), 5–14.
- Gray, N. J., & Campbell, L. M. (2007). A decommodified experience? Exploring aesthetic, economic and ethical values for volunteer ecotourism in Costa Rica. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(5), 463–482. <https://doi.org/10.2167/jost725.0>
- Green, M., Harmacek, J., & Htitich, M. (2021). *2021 Social progress index: Executive summary*. The Social Progress Imperative. <https://www.socialprogress.org/static>
- Grybovych, O., & Hafermann, D. (2010). Sustainable practices of community tourism planning: Lessons from a remote community. *Community Development*, 41(3), 354–369. <https://doi.org/10.1080/15575330903444085>
- Gyau, A., Franzel, S., Chiatoh, M., Nimino, G., & Owusu, K. (2014). Collective action to improve market access for smallholder producers of agroforestry products: Key lessons learned with insights from Cameroon’s experience. *Current Opinion in Environmental Sustainability*, 6(1), 68–72. <https://doi.org/10.1016/j.cosust.2013.10.017>
- Hakkert, R. (2018). *Timor-Leste population and housing census 2015. Vol 6*. Direção Geral de Estatística.
- Hall, C. M. (2001). Trends in ocean and coastal tourism: The end of the last frontier? *Ocean and Coastal Management*, 44(9–10), 601–618. <https://doi.org/10.1016/S0964->

5691(01)00071-0

- Hall, C. M. (2010). Island destinations: A natural laboratory for tourism introduction. *Asia Pacific Journal of Tourism Research*, 15(3), 245–249. <https://doi.org/10.1080/10941665.2010.503613>
- Hall, C. M., & Williams, A. M. (2008). Tourism and innovation. In *Tourism and innovation*. Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203938430>
- Han, S. Il, Chung, M. K., & Park, M. su. (2014). Local stakeholder involvement and social innovation in Korean co-operatives: The cases of Wonju and Ansong Cities. *Community Development Journal*, 49(2), 327–343. <https://doi.org/10.1093/cdj/bst040>
- Harvey, N. (2006). *Global change and integrated coastal management: The Asia-Pacific Region*. Springer. <https://link.springer.com/content/pdf/10.1007/1-4020-3628-0.pdf>
- Hatton, B. R. (1977). Schools and black community development: A reassessment of community control. *Education and Urban Society*, 9(2), 215–233. <https://doi.org/10.1177/001312457700900206>
- Howaldt, J., & Schwarz, M. (2010). Social innovation: Concepts, research fields and international trends. In K. Henning & F. Hees (Eds.), *Enabling innovation* (pp. 203–223). Springer.
- Hwang, D., & Stewart, W. P. (2017). Social capital and collective action in rural tourism. *Journal of Travel Research*, 56(1), 81–93. <https://doi.org/https://doi.org/10.1177/0047287515625128>
- Imbaya, B. O., Nthiga, R. W., Sitati, N. W., & Lenaiyasa, P. (2019). Capacity building for inclusive growth in community-based tourism initiatives in Kenya. *Tourism Management Perspectives*, 30, 11–18. <https://doi.org/10.1016/j.tmp.2019.01.003>
- Jabareen, Y. (2009). Building a conceptual framework: philosophy, definitions, and procedure. *International Journal of Qualitative Methods*, 8(4), 49–62. <https://doi.org/10.1177/160940690900800406>
- Jamrozy, U. (2007). Marketing of tourism: A paradigm shift toward sustainability. *International Journal of Culture, Tourism and Hospitality Research*, 1(2), 117–130. <https://doi.org/10.1108/17506180710751669>
- Janmaimool, P., & Chudech, S. (2020). Effect of domestic and global environmental events on environmental concern and environmental responsibility among university students. *Sustainability*, 12(4), 1610. <https://doi.org/10.3390/su12041610>
- Jendrissek, D. (2018). *Timor-Leste population and housing census 2015. Vol. 8. Analytical report on housing characteristics and amenities*. Direção Geral de Estatística.
- Jones, J. A., & Donmoyer, R. (2021). Improving the trustworthiness/validity of interview data in qualitative nonprofit sector research: The formative influences timeline. *Nonprofit and Voluntary Sector Quarterly*, 50(4), 889–904. <https://doi.org/10.1177/0899764020977657>
- Jones, S. (2005). Community-based ecotourism: The significance of social capital. *Annals of Tourism Research*, 32(2), 303–324. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2004.06.007>
- Kayesa, N. K., & Shung-King, M. (2021). The role of document analysis in health policy analysis studies in low and middle-income countries: Lessons for HPA researchers from a qualitative systematic review. *Health Policy OPEN*, 2(Dec), 100024. <https://doi.org/10.1016/j.hpopen.2020.100024>
- Kiss, A. (2004). Is community-based ecotourism a good use of biodiversity conservation funds? *Trends in Ecology & Evolution*, 19(5), 232–237. <https://doi.org/10.1016/j.tree.2004.03.010>
- Kontogeorgopoulos, N. (2005). Community-based ecotourism in Phuket and Ao Phangnga,

- Thailand: Partial victories and bittersweet remedies. *Journal of Sustainable Tourism*, 13(1), 4–23. <https://doi.org/10.1080/17501220508668470>
- Korstanje, M. E., Mustelier, L. C., & Herrera, S. (2016). Understanding the indiscipline of tourism: A radical critique to the current state of epistemology. In *Global dynamics in travel, tourism, and hospitality* (pp. 208–221). IGI Global. <https://doi.org/10.4018/978-1-5225-0201-2.ch012>
- Krippendorff, K. (1980). *Content analysis: An introduction to its methodology*. Sage.
- Kunjuraman, V. (2020). Community-based ecotourism managing to fuel community empowerment? An evidence from Malaysian Borneo. *Tourism Recreation Research*, 47(4), 1–16. <https://doi.org/10.1080/02508281.2020.1841378>
- Kunjuraman, V. (2022). Livelihood diversification of local communities through community-based ecotourism: A case of Sabah, Malaysian Borneo. In E. Christou & A. Fotiadis (Eds.), *Reviving tourism, in the post- pandemic era* (pp. 44–58). International Hellenic University.
- Lai, P.-H., & Nepal, S. K. (2006). Local perspectives of ecotourism development in Tawushan Nature Reserve, Taiwan. *Tourism Management*, 27(6), 1117–1129. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2005.11.010>
- Lakshmi, S. R., & Shaji, T. L. (2016). Transformation of coastal settlements due to tourism. *Procedia Technology*, 24, 1668–1680. <https://doi.org/10.1016/j.protcy.2016.05.188>
- Leiper, N. (1990). Tourist attraction systems. *Annals of Tourism Research*, 17(3), 367–384. [https://doi.org/10.1016/0160-7383\(90\)90004-B](https://doi.org/10.1016/0160-7383(90)90004-B)
- Leiper, N., Stear, L., Hing, N., & Firth, T. (2008). Partial industrialisation in tourism: A new model. *Current Issues in Tourism*, 11(3), 207–235. <https://doi.org/10.2167/cit356.0>
- Lelloitery, H., Puttilehalat, M. M. S., Sitanala, M., Seipalla, B. B., & Kunda, R. M. (2021). The role of stakeholders in ecotourism development in Marsegu Island Nature Tourism Park (MINTP) in Western Seram Regency, Eastern Indonesia. *IOP Conference Series: Earth and Environmental Science*, 800(1), 012056. <https://doi.org/10.1088/1755-1315/800/1/012056>
- Litheko, A. (2021). Small tourism business growth through eco-tourism in Mahikeng, South Africa. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 10(1), 256–269. <https://doi.org/https://doi.org/10.46222/ajhtl.19770720-100>
- Lord, J., & Hutchison, P. (1993). The process of empowerment: Implications for theory and practice. *Canadian Journal of Community Mental Health*, 12(1), 5–22. <https://doi.org/10.7870/cjcmh-1993-0001>
- Lovel, H., & Feuerstein, M.-T. (1992). Editorial introduction. After the carnival: Tourism and community development. *Community Development Journal*, 27(4), 335–352. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cdj.a038624>
- Lück, M., & Altobelli, R. D. (2009). Coastal tourism as motor for community development: The story of Kaikoura, New Zealand. In O. Dowling & C. Pforr (Eds.), *Coastal tourism and development: Planning & management issues* (pp. 292–306). Cognizant Communication.
- Mair, H., & Reid, D. G. (2007). Tourism and community development vs. tourism for community development: Conceptualizing planning as power, knowledge, and control. *Leisure/ Loisir*, 31(2), 403–425. <https://doi.org/10.1080/14927713.2007.9651389>
- Malek, A., & Costa, C. (2015). Integrating communities into tourism planning through

- social innovation. *Tourism Planning and Development*, 12(3), 281–299. <https://doi.org/10.1080/21568316.2014.951125>
- Manu, I., & Kuuder, W. C.-J. (2012). Community-based ecotourism and livelihood enhancement in Sirigu, Ghana. *International Journal of Humanities and Social Science*, 2(18), 97–108.
- Markelova, H., Meinzen-Dick, R., Hellin, J., & Dohrn, S. (2009). Collective action for smallholder market access. *Food Policy*, 34(1), 1–7. <https://doi.org/10.1016/j.foodpol.2008.10.001>
- Markelova, H., & Mwangi, E. (2010). Collective action for smallholder market access: Evidence and implications for Africa. *Review of Policy Research*, 27(5), 621–640. <https://doi.org/10.1111/j.1541-1338.2010.00462.x>
- Martins, F. M. (1998). *Políticas de planeamento, ordenamento e gestão costeira: Contributo para uma discussão metodológica [Planning, zoning and coastal management policies: Contribution to a methodological discussion] (PhD thesis)*. Aveiro.
- Matarrita-Cascante, D., & Brennan, M. A. (2012). Conceptualizing community development in the twenty-first century. *Community Development*, 43(3), 293–305. <https://doi.org/10.1080/15575330.2011.593267>
- Mathew, P. V., & Sreejesh, S. (2017). Impact of responsible tourism on destination sustainability and quality of life of community in tourism destinations. *Journal of Hospitality and Tourism Management*, 31, 83–89.
- Mayaka, M. A., Lacey, G., & Rogerson, C. M. (2020). Empowerment process in community-based tourism: Friend relationship perspective. *Development Southern Africa*, 37(5), 791–808. <https://doi.org/10.1080/0376835X.2020.1806783>
- McNamara, K. E., & Gibson, C. (2008). Environmental sustainability in practice? A macro-scale profile of tourist accommodation facilities in Australia's Coastal Zone. *Journal of Sustainable Tourism*, 16(1), 85–100. <https://doi.org/10.2167/jost621.0>
- Mehmetoglu, M. (2004). Quantitative or qualitative? A content analysis of nordic research in tourism and hospitality. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 4(3), 176–190. <https://doi.org/10.1080/15022250410003889>
- Mehran, F., & Crisanto, F. (2015). *Timor-Leste population and housing census 2015. Vol 10. Analytical Report on Labour Force*. Direção Geral de Estatística.
- Menezes, D. C., & Vieira, D. M. (2021). Stakeholders e fatores críticos de sucesso de parcerias público-privadas. *Revista de Administração Unimep*, 19(1), 117–139.
- Miguel, R., & Sarmiento, S. (2013). Estudo de mercado Timor-Leste, 1-68 <https://www.ceso.pt/pdfs/Timor.pdf>
- Miles, M., & Huberman, A. (1994). *Qualitative data analysis: A sourcebook of new methods* (2nd ed.). SAGE Publications.
- Moreno, D., Moreira, A., Tymoshchuk, O., & Marques, C. (2020). Análise de conteúdo utilizando o webQDA: Opção metodológica para caracterizar uma criança com paralisia cerebral. *New Trends in Qualitative Research*, 2, 687–702.
- Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2019). Tourism, community-based tourism and ecotourism: A definitional problematic. *South African Geographical Journal*, 101(1), 22–35. <https://doi.org/10.1080/03736245.2018.1522598>
- MTCI. (2019). *Tourism in Timor-Leste*. <https://mtci.gov.tl/>
- Mulgan, G., Tucker, S., Ali, R., & Sanders, B. (2007). Social innovation: What it is, why it matters and how it can be accelerated. In *Stanford Social Innovation Review*. University of Oxford, Young Foundation.

- Mulholland, J. (2007). Understanding the self as instrument. In P. C. Taylor & J. Wallace (Eds.), *Contemporary qualitative research* (pp. 45–57). Springer. https://doi.org/10.1007/978-1-4020-5920-9_5
- Naderifar, M., Goli, H., & Ghaljaie, F. (2017). Snowball sampling: A purposeful method of sampling in qualitative research. *Strides in Development of Medical Education*, 14(3). <https://doi.org/10.5812/sdme.67670>
- Neger, C. (2021). Ecotourism in crisis: An analysis of the main obstacles for the sector's economic sustainability. *Journal of Ecotourism*, 1–23. <https://doi.org/10.1080/14724049.2021.1942019>
- Neumann, B., Ott, K., & Kenchington, R. (2017). Strong sustainability in coastal areas: A conceptual interpretation of SDG 14. *Sustainability Science*, 12(6), 1019–1035. <https://doi.org/10.1007/s11625-017-0472-y>
- Neumeier, S. (2012). Why do social innovations in rural development matter and should they be considered more seriously in rural development research? Proposal for a stronger focus on social innovations in rural development research. *Sociologia Ruralis*, 52(1), 48–69. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9523.2011.00553.x>
- Ngo, T., Hales, R., & Lohmann, G. (2019). Collaborative marketing for the sustainable development of community-based tourism enterprises: A reconciliation of diverse perspectives. *Current Issues in Tourism*, 22(18), 2266–2283. <https://doi.org/10.1080/13683500.2018.1446919>
- Ngo, T., Lohmann, G., & Hales, R. (2018). Collaborative marketing for the sustainable development of community-based tourism enterprises: Voices from the field. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(8), 1325–1343. <https://doi.org/10.1080/09669582.2018.1443114>
- Nikkhah, H. A., & Redzuan, M. (2009). Participation as a medium of empowerment in community development. *European Journal of Social Sciences*, 11(1), 170–176.
- Nordberg, K., Mariussen, Å., & Virkkala, S. (2020). Community-driven social innovation and quadruple helix coordination in rural development: Case study on LEADER group Aktion Österbotten. *Journal of Rural Studies*, 79, 157–168. <https://doi.org/10.1016/j.jrurstud.2020.08.001>
- Nur Syamsi, M., & Lee, J. H. (2021). A longitudinal study of the local community perspective on ecotourism development in Lombok, Indonesia. *Water (Switzerland)*, 13(17), 2398. <https://doi.org/10.3390/w13172398>
- Oeij, P. R. A., van der Torre, W., Vaas, F., & Dhondt, S. (2019). Understanding social innovation as an innovation process: Applying the innovation journey model. *Journal of Business Research*, 101, 243–254. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.04.028>
- Oliveira, F., & Silva, F. (2010). Tourism as a tool of community development: An ecotourism project in Cantanhez, Guinea-Bissau. *WIT Transactions on Ecology and the Environment*, 139, 551–561. <https://doi.org/10.2495/ST100471>.
- Oliveira, M. (2013). *Underwater ecotourism in the Algarve, South of Portugal: implementation and divers' perceptions*. Cm. Faculdade de Ciências e Tecnologia-Universidade do Algarve.
- Owen, G. (2014). Qualitative methods in higher education policy analysis: Using interviews and document analysis. *The Qualitative Report*, 19(26), 1–19. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2014.1211>
- Page, N., & Czuba, C. E. (1999). Empowerment: What is it? *Journal of Extension*, 37(5), 1–5.
- Parlamento Nacional. (2017). *Lei n.º 13/2017 de 5 de Junho sobre o Regime Especial para*

- a Definição da Titularidade dos Bens*. Jornal da República, Série I , nº 21-A (pp. 1-14).
- Partanen, M. (2021). Social innovations for resilience: Local tourism actor perspectives in Kemi, Finland. *Tourism Planning & Development*, 1–21. <https://doi.org/10.1080/21568316.2021.2001037>
- Phelan, A., Ruhanen, L., & Mair, J. (2020). Ecosystem services approach for community-based ecotourism: Towards an equitable and sustainable blue economy. *Journal of Sustainable Tourism*, 28(10), 1665–1685. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1747475>
- Phills, J. A., Deiglmeier, K., & Miller, D. T. (2008). Rediscovering social innovation. *Stanford Social Innovation Review*, 6(4), 34–43.
- Piñeiro-Antelo, M. Á., & Lois-González, R. C. (2019). The role of European fisheries funds for innovation and regional development in Galicia (Spain). *European Planning Studies*, 27(12), 2394–2410. <https://doi.org/10.1080/09654313.2019.1635996>
- Pinho, I., & Leite, D. (2014). Doing a literature review using content analysis: Research networks review. *Congresso Ibero-Americano Em Investigação Qualitativa, Badajoz, Espanha, 4 - 16 de Julho*.
- Plessis, M. D. (2007). The role of knowledge management innovation. *Journal of Knowledge Management*, 11(4), 20–29.
- Post, J. C., & Lundin, C. G. (1996). *Guidelines for integrated coastal zone management. (Environmentally Sustainable Development Studies and Monographs Series No. 9)*. The International Bank.
- Qu, S. Q., & Dumay, J. (2011). The qualitative research interview. *Qualitative Research in Accounting & Management*, 8(3), 238–264. <https://doi.org/10.1108/11766091111162070>
- Raniga, T. (2018). Poverty alleviation, social protection policy and sustainability of economic development cooperatives: Voices of women residing in Bhambayi, Kwazulu-Natal, South Africa. *Social Work (South Africa)*, 54(4), 395. <https://doi.org/10.15270/54-4-668>
- RDTL. (2002). *Constituição da República Democrática de Timor-Leste*. Timor-Leste. [https://www.parlamento.tl/sites/default/files/parlamento.tl/docs/Legislacao Relevante/constituicao RDTL/C-RDTL.pdf](https://www.parlamento.tl/sites/default/files/parlamento.tl/docs/Legislacao%20Relevante/constituicao%20RDTL/C-RDTL.pdf)
- RGCI. (2022). *Glossário da Revista de Gestão Costeira Integrada*. <https://www.aprh.pt/rgci/glossario/praiasubaerea.html>
- Rusu, S. (2011). Tourism multiplier effect. *Journal of Economics and Business Research*, 17(1), 70–76.
- Sail, R. M., & Abu-Samah, A. (2010). Community Development through community capacity building: A social science perspective. *Marsland Press Journal of American Science*, 66(22), 68–7662.
- Sakata, H., & Prideaux, B. (2013). An alternative approach to community-based ecotourism: A bottom-up locally initiated non-monetised project in Papua New Guinea. *Journal of Sustainable Tourism*, 21(6), 880–899. <https://doi.org/10.1080/09669582.2012.756493>
- Saldaña, J. (2016). *The coding manual for qualitative researchers*. SAGE Publication.
- Santos, A., Lopes, C. S. D., Sampaio, C. P., Trein, F. A., Chaves, L. I., Librelotto, L. I., Ferroli, P. C. M., Lepre, P. R., Engler, R. C., Martins, S. B., & Nunes, V. G. A. (2018). *Design para a sustentabilidade: Dimensão ambiental*. Insight.
- Santos, N., Cravidão, F., & Cunha, L. (2010). Natureza, paisagens culturais e os produtos

- turísticos associados ao território. *Actas Do 4º Congresso de Americano Latino*.
- Santos. (2014). Turismo, gestão e território. *Caderno Virtual de Turismo. Edição especial: Hospitalidade e olíticas Públicas de Turismo*. Rio de Janeiro.
- Scattergood, E. F. (1930). Community development in the Southwest as influenced by the Boulder Canyon project. *The Annals of the American Academy of Political and Social Science*, 148(2), 1–5. <https://doi.org/10.1177/000271623014800202>
- Scheffelaar, A., Janssen, M., & Luijkx, K. (2021). The story as a quality instrument: Developing an instrument for quality improvement based on narratives of older adults receiving long-term care. *International Journal of Environmental Research and Public Health*, 18(5), 2773. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052773>
- Sebele, L. S. (2010). Community-based tourism ventures, benefits and challenges: Khama Rhino Sanctuary Trust, Central District, Botswana. *Tourism Management*, 31(1), 136–146. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2009.01.005>
- Selwyn, T. (1992). Tourism society and development. *Community Development Journal*, 27(4), 353–360. <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.cdj.a038625>
- Sen, V., & Walter, P. (2020). Community-based ecotourism and the transformative learning of homestay hosts in Cambodia. *Tourism Recreation Research*, 45(3), 323–336. <https://doi.org/10.1080/02508281.2019.1692171>
- Sew, L., Bechtel, D., & Sapp, A. (1993). Self-as-instrument in qualitative research. *Nursing Research*, 42(5), 300–301. <https://doi.org/10.1097/00006199-199309000-00012>
- Seyfi, S., Hall, C. M., & Vo-Thanh, T. (2022). Tourism, peace and sustainability in sanctions-ridden destinations. *Journal of Sustainable Tourism*, 30(2–3), 372–391. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1818764>
- Shannon, P., & Walker, P. (2006). Community development and control in a state-local partnership in Aotearoa New Zealand. *Community Development Journal*, 41(4), 506–520. <https://doi.org/10.1093/cdj/bsl031>
- Sharpley, R. (2005). Tourism and the environment. In R. Pender, L., & Sharpley (Ed.), *The management of tourism* (pp. 259–274). SAGE Publications. <https://doi.org/https://dx.doi.org/10.4135/9781446214961.n18>
- Sherlock, K. (1999). The role of community in tourism studies. *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 11(2–3), 126–127. <https://doi.org/10.1108/09596119910251048>
- Simancas Cruz, M., García Cruz, J. I., Greifemberg, C. A., & Peñarrubia Zaragoza, M. P. (2018). Strategies to improve the quality and competitiveness of coastal tourism areas: Applying tourism standards. *Journal of Tourism Analysis*, 25(1), 68–90. <https://doi.org/10.1108/JTA-02-2018-0007>
- Simpson, R., & Sun, W. (2002). *Profile of Lautem District*. East Timorese Public Administration-Lautem.
- Snyder, H. (2019). Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. *Journal of Business Research*, 104, 333–339. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2019.07.039>
- Snyman, S., & Bricker, K. S. (2019). Living on the edge: Benefit-sharing from protected area tourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 27(6), 705–719. <https://doi.org/10.1080/09669582.2019.1615496>
- Soares, R. (2015). *The textiles of Lautem*. Governo de Timor-Leste. https://issuu.com/incidentaldoc/docs/lautem_textiles_english
- Souza, F. N. d., Neri, D., & Costa, A. P. (2016). Asking questions in the qualitative

- research context. *The Qualitative Report*, 21(13), 6–18.
- Stone, L. S., Stone, M. T., & Stone, T. M. (2011). Community-based tourism enterprises: Challenges and prospects for community participation; Khama Rhino Sanctuary Trust, Botswana. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(1), 97–114. <https://doi.org/10.1080/09669582.2010.508527>
- Stone, L. S., & Stone, T. M. (2011). Community-based tourism enterprises: Challenges and prospects for community participation; Khama Rhino Sanctuary Trust, Botswana. *Journal of Sustainable Tourism*, 19(1), 97–114. <https://doi.org/10.1080/09669582.2010.508527>
- Stone, M. T., & Nyaupane, G. (2014). Rethinking community in community-based natural resource management. *Journal of the Community Development Society*, 45(1), 17–31. <https://doi.org/10.1080/15575330.2013.844192>
- Stone, M. T., & Nyaupane, G. P. (2016). Protected areas, tourism and community livelihoods linkages: A comprehensive analysis approach. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(5), 673–693.
- Stone, M. T., & Nyaupane, G. P. (2018). Protected areas, wildlife-based community tourism and community livelihoods dynamics: Spiraling up and down of community capitals. *Journal of Sustainable Tourism*, 26(2), 307–324. <https://doi.org/10.1080/09669582.2017.1349774>
- Stone, M. T., & Stone, L. S. (2020). Community-Based ecotourism and bushmeat consumption dynamics: Implications for conservation and community development. *Journal of Sustainable Tourism*, Advance online publication. <https://doi.org/10.1080/09669582.2020.1845708>
- Strauss, A., & Corbin, J. (1998). *Basics of qualitative research: Grounded theory procedures and techniques*. SAGE Publication.
- Sutawa, G. K. (2012). Issues on Bali tourism development and community empowerment to support sustainable Tourism development. *Procedia Economics and Finance*, 4, 413–422. [https://doi.org/10.1016/S2212-5671\(12\)00356-5](https://doi.org/10.1016/S2212-5671(12)00356-5)
- Tamir, M. (2015). Challenges and opportunities of community based tourism development in Awi Zone: A Case Study in Guagusa and Banja Woredas, Ethiopia. *An International Peer-Reviewed Journal*, 11, 50–78.
- The Asia Foundation. (2013). *Tara Bandu: Its role and use in community conflict prevention in Timor-Leste*. The Asia Foundation. <https://belun.tl/wp-content/uploads/2013/08/Tara-Bandu-PB-English.pdf>
- The Asia Foundation. (2014). *2014 Survey of Travelers to Timor-Leste*. The Asia Foundation. https://www.timorleste.tl/wp-content/uploads/formidable/4/Asia-Foundation_TL-Visitor-Survey-2014_English.pdf
- Thornburg, J. (2017). Eco-tourism and sustainable community development in Cuba: Bringing community back into development. *Journal of International & Global Studies*, 9(1).
- Timothy, D. J. (2000). Building community awareness of tourism in a developing country destination. *Tourism Recreation Research*, 25(2), 111–116. <https://doi.org/10.1080/02508281.2000.11014916>
- Timothy, D. J., & White, K. (1999). Community-based ecotourism development on the periphery of Belize. *Current Issues in Tourism*, 2(2–3), 226–242. <https://doi.org/10.1080/13683509908667853>
- Tinsley, R., & Lynch, P. (2001). Small tourism business networks and destination development. *International Journal of Hospitality Management*, 20(4), 367–378.

- [https://doi.org/10.1016/S0278-4319\(01\)00024-X](https://doi.org/10.1016/S0278-4319(01)00024-X)
- Tolkach, D., & King, B. (2015). Strengthening community-based tourism in a new resource-based island nation: Why and how? *Tourism Management*, 48, 386–398. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2014.12.013>
- Torres-Bejarano, F., González-Márquez, L. C., Díaz-Solano, B., Torregroza-Espinosa, A. C., & Cantero-Rodelo, R. (2018). Effects of beach tourists on bathing water and sand quality at Puerto Velero, Colombia. *Environment, Development and Sustainability*, 20(1), 255–269. <https://doi.org/10.1007/s10668-016-9880-x>
- Towner, J. (1995). What is tourism's history? *Tourism Management*, 16(5), 339–343. [https://doi.org/10.1016/0261-5177\(95\)00032-J](https://doi.org/10.1016/0261-5177(95)00032-J)
- Towner, N. (2016). Community participation and emerging surfing tourism destinations: A case study of the Mentawai Islands. *Journal of Sport and Tourism*, 20(1), 1–19. <https://doi.org/10.1080/14775085.2016.1151819>
- Trainor, C., Santana, F., Pinto, P., Xavier, A., & Safford, R. (2008). Birds, birding and conservation in Timor-Leste. *Calidris*, 9(May), 16–45. <http://www.orientalbirdclub.org/publications/birdingasia/9.html>
- Trainor, C., Santana, F., Rudyanto, Xavier, A. F., Pinto, P., & de Oliveira, G. F. (2007). *Important bird areas in Timor-Leste: Key sites for conservation*. BirdLife.
- Tran, L., & Walter, P. (2014). Ecotourism, gender and development in northern Vietnam. *Annals of Tourism Research*, 44(1), 116–130. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2013.09.005>
- Tribe, J. (1999) The concept of tourism: Framing a wide tourism world and broad tourism society. <https://doi.org/10.1080/02508281.1999.11014879>
- Trunfio, M., & Campana, S. (2019). Drivers and emerging innovations in knowledge-based destinations: Towards a research agenda. *Journal of Destination Marketing and Management*, 14, 100370. <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2019.100370>
- Uddin, M. M., Schneider, P., Asif, M. R. I., Rahman, M. S., & Mozumder, M. M. H. (2021). Fishery-based ecotourism in developing countries can enhance the social-ecological resilience of coastal fishers: A case study of Bangladesh. *Water*, 13(3), 292. <https://doi.org/10.3390/w13030292>
- United Nations. (1955). *Social progress through community development*. United Nations Bureau of Social Affairs.
- United Nations. (1992). Earth Summit: Agenda 21. *The United Nations Programme of Action from Rio, The Final Text of Agreements Negotiated by Governments at the United Nations Conference on Environment and Development (UNCED), 3–14 June 1992, Rio de Janeiro, Brazil*. <https://doi.org/10.1007/s11671-008-9208-3>
- United Nations. (2015). *Transforming our world: the 2030 Agenda for Sustainable Development*. United Nations. <https://sdgs.un.org/2030agenda>
- United Nations. (2021). *Governing coastal resources: Implications for a sustainable blue economy*. United Nations. <https://www.unep.org/resources/publication/governing-coastal-resources-implications-sustainable-blue-economy>
- UNTAET. (2000a). *Projeto de Regulamento n.º 2000/19 sobre as Zonas Protegidas*. Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste. UNTAET/REG/2000/19.
- UNTAET. (2000b). *Regulamento n.º 2000/17 sobre a proibição de exploração e exportação de madeira de Timor-Leste*. Administração Transitória das Nações Unidas em Timor-Leste. UNTAET/REG/2000/17.
- UNWTO. (1993). *Recommendations on tourism statistics*. World Tourism Organization.

- UNWTO. (2001). *Global code of ethics for tourism (A/RES/56/212)*. UNWTO General Assembly.
- UNWTO. (2005). *Making tourism more sustainable: A guide for policy makers*. World Tourism Organization.
- UNWTO. (2008). *International recommendations for tourism statistics 2008*. World Tourism Organization.
- UNWTO. (2021). *International tourism highlights, 2020 Edition*. World Tourism Organization. <https://www.e-unwto.org/doi/book/10.18111/9789284422456>
- UNWTO. (2022). *Webpage: Global code of ethics for tourism*. <https://www.unwto.org/global-code-of-ethics-for-tourism>
- Verburg, P. H., Ellis, E. C., & Letourneau, A. (2011). A global assessment of market accessibility and market influence for global environmental change studies. *Environmental Research Letters*, 6(3). <https://doi.org/10.1088/1748-9326/6/3/034019>
- Vollstedt, M., & Rezat, S. (2019). An introduction to grounded theory with a special focus on axial coding and the coding paradigm. In G. Kaiser & N. Presmeg (Eds.), *Compendium for Early Career Researchers in Mathematics Education* (pp. 81–100). Springer. https://doi.org/10.1007/978-3-030-15636-7_4
- Vong, M. F. da C. (2014). *Tourism in Timor-Leste*. In *Tourism and development sustainable in Timor-Leste*. PhD Thesis. Faculty of Economics, University of the Algarve.
- Vorkinn, M., & Riese, H. (2001). Environmental concern in a local context: The significance of place attachment. *Environment and Behavior*, 33(2), 249–263. <https://doi.org/10.1177/00139160121972972>
- Wang, C. C., Cater, C., & Low, T. (2016). Political challenges in community-based ecotourism. *Journal of Sustainable Tourism*, 24(11), 1555–1568. <https://doi.org/10.1080/09669582.2015.1125908>
- Wenger, E., McDermott, R., & Snyder, W. (2002). Communities of practice and their value to organizations. In E. Wenger, R. McDermott, & W. Snyder (Eds.), *Cultivating communities of practice*. Harvard Business Press.
- Wesley, J. (2010). Qualitative document analysis in political science. *T2PP Workshop*, April, 9–10. <http://www2.let.vu.nl/oz/cltl/t2pp/docs/ws2010/papers/P2-Wesley.pdf>
- Whittemore, R., Chase, S. K., & Mandle, C. L. (2001). Validity in qualitative research. *Qualitative Health Research*, 11(4), 522–537. <https://doi.org/10.1177/104973201129119299>
- Williamson, K., Given, L. M., & Scifleet, P. (2018). Qualitative data analysis. In K. Williamso & G. Johanson (Eds.), *Research methods: Information, systems, and contexts* (pp. 453–476). Elsevier. <https://doi.org/10.1016/B978-0-08-102220-7.00019-4>
- Wollnik, C. (2011). *Sustainable destination management in Timor-Leste*. Philipps-University of Marburg. Thesis. Philipps-University of Marburg, Germany.
- Wondirad, A., Tolkach, D., & King, B. (2020). Stakeholder collaboration as a major factor for sustainable ecotourism development in developing countries. *Tourism Management*, 78(jun). <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2019.104024>
- Wong, P. P. (1998). Coastal tourism development in Southeast Asia: Relevance and lessons for coastal zone management. *Ocean and Coastal Management*, 38(2), 89–109. [https://doi.org/10.1016/S0964-5691\(97\)00066-5](https://doi.org/10.1016/S0964-5691(97)00066-5)
- Wood, L. M., Sebar, B., & Vecchio, N. (2020). Application of rigour and credibility in qualitative document analysis: Lessons learnt from a case study. *Qualitative Report*,

- 25(2), 456–470. <https://doi.org/10.46743/2160-3715/2020.4240>
- World Bank. (2021a). *Climate risk country profile Timor-Leste*. World Bank. https://climateknowledgeportal.worldbank.org/sites/default/files/country-profiles/15971-WB_Timor-Leste_Country_Profile-WEB.pdf
- World Bank. (2021b). *Individuals using the Internet in Timor-Leste*. <https://data.worldbank.org/indicator/IT.NET.USER.ZS>
- Xue, L., Kerstetter, D., & Hunt, C. (2017). Tourism development and changing rural identity in China. *Annals of Tourism Research*, 66, 170–182. <https://doi.org/10.1016/j.annals.2017.07.016>
- Yang, Y., Mueller, N. J., & Croes, R. R. (2016). Market accessibility and hotel prices in the Caribbean: The moderating effect of quality-signaling factors. *Tourism Management*, 56, 40–51. <https://doi.org/10.1016/j.tourman.2016.03.021>
- Yoon, B., & Uliassi, C. (2022). Researcher-as-instrument. *Qualitative research: The complexities of the educational researcher's identities. Qualitative Report*, 27(4), 1088–1102.
- Zahedi, S. (2008). Tourism impact on coastal environment. *WIT Transactions on the Built Environment*, 99, 45–57. <https://doi.org/10.2495/CENV080051>

Apêndices

Apêndice 0.1 Guião de entrevista

Guião de entrevista
O objetivo deste inquérito é recolher informações sobre o turismo e o desenvolvimento comunitário através dos papéis dos intervenientes (*Stakeholder*). Por favor, responda esse inquérito geral na secção I e de seguida, responda com a sua outra noção na secção II.

I. Informação geral para inquiridos-chave: Intervenientes e comunidade

Nome : _____

Género Masculino Feminino

Idade 21-30 31-40 41-50 51-60 Mais de 61

Profissão/Ocupação : _____

Instituição/Afiliação : _____

Nível escolaridade	Escola Básica	Escola Primária	Secundária	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento	Outros

Geográfica : _____

Nome do município : _____ Suco : _____

Contacto	No. Telf.	E-mail	Facebook	WhatsApp

Duração da entrevista : _____

II. Percepções dos intervenientes sobre os seus papéis no processo de desenvolvimento comunitário através do seu envolvimento no município de Lautém

Questões da investigação e guião da entrevista		
Questões da investigação	Guião da entrevista	Fonte inquiridos
	Desenvolvimento comunitário	
Como é que o processo de desenvolvimento da comunidade na área costeira?	Qual o seu conhecimento sobre a comunidade que habita na área costeira?	Todos os intervenientes (stakeholders)
	Como é que as ONG, governo ou líder comunitário convencem e envolvem no desenvolvimento da comunidade?	Todos os intervenientes (stakeholders)
	Quais foram as suas razões ou objetivos para desenvolver a comunidade na zona costeira?	
	Como é que o governo e ONG constroem e reforçam iniciativas das comunidades?	Todos os intervenientes (stakeholders)
	Como mobilizar indivíduos, organizações e empreendedores para trabalharem em conjunto e participarem para corresponder às questões do turismo?	
	Como é que o governo monitoriza e prepara a comunidade para participar no sector do turismo na zona costeira?	Todos os intervenientes (stakeholders do governo e ONG)
	Como é que as ONG e governo desenvolvem o conhecimento da comunidade?	
	Como é que as ONG cooperam com a comunidade costeira e os líderes locais para melhorar o turismo na zona costeira?	
	Como é que os intervenientes dão assistência à comunidade?	
	Qual é o tipo de capacitação que deu a comunidade?	
	Qual é o tipo de instalações ou assistência que o governo ou outra agência deu à comunidade?	
	Qual o montante que as comunidades receberam?	
	Construção do ecoturismo de base comunitária	
Como é que os intervenientes e a comunidade a construir o ecoturismo de base comunitário?	Como é que começaram a construir o ecoturismo de base comunitário?	Todos os intervenientes (stakeholders)
	Qual é a percepção da comunidade sobre os turistas?	
	Como é que foi feita a discussão e transmissão das questões do turismo à comunidade costeira?	
	Como é que soube implementar o ecoturismo de base comunitário?	
	Qual é a qualidade e potencial do turismo na área costeira?	
	Quais são razões fundamentais para desenvolver o ecoturismo de base comunitária?	
	Como é que o costume ou cultura da comunidade está relacionado com o ecoturismo de base comunitário?	
	Sustentabilidade	
Como é que a preocupação da comunidade sobre a sustentabilidade pode contribuir para o desenvolvimento turismo na zona costeira?	Economia	Comunidade
	Porque é que se preocupa com o seu negócio?	
	Como é o progresso do seu negócio?	
	Qual o rendimento que obtem?	
	Quantos trabalhadores tem e os salários que eles recebem?	
	Ambiente	Todos os intervenientes (stakeholders)
Como é que é a consciencialização das comunidades sobre o ambiente?		
	Qual é a política do governo sobre o ambiente na área	

	costeira?	
	Qual é a razão para vir viver na zona costeira?	
	Depois de ter conhecimento, e empoderamento, qual a sua consciência para o ambiente na zona costeira?	
	Como se voluntaria para a conservação da flora e fauna no solo, litoral e dentro do oceano?	
	Como usa a água potável?	
	Como é a utilização da energia elétrica no seu lugar?	
	Qual a sua intervenção para a poluição na zona costeira?	
	O governo tem algum programa, regulamento e informação no seu lugar?	
	Sociedade	
	Depois de ter conhecimento, tem o lucro do seu negócio, como é que a sua preocupação sociocultural?	
	Porque se preocupa com a sociedade?	
	Como é que a qualidade de vida?	
	Cultura	
	Porque é que se importa com a cultura?	
	Como é que se preocupa com a cultura?	
	Acesso ao mercado turístico	
	Como é que acede ao mercado turístico?	
	Qual é o tipo de produto que está a vender?	
	Como é que obtem os recursos financeiros?	
	Como é que os clientes ou turistas sabem sobre o seu produto ou o seu lugar?	
	Como é que compete com outros negociantes?	
	De onde vêm os seus clientes?	
	Como é que se aceder às matérias-primas para o seu negócio?	
	Inovação social	
	Quais os novos progressos ou mudanças que sente na sua vida?	
	Qual o problema que vê em relação ao seu negócio?	
	Qual é o novo benefício final que encontra depois de ter progresso ou desenvolvimento do conhecimento?	
		Comunidade
Como é que a implicação do desenvolvimento comunitário para a comunidade costeira acesso ao mercado do turismo na zona costeira?		Comunidade
Como é que a implicação do desenvolvimento comunitário para a inovação social da comunidade zona costeira?		Comunidade

Apêndice 0.2 Declaração de investigação



Departamento de Economia, Gestão, Engenharia Industrial e Turismo

Aveiro, 19 de Setembro de 2019

Declaração

Declara-se que **Feliciano Quintas do Céu**, estudante do doutoramento em Turismo, tem autorização por parte das orientadoras para fazer investigação para o seu tese, intitulada "**Turismo e Desenvolvimento Comunidade Nas Zonas Costeiras em Timor-Leste**", a partir do mês de Outubro de 2019.

Desde já agradecemos toda a colaboração e assistência que possam facultar no seu trabalho académico e de recolha de informação em Timor-Leste.



Prof.^ª Doutora Zélia Breda

Orientadora



Prof.^ª Filomena M. C. P. Ferreira Martins

Coorientadora

Apêndice 0.3 Carta de pedido de entrevista

GAB. D.G. ELECTRICIDADE
ENTRADA Nº 2056
DATA 18 12 2019
ASSINATURA

Carta Pedido Entrevista

Ba.
St. Director NDAC /
Aveiro, 17 de Dezembro de 2019 *EDTL los p...
first attende in
leis no regras*

Excelentíssimo Senhor Director Geral da Electricidade de Timor-Leste (RDTL).
Em Dili.

Eu, Feliciano Quintas do Céu, nacionalidade timorense, nascido em Mehara, a 10 de Dezembro de 1977, estudante de doutoramento na universidade de Aveiro (UA), no departamento de economia, gestão, engenharia industrial e turismo (EGEIT), residente no complexo de residências da Universidade de Aveiro, Portugal, queria informar que, neste momento, eu estou a elaborar o meu plano de investigação, de acordo com a carta de declaração das minhas orientadoras em anexo. Por isso, venho por este meio solicitar a v. excelência para considerar uma oportunidade para que eu possa entrevistá-lo e levantar alguns dados na sua instituição em relação do meu tema de tese sobre "Turismo e Desenvolvimento Comunidade Nas Zonas Costeira no Caso Timor-Leste", na certeza de que as informações que o senhor fornecerá serão credíveis, úteis, e secretas antes de serem publicadas na minha tese.

Muito obrigado pela vossa cooperação.

Feliciano
Feliciano Quintas do Céu
Pesquisador e estudante de Doutoramento em Turismo
Número telf. em Timor-Leste; +670 783 84992
Número telf. em Portugal: +351 939 440 768
E-mail: felicianoqceu@ua.pt

18-12-2019

Apêndice 0.4 Lista de estabelecimentos de alojamento no município de Lautém

Alojamento / proprietário			
N.	Nome do alojamento	Tipo	Situação
1	Sina	Casa de hóspedes	Aberto
2	Seli Opo	Casa de hóspedes	Aberto sazonal
3	27 de agosto	Casa de hóspedes	Aberto
4	Sra. Rosa	Casa de hóspedes	Aberto
5	Kati Guest House	Casa de hóspedes	Aberto
6	Marina	Casa de hóspedes	Aberto
7	Ana Dos Anjos Marques	Casa de hóspedes	Aberto
8	Carso Carascalao	Casa de hóspedes	Aberto
9	Merlinda Monteiro	Casa de hóspedes	Aberto
10	Ana Fernandes Xavier	Casa de hóspedes	Aberto
11	Esperança	<i>Hostel</i>	Aberto
12	Roberto Carlos	Hotel	Aberto
13	Baunilha	Casa de hóspedes	Aberto
14	Siraphene	Casa de hóspedes	Aberto
15	Conu Cere Guest House	Casa de hóspedes	Aberto sazonal
16	Walu Sere Guest House	Casa de hóspedes	Aberto
17	Sely Guest House	Casa de hóspedes	Aberto sazonal
18	Pousada Tutuala	Pousada	Aberto
19	Lakumorre Guest House	Casa de hóspedes	Aberto
20	Beach Resort em Com	Hotel	Fechado
21	Dona Guest House	Casa de hóspedes	Aberto
22	Canoasa São Paulo	<i>Hostel</i>	Aberto
23	Assiação Veterano Hostel	<i>Hostel</i>	Aberto
24	Lospalos Beatiful Mini Café	Casa de hóspedes	Aberto
25	Centro antigo da casa de hóspedes	Casa de hóspedes	Aberto
26	Hoseped Ranu Painu	Casa de hóspedes	Aberto

Apêndice 0.5 Lista de restaurantes no município de Lautém

N.	Nome	Tipo Restaurante	Situação
1	Sina	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
2	Seli Opo	Restaurante	Aberto sazonal
3	27 de agosto	Restaurante	Aberto
4	Sra. Rosa	Restaurante	Aberto
5	Kati Restaurante	Restaurante & <i>Takeway</i>	Aberto
6	Esperança	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
7	Roberto Carlos	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
8	Vanilla	Restaurante	Aberto
9	Siraphene	Restaurante & <i>Catering</i> , Padaria	Aberto
10	Conu Sere	Restaurante	Aberto sazonal
11	Cooperativa Walu Sere	Restaurante	Aberto
12	Sely Restaurante	Restaurante	Aberto sazonal
13	Pousada Tutuala	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
14	Lakumorre	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
15	Canosa São Paulo	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
16	Associação Veterano Hostel	Restaurante	Aberto
17	Lospalos Beatiful Mini Café	Restaurante	Aberto
18	Centro Antigo	Restaurante	Aberto
19	Isabel Restaurante	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
20	Brother Zere Restaurante	Restaurante	Aberto
21	Coffy fitun Naroman	Restaurante	Aberto
22	Cita Rasa Restaurante	Restaurante	Aberto
23	Angel Restaurante	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
24	ADM Restaurante	Restaurante & <i>Catering</i>	Aberto
25	Centro Antigo	Restaurante	Aberto